



MÁRCIO CATUNDA QUE LUZ BOA EM LISBOA!

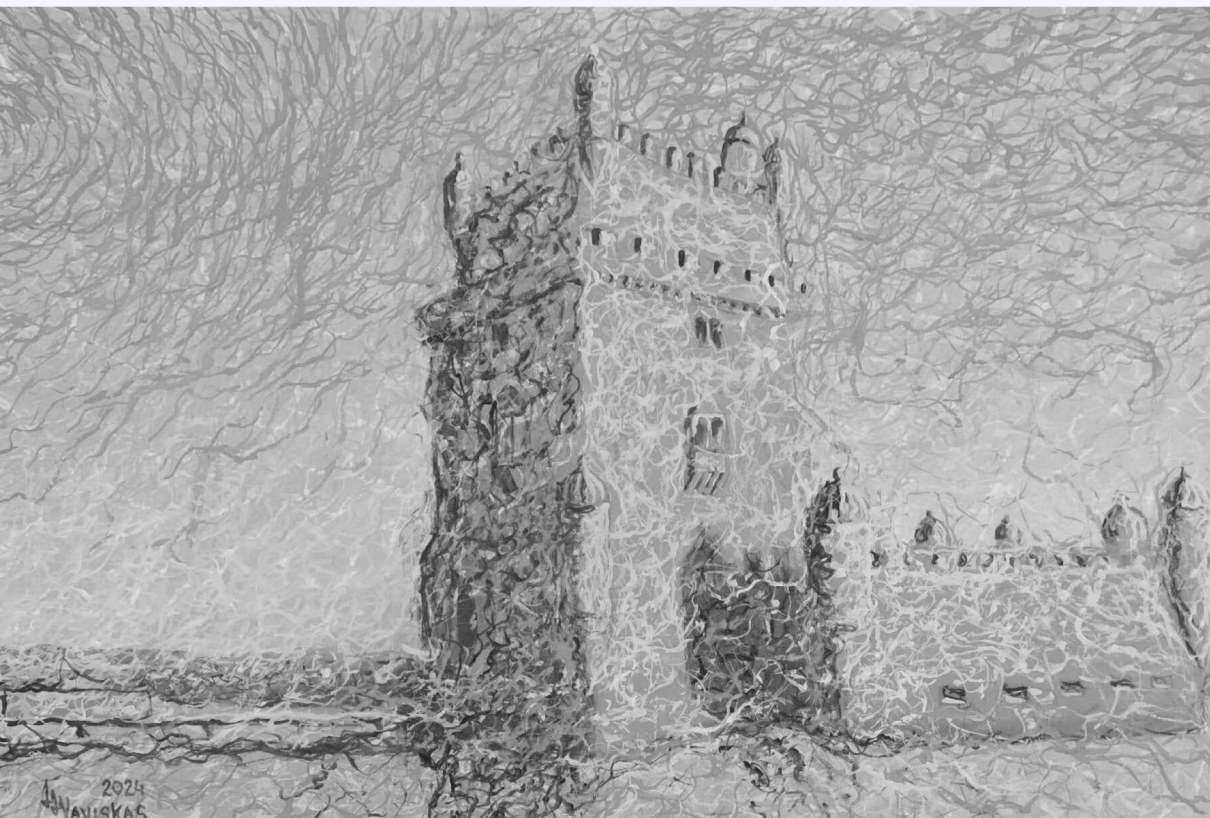
(Uma Quase História da Literatura Portuguesa)



Primeira Edição
RJ – Brasil
2025

MÁRCIO CATUNDA QUE LUZ BOA EM LISBOA!

(Uma Quase História da Literatura Portuguesa)



2024
JANUÁRIAS

Copyright2025 © Márcio Catunda

Projeto gráfico e arte da capa: Lucília Dowsley
Ilustração da Capa: Fernando Naviskas: Torre de Belém, 60,0 x 90,0 cm,
Óleo sobre tela, 2024
Revisão: Vianney Mesquita
Fotos do miolo: Márcio Catunda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Catunda, Márcio

Que luz boa em Lisboa! : (uma quase história da
literatura portuguesa) / Márcio Catunda. --
Rio de Janeiro : Lucília I R Dowsley, 2025.

ISBN 978-65-986858-0-5

1. Memórias autobiográficas 2. Portugal -
Descrição e viagens I. Título.

25-264689

CDD-B869.8

Índices para catálogo sistemático:

Contato do autor:
marciocatundafgomes@gmail.com



Celular: 55 (21) 96714-5001
dowsleyeditora2022@gmail.com

SUMÁRIO

Prólogo.....	9
O Castelo de São Jorge	11
A Sé	15
A Ordem de Cristo, Precursora da Empresa dos Descobrimentos	17
Praça da Figueira	21
São Vicente de Fora.....	27
Igreja de Santo António	31
Museu de Arte Antiga	35
O Mosteiro dos Jerónimos	41
A Proeza de Vasco da Gama à Luz da Peripécia de Camões	48
Outras Aventuras Temerárias	55
Alto de Santa Catarina.....	60
Largo de Camões.....	63
As Portas de Santo Antão.....	68
O Convento do Carmo.....	73
Pombal e a Avenida da Liberdade	76
O Marquês de Pombal visto por Camilo Castelo Branco	79
Parque Eduardo VII	85
O Autor de Mistérios de Lisboa	88
Da Avenida da Liberdade a Restauradores.....	93

Praça dos Restauradores	98
O Rossio	100
A Igreja de São Roque e o Padre Vieira	105
António Vieira e o Quinto Império	108
O Palácio de Sintra e a Missão Espiritual de Portugal	113
O Convento de Mafra e D. João V	118
Igreja da Conceição Velha	122
O Largo do Chiado	124
Eça de Queiroz, na Estátua e na Arte da Palavra	128
O Miradouro de São Pedro de Alcântara	136
O Elevador de Santa Justa	138
De Alfama a Graça: O Panteão e Nossa Senhora do Monte	140
Saramago e a Casa dos Bicos	148
Praça do Comércio (Terreiro do Paço)	151
Cais do Sodré (Ribeira das Naus)	154
Palácio Galveias, Biblioteca Pública em Campo Pequeno	156
Palácio de Queluz	158
Museu do Azulejo	164
Palácio da Ajuda	167
Jardim da Estrela (Mais do que Jardim Guerra Junqueiro)	171
Fernando Pessoa no Altar da Palavra	177
A Vida Trágica de Mário de Sá-Carneiro, um Dândi às Avessas	188
A Expansão Criativa dos Heterônimos	194
O Livro do Desassossego	201
O Super-Camões	204
A Baixa do Poeta	208
Novas Itinerâncias	213

A Casa de Fernando Pessoa	217
Poeta, Editor e Cientista Político	220
Mensagem e o Quinto Império	226
A Despedida	233
Ricardo Reis, Conforme Saramago	236
Alcântara e Almada Negreiros	239
Salazar, os Problemas com os Escritores e a Descolonização ..	242
A Sede da CPLP e a Lapa Revisitada	257
As Origens da CPLP e o Quinto Império de Agostinho da Silva	260
Nossa Senhora da Penha	269
O Centro Comercial Vasco da Gama, João Pedro George e o Oceanário.....	271
O Parque dos Poetas em Oeiras	275
A Diplomacia Cultural de Lauro Moreira	278
Raquel Ochoa	283
Epílogo	287
Bibliografia	293

Prólogo

Operegrino quer unir as coisas tangíveis às intangíveis. Para ele, toda viagem é um percurso dos nove arquétipos cósmicos. Ele quer a percepção existencial total, a iluminação onisciente. As viagens foram o alento de que me nutri para escrever estas memórias, narrando a história de Portugal, à luz da descrição dos principais monumentos de Lisboa. Começo pela visita ao Castelo de São Jorge, onde ocorreram os episódios que converteram Lisboa na capital lusitana.

Peguei, num dia de Sol, o trepidante Elétrico 28, na Rua António Maria Cardoso, de gratíssima lembrança. Revi a fachada do Teatro São Luiz, e a entrada do prédio onde residi, do final de 2005 a 2008.

Tive a sorte de ir sentado no bondinho estridente que desce, sobe, freia e continua, desafiadoramente, na sua sinuosa trajetória. *Segure-se pa' não cairi*, diz o maquinista da caixa que desliza. Cruzamos a Rua Augusta e fomos beirando as lojas de artesanato e os restaurantes. Na tabuleta está escrito: 20 lugares sentados, 18 em pé.

Caracoleando relíquias, num zique-zaque estonteante, o Elétrico sobe o Largo da Madalena, com sacudidelas. Ladeira acima, ladeira abaixo, pela estreita rampa, nas esquinas, é uma nau de luz, roçando a cara das vivendas. Sobe outra vez, paralelo às varandas. Serpenteia as alvuras do estuário. Desce de novo. Já repleto, feito lata de sardinha, faz uma curva fechada. A rua



se estreita. A viagem prossegue, no trajeto estonteante do tobogã ruidoso e lento. Passadas as paredes ásperas da Sé, uma furgoneta pifou, em frente à linha do pequeno comboio. O maquinista foi conversar com o motorista da camioneta. Tentaram a manobra, no descenso da rua.

- Alguém com força! – Grita o motorista.
- Não é a primeira vez - exclama uma senhora de cabelos branquinhos como um copo de leite.
- Parece que estão a conseguir – prognostica outra, mais jovem, de nariz adunco e cabelos pintados de azul.

Conseguiram, por fim, fazer a furgoneta pegar.

Um velhote, que havia deixado o trenzinho, ficou pra trás.

O veículo gira e quase esbarra nas paredes. Dali por diante, os habitantes das casas se põem às janelas.



Vai apinhado o artifício ambulante: *chega um b'cadinho atrás!* A tabuleta indica *cuidado com os carteiristas*. Uma velhota alerta os passageiros com um gesto de mão. Outra, gordota, pede o assento a uma rapariga e mostra o joelho estropeado. *Não precisa nem mostrar*. Depois, ordena aos gritos: “*saíam daí! Vão patrás!*” Sobre a nervura do Tejo, como um caixote em movimento, o Elétrico 28 é um arquétipo da condição humana.

Ao chegar às alturas da Graça, vejo a jangada de pedra. É Lisboa, medida na dimensão vertical. Largo de São Martinho, Largo de Santa Luzia, com a igrejinha na esquina, depois da Rua dos Limoeiros. Num ponto mais alto, abre-se o panorama triunfal, azul, na perspectiva dos telhados. Inundação de luz e cores, o esplendor do Tejo e as torres como faróis.

O CASTELO DE SÃO JORGE

Vou pela ladeira, resfolegando, Rua de Santiago acima, na escarpa, qual peregrino luso-galaico. Na simbologia de tudo, o apóstolo, que dá nome à rua, faz parceria com o santo inimigo do dragão, que dá nome ao Castelo.

Vejo, na parede manchada de uma esquina, uma caricatura de Fernando Pessoa e fotografo o Poeta múltiplo, que dissemina pela cidade a sua profusão literária.

O miradouro do medieval e sobranceiro Castelo de São Jorge desvenda o amontoado de colinas e casas sobrepostas, de várias cores; miragens plantadas à beira-rio.

Visto do alto, circundado de frondosas árvores, o perímetro de Lisboa vibra numa imensa claridade. Na tarde calma, a dourada placidez do panorama ofusca a percepção do espaço interno do Castelo. As atenções se voltam para as colinas, encharcadas de luz, entre telhados vermelhos, cúpulas e varandas.

Construído pelos Almorávidas, sobre bases romanas, o Castelo de São Jorge dá testemunho do passado multissecular de Lisboa. Da plataforma, entre as muralhas, onde a cidade



se entrega à contemplação, ergue-se a estátua de Afonso I (Afonso Henriques), de armadura e espada. Para fundar Portugal e reinar de 1139 a 1185, este guerreiro herdou de seu pai, D. Henrique de Borgonha, o Condado de Portucale, que foi um presente de Afonso VI de Castela, pelos relevantes serviços prestados na guerra contra os mouros, que ocupavam a Península Ibérica desde 711. Afonso Henriques, após a morte de seu pai, desalojou da Corte sua mãe, Dona Tareja e o Conde Fernão Peres de Trava, na Batalha de São Mamede, em 1128. Depois, disputou fronteiras com seu irmão, Afonso VII de Leão, e com Fernando II de Castela.



D. Afonso I pactou com a Igreja para bater os mouros e expulsá-los de Portugal. Já na Batalha de Ourique, em 1139, o combatente gravou no escudo da bandeira a estampa de cinco reis sarracenos derrotados. Em 1147, com a ajuda do tropel da Segunda Cruzada, que ia da Inglaterra para Jerusalém, o desassombrado Afonso Henriques tomou dos mouros o Castelo de Lisboa, após quatro meses de assédio.

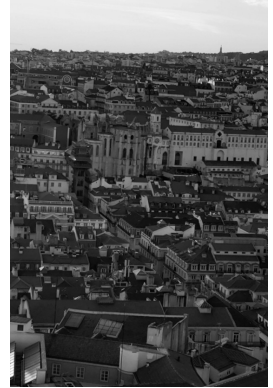
Na varanda que a muralha cerca, o panorama frontal mostra a carapuca do Convento do Carmo e o Elevador de Santa Justa. À direita, aparece o quadrângulo diáfano da Praça da Figueira. No ponto mais longínquo, a torre da Basílica da Estrela. À esquerda, o Sol sobre o leito do Tejo e as linhas metálicas da Ponte 25 de Abril. Por trás da Ponte, o Padrão dos Descobrimentos em silhueta. Esplendores.

Na parte mais baixa, junto ao rio, a Praça do Comércio reluz como um salão de luxo. No alto terraço em que me encontro, volto-me para o interior do Castelo: ciprestes e cedros circundam as muralhas como um escudo de folhagem.

Subo alguns degraus e chego a um portão fechado. Uma inscrição informa que ali, no Paço da Alcáçova (quando o

Castelo foi Palácio), o Almirante Vasco da Gama foi recebido pelo rei D. Manuel, em 1499, após regressar da Índia.

A antiguidade dessa platibanda, a céu aberto, viu nascer Lisboa, entre muralhas e torres. Entre os arcos destroçados, cobertos de limo e sombreados pelas árvores, uns pavões, camuflados nos filamentos verdes, mistificam o ambiente com sua exótica plumagem. Um avião risca o horizonte, rumo ao Aeroporto Humberto Delgado.



Deambulo, contemplando o panorama e descanso nos bancos de pedra. Peregrinas alegrias. Os passarinhos dizem do prazer de cantar.

Em *História do Cerco de Lisboa*, Saramago narra a chegada dos cruzados que, mediante a ajuda do bispo do Porto, D. Pedro Pitões, e do arcebispo de Braga, D. João Peculiar, vieram ao Tejo somar-se à soldadesca de Afonso I na conquista de Lisboa. Havia três meses, Santarém fora tomada e a população passada a espadas. Uma parte dos cruzados apenas permaneceu para tomar Lisboa dos intrusos sarracenos, que a dominavam há 358 anos.

Leio Saramago e imagino os cruzados armando tendas no Campo de Santa Clara, os arautos mouros lançando, das muralhas do castelo, projéteis sobre os adversários, desembarcados na ribeira do Tejo. Martim Moniz abrindo alas, até ser esmagado numa porta pela qual, pisando cadáveres, charcos de sangue e arcabouços destroçados, os cristãos penetraram a fortaleza inimiga.

Saramago explica a estratégia de Afonso Henriques, que dividiu 12 mil soldados em cinco grupos para cobrirem as portas. D. Afonso tinha, então, 38 anos. Os mouros, em desespero, irromperam pela Porta de Ferro para incendiar

a torre. Cessou a matança, de parte a parte, quando os vencedores invadiram os adarves e tomaram o Castelo. Por fim, hasteou-se a Cruz sobre o crescente despedaçado.

O Cavaleiro D. Afonso Henriques concedeu aos templários, em 1157, isenção de tributo e inviolabilidade de propriedades. Os monges o ajudaram a cristianizar o território de Portugal. O primeiro prodígio dessa religiosidade guerreira foi, segundo a Crônica de Portugal, escrita em 1419, por Fernão Lopes - Guarda-Mor da Torre do Tombo -, ter D. Afonso Henriques visto o Cristo, como prova de que seria vitorioso em Ourique, contra o exército do rei Ismar. Este fora o milagre precursor do sentimento providencialista da história de Portugal.

Fernando Pessoa homenageia D. Afonso Henriques em Mensagem:

*Pai, foste cavaleiro,
Hoje a vigília é nossa.
Dá-nos o exemplo inteiro
e a tua inteira força!
Dá, contra a hora em que,
errada, novos infiéis vençam,
a benção como espada,
a espada como benção.*

N' Os Lusíadas, Camões enaltece a bravura e a fé do combatente vitorioso:

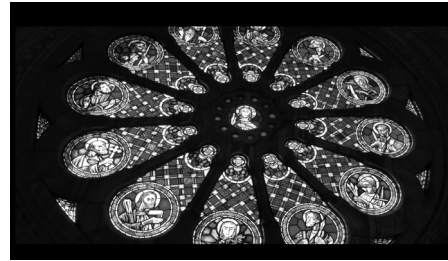
*A matutina luz, serena e fria,
as estrelas do Pólo já apartava,
quando na cruz o Filho de Maria,
amostrando-se a Afonso, o animava.
Ele, adorando quem lhe apetecia,
na Fé todo inflamado, assim gritava:
“Aos infiéis, Senhor, aos infiéis;
e não a mim que creio o que podeis!”
(Canto III, 45).*

A SÉ

Saí do Castelo, fui descendo os degraus e logo avistei a cúpula romano-gótica da Catedral de Lisboa, mandada edificar por Afonso I em 1147 (imediatamente após a conquista do Castelo). A Sé foi erguida no lugar onde a mesquita ocupara o espaço da antiga igreja visigótica.

Antes de adentrar a Sé, almocei bacalhau. Na sobremesa, o café, com bolo de ovos, fez-me lembrar o poema Caranguejola, de Mário de Sá Carneiro: *Façam apenas com que eu tenha sempre a meu lado/ bolos d'ovos e uma garrafa de Madeira.*

Constatei o despojamento rústico da Sé, tanto na estrutura externa quanto na interna. O que nela avulta mais fulgidamente é a beleza da rosácea multicolorida, sobre o portal da fachada. O medalhão luminoso mostra os rostos dos apóstolos, ao redor do Cristo, simbolizados por seus distintivos. São Pedro, no mais alto da roda, tem a chave da Igreja.



Jazem, em diversos ângulos das naves, fragmentos de alicerces arqueológicos: relevos vermelhos e brancos dos restos do muro romano do século II A.C e da construção da época islâmica, do século VI.

A arquitetura da Sé evoca os modelos da Idade Média da Normandia. Apesar dos sismos e dos incêndios, os restauros mantiveram as características geométricas de sua origem.

Faço aqui uma lista das opulências que reluzem dentro da Sé: a cúpula, o púlpito e o órgão, emoldurados pelos mármore policromos. A grande tela *Aparição de Cristo a São Vicente*, de Pedro Alexandrino de Carvalho, à direita do altar. As capelas, decoradas com formosa estatuária e preciosas pinturas. O belíssimo retábulo barroco de ouro e mármore que ilustra o *Camarim do Patriarca*.

A ORDEM DE CRISTO, PRECURSORA DA EMPRESA DOS DESCOBRIMENTOS

Naquele tempo em que o Brasil ainda não existia como nação, D. Sancho I, filho de Afonso Henriques, reinou de 1185 a 1211. Desafiou os sarracenos em várias escaramuças, criou cidades e povoou áreas remotas do reino. Foi poeta, acolheu os jograis e favoreceu a cultura trovadoresca em sua corte.

Afonso II recusou o testamento do seu pai, Sancho I, que deixou para as filhas alguns castelos e vilas. Enfrentou as infantas, na refrega em que se conflagrou uma guerra civil, que durou de 1211 a 1216. Foi Afonso forçado a indenizar as irmãs, por intervenção do papa Inocêncio III. As desavenças de família misturaram-se a intrigas político-religiosas. Afonso II apoderou-se de terras do clero, em represália ao arbítrio pontifício, e viveu em litígio com a Igreja. Por esse tempo existiu Santo Antônio (1195-1231), o predicador franciscano que se fez notável na Itália.

Sancho II disputou o trono, em 1247, com seu irmão Afonso, que lhe usurpou a coroa e recebeu o título de Afonso III. Sancho morreu no exílio e Afonso III reinou até 1279.

A ordem militar dos Templários, que se inclinou ao partido de Sancho II, foi espoliada dos seus tesouros por Afonso III. Foi este o rei que desbancou os sarracenos do Algarve em 1249.

No meio das intrigas que se teciam contra e a seu favor, Afonso III recebeu do Papa Gregório X uma bula, de 1273, que lhe impunha a obrigação de respeitar os foros e imunidades da Igreja. Ordenava-lhe, como pontífice, cessasse de molestar os homens votados ao culto de Deus. Afonso e seus sucessores ficaram privados dos padroados da coroa, enquanto pesassem sobre ele ou sobre eles o interdito e a excomunhão. Afonso achava-se colocado entre as ameaças da Cúria Romana e a situação do fisco em 1258.

D. Dinis (1279-1325), filho de D. Afonso III e de Dona Beatriz, teve humanistas franceses como preceptores e foi mecenas de trovadores e jograis. Rei ilustrado, foi mestre da Ordem de Cristo e reinou durante 46 anos.

António Quadros, no livro *Portugal, Razão e Mistério*, mostra como a ideologia templária, impregnada do joanismo, por via agostiniana e bernardina, desenvolveu-se nas concepções místicas lusíadas, sobretudo desde D. Dinis. O Portugal templário engendrou o projeto do Império do Espírito Santo, que perdura nos mitos do Encoberto e do Quinto Império.

Herdeiro do talento do seu avô D. Alfonso X de Castela (autor das Cantigas de Santa Maria), D. Dinis escreveu 76 Cantigas de Amor e 57 Cantigas de Amigo. Imprimitu um ritmo objetivo à missão inerente à herança espiritual de Portugal, oficializando a língua portuguesa, tornando-a obrigatória em todos os documentos públicos e na literatura. Converteu Lisboa na capital do Reino, fundando o Palácio da Alcaçova no Castelo. D. Dinis fundou também, em 1290, o Estudo Geral,

que deu origem à Universidade Portuguesa. Teve o apoio dos templários no litígio que o opôs ao seu irmão D. Afonso, pela posse do Alentejo.

Quando a Ordem Templária foi extinta pelo Papa Clemente V, em 1308, D. Dinis acolheu os sobreviventes e com eles fundou a Ordem de Cristo, no Convento de Tomar. Entregou-lhes os antigos domínios templários. Nasceu, desse empenho devocional, a empresa dos descobrimentos e da expansão ultramarina. Os reis portugueses ostentavam o título de grão-mestres da Ordem de Cristo. As Ordens de Avis e de Cristo celebraram aliança para que os seus cavaleiros se devotassem à patriótica aventura marítima, sob o símbolo da cruz.

A plantação de pinhais por D. Dinis, em Leiria, foi matéria-prima das caravelas dos périplos marítimos. Em meados do século XIII, por iniciativa de D. Dinis, construíram-se os primeiros estaleiros em Lisboa, sob a orientação de mestres e carpinteiros navais. Foram as primeiras atividades marinhas portuguesas, preparando a empresa dos descobrimentos.

Fernando Pessoa louva o rei do lirismo e do amor cortês:

***Na noite escreve o seu cantar de amigo
o plantador de naus a haver
e ouve o rumor dos pinhais
que como um trigo do Império
ondulam sem se poder ver.***

O casal D. Dinis e Rainha Santa Isabel de Aragão criou o culto e a festa de coroação simbólica do Imperador do Espírito Santo. Essa festa ainda existe em Portugal e nas ex-colônias, inclusive no Brasil. As primeiras manifestações desse rito foram as procissões em Alenquer, onde o Imperador foi coroado simbolicamente. A coroação, antes na pessoa de um pobre ou homem de baixa condição, passou a ser, por iniciativa dos franciscanos, de preferência, num menino.

Essa representação evoca a oitava bem-aventurança: “*São bem-aventurados os puros de coração*”. O Pontificado se encheu de ciúme com a ideia, surgida na Europa, de que o monarca poderia ser imperador em nome do Espírito Santo.

Havia que instaurar no mundo o Império do Espírito Santo, ainda que fosse pelas armas? Na Europa, os monarcas cristãos digladiavam-se e o papa os mandava atacar os mouros, que rivalizavam com as nações de religião cristã pela hegemonia política e econômica no mundo. Malgrado a magnanimidade do poeta D. Dinis e da Santa rainha Isabel, Portugal não se podia fazer grande potência mundial apenas pelo predomínio da cultura cristã, sem recurso a métodos violentos.

PRAÇA DA FIGUEIRA

A Praça da Figueira deveria chamar-se Praça de D. João I, porque a estátua equestre desse rei, o primeiro da dinastia de Avis, é o marco mais peculiar daquele espaço quadrangular, circundado de brancos prédios de janelas simétricas.

Estando o Castelo e a Praça da Figueira em áreas próximas (se traçássemos uma linha reta de um logradouro ao outro, a distância não passaria de dois quilômetros), a faixa cronológica entre D. Afonso I e D. João I é de duzentos anos.

Entre D. Dinis e D. João I, reinaram Afonso IV, Pedro I e Fernando I.

Afonso IV (1325-1367), filho de D. Dinis, disputou o trono com o irmão bastardo Afonso Sanches e, sagrando-se rei, casou com Dona Beatriz de Castela. Foi ele o responsável pela morte de Inês de Castro, de origem castelhana, a preferida do Infante Pedro, naquele tempo em que Portugal e Castela viviam aos trancos e barrancos. Afonso IV fundou a Companhia da Marinha Mercante Portuguesa. A denominada Peste Grande, que devastou a Europa no século XIV, grassou em Portugal nos últimos anos do reinado de D. Afonso IV.



D. João I

D. Pedro I (1357-1367) subiu ao trono e liquidou os nobres que martirizaram Inês. Desenterrou o cadáver da desditada mulher e obrigou a aristocracia a prestar-lhe reverências. Administrou uma justiça cruel. Foi sucedido por D. Fernando, em cujo reinado sucederam vários motins e sedições populares.

D. Fernando I (1345-1383) construiu, em 1375, a Cerca Nova de Lisboa, que tinha 77 torres e 44 portas. Casou com Dona Leonor Teles de Meneses, cognominada a Aleivosa, que mantinha relações íntimas com um nobre galego, chamado Juan Fernández de Andeiro. O exército do rei de Castela sitiou Lisboa durante quase dois meses. D. Fernando fez uma paz vergonhosa e os castelhanos se afastaram.

D. Leonor ficou viúva e foi regente de 1372 a 1383. Quando, porém, pediu ajuda ao rei de Castela para proclamar rainha a sua filha Beatriz, os portugueses interpretaram que isso equivalia a pôr o reino nas mãos dos castelhanos.

Foi, portanto, em 1383, duzentos anos depois da expulsão dos árabes de Lisboa, que D. João, o Mestre de Avis, filho de D. Pedro I e de Inês de Castro, pôs-se à frente de uma conspiração que assassinou o governador Andeiro, marido de D. Leonor, e foi proclamado regente e defensor do povo. No ano seguinte, o rei D. Juan I de Castela sitiou Lisboa. Graças às muralhas construídas por D. Fernando, a cidade resistiu ao assédio de quatro meses e a peste afugentou os castelhanos.

Depois da vitória na célebre Batalha de Aljubarrota, em abril de 1385, quando a bandeira de Castela foi derribada, as Cortes de Coimbra proclamaram rei o mestre de Avis, com o nome de D. João I.

Sobre D. João I, o iniciador da Dinastia de Avis, disse Fernando Pessoa:

***O homem e a hora são um só
quando Deus faz e a história é feita.
O mais é carne, cujo pó
a terra espreita.
Mestre, sem o saber, do Templo
que Portugal foi feito ser,
que houveste a glória e deste o exemplo
de o defender.
Teu nome, eleito em sua fama,
é, na ara da nossa alma interna,
a que repele, eterna chama,
a sombra eterna.***

Segundo Agostinho da Silva, as batalhas vencidas por D. João I, em Atoleiros, Arronches e Alegrete, foram, no contexto europeu, episódios da Guerra dos Cem Anos. Os portugueses, aliados da Inglaterra, combateram os espanhóis, aliados dos franceses.

São estes os antecedentes da subida ao trono de D. João I, cuja estátua domina o ângulo esquerdo da Praça da Figueira. No monumento, D. João I empunha o cetro e as rédeas com altivez. No pedestal está escrito: “*Rei de Portugal pela graça de Deus e firmeza de Nun’Ávares, João das Regras, povo de Lisboa e Cortes da Nação*”. Nuno Álvares (1360-1431), soldado pregador do Evangelho, liderou o exército português nas batalhas alentejanas, recebendo do Mestre de Avis o título de Condestável. Dele disse o visionário Teixeira de Pascoais: “*Nuno Álvares morreu como homem para viver como Portugal*”. João das Regras, “doutor por antonomásia”, jurisconsulto formado em Bolonha, presidiu a Assembleia que legitimou D. João I no trono de Portugal.

Ao redor da estátua equestre de D. João I, instalada em 1971, passam vários elétricos, uns de modelo antigo, outros modernos e sofisticados.

Fundada a Dinastia de Avis, D. João I selou aliança com o duque de Lencastre, da Inglaterra, mediante o casamento com Dona Filipa, filha daquele nobre inglês. Do casal, nasceram os infantes D. Duarte, D. Henrique, D. Pedro e D. Fernando, que Camões designou por *íclita geração*. Fernando Pessoa, ao se referir aos que protagonizaram a peripécia das aventuras marítimas, indaga a Filipa de Lencastre: “*Que enigma havia em teu seio que só gênios concebia?*”

Em 1401, D. João casou Afonso, um de seus filhos bastardos, com Brites, única herdeira de Nuno Álvares Pereira. A filha do Condestável recebeu o título de duquesa de Bragança, dando início à Casa de Bragança, que, 400 anos depois, fundaria o império no Brasil.

D. Duarte I (1433-1438), sucessor de D. João I, é o autor de *O Leal Conselheiro*, livro classificado na categoria de ensaios filosóficos. No seu reinado construiu-se o Convento do Carmo. Dele escreveu Fernando Pessoa: “*Meu dever fez-me, como Deus ao mundo. A regra de ser Rei almou meu ser/ em dia e letra escrupuloso e fundo. / Firme em minha tristeza, talvez vivi. Cumpri contra o Destino o meu dever. / Inutilmente? Não, porque o cumpri.*”

Em 1415, o Infante D. Henrique convenceu D. Duarte a atacar Ceuta e a tomá-la dos sarracenos. A expedição cruzou Gibraltar, tendo à proa Nun'Álvares, o Condestável, e os infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando. Saquearam a cidade luzente de ouro e sedas. Extirparam de Ceuta o ninho dos piratas.

Essa aventura bélica entronizou como cavaleiros os filhos de D. João I. Desde aquele momento, D. Henrique, governador da Ordem de Cristo, iniciou as viagens de descobrimento, conquista e exploração. Cercou-se de estudiosos e mareantes hebraicos e italianos. Construiu estaleiros e arsenais. A imagem do Infante aventureiro começava a acrescentar-se à de um sábio cosmógrafo e cientista.

Especulava-se sobre o misterioso reino do Preste João, que os templários acreditavam ser um aliado cristão contra os mouros. A cruzada tornou-se a essência da vocação nacional. A epopeia da expansão incidiu na exploração dos arquipélagos de Madeira e Açores. Em 1434, Gil Eanes aportou ao sul do Cabo Bojador.

Em 1437, organizou-se a expedição a Tânger. No transe dessa ambiciosa investida, o Infante D. Fernando morreu refém dos marroquinos. As Cortes se negaram a entregar Ceuta, nas negociações que libertariam o príncipe. D. Fernando permaneceu seis anos preso nas masmorras árabes e morreu na enxovia em Fez. D. Henrique mordeu o remorso do sacrifício do irmão.

Pessoa enaltece o sonho de D. Henrique, que imprimiu o ritmo das expedições e da prossecução da empresa dos Descobrimentos:

***Em seu trono
entre o brilho das esferas
com seu manto de noite e solidão,
tem aos pés o mar
novo e as mortas eras
- o único imperador que tem, deveras,
o globo mundo em sua mão.***

D. Duarte encarregou Fernão Lopes de escrever as crônicas dos reis D. Pedro, D. Fernando e D. João. Nuno Álvares figura como o herói cavaleiresco destes registros históricos.

D. Duarte morreu de peste em 1438. Criou-se uma regência tripartida, com a rainha (aragonesa) Dona Leonor, o Infante D. Pedro e o Conde de Arraiolos. D. Afonso, futuro Afonso V, tinha apenas 6 anos de idade.

A população de Lisboa rechaça Dona Leonor, por estrangeira, e D. Pedro (irmão de D. Henrique) segura as rédeas como regente único.

As dissidências que geraram combates entre os próceres da dinastia de Avis foram entraves à consecução do objetivo maior. D. Pedro, o regente, tio e sogro de D. Afonso, rebelou-se contra o legítimo sucessor de D. Duarte.

Afonso V acedeu ao trono em 1446 e declarou guerra a seu tio D. Pedro, que morreu na infausta Batalha de Alfarrobeira. Pretendeu o trono de Castela, ao se casar com sua sobrinha Joana. Recorreu ao apoio de D. Luís XI de França e do Duque de Borgonha, D. Carlos, para dar cabo de Fernando e Isabel. Ao regressar da França, mandou Nuno Gonçalves pintar em 1478, os famosos Painéis que ora se encontram no Museu das Janelas Verdes.

Cada ano, desde então, entravam em Portugal de dez a doze mil escravos africanos. Os turcos tomaram Constantinopla em 1453.

SÃO VICENTE DE FORA

Mergulhei no túnel do metrô e, em poucos minutos, cheguei à Baixa. Passei pelos Armazéns do Chiado, subi a Rua Garrett e tomei o Elétrico 28, que me transportou ao Largo da Graça e, por fim, a São Vicente de Fora.

Revisitei a Igreja e o Convento. A antiga Igreja de São Vicente serviu como primeiro quartel das mesnadas que assediaram o Castelo dominado pelos sarracenos. Afonso I fez enterrar ali os soldados caídos na conquista de Lisboa. O edifício tornou-se, seguidamente, mosteiro agostiniano e cemitério medieval.

Contemplei a fachada, que Felipe II (primeiro de Portugal) mandou reconstruir com as duas altas torres barrocas sobre a grande nave. A escalinata antecede a fachada, que as pilastras dividem em cinco partes. Nos extremos, as duas torres brancas despontam com os respectivos nichos, que guardam as imagens de Santo Antônio e São Domingos. Sobre as portas, S. Sebastião, S. Agostinho e S. Vicente. Nos nichos superiores laterais, S. Norberto e São Bruno.



No interior da igreja, de nave única, planta de cruz latina, há dois altares laterais: o do Sagrado Coração e o da Virgem, ambos decorados com talha dourada e mármore. No altar maior, situado no centro dos altares laterais, o portentoso baldaquino barroco, dourado, ornado de colunas de pórfiro, decoradas com anjos e filigranas.

Já dentro do Convento, apreciei, na primeira sala, o teto decorado pelo florentino Vincenzo Baccarelli: *Triunfo de Santo Agostinho sobre a heresia*. Notei que as marcas de gesso na superfície do teto, remanescentes da restauração da cena, feita por Manuel da Costa, em 1796, deixam ver, parcialmente, o báculo do santo, que fustiga os hereges.

As paredes brilham, lindamente cobertas de azulejos reluzentes. Uma das estampas representa a guerra dos lusitanos contra os mamelucos; a outra, mostra o rei Afonso Henriques, cortejado pelos cônegos que lhe entregam um manto abençoado.

Igualmente em azulejo, vê-se a imagem do jovem rei Dom Sebastião, de coroa e espada, na iminência de sua partida fatal para o Marrocos.

São Vicente, nascido em Huesca, vem apodado *De fora*. Supliciado durante a perseguição de Diocleciano em 302 d.C, estava sepultado em Saragoza, de onde um grupo de cristãos lhe recobrou os restos mortais, para evitar a profanação do sarracenos e os levou para Sagres. A lenda afirma que a nau que trasladou as relíquias para Lisboa, por vontade de D. Afonso I, em 1173, foi guiada por dois corvos.

De fato, a insígnia do Santo está gravada com imagens de um barco e dois corvos. A esse respeito, diz-nos José Cardoso Pires: “*São Vicente, que está na Sé, só viu Lisboa com os olhos de morto. São Vicente entrou no Tejo em cadáver navegante sob a guarda de dois corvos. Já ressequido e mirrado. Já relíquia de sacrário. Recolheu à catedral*”. (p.28).

Intramuros, o mosteiro tem a riqueza de lindíssimos objetos litúrgicos de prata, esculturas de santos em madeira, retratos de clérigos eminentes e condecorações heráldicas.

Extramuros, vi, das janelas, o Tejo espreado como um campo azul. Um barco serpenteava, desde a Outra Banda. Os telhados próximos, como insólitos embarcadouros, parecem deslizar sobre a fluidez. Em cima dos 20 pórticos do luminoso claustro de azulejos, do século XVIII, brilham as janelas das celas. Na plataforma mais alta, as torres barrocas despontam como troféus.

Caminhei pelo claustro, admirando o suntuoso ornamento de 230 azulejos barrocos que documentam a vida cortesã de Lisboa do século XVIII.

Deparo com o Panteão Real da Dinastia Bragança, mandado construir por D. João IV de Bragança, o soberano que estabeleceu a independência nacional. Ele próprio está sepultado ali, atrás do altar maior, ao pé do tabernáculo.

José I transferiu os túmulos, com as relíquias dos seus ancestrais Braganças, do coro para a sacristia. Fernando de Saxe-Coburg (esposo de Maria II), os colocou no refeitório. O mais belo mausoléu é o de Dom João IV, cingido com epígrafes em latim e filigranas ornamentais, arrematadas pelo escudo e pela coroa.



Mausoléu de
Dom João IV

As demais arcas de pedra têm superfícies simples, como caixotes de mármore, com os nomes e as respectivas datas de nascimento e morte, gravados em letras douradas. Dom Carlos e seu filho, o príncipe herdeiro, sacrificados em 1908, também estão ali sepultados. A História do Brasil está, igualmente, ali representada, pelo túmulo de Dom João VI, e pelo cenotáfio de Dom Pedro IV (ou Pedro I, do Brasil). Os restos de Dom Pedro I foram para o monumento do Ipiranga,

em São Paulo, em 1972.

A sacristia, coberta de mármore policromos, tem no portal esculturas que representam a Fé e a Esperança. Um medalhão de D. João V preside o acesso.

Vi, ainda, a Capela de Santo Antônio, decorada com incrustações barrocas e a imagem do Santo. A capela foi construída onde existia a cela de Santo Antônio, que foi monge em São Vicente de Fora, desde 1210, no início de sua carreira eclesiástica.

No andar superior, vi os azulejos, representando 38 fábulas de La Fontaine (1621-1695), em magníficos desenhos de Jean-Baptiste Oudry.

Na saída, chego ao subterrâneo, onde há ruínas do claustro primitivo, construído no tempo de João III (1521-1557).

Deparei um portão, onde começa uma escada que leva à cavidade da cisterna, que contém água, à profundidade de cinco ou seis metros sob o solo.

Saio da Igreja de São Vicente e não tardo a contemplar a prodigiosa cúpula do Panteão Nacional. Ladeira abaixo, o onipresente e caudaloso Tejo escorre no panorama.

IGREJA DE SANTO ANTÓNIO

Pela íngreme ladeira da Rua da Padaria, chego ao Largo de Santo António da Sé. Contemplo, no centro da praça, a estátua do Santo lisboeta, em bronze escuro, com o Menino Jesus nos braços e o Evangelho nas mãos. Depois, aprecio a cúpula circular da Igreja de Santo António, ornada por janelas.

Adentro os umbrais e vejo o altar, iluminado de custódias douradas, que reluzem sobre o balandrau brilhante do santo pregador franciscano. Vejo, também, um padre, em plena celebração. Discretamente, em vez de escutar o que diz o reverendo, derivo, quase clandestino, pelo percurso lateral da nave, onde se localizam o Relicário e a Capela de Santo António. Desço uma escada e chego ao subterrâneo, onde um altar simples acolhe, num nicho gradeado, a imagem do Santo, cingida por um ostensório. Acredita a tradição que neste lugar nasceu Fernando de Bulhões, que se tornou grande teólogo e foi canonizado com o nome de Santo Antônio. Essa cripta é o que resta da basílica original, que o terremoto destruiu em 1755.

Reinava Sancho I, sucessor de Afonso I, quando Fernando de Bulhões recolheu-se ao Mosteiro de São Vicente de Fora. O ponto culminante da



carreira eclesiástica do brilhante teólogo foi em Pádua, desde 1231, onde pregou magníficos sermões e morreu aos 36 anos.

Atribuem a Santo Antônio, entre outros milagres, o de haver aparecido em Lisboa, quando estava pregando em Pádua. Nessa projeção astral, fez falar um defunto, cujo depoimento livrou seu pai da sentença de morte por uma dívida inexistente.

Aquilino Ribeiro e Agustina Bessa-Luis escreveram livros sobre a vida de Santo António. *Humildade Gloriosa*, de Aquilino Ribeiro, escrito em 1953, é uma biografia romanceada do rapaz Fernando de Bulhões, cujo pai, Dom Martinho de Bulhões, lutou em Navas de Tolosa, a favor dos reis cristãos contra o mouro Miramolim.

Fernando de Bulhões inicia sua peregrinação em Leiria, onde estuda os sábios teólogos e opta pela Ordem dos Franciscanos. Foi, algumas vezes, tentado pela beleza e pela sensualidade da moça Violante que por ele se apaixonara. A vocação monástica venceu. Era aquele um tempo em que a peste castigava os crimes dos homens.

Adotou o nome de Frei António e foi para a Sicília, onde viveu meses meditando numa fuma. As tentações assediavam-no dia e noite.

Decorria a guerra do papa Gregório IX com imperador herege Frederico II. Pádua era um antro dos guelfos, partidários do pontífice. Recluso no convento de Santa Maria de Pádua, Antônio escreveu os *Sermões dos Santos*. Tornou-se brilhante pregador e apóstolo missionário.

Queixava-se da luxúria e da soberba dos padres. Insistia em que o fundador da Ordem, Francisco de Assis, viveu sempre na penúria e na humildade.

Quanto ao livro de Agustina Bessa-Luis, a autora nos mostra o menino Fernando Bulhões, que frequentava as igrejas para

ouvir os oradores sacros e que, ao se tornar órfão, entrou no Convento de São Vicente de Fora. Insatisfeito com o nível intelectual do convento lisboeta, o futuro santo internou-se no mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, onde dispunha de mais livros e mestres. Ali o jovem monge leu Dionísio Aeropagita, Pedro Lombardo, São Isidoro e Orígenes.

Ao vestir o hábito franciscano, o rapaz de baixa estatura, corpulento, de fisionomia viril e olhos vivos, mudou o nome de batismo de Fernando para António. O novo nome exigia outro desafio: converter os sarracenos no Marrocos ou ganhar o martírio, mas doença impediu o cometimento de tal temeridade.

Depois do seu paradeiro, em 1221, na ajardinada e branca Messina, António recolheu-se ao eremitério de Montepaolo, disposto a passar o resto da vida em estudo e meditação. O eremita varria o convento e lavava a louça, antes de se recolher numa gruta para praticar penitência e meditação.

O estudo religioso era-lhe um consolo, naquele tempo em que o papa Gregório IX promulgara bula para pôr termo nas dissensões internas da Ordem franciscana.

O imperador Frederico II atacava o papa Gregório IX e os franciscanos. Frei António procurava refúgio nos retiros de La Verna, Cerbaiolo e Camposampiero. Manifestava, contudo, cólera pertinaz contra os maus religiosos.

O humilde servidor do Cristo foi pregar em Pádua, desde 1230, onde escreveu *Sermões Dominicais* e *Sermões Festivos* e recebeu do Ministro Geral total liberdade de pregação. Tinha imenso auditório na Piazza del Duomo, de Spoleto, e se exprimia com desenvoltura diante dos letrados.

Para Agustina Bessa-Luis, Santo Antônio era *um soufi, um sábio que procura o conhecimento começa com o sentimento, sem ser por intermédio da reflexão ou da especulação*. Ele não escreveu

tratados sobre a predestinação nem se intitulou doutor da Graça: “*Para Deus, a inteligência não basta, se não intervier a vontade para amar*”, dizia o pregador. O seu amor e a sua pureza de intenções despertavam nos outros o sentimento de redenção: “*A oração vai aonde a carne não pode chegar*”, reiterava o ilustre santo português.

Gregório IX o canonizou em 1231 e Pio XII outorgou-lhe o título de Doutor Evangélico, em janeiro de 1946.

MUSEU DE ARTE ANTIGA

O Tejo remansado parece uma grande piscina, visto do Jardim das Janelas Verdes, ao pé do Museu de Arte Antiga. A Doca de Alcântara tem guindastes vermelhos. Do outro lado da ribeira, a colina verde se alteia nos relevos. A urbanização se sobressai da espessura da vegetação.

Vejo, do lado direito, a estrutura da Ponte 25 de Abril, com os esguios metais suspensos. Os carros, vistos de longe, parecem formigas. No jardim, sob as flores roxas de um jacarandá, um pequeno bloco de cimento estampa versos de Teixeira de Pascoaes:

Ser alegre é ser luz. Rir é florir.

*Cravos na infância, rosas pequeninas
são sorrisos de amor que estão a abrir...*

Adentrei o Museu de Arte Antiga, cujo acervo guarda objetos litúrgicos cintilantes: crucifixos de ouro, aljôfares, granadas e safiras, dos tempos de Sancho II (1214); relicários e báculos, em prata e quartzos, do século XII; custódias de prata, do século XVI; porcelanas e biombos da China e do Japão, desenhados do século XV ao XVIII. Há, também, painéis de azulejo de século XVII da Síria, e, arauto do ambiente solene, o magnífico Bodisatva Maitreya, em meditação, modelo japonês do século XVII.

No terceiro andar, há maravilhas em madeira e calcáreo policromadas (estátuas da Virgem com o Menino, do século IV); retábulos dos séculos XV e XVI, representando as histórias de vários santos.

Um São Vicente, pintado por Nuno Gonçalves (em 1470), aparece atado à coluna. O pintor régio de Afonso V representa o santo com o semblante triste, num desenho de absoluta precisão anatômica.

Quadros de exímio virtuosismo compõem as paredes do Museu de Arte Antiga: *A Adoração dos Magos*, de Domingos António de Sequeira, em que se destaca a prodigiosa modelação das figuras e da luz;



Dom Sebastião



D. João II

D. João II, em retrato pintado por Cristóvão Lopes, em 1564. O rei, vestido de monge, reza, ajoelhado. D. Sebastião, pintado por Cristóvão de Moraes (também no século XVI), traça a vestimenta real, com elegante couraça. O olhar melancólico e ambicioso mostra o caráter do jovem louro, que, aos 24 anos, desenterrou a espada de Afonso Henriques e foi morrer no areal de Alcácer Quibir. O queixo protuberante, o lábio inferior, volumoso e caído, a mão esquerda na cintura, num gesto desafiador e o cachorro fiel, parecendo desaconselhá-lo a cometer a sua temerária empresa.

O *políptico de São Vicente*, obra-prima de Nuno Gonçalves, pintado de 1467 a 1470, estava desmontado para conservação e restauro, dentro de um espaço envidraçado. Contemplei-o com a perplexidade natural que os vários intérpretes da obra sentiram, em razão do enigma que ela encerra. O museu disponibiliza informações insuficientes para uma pormenorizada

identificação das figuras pintadas nos painéis. Diversos historiadores exprimem suas versões sobre os personagens ali representados.

António Quadros, em *Portugal Razão e Mistério*, convenceu-me de que essa obra pictórica deveria ser chamada de *Políptico do Infante D. Fernando*. Ao identificar os 58 personagens dos seis painéis, pintados mediante encomenda do Rei D. Afonso V, para a Capela do Espírito Santo do Paço de Sintra, António Quadros os interpreta do ponto de vista místico. Explica por que as imagens dramatizam, num mistério litúrgico, o culto aristocrático e popular do Espírito Santo.

As fisionomias têm expressão de consternação pela tragédia do sacrifício de D. Fernando, que aparece nos dois painéis centrais. O Infante Santo foi sacrificado na guerra de Tânger, onde ficou como refém. D. Henrique, o comandante da expedição, abandonou o irmão nas mãos cruéis dos inimigos. O sultão exigiu a devolução de Ceuta, como moeda de resgate do príncipe lusitano. As cortes de Torres Novas, de 1438, recusaram a entrega da praça, sob pena de estorvar a expansão portuguesa.

Sobre esse triste episódio, sentenciou Agostinho da Silva, em seu livro *Reflexão: “o lado inglês do Infante D. Henrique, para manter o homem, matou o deus”*. O filósofo denunciou ainda a dureza de sacrificar irmãos em nome da tentação de fazer que importe nas empresas o lucro material. E assim conclui, convictamente: *Com o sacrifício de D. Fernando, o que se atingia era a própria e mais delicada raiz de Portugal, império fraterno, império humano, império católico. Quinto Império. Matando-o.* (SILVA, 1996, p.60).

Os painéis mostram, portanto, o momento em que a dinastia Avis relança o projeto áureo, messiânico, do Reino do Espírito Santo, com a colaboração dos cistercienses dos franciscanos e das Ordens



de Cristo e de Avis. Esse objetivo providencialista de Portugal remonta ao período dos fundadores do País, os condes de Borgonha, que, tal como Hugo de Cluny e São Bernardo, eram descendentes de Carlos Magno.

No simetrismo das duas tábuas centrais, D. Fernando aparece investido das duas funções: a sacerdotal e a real. O desdobramento das imagens do Infante marca o duplo movimento: a sua volta simbólica a este mundo e a sua ida para junto de Deus.

O Painel das Confrarias do Espírito Santo mostra, no primeiro plano, um velho monge ajoelhado. É Frei João Álvares, da Ordem de Avis, companheiro de cárcere do Infante D. Fernando em Fez, no Marrocos. O cronista religioso sobreviveu ao cativeiro de 11 anos e, posteriormente, em 1450, voltou às plagas marroquinas, de onde trouxe algumas relíquias do Infante Santo. Segundo o Frei João Álvares, o Infante, no martírio da prisão, viu dois anjos, um dos quais lhe mostrava o livro aberto do Evangelho de São João.

No centro do Painel, o Infante Fernando tem o rosto grave e mostra o Evangelho de São João. Nas páginas abertas, lê-se o anúncio da vinda do Consolador, que nos recordará o que Jesus falou: “*Vou, mas voltarei*”. Do lado do Infante D. Fernando, o Rei Afonso V, ajoelha-se com um só joelho.

Fernando Pessoa proclama o Infante de Portugal:

***E esta febre de Além que me consome,
e este querer grandeza são Seu Nome
dentro de mim a vibrar.(...)
Cheio de Deus, não temo o que virá,
pois venha o que vier,
nunca será maior do que a minha Alma.***

Para António Quadros, no Painele da Missão das Ordens de Cristo e Avis ou Painele do Arcebispo, o Infante Fernando, em sua segunda imagem, detém a vara simbólica do Mestrado de Avis. Está investindo o mestre das três ordens e condestável na missão de libertar o seu corpo. O Infante esboça um sorriso e tem o livro fechado e guardado debaixo do braço. Tem uma vara dourada na mão esquerda, simbolizando o mestrado de Avis e aponta com a mão direita para o cavaleiro ajoelhado aos seus pés.

Recordei-me dos versos de José Santiago Naud, no poema *Tomar: Tu, marinheiro português, arfando/ a raiz da árvore. Janela redentora/ no Convento de Cristo. Entre/ os frutos da terra e os frutos do mar! / é o movimento de ascensão que demonstras*. (NAUD, 2011, p. 27).

O molho de cordas, que se vê aos pés dos chefes militares do reino, significa a corda que os cavaleiros templários usavam à cintura, simbolizando a ligação no voto de que estão investidos na missão patriótica. Intenta expressar, também, a aliança dos cavaleiros da Ordem de Cristo e de Avis.

Depois de contemplar as esplêndidas imagens do Museu de Arte Antiga, voltei ao Cais do Sodré e ao Terreiro do Paço, cruzando o chão de terra e pedrinhas, na extensão da Praça do Comércio. Segui contemplando os monumentos de Lisboa e meditando sobre os desmandos com que a nobreza e os monarcas quebrantaram o ideal messiânico das Ordens de Avis e de Cristo, de fundar o Império do Espírito Santo.

Em 1449, D. Afonso V debateu-se com o Infante D. Pedro e o venceu em Alfarrobeira. De 1458 a 1471, Afonso V destrambelhou as porteiras marroquinas e e resgatou o corpo do mártir D. Fernando. Depois de casar com a sobrinha Joana, meteu-se na encrenca dos partidos que, em Castela, disputavam a sucessão. O casal Isabel de Castela e Fernando de Aragão, em represália, tomou as Canárias. O rei português desistiu das pretensões ao trono castelhano. A paz foi celebrada em Alcáçovas. Em 1481, faleceu Afonso V. No mesmo ano, D. João II assumiu o trono.

D. João II bebeu do rio de ouro da Guiné, onde fundou sua empresa de escravos. Muniu as caravelas de bombardas e mandou, em 1482, a primeira expedição ao Oceano Índico, sob o comando de Diogo Cão, que foi gravando padrões em pedras nos litorais da África. Em 1487, Bartolomeu Dias passou o Cabo das Tormentas e desanuviou o caminho marítimo para a Índia. As Tormentas receberam o novo apelido da Boa Esperança. A promissora viagem de Bartolomeu e o orçamento de dois milhões de maravedis fizeram D. João II recusar a proposta de Colombo de ir a Catai pelo Ocidente, em 1484. Por mediação do papa Alexandre VI (Rodrigo Borgia), o rei português assinou o Tratado de Tordesilhas, que dividiu o Brasil em duas partes. Apenas um pequeno fragmento, do lado leste, pertencia a Portugal. A metade do mundo descoberto pelos portugueses foi entregue à Espanha.

Em Évora, a 29 de junho de 1483, D. João II mandou executar em Évora, D. Fernando, o segundo Duque de Bragança, sob acusação de traição a favor de Castela. Depois, apunhalou o Duque de Viseu, por igual suspeita e mandou expor-lhe o cadáver sobre um cadafalso, em frente à igreja matriz de Setúbal.

D. João II obstinou-se na procura do Preste João, o Imperador-Presbítero, Patriarca da Núbia e da Abissínia, que, segundo cronistas medievais, se acreditava ser um descendente dos reis magos e da dinastia do Graal. Esse arquétipo foi mais tarde retomado no sebastianismo. As tentativas para estabelecer contato com o enigmático Preste, visavam a encontrar um centro aliado de poder cristão entre a África e o Oriente que constituísse plataforma para o esmagamento do poder muçulmano. O Preste João governava terras de cristãos, e seria Melquisedeque, rei-sacerdote.

D. João II morreu aos 40 anos em 1495. O passamento acidental de D. Afonso, único filho de D. João II, pôs no trono D. Manuel, Duque de Viseu e Beja, cunhado e primo de D. João II.

O MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS

Foram tempos áureos aqueles em que D. Manuel mandou construir o Mosteiro dos Jerônimos, o monumento mais representativo do apogeu de Portugal. D. Manuel reinou de 1495 a 1521, tempo em que, a seu serviço, os navegadores conseguiram ligar Portugal à Índia por via marítima e aceder às mercadorias asiáticas.

No dia 22 de novembro de 2023, atravessei de táxi o Largo do Rato, seguindo pela Avenida Álvares Cabral na direção da Basílica da Estrela. Já no caminho de Algès, reví o itinerário da Lapa, onde era sediado o Secretariado-Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), no tempo em que trabalhei na instituição. Eu descia as escadarias da Lapa até a Avenida Infante Santo e almoçava nos restaurantes próximos dali.

Do Chiado à Lapa, passando pela Basílica da Estrela, eu dirigia o carro, no trânsito moroso, pelas ruas estreitas. O Rato, na mesma trajetória, parece um pátio, de onde se avistam, sobre os telhados, a torre heráldica, a cruz e a espada dos jesuítas, na cúpula da Estrela. Ornada pela floração das copas, a estátua de Pedro Álvares Cabral parece defender a fé e as primícias do Jardim da Estrela. Na avenida cheia, havia, quase sempre, algum psicopata que buzina pra que eu avançasse o sinal. Era impossível meditar sobre a *Clepsidra*, do

Camilo Pessanha, que eu ia escutando num CD, no aparelho de som do carro. Era dobrar a orelha do retrovisor lateral e deslizar na ladeira esguia.

Três imagens emergem do tumultuado périplo: o Rato, conventual e purpúreo, a Estrela, ícone soberano, e o Cabral arrebatado, desfraldando a bandeirona, como se desbravasse, em frente à Basílica, o litoral do Brasil.

No Secretariado Executivo da CPLP, tive a grata oportunidade de trabalhar com colegas do Brasil e dos demais países de língua portuguesa. No transe da memória, estou no passado, mas atravesso, em pensamento, um lapso de quase 20 anos para voltar ao tempo presente: Avenida 24 de Julho, Avenida da Índia, Museu Nacional de Coches. Praça do Império!

Ao chegar à área do Mosteiro dos Jerónimos, atravessei os pavilhões do Centro Cultural de Belém, repletos de auditórios e museus. Na distância, divisei o portentoso barco de pedra do Padrão dos Descobrimentos, que celebra as proezas dos navegantes.

Regressei à Praça do Império e, enquanto esperava, na extensa fila, deliciei-me com a visão do lindo jardim de ciprestes, em cujo centro jorra a transparente fonte vertical. Mais impressionante é a fachada do Mosteiro, incrustado de esculturas platerescas e góticas, signos e simetrias renascentistas: armas, emblemas, pináculos, espirais, arcos, folhas, flores, corações, águias, leões e cães, brotando a exuberância arquitetônica. Os arquitetos João de Castilho e Diogo de Torrealba não assistiram à inauguração desse portento, cuja construção tardou cem anos.

Medito sobre o reinado de D. Manuel I, a Idade de Ouro de Lisboa, em que foram construídos a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerônimos. Foi quando aconteceram as grandes navegações de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral.

Aplaudiam-se os autos de Gil Vicente e os versos de Sá de Miranda e Bernardim Ribeiro, do *Cancioneiro* de Garcia de Resende, antologia de 286 autores do período de D. Afonso V ao de D. Manuel I, em que se destacou, entre outros, o exímio Sá de Miranda, que importou da Itália o *dolce stilo nuovo*. O comércio de especiarias enriqueceu Lisboa e Dona Leonor mandou edificar as Misericórdias. Os judeus, entretanto, foram expulsos de Portugal e os remanescentes foram, em 1506, massacrados na Praça do Rossio.

D. Manuel dedicou o Mosteiro dos Jerônimos à memória do seu tio-avô, o Infante D. Henrique, o Navegador, Comandante da Ordem Militar do Cristo, responsável pela construção da antiga igreja gótica, que existia no mesmo local.

Na heráldica fachada, agulhas despontam por toda a extensão dos tetos; finos pináculos se estendem em 300 metros de pedra calcária, lavrada com arabescos e elementos vegetais entrelaçados. Os arcos do portal estão gravados, contando cerca de 40 figurações iconográficas, num espetáculo fulgurante. Junto à porta geminada, uma coluna suporta as esculturas de D. Henrique, Moisés e Elias.

Nas laterais do arco central, formando um triângulo com a escultura de D. Henrique, figuram Dona Maria e D. Manuel.

No tímpano, São Jerônimo está duas vezes representado em baixos-relevos: na primeira figura, em hábitos de cardeal, ele arranca o espinho da pata de um leão; na segunda, aparece adorando o Cristo crucificado.

O escudo real, com as armas de Portugal em baixo-relevo, exsurge no centro do tímpano, um pouco acima das estátuas de São Jerônimo. Nas laterais, fora do arco central, esculturas dos apóstolos completam a decoração da parte baixa da Igreja.



Mais alto, no centro de tudo, cercada de anjos e músicos, Santa Maria de Belém tem o Menino no braço direito e um cálice na mão direita. Esse cálice é o Graal mitológico, representando o conhecimento espiritual. Ao redor dessa escultura, de baixo para cima, proliferam, de cada lado, duplas iconográficas: Isaías e Jeremias de um lado; Daniel e Ezequiel do outro. Santa Luzia e Santa Anastácia de um lado; Santa Apolonia e Santa Catarina, do outro. Gregório e Ambrósio de um lado; Agostinho e Jerônimo do outro. No mais alto do eixo central, por cima do dossel da Virgem com o Menino, emerge a imagem do Arcanjo São Miguel, Custódio do Reino.

Adentrei o suntuoso portal da Igreja de Santa Maria de Belém, onde deparei com as estátuas orantes dos reis fundadores, D. Manuel e D. Maria, ajoelhados em almofadas e assistidos por seus padroeiros, S. Jerônimo e S. João Batista, respectivamente. Vejo, ainda, em pequenos nichos, as imagens dos quatro evangelistas. Quase na altura da abóbada, as esculturas dos Mistérios da Natividade, Anunciação e Adoração, às quais D. Manuel e D. Maria prestam reverências. Dos lados, o Infante Santo e São Vicente.

No interior da Igreja de Santa Maria de Belém, fulguram as naves de altas e majestosas colunas floridas e tetos de entrelaçadas nervuras, com emblemas reais e da Ordem de São Jerônimo. As capelas constituem o panteão de reis diversos. Em mármore luzente, da autoria de Costa Mota, a estátua de Luis de Camões, de um lado, ostenta a espada coroada de louros. Na base da arca, a lira e a pena são os signos da sua glória literária. Do outro lado, Vasco da Gama, na pedra horizontal, tem as mãos apontando para o nodoso teto.

O coro da igreja tem, nos transeptos da cruz latina, os túmulos coroados do Cardeal Rei D. Henrique, de D. Sebastião e de D. João III.

O exuberante altar da Capela-Mor ostenta o sacrário de prata e a beleza das telas representando o martírio de Cristo e a Adoração dos Reis Magos.

Para ver a sacristia, pago mais um euro e contemplo as esplêndidas telas que evocam episódios da vida de Jesus e de São Jerônimo. Fotografo o quadro *São Jerônimo vai estudar em Roma*, uma das radiantes expressões da arte portuguesa.

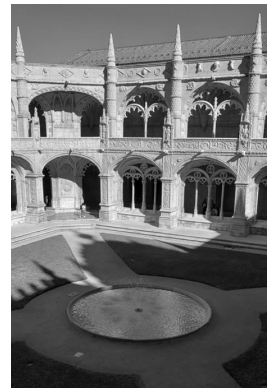
Ao terminar o circuito completo da nave, revejo a tumba e a estátua jacente de Vasco da Gama, na capela do lado oposto à de Camões. O intrépido navegador rezou ali, na véspera de sua viagem à Índia. Vasco da Gama está representado em postura semelhante à de Camões: deitado, com as mãos unidas e os dedos hirtos. Na base, a Cruz de Malta, a caravela e a esfera armilar. A legenda é de Camões: *Partimo-nos assi do sancto templo que nas praias do mar está assentado* (*Lusíadas*, Canto IV, estância 87).

O luminoso claustro tem, na ala norte, a pedra vertical do sepulcro de Fernando Pessoa. Em face do esplendor grandioso dos Jerônimos, o mausoléu de Pessoa é quase humilhante: uma coluna lisa, de mármore retangular. A pequena pedra contrasta com o imenso Poeta. Na inscrição frontal brilham os versos de Ricardo Reis: *para ser grande sê inteiro, / nada teu exagera ou exclui. / Sê todo em cada coisa. / Põe quanto és no mínimo que fazes. / Assim a lua em cada lago brilha, porque alta vive.*

Vi, também, em estilo gótico, o túmulo de Alexandre Herculano, em pedra maior, ao centro da Sala do Capítulo. Meritório culto de louvor a esse que fez em prosa o que Camões fez em poesia. Poeta, filósofo, ensaísta e historiador, Herculano



Mausoléu de
Camões



São Jerônimo
vai estudar em
Roma

escreveu *História de Portugal*, em quatro volumes. É, segundo Ramalho Ortigão, *nosso primeiro historiador na direção dos estudos históricos e na compreensão das leis fundamentais da nossa evolução social*. (ORTIGÃO, 2022, p.19). Mais belas palavras lhe dedicou Miguel Torga, num de seus *Poemas Ibéricos*: *Leva tempo a tornar-se natural/ que uma grandeza tal/ tenha existido*. (TORGA, 1995, p. 62).

A caprichosíssima arquitetura do claustro deleita o contemplador, que se extasia diante das colunas ramificadas, dos arcos, salpicados de símbolos heráldicos, e dos pináculos, moldados como numa atmosfera de sonho. O repuxo de água flui, no centro do jardim, com um rumor sereno.

Vi, por fim, a Capela do Senhor dos Passos (antiga Capela de Santo António), mais uma formosura do estilo manuelino. Quadros de António de Oliveira Bernardes (1703) representam a Paixão de Cristo.

Saio do mosteiro, atravesso, pelo subsolo, o túnel que cruza a grande avenida, e vou ver de perto o Padrão dos Descobrimentos. O baluarte legendário da circum-navegação desponta, no formato de uma grande caravela. É obra de Cottinelli Telmo e Leonardo de Almeida. Colossal bloco de pedra, o Padrão dos Descobrimentos evoca os périplos marítimos do império português. Foi inaugurado em 1940, à margem do Tejo, na antiga praia do Restelo, lugar de onde D. Manuel I, em 1497, mandou Vasco da Gama e sua tripulação ao outro lado do mundo. D. Henrique vai na frente, no alto, fitando o horizonte e levando nas mãos a maquete de uma pequena caravela.



Elevam-se da Terra, subindo por duas rampas, na direção do mar, os maiores próceres da história de Portugal: reis, navegadores, cartógrafos e evangelizadores levam armas e estandartes para o mar das conquistas. Também decoram a praça, estampados no chão, uma esfera armilar de metal, o mapa do mundo, percorrido pelos barcos portugueses, as caravelas, os continentes e as datas das viagens.

Caminho até a velha Torre de Belém, que se configura qual um navio de pedra, encalhado na praia ribeirinha. A proa é a torre vertical; o convés é um pátio, cercado de amuradas, escudos e cruzeiros templários. O vasto Tejo aprofunda o seu encanto na expansão da água. O rumor das ondas tranquilas alisa as pedras escuras. Emblema e sentinela de Lisboa, a velha Torre de Belém, construída de 1515 a 1520, em estilo românico-gótico-mourisco, vê ainda partirem barcos, rumo ao horizonte, como outrora na aventura épica, em direção ao Oriente. Ramalho Ortigão certifica que a Torre de Belém é nula como construção militar. A única arma defensiva que ela pode empregar contra o inimigo é a sua beleza. Dela, entretanto, partiu o malbaratado D. Sebastião, rumo a Alcazar-Quebir, para desafiar o califa do Marrocos. Valho-me de Fernando Pessoa para continuar narrando a história: *“Foi-se a última nau ao céu aziago”*. Não voltou mais.



A PROEZA DE VASCO DA GAMA À LUZ DA PERIPÉCIA DE CAMÕES

Não se podia chegar à Ásia por terra, porque os sarracenos calafetaram as estradas. Era necessário fazer-se ao mar, para dar-lhes bocas de fogo. Por iniciativa de D. Manuel, Vasco da Gama assumiu o comando da primeira expedição às Índias, com 170 marinheiros que ocuparam quatro naves. Partiu de Lisboa, no dia 8 de julho de 1497. Tinha então 28 anos.

Com o passar dos dias, as barcas viravam esterqueiros, cheios de ratos. Os ventos furiosos cerravam o horizonte e o escorbuto apodrecia os homens. Forjou-se um motim, urdido por alguns facínoras, embarcados para combater os salteadores do Mediterrâneo.

Vasco da Gama foi socorrido por Nicolau Coelho, que veio com a nau São Gabriel e lançou os cabos de abordagem na nau São Rafael. Travou-se batalha de espadas, facas e arpões de pesca. Nicolau libertou Vasco das amarras e o comandante mandou que os cabeças da insurreição fossem amarrados aos postes e chicoteados até morrer.

A 20 de novembro, os novos argonautas passaram pelo Cabo da Boa Esperança com vento em popa, sem o assombro de que Camões assegura terem sido vítimas, quando divisaram o medonho monstro Adamastor.

No primeiro semestre de 1499, os marinheiros chegaram à Ilha de Moçambique. O mouro recebeu contente as oferendas de conserva doce e do *ardente licor que dá alegria*, mas quando o Capitão mostrou-lhe as armas que trazia *da forte Europa belicosa*, o ódio e a má vontade roeram por dentro o pérfido sultão. Atacada pela mourama, a furiosa artilharia lusitana afugentou os infieis e prosseguiu o seu itinerário. É a grandiosa voz de Camões quem dá fé desses feitos inauditos:

***Já na água erguendo vão, com grande pressa
com argênteas caudas branca escuma.***
(Canto II, 20).

Dali para Mombaça, partiram com temor daquelas terras suspeitosas. O generoso rei mouro de Mombaça foi solícito:

***E com grandes palavras lhe oferece
tudo o que de seus reinos lhe cumprisse
e que, se mantimento lhe falece,
como se próprio fosse, lho pedisse.***
(Canto II, 102).

A poucos ciclos de braçadas, no dia 14 de abril, já se achavam em Melinde (cidade vizinha de Mombaça, situada no atual Quênia). O sultão de Melinde os recebeu cordialmente: emprestou aos lusitanos os bons ofícios de um piloto:

***(...) Este famoso rei, todos os dias,
festeja a companhia lusitana,
com banquetes, manjares desusados,
com frutas, aves, carnes e pescados.***
(Canto VI, 2).

Os destemidos homens do mar prosseguiram a jornada, enfrentando trovoadas temerosas e relâmpagos que o ar em fogo acendem:

***O Céu fere com gritos nisto a gente,
com súbito temor e desacordo,
que, no romper da vela, a nau pendente
toma grão soma d'água pelo bordo.
(Canto VI, 72).***

As Ninfas do Oceano, por fim, amansaram os ventos feros e os bramidos dos trovões na noite tenebrosa:

***Já a manhã clara dava nos outeiros
por onde o Ganges murmurando soa,
quando da celsa gávea os marinheiros
enxergaram terra alta, pela proa.
(Canto VI, 93).***

No décimo mês da viagem, os desbravadores lusitanos chegaram a Calicute. Havia percorrido 4500 léguas do mar salgado. Camões exalta as virtudes dos portugueses: a força e a determinação de vencer, que lhes facultarão a supremacia nos mares:

***Ora sus, gente forte, que na guerra
quereis levar a palma vencedora:
já sois chegados, já tendes diante
a terra de riquezas abundante!
(Canto VII, I)***

Foram olhados com desconfiança pelos hindus e pelos árabes, estes enciumados, porque entendiam que os portugueses queriam estorvar seus tratados comerciais. O comércio das especiarias estava inteiramente nas mãos dos mouros.

Forçoso foi arengar com o Samorim de Calicute, que desprezou os presentes baratos que lhe ofereceu o almirante.

Havia pouca água nos navios e, aos representantes de D. Manuel, os asseios do corpo não eram consuetudinários. Forçoso é dizer, embora Camões não o diga, que os heróis navegadores vinham fedorentos, quando foram recebidos em audiência pelo Samorim. Os presentes oferecidos ao Samorim (tecidos, pérolas de vidro, bacias de latão, caixas de açúcar, barris de azeite e mel, espelhos e ramais de corais), eram ínfimas mesquinhas, perante a riqueza do monarca hindu. Os viajores foram, portanto, considerados piratas dos mares.

Os templos hindus, repletos de Deidades suntuosas, davam mostra da riqueza da Índia. Semelhavam, na opulência, as grandes catedrais católicas.

O orgulhoso Samorim, recoberto de joias, trajando seda com fios de ouro, desconfiado dos estrangeiros, desacatou o comandante luso:

***Porque nem tu tens Rei, nem pátria amada,
Mas vagabundo vais passando a vida.***
(Canto VIII, 61)

E, sem pestanejar, novos insidiosos vitupérios proferiu:

***E se de grandes reinos poderosos
o teu rei tem a régia majestade,
que presentes me trazes valorosos,
sinais de tua incógnita verdade?***
(Canto VIII, 62)

O infame Catual, ministro do rei hindu, criou toda sorte de dificuldades para que o Capitão mandasse vir a fazenda para trocar pelas especiarias. Premeditando assaltar as naus portuguesas, mandava que Vasco da Gama chegasse a terra a sua armada, para melhor lançar o ataque depredador. Decepcionado com a sandice do Catual, o comandante se armou de prudência:

***Os batéis não quer aventurar
Onde lhos tome o imigo ou lhos detenha.
(Canto VIII, 93).***

Quando, por fim, o arrogante déspota deu voz de prisão a Vasco da Gama, Paulo da Gama, irmão do comandante, tomou como reféns uns mercadores procedentes de Goa, o que permitiu a Vasco da Gama negociar a sua liberdade, mediante pagamento de resgate ao capataz do Samorim.

Vasco aprisionou diversos mercadores indianos. As famílias dos reféns suplicaram ao Samorim que resgatasse os seus parentes. O rei de Calicute mandou soltar os feitores lusitanos que havia detido.

Três meses esteve Gama em tratativas com o desconfiado sátrapa. A proeza do herói foi recompensada pela visita à ilha de Vênus. Camões assegura que, no regresso a Portugal, os marinheiros visitaram a alegre e deleitosa ilha, onde os bosques de álamos, loureiros, mirtos e cerejas exalavam aromas. Nessa Ilha dos Amores, as lindas ninfas, despidas, se deixaram seduzir pelos navegantes:

***Nesta frescura tal desembarcaram,
já das naus os segundos Argonautas
onde pela floresta se deixaram
andar as belas deusas como incautas.
(Canto IX, 64).***

Enquanto os marinheiros portugueses se enlaçam com as ninfas imortais, Vasco da Gama é recebido no Olimpo pelo conúbio com a deusa Tétis. A Deusa atribui à tripulação lusíada a possibilidade de descobrir o futuro. O herói recebe a *máquina do mundo, etérea, elemental*; uma esfera transparente, que lhe permitiria ver *por onde vás e irás e o que desejas*:

***Vês aqui a grande máquina do mundo,
etérea e elemental, que fabricada
assim foi do Saber alto e profundo,
que é seu princípio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
globo e sua superfície tão limitada
é Deus, mas o que é Deus, ninguém o entende,
que a tanto o engenho humano não se estende.
(Canto X, 80).***

A Ilha dos Amores é, no entanto, um bordel. Explica Helder Macedo. Camões mesclou a iniciação espiritual com a fantasia erótica, porquanto a iluminação espiritual é entendida como um corolário da satisfação do desejo sexual. Nessa linha de pensamento, *a Ilha do Amor é uma miragem, um oásis no deserto, porque o propósito de uma viagem para o desconhecido não é só chegar às Índias, mas também encontrar-se o humano entendimento através do amor.* (MACEDO, 2017, p. 99).

O certo é que, quando os mareantes regressavam a Lisboa, a esquadra era um hospital de enfermos de bocas dilaceradas. Levavam pimenta ardente, noz, cravo e canela, em quantidades porém insuficientes para preencher os porões. Novas estocadas sofreram dos piratas, que assombravam o mar, em nome do governador de Goa e da armada do sultão de Mogadíscio.

Depois de quatro meses, no regresso, fizeram paradas em Melinde e Zanzibar, em fevereiro de 1499. Paulo, irmão de Vasco, morreu de febres, na ilha Terceira dos Açores, em abril.

Fernando Pessoa também enalteceu a temeridade dos desbravadores lusitanos:

***Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
quantos filhos em vão rezaram,
para que fosses nosso o mar!***

Quando o capitão Vasco da Gama foi recebido, a 9 de setembro, no Castelo de São Jorge, pelo rei D. Manuel, dos 148 homens que haviam saído da praia do Restelo, apenas 55 haviam regressado. O Gama representa, no ideário camoniano, o herói que vence os embates da Fortuna.

OUTRAS AVENTURAS TEMERÁRIAS

Pedro Álvares Cabral, o marido da Infanta D. Isabel de Castro, neta de D. Fernando, comandou a nova armada, porque a reputação de Vasco da Gama decaía, com rumores disseminados por seus desafetos, que o acusaram de corsário e desregrado moral. Cabral deu também exemplo de bravura e ambição, na proeza de desvendar o mar inexorável. Capitão-mor de 13 navios, içou velas, com 1500 homens, rumo à tristeza do mar. A ração indigesta, a insalubridade dos porões e a voracidade do oceano valiam a pena, porque a alma não era pequena.

Depois que bordearam Cabo Verde, a tempestade devorou os 150 homens da embarcação de Vasco de Ataíde. Pero Vaz de Caminha, no entanto, nega que houvesse tempo forte ou contrário para que a tormenta jogasse os navegadores na boca dos peixes.

Um mês depois, percorridos sete mil quilômetros, surgiram os sargaços flutuantes e os marujos divisaram o redondo e alto Monte, que chamaram Pascoal. Lançaram âncoras na terra de Pindorama e a chamaram Vera Cruz. Segundo Pero Vaz de Caminha, os assustados nativos nus não lhes foram hostis. Ornados de penachos, bicos de osso metidos nos beijos; as índias *sem vergonha de suas vergonhas altas, as cabeleiras raspadinhas e feitas, cerradinhas e limpas*. Até

assistiram à missa. A cruz da romaria os teve genuflexos. Dançaram depois, soprando conchas e búzios. O primeiro escambo foi de papagaios por contas de rosário e crucifixos de estanho. A negociata premeditada era *levar à força dois mancebos para Vossa Alteza*, deixando uns degredados. Não violentaram os ameríndios, mas lhes deixaram os primeiros homicidas de presente. Os tupiniquins não se fizeram rogados de pernoitarem a bordo, O ferro medieval descartou a pedra primitiva, no corte do pau-brasil que tingiu a indumentária do mundo.

Na viagem de regresso, a tempestade matou 400 tripulantes, inclusive Bartolomeu Dias, que, 12 anos antes, havia dobrado o Cabo das Tormentas.

Recordo aqui o Epitáfio que Fernando Pessoa dedicou a Bartolomeu Dias:

***Jaz aqui, na pequena
praia extrema,
o Capitão do Fim.
Dobrado o Assombro.
O mar é o mesmo:
já ninguém o tema!
Atlas mostra alto
o mundo no seu ombro.***

Em Calicute, o Samorim permitiu que se instalasse uma feitoria na cidade, mas uns malfeitores atacaram o armazém português, matando 50 lusitanos. Cabral, em represália, bombardeou a cidade com tiros de canhão. Só no reino de Cochim pôde encher de pimenta os seus navios.

Cabral chega a Lisboa, a 21 de julho de 1501, com os barcos repletos de especiarias e joias e é recebido com festejos. Havia firmado acordos de comércio com os reis de Melinde e de Cochim.

Vasco da Gama invejou o êxito de Pedro Álvares Cabral e obteve o apoio do Mestre da Ordem de Santiago, D. Jorge de Lencastre, para convencer D. Manuel de que a estratégia para dominar os mercados de comércio do Oriente implicava submeter os sultanatos pela força das armas. Cabral havia perdido demasiados barcos e, qual corsário ao serviço do soberano hindu, atacara uma nau de mouros, cheia de elefantes, que o Samorim pediu fossem tomados para ele, em troca de uma carga de especiarias.

Depois da sua façanha ímpar, Pedro Álvares Cabral decepcionou-se com o ambiente de intriga e deslealdade da Corte e foi viver definitivamente em Santarém.

Autorizado a tratar a mourama com látego, Vasco da Gama partiu, em fevereiro de 1502, na segunda viagem à Índia, com 20 caravelas guerreiras.

Os canhões da armada portuguesa semearam o terror na costa da África e em Calicute, saqueando e matando as *gentes infieis*. As crueldades cometidas foram objeto de reprimenda por parte da Igreja. Vasco da Gama não caiu, porém, em desgraça, porque o rei não poderia prescindir de homens valentes para a empresa de desbravar os mares. O intrépido explorador, já promovido a Vice-Rei da Índia, iniciou, em 1524, a sua terceira viagem. Comandava uma armada tripulada por 3000 marujos. Desta feita, a epopeia teve um final triste: o herói morreu de malária em Cochim, em dezembro do mesmo ano.

Depois de Pedro Álvares Cabral, também Américo Vespúcio e Gonçalo Coelho chegaram à Terra das Palmeiras. Publicou-se a Carta *Mundus Novus* e o novo Continente se chamou América. Quarenta anos de comércio pacífico durou ao intercâmbio com os índios. A paz se quebrou, quando as Capitanias hereditárias e o Governador-Geral plantaram canaviais e escravizaram os nativos para compor a mão de obra.

Camões louva a coragem dos navegadores, que suportaram os perigos e sofrimentos da aventura marítima:

***Olhai que ledos vão, por várias vias,
quais rompantes leões e bravos touros,
dando os corpos a fomes e vigias,
a ferro, a fogo, a setas e pelouros,
a quentes regiões a plagas frias,
a golpes de idólatras e de mouros,
a perigos incógnitos do mundo,
a naufrágios, a peixes, ao profundo.***
(Canto X, 147).

D. Manuel morreu, depois de 26 anos de reinado. O trono foi herdado por seu filho, D. João III, que reinou de 1521 a 1557. Com D. João III e Catarina de Áustria, irmã de Carlos V, a Ordem do Cristo e os franciscanos perderam influência. D. João III era beato e se punha nas mãos dos jesuítas. Lisboa estava, todavia, repleta de mancebias, que proliferavam ao lado dos conventos.

O Concílio de Trento, que se reuniu por primeira vez em 1545, ditou as leis da Contrarreforma, impondo a escatologia da salvação através do sacrifício e da intransigente ortodoxia doutrinária.

D. João III entregou à Companhia de Jesus o Colégio das Artes, em Coimbra, e instalou o Tribunal da Inquisição em 1536, sob a égide dos dominicanos, que se empenharam nas perseguições e nos autos de fé. A vassoura eclesiástica varria o pó da heresia luterana, que atravessava fronteiras.

As finanças não andavam a todo vapor, mas foram construídos São Roque e o Mosteiro de São Bento. Os portugueses chegaram ao Japão em 1543. O comércio lucrativo de escravos se estendia pela África. Em troca de têxteis e utensílios, os portugueses adquiriam ouro, marfim e três mil escravos por ano, desde a segunda metade do século XV.

Os escravos iam diretamente do Congo ou de Angola para o Brasil, em condições horripilantes de transporte e de higiene, com altas taxas de mortalidade. Tanto a Europa quanto a África foram continentes escravocratas.

Uma das vítimas da Inquisição, no reinado de D. João III, foi o cronista Damião de Góis, autor das Crônicas de D. Manuel e do príncipe D. João. Guarda-Mor da Torre do Tombo, por incumbência de D. João III, Damião de Góis desempenhou funções diplomáticas em vários países da Europa, e foi amigo do poeta cardeal Pietro Bembo e do filósofo Erasmo de Roterdão. O Santo Ofício o prendeu em 1571, porque ele teria dito que houve papas tiranos e que os luteranos tinham hábitos melhores que os católicos. Foi, então, condenado como *herege pertinaz e negativo* e recolhido à masmorra do Mosteiro da Batalha. Pouco depois de libertado, apareceu queimado na lareira de uma estalagem próxima ao Mosteiro de Alcobaça, em 1574.

D. João III foi sucedido por seu neto D. Sebastião, após as regências de D. Catarina de Áustria e do Cardeal D. Henrique. D. Sebastião investiu-se da temerária empresa de paladino da Cristandade. Para exemplificar o ideal do cavaleiro que se bate pela fé, invadiu o Marrocos e morreu na arremetida.

O Cardeal D. Henrique assumiu o posto e morreu em 1580. Felipe II veio de Espanha com voracidade. Agarrou as rédeas e se apoderou da coroa de Portugal, antes que D. António, Prior do Crato, dela lançasse mão.

Na textura do mistério da morte do rei-herói, desaparecido, talvez vivo, quicá alma errante, aflorou o Sebastianismo, inspirado nas trovas de Gonçalo Anes Bandarra (1500-1556). A crença do povo se acendeu, na expectativa do regresso de D. Sebastião. O Messianismo emerge do desastre de Alcácer-Quibir.

ALTO DE SANTA CATARINA

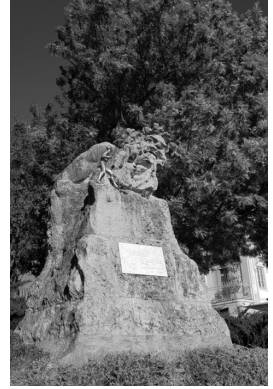
Já pelo meio da tarde, percorri, prazerosamente, a Rua da Rosa, deslumbrado com os candelabros do Bairro Alto. No caminho em declive, percebi que estava num plano mais alto que o Alto de Santa Catarina. A fome veio-me atordoar. Entrei na primeira taberna, comi fartamente, reativando, assim, a memória e a disposição de caminhar. Ao retomar o passeio, dei-me conta de que estava diante da formosa Biblioteca Luis de Camões, no Largo do Chafariz. Na esquina, encontrei o Elevador da Bica, que trafega pela Rua da Bica Duarte Belo. O pequeno veículo, pendurado no alto da ladeira, parece que vai despencar nas casas que beiram o estuário azul do Tejo.

Voltei à Biblioteca de Camões. Entrei, subi a escada e vi o acervo. Não há para mim melhor presente: ver muitos livros no recinto, o remanso do Tejo na janela e as mesas repletas de belas moças, estudantes, com olhos fixos nos computadores.

Voltei à rua. Entrei à esquerda e, na primeira esquina, dei com a bifurcação pitoresca, em que um estreito prédio se configura como vértice de um triângulo, dividindo a quadra em duas vias: a Rua da Almada e a Rua Marechal Saldanha. A primeira desce. A segunda, sobe. Ambas se conectam por duas travessas, que são duas escadas: a Travessa do Sequeiro e a Travessa da Laranjeira. Vejo, então, o Museu da Farmácia,

prédio amarelo, de janelas simétricas, na esquina que antecede o amplo Miradouro de Santa Catarina.

Da plataforma arborizada, contemplei o espelho incandescente do Tejo, como um salão de madrepérolas. O Alto de Santa Catarina tem como guardião o monstro Adamastor, de fauces macabras, tortuoso e boquiaberto, sobre um pedregulho. É um energúmeno, de cabelos e barbas desgrenhados. Tem a cabeça inclinada para o lado esquerdo. Em miniatura, em bronze dourado, fita-o, com destemor, a estátua de um homem exprime a fragilidade da vida humana.



Assim, no Canto V dos *Lusíadas*, Camões se refere à aparição de Adamastor, monstro que habita o abismo do fim do mundo:

***Tão temerosa vinha e carregada,
que pôs nos corações um grande medo;
Bramindo, o negro mar de longe brada,
como se desse em vão nalgum rochedo.***
(...)

***Não acabava quando uma figura
se nos mostra no ar, robusta e válida,
de disforme e grandíssima estatura,
o rosto carregado, a barba esquálida,
os olhos encovados e a postura
medonha e má e a cor terrena e pálida,
cheios de terra e negros os cabelos,
a boca retorcida, os dentes amarelos.***

Na estrofe 57, do Canto V, Camões revela que, afinal, o Adamastor, de lúgubre aspecto, não passava de um gigante apaixonado, que, feito cantor vulgar de bolero, queixava-se do desprezo com que a Ninfa o tratara:

***Ó Ninfa, a mais fermosa do Oceano,
já que minha presença não te agrada,
que te custava ter-me neste engano
ou fosse monte, nuvem ou nada.***

Essa estranha criatura lastimosa, esculpida, no Alto de Santa Catarina, por Júlio Vaz Júnior, além de ser a alegoria com que Camões representa do Cabo das Tormentas, parece um alter ego do bardo heroico, a chorar o próprio exílio e as perdidas esperanças. Seja Camões louvado agora e sempre. Fernando Pessoa, por sua vez, confirma que o Tejo é o rio de Ulisses, na sucessão das civilizações e elogia a coragem do protótipo do navegador português, que enfrentou o colosso do Mar Tenebroso:

*E mais que o monstrengo, que me a alma teme e roda nas trevas
do fim do mundo; manda a vontade, que me ata ao leme, de El-Rei D.
João Segundo!*

Regressei à Biblioteca Camões e caminhei até o Largo de Camões.



LARGO DE CAMÕES

O Largo, também chamado Praça de Camões, é uma espécie de ilha, diante da correnteza da Rua do Alecrim, que se transforma em Rua da Misericórdia. Aproximo-me da estátua do Vate, que exerce ali o seu reinado lisboeta. Em vida enxovalhado, com o seu talento ofuscou, na fama, os cronistas ilustres que o cercam, na base circular do pedestal cônico. Postura imponente, apolíneo, sublime, desdenha o desprezo dos que não o reconheceram. Está assediado apenas pelos pombos. Veste clâmide heroica, está cingido de coroa de laurel e tem a espada empunhada. A seus pés se derramam os compêndios, que representam sua primorosa obra literária.

O monumento ao glorioso Aedo, indicador de grandeza, foi inaugurado em 1867. Tem quatro metros de altura e se levanta sobre um pedestal de 7,5m. É um primoroso trabalho do escultor Vítor Bastos.

Perfilados, ao redor da brônzea estátua de Camões, os oito eminentes cronistas-historiadores, que brilharam, do século XV ao XVII, parecem satélites a girar na órbita do astro maior: Fernão Lopes Gomes (guarda-mor da Torre do Tombo, autor da *Crônica dos Reis*, em 1418), Eanes de Azurara (autor da *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, 1453, sobre as razões por que o Infante D. Henrique mandou



fazer os Descobrimentos); João de Barros (1496-1570), historiador, funcionário da administração colonial, tesoureiro da Casa da Índia, no tempo de D. João III, e autor das *Décadas da Ásia* (obra da qual Camões recolheu o roteiro do itinerário do Gama até a Índia); Fernão Lopes de Castanhede (bedel da Universidade de Coimbra e autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia*), Vasco Mouzinho de Quevedo (1570-1619) – autor de *Discurso sobre a Vida e a Morte de Santa Isabel Rainha de Portugal*; Jerónimo Corte Real (autor de *O Segundo Cerco de Diu e Naufrágio de Sepúlveda*, ambos de 1574), Pedro Nunes (1502-1578) – cosmólogo-mor do Reino, na corte de D. João III -; e Francisco de Sá Menezes (1510-1664) – autor do épico *Malaca Conquistada por Afonso de Albuquerque*.

O Largo de Camões é um logradouro heráldico, um ícone urbano, um marco civilizatório. Naquele cruzamento de várias ruas vicinais, entre edifícios de elegante arquitetura clássica, o Largo de Camões e o Largo do Chiado estão frente a frente. As igrejas de Nossa Senhora de Loreto e de Nossa Senhora da Encarnação também se divisam naquela área, como se adornassem a estátua de Camões.

Luís Vaz de Camões, Herói e Poeta, Pastor dos campos do Mondego, recitava, de improviso, sobre qualquer mote que as damas graciosas da Corte propusessem. Enamorou-se de Catarina de Ataíde, aia da rainha, e fez dela a musa Natércia dos seus idílios, no tempo em que frequentou os círculos palacianos. Catarina morreu aos 25 anos. O Poeta não tardaria a cultivar amorosa afeição pela delicada Infanta Dona Maria, cuja beleza ao empíreo elevava-lhe os sentidos. O Rei D. João III enviou Camões a Ceuta, onde um estilhaço da frota berberisca o fez regressar a Lisboa com uma pala negra recobrando o olho direito e a cruz da espada à mão.

Gonçalo Borges, arrieiro de D. Manuel, o insultou, na Porta de Santo Antão, durante a procissão de Corpus Christi. No duelo, o Poeta feriu o atrevido cafajeste. Deplorando a

desonra, nove longos meses padeceu Camões na masmorra do Tronco. Queixou-se desse covil em que os presos precisavam pagar pela água e pela comida: *Nesta escura cova estou cuidando/ de me ver com meus dias tão perdidos*. Obteve o indulto de D. João III, mediante o pagamento de quatro mil réis de multa e a promessa de que embarcaria para a Índia, nos porões da primeira armada.

A nau São Bento conduziu o Poeta, de 28 anos, pelos tormentos do mar sem fim. Durante sete meses ele cruzou o bramido dos ventos indômitos, sofrendo a insalubridade dos porões, na mais atribulada provação, para chegar finalmente à Índia.

Escudeiro da armada e escrivão público, em Goa (que apelidou *mãe de vilões ruins e madrastra de homens honrados*), diante da tirania dos patrões e da miséria dos párias, sofreu danos perigosos. Viveu dias tristes, de trabalho, ira e dor. Aturou fidalgos vilões e analfabetos. Combateu os sicários do Rei da Pimenta.

Na remota, áspera e dura parte do mundo, sob o mormaço deletério dos ares férvidos, exercitou o estro no *Auto de Filodemo*, escrito para as festas de exaltação do governador de Goa.

Em 1562, nomeado provedor das famílias dos defuntos da viagem anual da Nau do Trato, recolheu-se, durante dois anos, a uma gruta em Macau, à beira-mar, para polir as joias de Os *Lusíadas*, seu tesouro épico. Experimentou no mar, outra vez, os perigos inumanos, salvando-se num naufrágio, nadando em desespero, até aos charcos do Camboja. Tragaram-lhe as ondas a graciosa Dinamene, a chinesinha de olhos ledos, cuja peregrina formosura prometeu cantar *enquanto no mundo houver memória*.

Invejosos biltres o caluniaram no regresso a Goa. Para responder por dívida inexistente, foi trancafiado na masmorra. Perdera no naufrágio o que amealhara. O novo governador, Constantino de Braga, expediu alvará de soltura e

o remunerou com duzentos réis. No paroxismo daqueles dias aziagos, os originais do livro *Parnaso* desapareceram.

Diogo do Couto, autor de *O Soldado Prático*, encontrou Camões em Moçambique, numa desventura aspérrima, e o resgatou daquele antro de vilões arruaceiros. Conduziu-o na caravela Santa Clara, de regresso às colinas da cidade que se espelha no Tejo.

Dezessete anos somavam os dias da difícil ausência. A edição da sublime epopeia dos barões assinalados, com lágrimas escrita, em dez cantos, de 1102 estrofes decassílabas, ritmo incomparável, enalteceu o heroísmo dos portugueses. As naus de cerca de 50 metros conduziam de 50 a 100 pessoas, metade das quais morria antes de chegar ao destino.

Camões imita Homero e Virgílio, na fábula em que os deuses interferem sobre a empresa dos mortais. Na viagem de Vasco da Gama, Vênus e Marte zelam pela boa fortuna dos portugueses. Netuno e Baco, no entanto, criam obstáculos à aventura dos heróis.

Afirmou Oliveira Martins, no seu ensaio sobre o Egrégio Bardo, que Virgílio não teve o primor da voz de Camões ao cantar *a derrota dos navios, as paisagens dos oceanos, as danças das ondinas agitando-se nos coruchéus da vaga, nem as seduções do mar, os encantos misteriosos das ilhas e as baías ignotas*. (MARTINS, 1982, p.34).

A literatura dos navegadores registra a passagem por todos os continentes e o encantamento diante dos novos céus, climas, animais, homens costumes e do infinito poder criador de Deus. O pirata Fernão Mendes Pinto, por exemplo, em sua *Peregrinação*, relata os desmandos, deplora as atribulações e denuncia as atrocidades que presenciou em suas aventuras itinerantes na Ásia, de 1514 a 1581. *O além-mar dará a Portugal um alargamento da visão europeia que não pudesse o europeu apenas como senhor dos outros povos*, observou Agostinho da Silva (DA SILVA, 1996, p. 60).

O Aedo dos *Lusíadas* foi um grande lírico da tradição trovadoresca galego-portuguesa e um retratista das promiscuidades da vida cidadina. Depois de duzentos anos da epopeia marítima, disse do arauto Camões o seu discípulo Bocage, em preito de louvor:

***Modelo meu, tu és... Mas oh, tristeza !...
Se te imito nos transes da ventura,
não te imito nos dons da natureza.***

Não poderia deixar de citar o magnífico livro *Camões, além do desconcerto*, em que o querido amigo Alexei Bueno põe sua erudição ao serviço do apanágio do bardo que, de acordo com Alexei *ergue a língua a uma elegância inédita e nunca igualada*. Assim o discípulo enaltece o mestre: “*Teu verso em nós reverbera, / Treme, sai da nossa boca, / Desde o berço nos convoca, / Gerado por nós, nos gera*”. (BUENO, 2024, p. 24).

No final do livro, está transcrito o seu brilhante discurso de abertura das comemorações brasileiras dos 500 anos de Camões, proferido no Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, em 10/06/2024.

Nesse excelente testemunho da grandeza do Vate Camões, Alexei expressa as seguintes insofismáveis assertivas: “*os versos dos sonetos a Dinamene e dos confessionais, dos episódios de Inês de Castro, do Velho do Restelo, do Gigante Adamastor, da abertura e do fim da epopeia parecem, para os nossos ouvidos criados na língua portuguesa, da qual ler Camões no original é um dos maiores privilégios, como eternamente existentes, em sua perfeição sobre-humana, no mundo platônico das ideias puras*”. (BUENO, 2024, p. 50). Convoquemos Miguel Torga para ratificar o que se já disse sobre a proeminência do Aedo que deu um Canto imortal à pátria: “*Chamar-te gênio é justo, mas é pouco. / Chamar-te herói, é dar-te um só poder*.” (TORGA, 1995, p. 54).

AS PORTAS DE SANTO ANTÃO

Prossigo nos rastros que Camões deixou em Lisboa. Atravesso o Chiado, tomo a direção da Rua António Maria Cardoso, que nasce aos pés das estátuas dos poetas. Sigo na direção do Rossio, com destino à Rua das Portas de Santo Antão.

Do Largo de Camões à Rua das Portas de Santo Antão, onde existiu a porta medieval do mesmo nome, desvendo imagens cativantes na ladeira do Chiado e no colorido vivo do Rossio.

Atravesso o arejado Rossio, que também se chama Praça de D. Pedro IV e desemboca no Largo de São Domingos. Vejo ali a Igreja dos Predicadores, à frente da qual uma placa recorda o triste *pogrom*, em que cerca de quatro mil judeus foram massacrados em 1500. É de estarrecer o fato de quatro mil pessoas terem sido assassinadas de uma vez. Seriam necessários, pelo menos, mil assassinos, para lograr tão pavoroso sinistro.

A Igreja de São Domingos, bastante descarnada e desprovida de decoração, tem as capelas tapadas com cimento e o teto pintado de vermelho, sem nenhum afresco. O altar, no entanto, guarda a solenidade barroca do passado.

O deteriorado relevo das estátuas estigmatiza esse templo rústico, em que as colunas da nave única estão ainda carcomidas pelos abalos do terremoto e do incêndio de 1755.

Avisto o terraço do Teatro Dona Maria, na esquina da Rua das Portas de Santo Antão com o Largo do Regedor. Na outra esquina, diviso o Palácio da Independência, com múltiplas janelas e colunas cravadas nas paredes vermelhas. Há um grande cipreste à esquerda da porta e figueiras de cada lado da fachada desse palácio, que foi propriedade dos Condes de Almada.

Caminho entre mesas de restaurantes e lojas de souvenirs- artesanatos, pela via de pedestres, paramentada de balcões e invadida por turistas. O vento deflui no corredor da Rua das Portas de Santo Antão, lavando a face dos comensais e clareando a antiguidade das paredes. Deparo com a Casa do Alentejo, que visito, para ver ali o seu lindo pátio mourisco.

Prossigo e vejo vários edifícios de magnitude: a Câmara de Comércio e Indústria, o Coliseu dos Recreios, com harmoniosas colunas e figuras alegóricas, sobre as janelas; a Sociedade de Geografia; o Teatro Politeama, com frontispício art-nouveau, repleto de painéis luminosos, e a fachada avoenga do Atheneu. No final dessas interessantes atrações arquitetônicas, quase em frente ao Atheneu, chego ao arco, pelo qual se adentra o Pátio do Tronco. Ali se registra, no azulejo, haver Camões sido detido a 16 de junho de 1552, *por se envolver numa rixa, sendo trazido para a Cadeia Municipal do Tronco*.

No teto desse arco do Pátio do Tronco, há dez estampas de efígies camonianas, em azulejos verdes, representando-o com roupa de cortesão: colarinho largo e franjado. No perfil aquilino, barbas, bigode e o olho direito semifechado. Uma inscrição registra o fato histórico da prisão de Camões no local.



Pátio do
Tronco

Entrei no pátio e vi os edifícios não demasiado antigos, mas constatei ali, de fato, a existência de um prédio velho, cujas portas são as de uma prisão. Havia um mendigo, alojado com sua tralha, em frente a essa porta. Imaginei que o indigente poderia ser alguém que, em outros tempos, fora um carcereiro ou um penitente, cujo tempo de prisão não fora suficiente para pagar toda a sua pena.

Nos arredores, o povo bebe ginjinha nas tabernas, sem consciência de que Camões foi preso, durante nove meses, na Cadeia Municipal do Tronco, porque feriu no pescoço Gonçalo Borges, um rufião, funcionário do Paço.

O povo em geral não sabe que Camões, o soldado aventureiro, de olho estropiado, esteve na Ásia e se salvou de um naufrágio no rio Mecom. Nadou com apenas um braço, porque trazia numa das mãos os originais dos *Lusíadas*.

Não por haver cantado a bravura dos navegantes, mas pela missão de soldado é que o Aedo recebeu de D. Sebastião uma tença de 15000 reais anuais, valor discutido pelos biógrafos. Para alguns, a soma era equivalente, mensalmente, à metade do salário de um pedreiro ou carpinteiro. Para outros, era suficiente para viver sem desespero. Ao publicar os *Lusíadas*, em 1572, Camões mereceu a fama de poeta cortesão.

D. Sebastião era rei, desde 1568. O papa Gregório XIII enviou-lhe três mil soldados para o desafio de evangelizar os marroquinos. D. Sebastião se abalançou no transe e pereceu em 1578.

Em *Mensagem*, Fernando Pessoa alude ao desânimo causado pelo insucesso dessa empreitada, em que D. Sebastião morreu em Alcácer-Quibir, juntamente com a maior parte do exército português. Os versos finais, contudo, exortam o povo à urgência do ressurgimento de Portugal:

*Nem rei nem lei nem paz nem guerra
define com perfil e ser
esse fulgor baço da terra
que é Portugal a entristecer
- Brilho sem luz e sem arder
como o que o fogo-fátuo encerra.
Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece que alma tem.
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?).
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...
É a hora!*

O Cardeal D. Henrique, de 66 anos substituiu o jovem sobrinho desafortunado. À morte do Cardeal D. Henrique, proclamaram rei D. Antônio, Prior do Crato, filho bastardo de um infante da Casa de Avis. Felipe II atuou com rapidez: mandou um exército cercar Lisboa.

Camões morreu de peste em 1580, ano em que Felipe II de Espanha forjou sua legitimidade nas Cortes de Tomar, tornando-se rei de Portugal, com o nome de Felipe I. Assim começou o período dos três reis Felipes de Espanha. Em tempo de vacas gordas, foram reconstruídas as igrejas de São Roque e São Vicente. Nas questões domésticas, o reino português não estava sujeito a Castela. Felipe II empenhou-se em que não transparecesse a manopla espanhola na gerência do país anexado.

A vitória contra os turcos, em Lepanto, em 1571, encheu de ufanismo o império espanhol. A derrota da *Armada Invencible*, que saiu do estuário do Tejo, em maio de 1588, para castigar as piratarías inglesas, sinalizou o começo de um longo declínio da Espanha, na circunstância de potência europeia.

Os reinados de Felipe III e Felipe IV foram marcados pela insatisfação dos portugueses com a política fiscal imposta pelos Habsburgos. Durante o reinado de Felipe IV, os luso-brasileiros expulsaram de Salvador os holandeses em 1623. Esses regressaram, no entanto, para tomar conta de Pernambuco, em 1630.

O CONVENTO DO CARMO

Para chegar ao Convento do Carmo, fiz uma trajetória circular, do hotel, situado no alto da Avenida da Liberdade, passando pela Rua Mouzinho da Silveira, em cuja esquina avistei o Museu Medeiros Almeida. No ângulo esquerdo, na outra esquina, divisei, à meia distância, a Cinemateca Portuguesa, onde a tantos excelentes filmes já assisti. Reverenciei os jacarandás roxos floridos. Passei em frente à vetusta Igreja de São Mamede (santo que faleceu em 275, em Cesareia, na Capadócia, quando ainda nem existia Portugal).

Revisitei o Largo do Príncipe Real (cujo nome rende homenagem a D. Pedro V), e em cuja plataforma vi, sobre os telhados vermelhos, ao longe, o Tejo azul, coroado pela ponte, qual colar de pérolas na alfombra das águas. Nesse parque aconchegante, crianças se divertiam nos balanços e os adultos descansavam nos bancos. Contemplei o cedro centenário do Príncipe Real. À sombra da sua folhagem vetusta, no silêncio da tarde eterna e transitória, respirei os eflúvios da inspiração. Observei o engenhoso artifício da estrutura de metal, que ajuda a sustentar os galhos anciãos, de que brotam frutos verdes nas ramas espaiadas.

Prossegui pelas ruas do Chiado. Cheguei ao Largo Raphael Bordalo Pinheiro, e deparei com o Círculo Eça de Queiroz e o Teatro da Trindade. Desci a inclinada Rua da Trindade até chegar ao Largo do Carmo. Bizarras sensações suscitam

o chafariz, ornado de escudos e pináculos, e o insólito aspecto da Igreja do Carmo: os arcos partidos do portal, no alto da fachada. O Convento do Carmo, que foi um dos edifícios mais danificados pelo terremoto de 1755, permanece testemunhando a catástrofe.

Dentro desse templo estragado, a carcaça sem teto e os nichos de pedra, sem rosáceas nem vitrais, mostram o desastroso resultado do abalo. Os arcos quebrados abrem-se ao céu. Fui estudando as inscrições funerárias das lápides, observando os restos de pilastras e os escudos, gravados nas altas paredes da nave.



Tudo aquilo, jogado ao chão, é o que restou das três naves e das 25 capelas do conjunto Convento-Igreja do Carmo, fundado por iniciativa do Condestável Nuno Álvares Pereira, vencedor da Batalha de Aljubarrota contra os espanhóis em 1385.

Esse memorial do desastre, parcialmente reconstruído, de 1756 a 1834, ostenta, entre seus escombros organizados, além dos objetos arqueológicos da Igreja do Carmo, peças litúrgicas trazidas de outros templos, que, na ocasião da catástrofe sísmica, também desmoronaram. Com perplexidade, observo o tanque da fonte, as bases do púlpito e do poço e a pia batismal da Igreja da Ajuda (do século XVII).

Sepultado na Igreja do Carmo, Nuno Álvares Pereira, o apóstolo guerreiro, que se tornou monge em 1423, na idade de 63 anos, tem, entre as relíquias escultóricas do Convento, a réplica de madeira do seu túmulo, originalmente esculpido em alabastro. Há, também, uma réplica da espada com que o Condestável lutou para fazer de D. João I rei de Portugal.

Camões exaltou nos *Lusíadas* a façanha heroica do guerreiro que trocou as armas pelos castiçais:

*Já pelo espesso ar os estridentes
farpões, setas e vários tiros voam
debaixo dos pés duros dos ardentes
cavalos treme a terra, os vales soam;
espedaçam-se as lanças, e as frequentes
quedas co as duras armas tudo atroam.
Recrescem os imigos sobre a pouca
gente do fero Nuno, que os apouca.
(Canto IV, 31).*

A maior peça arqueológica, exposta a céu aberto, é o túmulo da Infanta D. Catarina, filha do rei D. Duarte e da rainha D. Leonor, proveniente do Convento de Santo Elói, do Lisboa, século XV.

O Museu interno, na parte coberta da Igreja, apresenta lápides funerárias e objetos litúrgicos de vários conventos portugueses dos séculos XIII a XVI.

O túmulo de D. Fernando I (do século XIV), proveniente do Convento de São Francisco de Santarém, mostra, nos deteriorados relevos, cenas da vida de São Francisco de Assis, escudos de Portugal, rostos de clérigos e seres fantásticos.

O túmulo da rainha, D. Maria Ana de Áustria, procedente do Mosteiro de São João Nepomuceno (Lisboa, século XVIII), é uma arca tumular, decorada de anjos, na parte superior, e dois leões, na base, como cariátides.

Uma bela maquete de gesso recorda como era a Igreja, antes de ser destruída.

Saio das ruínas do Convento do Carmo e subo a Trindade, seguindo uns trilhos, por onde já não correm bondes. Piso as calçadas, de claras pedras brancas.

POMBAL E A AVENIDA DA LIBERDADE

Em liturgia nômade, pela geometria cultural de Lisboa, 20 anos se passaram, desde que residi na cidade, situada no extremo do Ocidente da Europa. Todas as vezes em que revisitei a ocidental praia lusitana, estive hospedado em hotéis situados ao redor da rotunda do Marquês de Pombal. Na viagem de novembro de 2023, reiniciei minhas caminhadas pela Avenida da Liberdade. As incursões se repetiram até agosto de 2024, quando consegui alinhar as ideias básicas deste livro.

À porta do Hotel Fênix Lisboa, a estátua do Marquês de Pombal se alteia sobre uma coluna de 40 metros de altura. De peito estufado, cabeleira quase hastafari, o poderoso Ministro do Rei José I traja um grande casaco. É o roupão que a nobreza vestia naqueles tempos fabulosos. Pombal vai escoltado por um leão, que abre as fuças e urra. A face do marquês e as fauces do rei dos felinos estão voltadas para a Avenida da Liberdade. Para que serve essa fera que o acompanha? Acaso sobe, pela grande alameda de Lisboa, algum de seus desafetos jesuítas? O leão com certeza simboliza a ferocidade com que o estadista Sebastião José de Carvalho e Melo tratou os seus adversários políticos. Naquele tempo, de fato (como ainda hoje), havia mais de um método de intimidação.

Pombal, como se sabe, governou durante 27 anos com mão de ferro. Foi o responsável pela transferência da capital do Brasil da Bahia para o Rio de Janeiro e da oficialização da derrama (cobrança de impostos atrasados sobre a produção do ouro), fato que fez eclodir a Inconfidência Mineira.

O temido e odiado Sebastião José de Carvalho e Melo, neto de um padre e uma escrava, além de grosso no tratar, tinha um olhar glacial que intimidava todo mundo. Voava alto na ambição. Depois de viúvo de Teresa de Noronha e Almada, sobrinha do Conde de Arcos, casou com Ernestina von Daun, dama da nobreza austríaca. Expulsou e confiscou os bens dos jesuítas, por, supostamente, defenderem o regicídio.

Incontáveis automóveis giram ao redor da rotunda, feito baratas tontas, enquanto Sebastião José Carvalho e Melo, altaneiro, posa, lá em cima, no Olimpo, cheio de empáfia. O monumento se compõe de esculturas alegóricas (do ensino, da indústria, da navegação, do comércio e da agricultura). Ao redor do pedestal, figuram medalhões com os bustos dos que o ajudaram a fazer Lisboa renascer das cinzas. Corpulentos trabalhadores e trabalhadoras, esculpido na base da coluna, carregam, em carroças puxadas por bois e cavalos, os materiais para a reconstrução de Lisboa. A proa de uma caravela, decorada pelo escudo real, singra a redondeza do monumento que parece flutuar sobre os escombros. A escultura de uma mulher desnuda, da cintura para cima, mostrando os seios e levantando a bandeira da liberdade. É que a Avenida da Liberdade descamba dali, onde o bronze escuro da estátua contrasta com a pedra branca do restante da estrutura. Netuno usa o tridente como um remo. A imagem brônzea de Minerva, sentada, simboliza a educação.



Estátua
Marquês
de Pombal,
Avenida da
Liberdade

Os próceres, reconstrutores de Lisboa têm suas figuras no hiperbólico monumento: o diplomata Luis da Cunha (que recomendou ao rei D. José os serviços de Pombal), o escultor Joaquim Machado de Castro (autor da estátua de D. José I, no Terreiro do Paço), o arquiteto Manuel da Maia (engenheiro-mor do Reino, construtor do Aqueduto das Águas Livres), o engenheiro militar Eugênio dos Santos (que desenhou o Arco do Triunfo, da Rua Augusta, e os planos do Arsenal, da Alfândega e da Ribeira das Naus), o desembargador José Seabra (superintendente dos transportes) e o alemão Shaumberg-Lippo, que foi secretário da segurança pública.

Esse conjunto monumental, encomendado pelo rei D. Luís em 1882, aos escultores Francisco Santos, Simões de Almeida e Leopoldo de Almeida, e aos arquitetos Adães Bermundes e António do Couto, só foi inaugurado em 1934.

Da rotunda, que tem como pivô o monumento pombalino, no ponto mais elevado da Avenida da Liberdade, despontam grandes avenidas. Na retaguarda, emergem os profusos jardins do Parque Eduardo VII. O Instituto Camões, na esquina da Avenida da Liberdade com Duque de Loulé, é também um ícone desse espaço estratégico de Lisboa.

O MARQUÊS DE POMBAL VISTO POR CAMILO CASTELO BRANCO

É curioso, no bom sentido da palavra, constatar o que diz Camilo Castelo Branco, em seu livro *O Perfil do Marquês de Pombal*, sobre a crueldade do implacável verdugo Pombal.

Quando, em 1738, Sebastião José foi enviado a Londres por D. João V, a esposa, Teresa de Noronha, ficou em Lisboa e viu fechadas as portas dos seus parentes. Pouco depois, a 21 de março de 1739, se lhe abriram as da sepultura.

Camilo observa que Pombal era tão bronco que, em seis anos vividos em Londres, não aprendeu da língua inglesa uma palavra falar. *Viveu à custa do erário, rebalsando-se nas frescas e alvas carnaduras inglesas.* (CASTELO BRANCO, 2003, p. 163).

Antes de ser coroado, D. José apaixonou-se por Dona Teresa de Távora, irmã do Marquês de Távora.

Dona Leonor de Távora sabia que seu filho, o Marquês de Távora, estava sendo enganado pela mulher, Dona Teresa, que era *a barriga do gordo D. José*.

No dia 1º de novembro de 1755, o pavoroso terremoto derrubou dez mil edificações e matou quatro mil pessoas em Lisboa. A terra em convulsão precipitou as águas num maremoto e as ondas invadiram as casas. D. José rezava, enquanto um incêndio devorava a cidade. A Baixa virou escombros. Os bairros menos afetados foram Alfama, Mouraria, Madre de Deus, Xabregas, Campo Pequeno e Campo Grande.

Os conventos acolheram os feridos e os enfermos. O senado providenciou os desentulhos. A Inglaterra mandou seis navios de guerra com generoso donativo. A Espanha enviou dois carros de dinheiro. Pombal, que era ainda Conde de Oeiras, mandou enforcar 200 ladrões, em patíbulo, nas esquinas de Lisboa. Atesta Camilo, sem meias palavras, que a mão de Sebastião José *onde quer que pousava, punha nódoas de sangue*. (CASTELO BRANCO, 2003, p. 88).

Em 1758, atentaram contra a vida do rei. Pombal mandou prender mais de mil implicados e os submeteu à tortura.

Os Távoras, suspeitos de cumplicidade no frustrado regicídio, foram martirizados na antiga prisão do Forte da Junqueira, de onde saíam para serem estrangulados.

No dia 13 de janeiro de 1759, o cadafalso foi armado. Antes de ser degolada, a Marquesa Leonor de Távora viu o maço de ferro que devia matar-lhe o marido e as tesouras em que haviam de quebrar os ossos dos filhos e dos cunhados.

No desfecho trágico, Dona Teresa, a amante de D. José, foi para o Real Mosteiro de Santos, de onde não mais voltou. O Rei já estava plenamente saciado.

Pombal teve ainda o cinismo de arranjar o casamento do filho, José Francisco, com Francisca Lorena, sobrinha do marquês estrangulado e filha de Nuno Távora, também levado ao cadafalso.

Camilo denuncia ainda a utilização, pelo autoritário estadista, dos métodos do Santo Ofício, por meio da Mesa Real Censória, semelhante ao Index Eclesiástico, mesmo depois da extinção da instituição inquisitorial.

O Conde de Oeiras entendia que a Ordem de Santo Inácio praticava comércio informal no Brasil e incitava os índios contra os colonos portugueses. Vários jesuítas foram presos no Forte da Junqueira, dois dias antes das execuções de Belém.

Com a colaboração dos dominicanos, Paulo de Carvalho, irmão de Pombal, presidiu o tribunal e o espetáculo de garrote e incêndio do cadáver do jesuíta Gabriel Malagrida, na Praça do Rossio, por haver dito que o terremoto fora vingança divina dos pecados dos homens. Malagrida foi o sacerdote que esteve ao pé do leito de moribundo de D. João V. Foi queimado depois de dois anos e meio preso na Junqueira.

Após a cerimônia, Sebastião José de Carvalho e seu irmão ofereceram um banquete no palácio da Inquisição, local onde hoje existe o Teatro D. Maria II. Comemorava-se ali, também a expulsão dos jesuítas e o confisco dos bens da Ordem de Santo Inácio.

Francisco Xavier de Oliveira, ex-colega de Sebastião José em Londres, deu palpites sobre assuntos teológicos e declarou que as sentenças que passassem pela instância do Conselho de Estado derruiriam a jurisdição do tribunal inquisitorial. Teve, por isso, a sua estátua queimada, enquanto dezenas de réus eram açoitados, porque falaram mal do Santo Ofício ou porque tinham nascido filhos de hebreus.

Enquanto proibia a leitura de obras adversas ao Santo Ofício, Pombal atacava as crenças católicas, negando a supremacia do papa. Era o juiz supremo que exarava as sentenças da Inquisição. Os cárceres ficaram cheios de magistrados, religiosos, adúlteros e funcionários do reino.

A justificativa para o despotismo era que *só a repressão e a masmorra poderiam domar o povo ignorante*.

Em dezembro de 1769, ano em que o Conde de Oeiras recebeu o título de Marquês de Pombal, D. José saía do palácio, no Terreiro do Paço, quando um mendigo aplicou-lhe um grande varapau que pegou de raspão. O tiranicida, um serrador que tinha intermitências de loucura, morreu por estrangulação sumarássima no Forte da Junqueira.

No dia 6 de setembro de 1771, o Marquês de Pombal foi apedrejado em frente à guarda do Paço, por um homem andrajoso, que foi também recolhido ao Forte da Junqueira, onde lhe deram garrote e o alijaram ao Tejo.

Segundo o veemente libelo de Camilo Castelo Branco, Pombal continuou violentando a população portuguesa. Mandou atear fogo à Trafaria, o antigo arrabalde dos pescadores de Casilhas, na enseada do Tejo, onde viviam 5 mil pessoas, algumas das quais foragidas ao recrutamento. Os poucos que não morreram tiveram os seus haveres incendiados.

Morre D. José I e os ministros de Dona Maria demitem o abominado marquês, concedendo-lhe ordenados de ministro e uma comenda. Uns 800 indivíduos saíram dos cárceres, alguns dos quais após 27 anos de mordaça, tempo que durou o despotismo de terror do carrasco. Já octogenário, desde 1779, Pombal começou a ser visitado pelos credores. Os juízes pediam contas dos delitos que praticara: patíbulos, forcas, incêndios, prisões e degredo. A decisão do processo, no entanto, era postergada pela maioria dos magistrados. O velhaco infame atirou-se aos pés da Rainha e pediu perdão, detestando o temerário excesso que cometera. O decreto real estabeleceu que o Marquês de Pombal era merecedor de exemplares castigos, ao que porém a Rainha não mandaria proceder, atendendo às graves moléstias e decrepidez em

que se achava o réu, perdando-lhe as penas corporais que lhe deviam ser impostas e ordenando-lhe se conserve fora da corte na distância de 20 léguas. Não estava ele, contudo, isento da cobrança e de indenizações pelas perdas e danos causados aos que tinha prejudicado.

Pombal é classificado pela maioria dos historiadores como um *déspota esclarecido* pois, apesar da crueldade com que reprimiu, teria, entre outras coisas, modernizado a economia, melhorado a educação e se empenhado na reconstrução de Lisboa.

Se, por um lado, foi obscurantista na repressão dos adversários, agiu com certo esclarecimento ao promover reformas. Para Camilo, no entanto, o ministro autocrata não teve nada de progressista nem de esclarecido: *“o homem fenomenal morreu impune, coçando a sua lepra, sem que a Justiça tenha esclarecido se as forcas da Cordoaria de Belém eram mais necessárias que as forcas do Cais do Tojo e da Praça Nova ao progresso do gênero humano”*. (P. 202). Convenhamos em que, se exagerou ou não a respeito do caráter e das atitudes de Pombal, Camilo foi sublime em tudo quanto escreveu, em qualquer circunstância.

Consultei a opinião de amigos escritores sobre se a expressão *déspota esclarecido* é ou não um oxímoro. A maioria concordou em que o termo se pode considerar uma espécie de oxímoro, porquanto, do ponto de vista ético, as palavras *déspota* e *esclarecido* constituem uma oposição. O despotismo esclarecido se refere às monarquias em que os reis ainda tinham o poder absoluto, mas já adotavam reformas consideradas como iluministas.

Os estadistas ditadores, destarte, não merecem a alcunha de esclarecidos. Os déspotas são sempre sombrios. Por conseguinte, o que diz respeito ao poder não deve, na prática, negar o que se refere ao saber.

A combinação de autoritarismo (déspota) com iluminação intelectual (esclarecido) embora não seja, do ponto de vista semiótico, um oxímoro *puro*, contém, implicitamente, a indevida combinação ética das ideias de autoritarismo e conhecimento. Em síntese: as medidas adotadas para a modernização das administrações não justificam a atrocidade da repressão imposta pelas estruturas autoritárias do poder centralizado.

PARQUE EDUARDO VII

Volto aos jardins do Parque Eduardo VII, depois de longa ausência. Área de lazer e tranquilidade, o Parque Eduardo VII acolhe minhas caminhadas, desde a minha antiga residência em Lisboa. Tenho a grata recordação de muitos passeios, à sombra de oliveiras, ciprestes e cedros, entre canteiros de flores, no alto desse bosque aconchegante. Também, a lembrança feliz de haver praticado exercícios, sob a orientação do amigo Pedro Pinteus, no ginásio que fica na parte mais alta dos jardins. O Parque Eduardo VII é o claustro das minhas deambulações. É um refúgio do barulho e da aglomeração.

Sempre perguntei-me por que os portugueses deram o nome de um rei inglês a essa área tão importante de Lisboa. O parque foi uma doação do Conde de Vilalva à cidade, quando da visita do rei inglês, Eduardo VII, a Lisboa, em 1903.

O vínculo entre Portugal e a Inglaterra é antigo. Já na remota Idade Média, D. João I (1385-1433) iniciou a dinastia de Avis, ao convolar núpcias com a duquesa britânica Dona Filipa de Lencastre. Os filhos desse casal fundaram a nação portuguesa. Em 1640, quando Portugal se desvencilhou do domínio espanhol, recebeu a proteção naval da Inglaterra.

À sombra dos grandes cedros, sentado num banco de madeira, medito sobre o nome do Parque e acerca do tempo em que a Inglaterra se fez depositária de grande parte do ouro brasileiro. Quando arrefeceu o afluxo de ouro e de pedras preciosas de Minas Gerais, o Tratado de Methuen, em 1703, obrigou Portugal a comprar tecidos das manufaturas inglesas e a vender vinhos à Inglaterra.

Foram os navios ingleses que escoltaram a invasões napoleônicas, na fuga da Família Real e da nobreza para o Brasil, em 1808. Depois da abertura dos portos brasileiros, o tratado comercial com a Grã-Bretanha arruinou as bases da economia portuguesa.

Em 1890, o *Ultimatum* britânico a Portugal, em razão das pretensões de ambos os países nas colônias africanas, suscitou protestos públicos. Os cidadãos ingleses foram expulsos de Portugal, mas não tardariam a regressar com novas artimanhas, inclusive a de ter um rei inglês lembrado no mais belo parque de Lisboa.

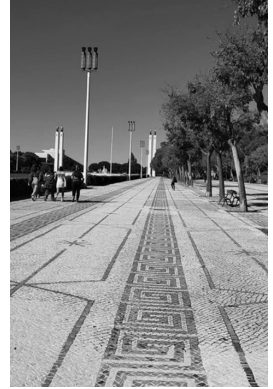
Essas intimidades diplomáticas são, a meu ver, de pouca monta para determinar fosse dado o nome de Eduardo VII a esse grande e agradável jardim, que, longe de ser uma estação penitencial, é um âmbito onde os pensamentos são como o Sol sobre a relva. Um parque, onde há pássaros e flores, é um lugar para quem, como Guerra Junqueiro, não esbofeteia o vencido com as mãos do vencedor. Lugar onde se dizer, sem a hesitação do Rui Belo, que os pássaros emanam das árvores. Num parque é que se sabe o que vale cada metáfora do Herberto Helder.

Ciente de que um termo equivocado equivale a um bufão sórdido em qualquer âmbito, se fosse mandatário de Portugal, trocaria o nome desse jardim para Fernando Pessoa, ou Mário de Sá Carneiro, ou Eça de Queiroz ou Florbela Espanca, sim, a rainha de aquém e de além dor. Why not? Nada obsta à

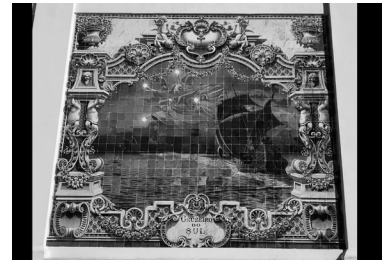
República nem à Democracia. Seja como for, o nome não prejudica a beleza desse horto de onde se vê o Tejo e o que há em ultrapasse a ele.

Parque, eu te rebatizo: o teu nome é Fernando Pessoa, em nome de Alberto Caeiro, de Álvaro de Campos e de Ricardo Reis!

Subo a rampa e, no alto da ladeira jardinada, desvendo vastas perspectivas. Contemplo o panorama da colina: a vasta alameda, com esplanadas, pequenas praças e jardins que se inclinam na extensão do ambiente arejado e luminoso. A estátua pombalina, os carros girando, os edifícios, as árvores e, além, o Tejo, água cor de safira, numa circularidade tangenciada pelas margens de Almada.



Subo ao pavilhão Carlos Lopes, em cujo exterior revejo os três painéis de azulejos que representam três momentos da história de Portugal: Sagres, com a imagem dos redemoinhos de uma tempestade marítima; Ourique (com os cavaleiros vitoriosos erguendo as lanças, e o Cruzeiro do Sul (as estrelas brotando das mãos das figuras femininas, com a grande caravela sobre a água translúcida, representando a Odisséia portuguesa. De súbito, vem-me a ideia do Quinto Império e escrevo:



Painel Cruzeiro do Sul

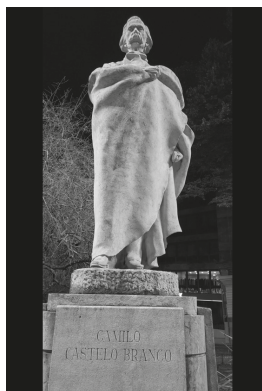
*Quando nos tornarmos crianças,/ plantaremos o Reino do Céu/
nas premissas deste mundo./ A Terra viverá o tempo/ do Encoberto
Cristo. /O Sol unirá tudo no seu lastro,/ no fulcro da memória
guardiã./ O perdão será a lanterna/ com que cruzaremos o pélago
escabroso./ O Quinto Império virá,/ na fragata da harmonia./ O
vento é propício./ Sonhar é antecipar a utopia.*



O AUTOR DE MISTÉRIOS DE LISBOA

Dia 23 de novembro de 2023, sexta-feira. Ao redor do pináculo estatutário do Marquês de Pombal, os carros giram e se dispersam por várias avenidas. Na esquina da Avenida Duque de Loulé, vejo o Instituto Camões, de belas varandas e janelas. O metrô está ao lado. Cruzo a Rua Rodrigues Sampaio. Surge, a alguns metros do Parque Eduardo VII, a estátua de Camilo Castelo Branco.

De pé, numa postura altiva, Camilo segura contra o peito o largo casaco, que escorre em dobras pelo seu corpo esguio. Rosto magro, macerado pelos embates de uma vida atribulada, o escritor tem o olhar entristecido, as mãos crispadas e parece cheio de indignação. A cabeleira não cobre a orelha. Os bigodes avantajados e primorosamente fartos, quase como os de Nietzsche, soçobram pelos lados da boca.



Camilo Castelo
Branco

A visita à estátua de Camilo Castelo Branco foi sempre ponto obrigatório em minhas peregrinações. Presto reverências ao excelso ficcionista, como faço desde os tempos da CPLP, quando costumava almoçar no restaurante da esquina da Rua Camilo Castelo Branco com a Rua Duque de Loulé.

Autor de 260 livros que espelham o ambiente social do Norte rural, dominado pela antiga aristocracia empobrecida, Camilo Castelo Branco deixou aos leitores retratos das almas sofridas dos recantos provincianos de Portugal. Depois de nos presentear com obras da qualidade de *A Brasileira de Prazins*, *O Judeu*, *O Olho de Vidro*, *A Queda de um Anjo*, *Amor de Perdição*, cujos personagens são freiras forçadas à vida religiosa pela vontade paterna, pais que açoitam os filhos e donzelas que se sacrificam no trabalho doméstico, Camilo Castelo Branco se matou de angústia, quando a cegueira o impediu de ler, em 1890.

Sendo Lisboa o tema deste ensaio, e estando diante da figura de Camilo Castelo Branco, não deixo de expressar a exacerbada impressão que me causou o romance *Mistérios de Lisboa*, desse primoroso escritor. É uma história de penitência e purificação, na Lisboa do século XIX, tempo de falsa moral e desventuradas paixões, em que os homens compravam as moças aos pais. No fabuloso enredo, vão-se desvendando os mistérios da cada personagem, à medida em que eles interagem.

Nessa fábula, urdida com descomunal imaginação, a identidade dos personagens se revela no suspense das mutações dos seus nomes. João, o menino órfão, que busca deslindar o enigma da sua origem, é, na realidade, Pedro da Silva, mas, em determinada situação, passa a se chamar Álvaro de Oliveira. O imbatível Alberto de Magalhães, de riqueza fabulosa, representante da nova burguesia capitalista, teve, em diferentes momentos da vida, os pseudônimos de Come-Facas, Barba-Roixa, Leopoldo Saavedra e Tobias Navarro. O padre Diniz, em torno do qual gira a trama, é também Sebastião de Melo e o duque de Cliton.

A condessa de Santa Bárbara, cujo nome é Ângela de Lima, amparada pelo padre Diniz, é a sofredora vítima dos maus tratos do marido. Antônia, que ficará conhecida como irmã do

padre Diniz, é na realidade, a filha de Anacleta dos Remédios, mulher cruel, que se transforma, pela milagrosa influência do enigmático religioso.

Pela mágica interferência do padre Diniz, a maldade desaparece dos corações das famílias. Ele vai enumerando as trágicas culpas dos pecadores e as expiações se encadeiam, nas múltiplas teias entrelaçadas. Diniz esfrega-lhes na cara os crimes e eles se arrependam e se redimem. Ele os resgata de seus sofrimentos e os reconcilia. Instados pelo misterioso sacerdote, o conde de Santa Bárbara, a duquesa de Cliton, Anacleta e Azarias se convertem pela lei da penitência e do perdão. Por toda parte onde passa, seja com a identidade de padre Diniz ou de Sebastião de Melo, o protagonista central deixa o seu rastro de luz.

Diversos setores de Lisboa são aludidos como espaços em que transcorre o mirabolante enredo. O padre Diniz Ramalho vive na Travessa da Junqueira 44 e passa seus derradeiros dias num quarto do Hospital de São José, escrevendo o seu Livro Negro. Sebastião de Melo hospedava-se à Rua do Arsenal, 40. O palacete sombrio dos condes de Santa Bárbara estava situado em Campolide. Alberto de Magalhães vivia na Rua dos Romulares.

Só um mestre da categoria de Camilo saberia tecer os fios desses imponderáveis enleios. Em espantosos lances de surpresa, o labirinto de incertezas vai-se abrindo aos olhos do leitor, porque o narrador desata os nós dos problemas humanos e lhes esclarece os traumas, complexos e sofrimentos. Como jamais fizera nenhum filósofo ou teólogo, ele sonda os abismos da alma, o grande enigma da vida e os desígnios da Providência.

Ao pé do seu leito de moribundo estão, Pedro, seu filho adotivo, a duquesa de Cliton, sua filha legítima, Emília, filha de Anacleta e Azarias Pereira, o judeu, todos convertidos à redentora religião do sofrimento, inspirados no exemplo de

Diniz. Pedro da Silva, o filho da sofredora Ângela de Lima, viaja ao Oriente e termina seus dias no Rio de Janeiro, no dia 28 de outubro de 1851.

Nota-se a mesma linguagem de exortação mística e de transfiguração do espírito nas cartas de afeto e consolação que Camilo escreveu a seu amigo José Cardoso Vieira de Castro, condenado por haver tirado a vida infamada à esposa. Vieira de Castro, brilhante orador na tribuna parlamentar, morreu degredado em Luanda em 1871. Camilo, ele próprio, passara pela experiência de um ano e 16 dias de cadeia. Desde então, abalado pelas comoções religiosas, falava sempre do nascimento da fé na paixão do desgraçado. A doença nervosa o castigava e ele tinha convicção de que *o homem tem em si o infinito da divindade*.

O mesmo sentido de humanismo e solidariedade fraterna se verifica nas *Memórias do Cárcere*, em que, não sem um certo sentido de humor, Camilo dá testemunho do sofrimento de seus companheiros na Cadeia da Relação do Porto. Ele declara ter descoberto *uma porção incorrupta em cada uma das almas dos presos* e lhes defende os direitos perante os carcereiros. Essas memórias registram fatos horripilantes que ele presenciou na prisão: sofrimentos de criaturas, como uma pobre doida, que enlouquecera porque era espancada pelo marido. Vários casos de crimes passionais e roubos são relatados.

Camilo atribuiu a sua condição de preso à *estrela funesta*, sob cujo signo nascera a sorte que lhe coubera. Os seus romances refletem a vida atribulada que teve: casou-se aos 16 anos de idade com uma jovem de 15 anos, mas a relação durou pouco tempo. Em 1843, ingressou na Escola de Medicina no Porto, mas não concluiu o curso. Em 1850, deu entrada no Seminário da mesma cidade. No mesmo ano, conheceu Ana Plácido, mulher casada, que abandonou o seu marido e fugiu com Camilo, fato que resultou na prisão do escritor. No cárcere,

ele temia que o procurador venal o mandasse matar pelo sicário Cruz, um assassino contumaz que, doente de ciúme, tentara matar a mulher. Dentre as histórias dos criminosos da penitenciária, é célebre o caso do afamado salteador José do Telhado, herói de guerra e autor de vários homicídios e roubos. O temido bandoleiro *folgava de entremecer incidentes cômicos nas suas assaltadas*.

Camilo relata que, certo dia, o rei D. Pedro V visitou a Cadeia da Relação do Porto, contemplou a agonia dos presos e sentiu compaixão do espetáculo dos cubículos pestilenciais. O rei espantou-se ao vê-lo e lhe perguntou quando terminaria o infortúnio. *Estimarei que se livre cedo*, disse-lhe D. Pedro, *com visível compaixão*.

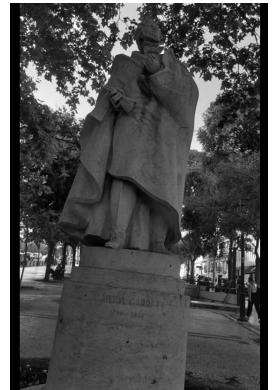
O livro mais conhecido de Camilo, *Amor de Perdição*, foi também escrito no período em que esteve na masmorra e está datado de 24 de novembro de 1861. É a triste história de seu tio Simão António Botelho, cujos registros de sua passagem pela cadeia constavam nos assentamentos da Cadeia da Relação do Porto.

A trama se urde no clima de tensão psicológica dos jovens enamorados, cujos pais, inimigos, proibem de se verem. Teresa, forçada a casar com o primo Baltasar, prefere o convento. Simão é ferido numa emboscada, mas é salvo por João da Cruz. No desespero da perseguição, Simão mata o rival Baltasar. A sua pena é comutada e degredo, após 18 meses de cárcere. Em março de 1807, ele embarca para a Índia. A tragédia ultrarromântica termina com os protagonistas vítimas fatais do martírio do Amor que morre amando.

As centenas de livros que Camilo escreveu, todos geniais, nasceram da sua sensibilidade extrema, que se inspirava nos infortúnios alheios e tornava suas as dores dos que estimava. A sensibilidade exponencial de Camilo ilumina o destino da humanidade, que padece na dor das paixões, glorifica-se no arrependimento e no amor, e morre no êxtase da consolação.

DA AVENIDA DA LIBERDADE A RESTAURADORES

Na Avenida da Liberdade, apreciei as vitrines, as flores e as estátuas dos escritores. Cada estátua é uma pedra que fala. Cada escritor é astro que emerge na galáxia espiritual da humanidade. Relembro aos leitores os aspectos mais relevantes de cada luminoso vulto esculpido na vibrante avenida de Lisboa. O primeiro que avisto é Almeida Garrett, vestido com gravata borboleta e roupão de inverno, o olhar nas alturas, a invocar as musas românticas. A mão direita segura a luva. Na cara redonda, barbas de sátrapa romano.



Almeida Garrett

Garrett nasceu no Porto em 1799. Em 1811, mudou-se para a Ilha Terceira, nos Açores, devido à ameaça das tropas francesas. Voltou ao Continente e se graduou em Direito na Universidade de Coimbra. Na década de 1820, engajou-se na causa liberal e foi forçado a se exilar na Inglaterra e na França, onde escreveu o poema *Camões*. Sua militância contra o absolutismo lhe valeu meses de reclusão, em 1827.

Após atravessar os pântanos da opressão, foi Cônsul na Bélgica. Regressou a Lisboa para ser inspetor-geral dos teatros. A esse respeito, recordo-me aqui de que o Teatro Nacional D. Maria II se chamava outrora Teatro Nacional de Almeida Garrett. Em 1842, demitido de suas funções oficiais, o Poeta se lançou numa persistente oposição ao governo de Costa Cabral. Dez anos depois, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros.

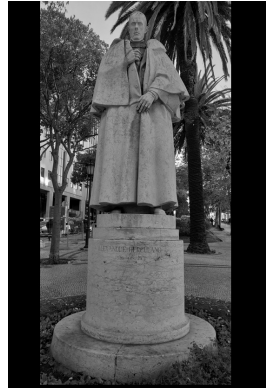
Para falar do livro mais conhecido de Garrett, comprei e li *Viagens na Minha Terra*, sua obra-prima, que se ressalta, ao lado do drama *Frei Luís de Souza*, no inventário de suas celebradas contribuições para a literatura portuguesa. *Viagens na Minha Terra* é o relato de uma viagem a Santarém, em 1843, com a descrição da paisagem e divagações filosóficas de permeio. Garrett dá cores vivas à paisagem: os pinhais de Azambuja, o alegre Cartaxo, no Ribatejo, e o encanto da charneca. Na trajetória, ele vai criticando a tirania dos reis e a soberba do grandes, e abominando a corrupção e a ignorância dos sacerdotes. Surgem, de pronto, os personagens, quando já se avista o vale de Santarém, *pátria dos rouxinóis e das madressilvas*.

Os combates entre as tropas de D. Miguel e D. Pedro decorrem, enquanto os primos Carlos e Joaninha vivem sua experiência romântica. Carlos representa a nova ordem liberal. Luta no exército constitucional. Joana é a personificação a ingenuidade. O protagonista mais excêntrico do romance é o Frei Dinis, que simboliza da sociedade conservadora. Esse sacerdote revela-se um ser atormentado pela culpa de seus crimes. Aos poucos vai-se desvelando a tragédia do passado daquela estranha família. Carlos descobre que é filho do padre, que assassinou o seu tio, marido de sua mãe e pai de Joaninha. As belezas de Santarém, referidas no livro, nos fazem sonhar com uma viagem àquela cidade coroada de mosteiros e torres, que o poeta percebe como *um livro de pedras, rico de iluminuras, encadernado de esmalte verde e prata pelo Tejo*.

Dou alguns passos e estou na esquina da Avenida Alexandre Herculano, com a Avenida da Liberdade, onde se destaca a estátua de Oliveira Martins: semblante meditativo, na mão esquerda as bordas do casaco, ele traja calças compridos que

lhe sentam bem, parecendo roupa dos dias atuais. As barbas e o bigode cultivados, o cabelo bem penteado, dão-lhe um ar galante de artista de cinema. Autor de uma antológica *História da Civilização Ibérica*, Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894) foi deputado e ministro da Fazenda em 1892.

Noutra esquina, deparo com a assombrosa estátua de Alexandre Herculano, que exsurge circunspecto, austero, com os olhos pequenos. A roupa enorme lhe proporciona a aparência de um abade. Ironicamente, porque Herculano foi anticlerical. Ele parece contrafeito: tem a fronte crispada. Dá-me a impressão de que reclama do estrídulo ambulante que fazem os carros na Avenida da Liberdade.



Alexandre
Herculano

Herculano, historiador e ficcionista, pugnou contra o poderio do clero, aliado ao absolutismo de D. Miguel. Integrou o exército de D. Pedro contra os miguelistas. Sua militância a favor do liberalismo resultou em seu exílio na Inglaterra, em 1828, e em França em 1831. Ao regressar a Portugal, em 1833, fez a sua duradoura carreira de bibliotecário. Trabalhou na Biblioteca Pública do Porto até 1836. Em 1839, exerceu o cargo de diretor da Real Biblioteca da Ajuda, durante o reinado de D. Fernando, até 1867, e foi deputado pelo Partido Conservador.

Herculano, além de ser a maior autoridade em assuntos da Idade Média em Portugal, é autor dos romances *O Bobo* (1843), *Eurico o Presbítero* (1844) e *Monge de Císter* (1848), ambientados no período histórico de formação cultural da Pensínsula Ibérica.

Impossível não referir-me ao livro mais conhecido de Alexandre Herculano, que reli, imediatamente depois de haver avistado a estátua do seu autor. *Eurico, o Presbítero*, romance histórico, repleto de alusões aos episódios da transformação da Iberia romano-germânica na Espanha árabe. Eurico, pastor-poeta da Cartia, apaixona-se por Hermanegarda, filha de Fávila e irmã de Pelágio, ambos duques da Cantábria. Eurico sublima na religião as dores do amor incorrespondido e se torna um presbítero solitário e melancólico. Ele se vê

na contingência de lutar nas hostes godas de Roderico, nas cordilheiras de Astúrias, para salvar as Espanhas do ataque dos bérberes de Tárique. Transforma-se no cavaleiro negro, herói que salva, entre lanças e espadas, Teodorico, o Duque de Córdoba, e Hermenegarda, sequestrada pelo amir Abdulaziz, que quer forçá-la a compor o seu harém.

A cavalaria árabe persegue as hostes de Pelágio. O cavaleiro negro cruza o rio Sália, mas os muçulmanos assomam nas cumeadas da cordilheira, galgando a ladeira. Eurico toma nos braços a desfalecida irmã do Duque de Cantábria e a conduz, pela ponte, por cima do abismo, para a outra margem. Os esquadrões de Abdulaziz se aproximam da gruta de Covadonga e são rechaçados com tiros de funda e rochedos que caem das alturas. Eurico é o anjo guardião da filha de Fávila. O encontro dos amantes foi cheio de surpresas. Hermengarda reconhece o passado de desventura de Eurico e o aceita como esposo. Ele, por outro lado, está impedido de casar pelo voto de celibato. Eurico é, decididamente, o protótipo do guerreiro santo e do santo guerreiro.

Prossigo na caminhada pela passarela da Avenida da Liberdade, para notar que a estátua de António Feliciano de Castilho (1800-1875) completa o quadrilátero dos homens de letras. Barbas, cabelo cacheado e olhos baixos, significando a cegueira, o poeta veste um casaco elegante que, se fosse hoje, dir-se-ia comprado nas lojas do El Corte Inglés.

A ladeira da Avenida da Liberdade dá-me o ensejo de apreciar os charmosos edifícios do Cinema São Jorge, do Teatro Tivoli, e vislumbrar, à direita, a Praça da Alegria, que se alça numa plataforma, como um jardim suspenso.

Não longe dali, no Café Delta, encontrei-me com o casal Ronaldo Cagiano e Eltania, radicados em Portugal há quase nove anos. Cagiano publicou cinco livros em Portugal, entre os quais, *Os rios de mim* (poesia, 2018) e *Horizonte de espantos* (contos, 2023). Conversamos sobre a criação literária de vários escritores brasileiros e portugueses. Ronaldo me falou de suas leituras de António Ramos Rosa, Eugénio de Andrade, Helder Macedo, Manuel António Pina, Al Berto, Daniel Faria,

Luis Miguel Nava e Ruy Belo. De minha parte, citei outros, que igualmente admiro, neste Portugal de grandes poetas: Herberto Helder, Natália Correia, Luiza Jorge Neto, Sophia de Mello Breyner Andresen, José Gomes Ferreira, Alexandre O'Neill, José Régio, David Mourão-Ferreira e Jorge de Sena.

Depois da conversa e do café, continuei descendo a Avenida da Liberdade, desfrutando da perspectiva e observando os desenhos nas pedras polidas das calçadas brancas. São mandalas, em preto e branco, estampadas no chão; pétalas geometricamente expansivas. Sobre cada poste de luz, uma pequena caravela representa a proeza dos portugueses. Vou pela inclinação dessa passarela triunfal, ao largo de jardins, tanques, fontes, cascatas, estátuas e frondosas copas de plátanos e jacarandás floridos.

Desço, prazerosamente, o grande boulevard de Lisboa, que já se chamou Passeio Público. Chego a Restauradores e vejo o obelisco da Restauração, o Palácio Foz, de tons róseos, o Elevador da Glória, o Palácio gótico da Estação do Rossio e o Teatro Nacional Dona Maria II.

PRAÇA DOS RESTAURADORES

Próximo à feérica Estação do Rossio, o obelisco comemora as campanhas de Restauração, iniciadas em 1640, para afugentar definitivamente os reis espanhóis. Os cidadãos lusitanos se rebelaram contra a extorsiva carga tributária que lhes impunha a ditadura de Olivares e Felipe IV (que foi Felipe III em Portugal). Quarenta conjurados caçaram o Secretário de Estado e Escrivão da Fazenda do Reino, Miguel de Vasconcelos, no Palácio do Terreiro do Paço. Encontraram-no escondido num armário e o mataram com uma saraivada de balas. De seguida, jogaram o cadáver pela janela. Destronaram, também, a Vice-Rainha Margarida de Saboia, duquesa de Mântua. Ocuparam o Castelo, a Torre de Belém e assentaram no trono o Duque de Bragança, com o título de D. João IV.



As tropas de Portugal e Espanha mantiveram combates até 1665, quando a estocada final de Montes Claros pôs fim à guerra que durou 28 anos. A paz prevaleceu, quando Afonso VI de Portugal e Carlos II de Espanha assinaram o tratado pelo qual Ceuta passou a pertencer à Espanha.

De 30 metros de altura, o monolito de Restauradores está respaldado por estátuas alegóricas, na figura de duas mulheres: a Vitória

Alada, com a palma e a coroa da glória, e a Liberdade, com a espada da conquista. Na base do monumento, constam os nomes e as datas das batalhas da guerra da Restauração, após o golpe de Estado de 1 de dezembro de 1640, que pôs fim à monarquia filipina: 26 de maio de 1644 – Montijo; 17 de junho de 1663 - Montes Claros; e 8 de junho de 1663 – Ameixal. Essas batalhas aconteceram durante o reino de D. João IV de Bragança, que o Padre Vieira tentou mostrar como D. Sebastião, o Restaurador Ungido.

A arquitetura neoclássica da Praça dos Restauradores se ressalta num espaço luminoso, no centro do qual o obelisco é um arauto, assistido por elegantes edifícios.

Diante do róseo Palácio Foz, de múltiplas janelas, e da feérica Estação do Rossio, na entrada da Avenida da Liberdade, diviso, no alto, o desmedido monumento a Pombal e as nuances do Parque Eduardo VII.

Desse marco histórico, plantado no coração de Lisboa, continuo a trajetória pelas calçadas de límpidas pedras, bordadas de formas geométricas. No Rossio, revejo a estátua de Dom Pedro IV, que se impõe no alto pedestal.

O ROSSIO

Apoteose da beleza de Lisboa, o Rossio reluz sob o céu azul claro. As sereias lançam gotas irisadas, ao redor do verde chafariz redondo. Sobre uma coluna de 27 metros, a estátua de bronze do imperador do Brasil faz o Rossio se chamar também Praça de D. Pedro IV.



Ergo o pescoço para ver a figura do soberano que segundo a inscrição, *outorgou a Carta Constitucional de 29 de abril de 1826*. O monumento tem, na base, os escudos das 16 cidades mais importantes de Portugal e as quatro Virtudes alegóricas, representado a Justiça, a Força, a Prudência e a Temperança.

Os círculos de água e as criaturas marinhas, ao redor das fontes, dizem da vocação marítima de Portugal. A festa das sereias e as amplas ondas, desenhadas no chão de pedras, exprimem a magnitude de Lisboa.



Rossio D. Pedro IV

Segundo José Cardoso Pires, a estátua de D. Pedro IV é, na realidade, a do Imperador Maximiliano do México, que Juarez mandara fuzilar. Quando o barco aproava a Lisboa com a estátua, os portugueses a teriam comprado a preço convidativo. *Os eruditos, quando passam pela estátua do falso rei baixam os olhos num silêncio*

de pudor. (PIRES, 2018, p. 22). Se é ou não Dom Pedro, o importante que representa esse personagem das duas histórias nacionais.

Ouçó, próximas, as proverbiais badaladas da torre do Carmo. Gaivotas rondam o céu de nuvens brancas, que um avião atravessa.

Torno os olhos para o Rossio e diviso o Palácio da Independência, entre o Teatro Dona Maria II e a Igreja de São Domingos. Ali se realizaram as reuniões da conspiração de 1640.

É classicista o pórtico ornamental do Teatro Dona Maria II, construído em 1846, pelo arquiteto italiano Fortunato Lodi. Seis belas colunas monumentais (que pertenceram à Igreja de São Francisco), emolduram a fachada, repleta de varandas e janelas em arco.

Quem diria que esse romântico teatro neoclássico foi reconstruído sobre o palácio da Inquisição? De fato, desde 1840, o velho edifício do abominável Santo Ofício foi remodelado para servir de centro de espetáculos dramáticos.

No frontão triangular, avultam as estátuas de Gil Vicente e das Musas Talia e Melpomene, da autoria de Assis Rodrigues. Os relevos simbolizam as quatro fases do dia.

Comediógrafo protegido da Rainha Leonor, viúva de D. João II, Gil Vicente (1465-1636) fundou o teatro português, escrevendo autos alegóricos e pastorais. Foi mestre de cerimônias das festas palaciais, no tempo de D. Manuel e dirigiu as funções teatrais cortesãs de 1502 a 1536.

Seus 44 autos, escritos à extensão de 34 anos, mostram um vasto cenário da sociedade portuguesa do século XVI. Os três autos das barcas (*Barca da Glória*, *Barca do Inferno* e *Barca do Purgatório*), escritos de 1517 a 1519, constituem o auge do teatro sacro europeu pré-calderoniano. Representam a transição da

dramaturgia da Idade Média para a Renascença. O argumento e o cenário são idênticos nos três: duas embarcações, uma com destino ao Inferno e a outra ao Paraíso, aguardam a maré, atracadas no embarcadouro do Purgatório. Entram na barca almas que representam classes sociais e profissionais: um conde, um duque, um rei, um imperador, um arcebispo, um cardeal e um papa. A morte os conduziria, necessariamente, para o Inferno, governado por Satã. Todos, no entanto, se dirigem para o porto do Céu, governado por um Anjo - mas o Anjo os rechaça.

O Auto da Barca do Inferno foi representado na câmara de D. Maria, esposa de D. Manuel. Quando um fidalgo quer embarcar, diz-lhe o Diabo: “*Não se embarca tirania/ neste batel divinal*”. Quando um frade pergunta: “Para onde levais gente?” Responde o Diabo: “*Para aquele fogo ardente/que não temeste vivendo*”. No final, salvam-se apenas um Parvo e quatro Cavaleiros que morreram pela Madre Igreja.

Auto da Feira e Floresta d’Enganos são farsas que versam sobre temas mundanos. Satirizam a venalidade dos eclesiásticos, dos laicos e dos juízes. Arremetem com sarcasmo os frades, os fidalgos e os mercadores. *Los Cuatro Tiempos*, escrita em castelhano, é a dramatização das laudes canônicas.

Os inquisidores fizeram expurgações às edições póstumas de Vicente, porquanto as suas atitudes heterodoxas do não lhes eram gratas.

Recordo-me, por oportuno, de que aconteceu, em abril de 1506, em frente à velha Igreja de São Domingos, por uma suposta blasfêmia de um dos falsos convertidos, uma tremenda matança de, por incrível que pareça, 2 mil pessoas de origem hebraica. Os lojistas do Rossio e as tripulações dos barcos ancorados colaboraram na violência.

Contemplo, ao pé da Avenida da Liberdade, a encantadora fachada manuelina da Estação do Rossio, edifício desenhado por José Luis Monteiro. A fascinante estampa ostenta uma pequena estátua de D. Manuel I, entre janelas simétricas em arco, dois portais grandes, em formato de ferradura e as três portas menores laterais. Os portais estão desenhados com figuras geométricas, que circundam os arcos e a estátua. O segundo e o terceiro andares têm, cada qual, nove janelas. No cimo do edifício, seis pináculos despontam dos lados do luxuoso relógio, emoldurado num retângulo.



Prossigo no passeio. Três prazeres sensoriais assomam na Rua do Carmo: o cheiro de castanha assada nos fogareiros, o Fado, que ressoa no Jeep verde publicitário, e as vitrines acesas, visitadas pelos caminhanes, que sobem até os Armazéns do Chiado.

Junto ao Rossio está o Elevador de Santa Justa, com as correntes da engrenagem metálica. A estrutura retangular o faz parecer um pequeno edifício estreito. Se erguermos a cabeça, visualizamos os pináculos das torres do Carmo sobre as lojas da Rua do Carmo.

José Cardoso Pires, emérito cronista de Lisboa, lembra-nos de que “no Rossio das floristas está o Bocage com os livros do Ovídio pendurados no sovaco. No velho café Nicola, há dois séculos, Manuel Maria Barbosa du Bocage tinha a sua mesa de tertúlia e, entre rimas e panfletos, conspirava contra a sociedade de polícias e monges-bufos que o havia de levar à prisão. Esse tipo *magro, de olhos azuis, carão moreno*, fazia sucesso junto às musas do seu tempo, que não passavam de umas preciosas fedorentas . (PIRES, 2018, p.24).



Adentro o Café Nicola, que remonta às tradições do século XIX. Da mesa à que me sento, vejo, na parede do fundo, a estátua de Bocage. O poetíssimo, ali posicionado, como um sentinela, parece espiar a conduta dos clientes. Bocage não era afeito a vigilâncias. Seu anarquismo pacifista não se coaduna com a privatização da sua estátua, no âmbito onde ele se divertiu em noites forasteiras. Ali se reunia a confraria Nova Arcádia, para ouvi-lo declamar os sonetos burlescos.

Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805) deixou Setúbal para seguir carreira da marinha. Passou pelo Rio de Janeiro. Desertou e regressou a Lisboa, onde se fez profusor da picardia. Tenente de Infantaria em Damão, desertou e fugiu para Macau. Ironizou a corja e seu bufão. Disse das brasas da crica e do pau. Polemizou com o Padre José Agostinho de Macedo, de apelido Padre Lagosta e foi acusado de ideias contrárias à ordem social. Esteve recluso na prisão do Limoeiro, antes de ser enviado para uma casa da Congregação de S. Felipe Néri. Nos transe da certeza fatal, lastimou a desesperação: *“Prazeres, sócios meus, e meus tiranos!/
Esta alma, que sedenta em si não coube,/no abismo vos sumiu dos
desenganos: Deus, oh Deus!... Quando a morte à luz me roube/
ganhe um momento o que perderam anos,/saiba morrer, o que viver
não soube.”*

Sigo bebendo as palavras de José Cardoso Pires, ao enumerar os escritores que frequentavam as tertúlias do Rossio: Nas tardes do Café d'Ouro, Jorge de Sena e Casais Monteiro comandavam os encontros. No Café Gelo, *Herberto Helder apontava para voos mais longos, outro universo, outras leituras. Aqui também andou Pessoa, é sabido. Solitário ia bancar mais adiante, no Martinho.* (P. 25).

O Rossio abre perspectivas ao andarilho, que pode subir, na direção do Largo do Chiado, ou palmilhar a planície, até à Praça do Comércio ou derivar, por trás do Teatro Dona Maria II, pela Rua das Portas de Santo Antão.

A IGREJA DE SÃO ROQUE E O PADRE VIEIRA

Proveniente do Largo do Carmo, encontro, no Largo Trindade Coelho, a estátua do Padre Vieira, com os três curumins, vestidos de tangeras, que o acompanham como seus filhos adotivos. Barbas de asceta, olhar firme no propósito, longa batina presa à cintura pelo cordão da Ordem, o grande teólogo ergue o crucifixo da fé.

A Igreja de São Roque foi sede da reunião da Congregação Jesuíta, em que o grande pregador solicitou, em 1655, a sua volta ao Maranhão. Havia, para tanto, escrito ao rei a nova Lei ou Provisão Real, para entregar à Companhia a catequese, a administração e a questão da liberdade dos índios.

Edificada no final do século XVI pelos jesuítas, São Roque resistiu ao distúrbio telúrico de 1755. Em nave única, com sete capelas laterais, belamente talhadas em madeira dourada, ostenta a maravilha da Capela de São João Batista, de mármore, ouro, lápis-lazúli, ametista e alabastro, obra de Luigi Vanitelli e Nicola Salvi. Preciosa manufatura estética, mandada construir por D. João V em Roma e trasladada por mar a Lisboa.



Padre Vieira

Esplendem, igualmente, duas outras Capelas: a do Santíssimo Sacramento, com escultura de Nossa Senhora da Assunção, em madeira policromada, e a de Nossa Senhora da Doutrina, em talha dourada, com mármore embutidos, de influência florentina.



No altar principal, em forma de retábulo fulgurante, os quatro grandes santos jesuítas estão figurados num retrato: Inácio de Loiola, Francisco Xavier, Francisco Borgia e Luis Gonzaga. A luz dourada emana das imagens dos santos e dos anjos, nos nichos de pequenas colunas coríntias, entre custódias e crucifixos.

Ao lado do altar, brilha a coleção de relicários doados por D. João de Borja, filho de Francisco de Borja, e embaixador de Felipe II, no tempo de D. Sebastião.

Reluzem, no museu da igreja, esculturas de vários santos em madeira dourada. Centenas de relicários de prata, esculpidos com efígies de santos, cálices, ostiários, em prata dourada e cinzelada, e outros ornamentos litúrgicos de ouro e prata. Painéis de pintura recontam a vida de São Roque (que nasceu em Montpellier e teve a graça de ser curado por um anjo, que mandou um cão lamber-lhe a pele para extirpar os estigmas da peste. Um retrato de D. João III, pintado por Cristóvão Lopes, homenageia o rei que disponibilizou aos jesuítas o terreno para a construção da Igreja.

Depois do terremoto e da expulsão dos jesuítas, o terreno adjacente foi doado, desde 1769, à Santa Casa de Misericórdia, instituição fundada em 1498, pela rainha D. Leonor, viúva de D. João II.

Ando pela estreita calçada, que vai beirando o alto muro de São Roque. Os carros passam rente ao muro. Os pedestres encostam-se à parede para dar vez uns aos outros.

Vejo, estacionado, ao pé do Miradouro de São Pedro de Alcântara, o Elevador da Glória, amarelinho, cheio de passageiros, que descem e sobem pela íngreme Calçada da Glória. A Praça dos Restauradores é visível, lá embaixo, na esplanada engalanada pelo obelisco heroico.



ANTÓNIO VIEIRA E O QUINTO IMPÉRIO

D. Sebastião, neto de João III, herdou a coroa aos 14 anos, depois da regência de seu tio, o Cardeal D. Henrique. Com inextinguível ímpeto, o jovem rei investiu belicosamente contra o califa bárbaro do Marrocos e desapareceu no areal de Alcácer-Quibir. Desde então, surgiu a lenda messiânica da esperança de que o rei regressaria para restaurar a justiça e o bem-estar em Portugal.

Para os místicos, o Encoberto, anunciado um século antes, pelo sapateiro Gonçalo Anes Bandarra, era D. Sebastião redivivo, que viria restaurar o Império Universal.

Vieira mesclou as trovas do Bandarra com a profecia que Daniel anunciou, ao interpretar o sonho de Nabucodonosor. Penso que Vieira admitia a possibilidade da reencarnação, porque D. João IV só poderia ser D. Sebastião se fosse o mesmo espírito, reencarnado, para dar continuidade à sua missão. O Rei Encoberto seria, portanto, encarnável noutros monarcas portugueses, na antevisão do Quinto Império, em que todos os povos e nações de reconciliarão.

António Vieira chegou à Bahia ainda criança, aos 8 anos, com a família, em 1616. Ordenou-se sacerdote, em 1635, cinco anos antes de que D. João IV sucedesse os três soberanos espanhóis.

Recebeu António Vieira, do Alto, o dom da palavra, e se fez emérito pregador. Pronunciou o *Sermão de Santo Antônio*, em 1638, quando os holandeses assentavam seus quartéis e baterias em frente à Igreja de Santo Antônio, em Salvador. Advogava a causa do Brasil e de Portugal contra as armas da Holanda.

Vieira voltou a Lisboa em 1641, aos 33 anos, dando testemunho de fidelidade da colônia brasileira à Restauração de Portugal.

Em 1642, pregou o *Sermão dos Bons-Anos*, na Capela Real, manifestando, desde logo, o messianismo que sustentará até ao fim da vida: “*Há de ser Portugal um tão grande Império; posto que tem já vindo todo o Reino que era, ainda o Reino que há de ser não tem vindo todo*”. (VIEIRA, 1996, p.189).

Vieira acreditou que, tal como a profecia, que se disse Cristo haver feito a D. Afonso Henriques, na véspera da Batalha de Ourique, a vontade divina se expressaria na Restauração. Deus assistiria, no futuro, ao povo, porque era chegado D. João IV, o monarca eleito de Deus. Submetido pelos reis espanhóis a um duro cativeiro, Portugal havia esperado durante sessenta anos pela sua redenção.

De 1646 a 1648, António Vieira foi protagonista nas negociações do possível acordo entre os calvinistas holandeses e os católicos portugueses. A paz com os holandeses, que se haviam estabelecido no Brasil, permitiria reabrir o comércio marítimo com os territórios ultramarinos de Portugal. Defendeu os interesses dos exilados da comunidade judaica de Amsterdam, na esperança de que fosse repatriado o capital que ajudaria Portugal a recuperar a hegemonia na geopolítica europeia.

Tentou forjar um clima religioso mais tolerante para os judeus convertidos, tendo proposto ao rei, em 1643, que fossem readmitidos os cristãos-novos, mercadores, homens

de grandes cabedais e que se mudassem os rigorosos estilos do Santo Ofício. A nobreza e a Inquisição tudo fizeram para amordaçá-lo. A própria Ordem dos Jesuítas, solidária na questão dos cristãos-novos, cogitou em afastar Vieira da Congregação.

Com o dom profético, infenso a toda adversidade, o insígne orador anunciava o Império de Cristo, que vencerá o Turco, consumando o pensamento de Daniel. O déspota assírio Nabucodonosor sonhara com uma grande estátua de aspecto tenebroso: a cabeça era de ouro, o peito e os braços de prata, o tórax de bronze, os joelhos de ferro e os pés de ferro e de barro. Uma pedra caía sobre essa estátua, derrubando-a e convertendo-a em pó e cinza. Em seguida, a prodigiosa pedra crescia e se transformava num grande monte, que ocupava toda a Terra.

Inquieto com esse sonho, Nabucodonosor chamou Daniel para que decifrasse o enigma. O profeta disse que a grande estátua significava a sucessão dos impérios do mundo, representados pelos diversos metais. A pedra, que desfez tudo, é o Quinto Império, *o Reino dos Santos do Altíssimo que Deus há de levantar no mundo e que há de permanecer para sempre, para que todos os povos o obedeçam e o sirvam.*

Antônio Vieira atestava que o Quinto Império será espiritual e temporal, porque o Cristo, Rei Supremo, detém as duas Coroas. Ele virá depois do império dos assírios, dos persas, dos gregos e dos romanos. Fernando Pessoa e Agostinho da Silva confirmam que veremos o Império do Espírito Santo. Segundo o filósofo, por assim dizer, luso-brasileiro, o Reino da Paz e da Fraternidade será governado por uma criança, porque só em sendo crianças, os seres humanos viveremos em plenitude. Alude ao Novo Testamento, que Jesus manda virem as crianças, para ensinar que, somente quem se comporte como elas, herdará o Reino do Céu.

Para Vieira, portanto, à luz da profecia, Cristo virá do alto monte, que é o Céu, onde assiste o Pai Eterno. O Desejado e Esperado de todas as nações e reinos do mundo virá expulsar o Anticristo e seu Reino durará até o fim do mundo.

Helder Macedo ressalta, pertinentemente, que o *nacionalismo profético de Vieira é o exercício de uma lógica exegetica que literaliza a profecia como um produto da razão e não da fé*. (MACEDO, 2017, p. 283).

Quando esteve em 1650, na Cidade do Vaticano, o Padre Vieira reiterou seus pleitos em defesa dos cristãos-novos. Sua atuação de humanista prosseguiu em São Luís, onde, em 1653, exerceu o cargo de Superior da Missão e pronunciou sermões sobre a liberdade dos índios. Partiu, de volta a Lisboa, decepcionado com o descaso dos capitães-mores, que desprezavam os missionários.

Ao regressar ao Brasil, em 1655, o jesuíta profeta organizou as missões em São Luís e em Belém. O empenho desses Colégios de catequizadores e defensores dos ameríndios, dos maus tratos dos colonos, converteu muitos silvícolas ao cristianismo.

A Inquisição rebrotara no Reino Restaurado e os jesuítas não tardariam a ser odiados como defensores dos índios e dos judeus. A morte de João IV, em 1656, deixou Vieira vulnerável às intrigas dos inimigos. Afonso VI, protetor dos escravagistas, pouco se importou com os serviços prestados pelo maior intelectual do seu reinado. O Santo Ofício não daria trégua ao orador dos *Sermões*.

Os carmelitas urdiram uma trama para prejudicá-lo. Sem o apoio da corte e com imprudência retórica, ele atraiu o pérfido antagonismo do Santo Ofício e foi expulso do Brasil.

O *Sermão do Bom Ladrão*, pronunciado na Igreja da Misericórdia de Lisboa, tem um tom de denúncia. Vieira

declara que os pecados do rei e seus governantes implicam ambos serem levados ao Inferno. Esclarece, atrevidamente, que os ladrões de que fala não são os de pouca monta, mas os de maior calibre.

Em 1665, os inquisidores firmaram sua sentença de reclusão no Porto e depois em Coimbra.

Restituído à liberdade por D. Pedro II, príncipe regente, em 1668, Vieira partiu para Roma, de onde só regressou em 1775, munido de um Breve do Papa Clemente X, isentando-o da Inquisição.

O grande orador sacro regressou à Bahia, em 1681, com setenta anos, para exercer o cargo de Visitador-Geral. Viveu no Brasil os 16 anos finais da sua existência, retocando os Sermões. Tinha quase 90 anos, quando faleceu em 1697.

O PALÁCIO DE SINTRA E A MISSÃO ESPIRITUAL DE PORTUGAL

Ao terminar de ler *Portugal, Razão e Mistério*, de António Quadros, viajei a Sintra, num ônibus que peguei em Oeiras, com o especial propósito de ver, no teto da Capela do Paço, fundada por D. Dinis e pela rainha Santa Isabel, as imagens do Espírito Santo, na forma de pombas brancas, simbolizando a expansão do Império espiritual pelo mundo. O ônibus foi subindo a serra de muitas curvas, desvendando pequenas cidades ao largo do caminho.

Saltei na Estação de Portela de Sintra, ponto final do ônibus e fiz a pé o trajeto de quase meia hora até ao centro histórico. Avistei, ao longe, as brancas torres cônicas do Paço de Sintra (que são as chaminés do palácio). Fui contornando a calçada em espiral, cercado da frondosa vegetação, que, de alto a baixo, inunda de verde a paisagem. Da calçada, repleta de bazares de artesanato, divisei os bosques que se elevam entre burgos matizados pelas folhagens. Cachos de heras pululam entre muros e ajardinadas torres esguias.

Por fim, o Palácio Real se me afigura todo branco, com as janelas geminadas, em arcos denticulados.



Adentro-o-evejo, primeiro, o Paço de D. Manuel I, construído no século XVI: a Sala Manuelina, ornada de belos azulejos, o aposento de Rainha Maria Pia, onde se acomodou também o Rei D. Luis, e a varanda, de onde contemplo, na perspectiva, a exuberante floração serrana, repleta de palacetes coloridos. A torre azul dos Paços dos Concelho emerge entre as folhagens, entre as pedras do desfiladeiro e os telhados. No ângulo oposto, a planície se aprofunda, com as distantes cidades implantadas ao pé das serranias.



Tenho à mão o livro *Lendas e Narrativas*, de Alexandre Herculano, do qual leio: “*Sintra pendura-se pela montanha entre lençóis de águas vivas e respira o cheiro das ervas e flores que crescem às sombras das penedias*” (HERCULANO, 2015, p.63).

Sinto-me testemunha da história, ao visitar o quarto, de teto pontilhado de escudos com a coroa real, onde repousaram o Rei D. Pedro V (1837-1861) e a Rainha D. Estefânia (1837-59). A cama arrumada parece esperá-los a qualquer momento. Há, também, ao lado, os aposentos de D. Maria Pia de Sabóia (1847-1911), embelezados de elegantes móveis antigos.

Noto que o palácio é um palimpsesto de construções superpostas. Na parte que corresponde ao tempo de D. João I e de D. Filipa, reputados por construtores do paço, encontro a Sala dos Archeiros, com teto decorado de cisnes.

Saio ao Pátio Central, antes de entrar noutro setor do palácio. Vejo o tanque de onde emerge o esguicho sonoro. Avisto, de novo, a poucos metros do portal e as brancas torres cônicas. Volto ao interior do palácio e adentro a Sala das Pegas, de teto decorado de aves que sustentam rosas nos bicos. Ali, D. Manuel I concedia audiências régias e oferecia banquetes. A lenda registra que, no alpendre do Pátio da Audiência, leram um trecho dos *Lusíadas* para D. Sebastião.

A Câmara do Ouro também remonta a D. João I e Dona Filipa de Lencastre e foi utilizada por D. Sebastião. A cama está posta como se esperasse o rei para uma sesta.

Nota-se a fusão de estilos artísticos nos azulejos, pátios e fontes do Paço de Sintra, híbridos de várias culturas, com nuances mouriscas. No segundo piso, as salas foram construídas no século XVI, por iniciativa de D. João III (1502-57).

Subi estreitas escadas em espiral para chegar às câmaras de D. João III (construídas no século XVI), onde vi nas paredes retratos da nobreza de então. Segui as setas da trajetória e cheguei à esplêndida Sala dos Brasões (do século XVI), que exhibe escudos das 72 famílias mais importantes do reinado de D. Manuel. Decoração exuberante, os brasões cintilam no teto octogonal, dourado, à luz de suas altas janelas.

Uma pequena sala ao lado é identificada como a prisão onde Afonso VI (1643-1683) esteve recolhido durante nove anos, até morrer. O infeliz Afonso VI foi afastado pelo irmão D. Pedro, que ocupou o poder e casou com a rainha, sua cunhada. É de notar que os palácios não foram apenas luz nos salões das festas, mas também escuridade nos momentos de consternação.

Fiquei com pena de Afonso VI, soberano deposto e encarcerado. Guerra Junqueiro faz chacota, no livro *Pátria*, do rei, cujo irmão o destrona e se apodera, além do trono, também da rainha. Ao ler os historiadores, compreendi a situação. Afonso VI era deficiente físico desde criança e foi considerado impotente pela própria rainha. Tais condições não impediam suas violentas farras, acompanhado de perversos capatazes, que atacavam as pessoas na calada da noite. Certa feita, na companhia de desordeiros energúmenos, investiu contra um grupo de pessoas que andava pelas bandas do atual Príncipe Real e sofreu, como revide, uma estocada de espada que o feriu na virilha. Tempos depois, mandou disparar contra D. Luís

de Menezes nas Portas de Santo Antão e contra o Marquês de Niza, na Rua de São Roque. Estes dois escaparam, mas Pedro Severin, secretário das Mercês do governo, não teve a mesma sorte. Foi morto pelo esquadrão real, *por violar os bons costumes*. Por essas e outras, o monarca terminou desapossado do trono por seu irmão D. Pedro e pela própria esposa, a Rainha Francisca de Saboia.

Naquela parte antiga do Paço de Sintra, vi, finalmente, a Capela do Espírito Santo, de teto mudéjar, com a cruz do altar e as paredes pintadas com centenas de pombas brancas, simbolizando o Espírito Santo. A capela só pode ser vista de longe, por uma janela, com o observador situado num parapeito. Há, num mostrador, ao lado de quem olha para o altar, uma foto do formato da decoração anterior, realizada por D. Afonso V, que reinou mais de cem anos depois de D. Dinis.



Capela do
Espírito Santo

Afonso V, que morreu no Palácio de Sintra em 1481, mandou colocar ali, em 1470, o famoso políptico, pintado por Nuno Gonçalves, exposto atualmente no Museu de Arte Antiga de Lisboa. Esse políptico, bem como a própria Capela do Espírito Santo, segundo assevera António Quadros, em Portugal, Razão e Mistério, representam o projeto áureo de fundação do Império do Espírito Santo. D. Dinis e D. Isabel foram precursores desse objetivo de preparar o advento do Rei-Pontífice dos três mundos, divino, humano e terreno, mediador entre o céu e a terra. A Capela do Espírito Santo do Paço de Sintra dá prova de que os monarcas portugueses queriam instaurar um império de ordem espiritual. A Ordem dos Templários e a Ordem de Cister incentivavam os reis a ampliar as fronteiras do cristianismo e sedimentar os alicerces espirituais da primeira dinastia portuguesa.

Ao deixar o Paço de Sintra, contemplei outra vez a paisagem da cidade, cuja beleza já havia cantado num poema, escrito na primeira vez em que a visitei, em 2006: *Miragens em cada quadrante. / De todos perfumes, a essência verde. / As violetas, os cristais e os diamantes. / As visões sublimes e toda a imensidão da natureza/ cabem num gesto humano. / A magnanimidade das folhas na floresta,/ a arejada sombra da vertente,/ os canoros pássaros, encantando a clareira. / Símbolos esplêndidos em cada flor. / Corolas, mosaicos, azulejos/ e o vale que se alonga na perspectiva. / O momento da mais alta reflexão.*

O CONVENTO DE MAFRA E D. JOÃO V

O Convento Palácio de Mafra foi construído por iniciativa de D. João V, que sucedeu a D. Pedro II, que havia sucedido ao destrambelhado Afonso VI. Navios ingleses protegiam as esquadras portuguesas, provenientes do Brasil. O Tratado de Methuen, em 1703, estabelecia que Inglaterra comprasse vinhos portugueses e Portugal comprasse manufaturas têxteis dos ingleses.

Em 1704, Portugal se envolveu na disputa dinástica da Espanha, entre os Bourbons e os Áustrias, conflito em que venceram os Bourbons. A paz de Utrech foi celebrada já no reinado de D. João V.

D. João V (1706-1750) desfrutou da riqueza do ouro e dos diamantes de Minas Gerais e, com suas perucas, imitava os reis franceses. Além de prodigioso em aventuras eróticas com as cortesãs, teve sensibilidade para incentivar a cultura, fomentando uma vasta biblioteca no Palácio do Terreiro do Paço. Por sua iniciativa, criou-se a Real Academia Portuguesa da História.

Além do Convento de Mafra, D. João V mandou construir, entre outras edificações, o monumental Aqueduto de Águas Livres, inaugurado em 1748, o paredão de São Pedro de Alcântara e a Capela de São João Batista, trazida da Itália

para Igreja de São Roque. Lisboa foi então uma das capitais da ópera barroca europeia, sob a direção de João de Sousa Carvalho (1745-1798).

Peguei o trem para visitar o Convento de Mafra, pensando que a estação de trens de Mafra estivesse situada na cidade do mesmo nome. Mas, não! Ao descer do trem, vi uma placa indicando Mafra, mas ainda não era Mafra. Disse-me uma senhora, que apareceu na calçada de uma das raras casas daqueles ermos, que eu precisava pegar um ônibus, que fazia parada em Alcainça, pois que Mafra ficava a 13 quilômetros.

Subi, a pé, até a cidade de nome Alcainça. Nunca fui hippie. E, ainda bem, era fevereiro, mês de clima ameno em Portugal; do contrário não sei se teria sido capaz de subir aquela serra. Fui pisando a relva, no estreito espaço entre a pista e o abismo. Ao menos, dos passarinhos, tive a companhia.

De vez em quando, algum carro passava, velozmente. Levando nas mãos a garrafa de água e o *Memorial do Convento*, do Mestre Saramago, fui sob o Sol que brilhava intensamente. No céu azul, sem nuvens, um avião riscou o seu retilíneo rastro branco.

Mas que história era aquela de se fazer uma estação de comboios tão longe da cidade? Por que fazer o visitante subir uma serra como um cabrito, exposto à intempérie, durante mais de uma hora?

Alcainça, um lugarejo de casas brancas, semi-deserto, no cimo da montanha, parecia uma cidadela abandonada. Os cachorros, no entanto, estavam lá e me receberam sem cordialidade. Por ventura, estavam dentro dos cercados. Achei, por fim, gente e até um restaurante. Sentei-me exausto, depois de 70 minutos de subida. Tinha a camisa molhada, como se vestida depois de um banho, sem me enxugar. Depois do sacrifício, uma senhora simpática, de meia-idade, trouxe-me um refresco de laranja e um prato de bacalhau de natas.

Duas da tarde, o apetite se transformava notoriamente em fome. Enquanto esperava a iguaria, li mais um capítulo do *Memorial* de Saramago, o mago da palavra, que nos conta a história da construção do mosteiro-palácio, num tempo de misticismo, guerra, Santo Ofício e procissões de penitência.

O rei D. João V prometeu aos clérigos franciscanos construir esse convento se Deus lhe assegurasse um sucessor. A Ordem de São Francisco assim recebeu a palma da vitória.

O ônibus, finalmente, me levou, do alto daqueles bosques, à cidade do Convento. Num átimo, estou diante do magnífico frontispício da Basílica, um monumento encantador, lugar imprescindível para toda a História da Arte. O barroco espande nas estátuas, dentro dos retângulos, nas filigranas do frontão triangular e nos detalhes floridos das duas torres.

A Basílica de Nossa Senhora e de Santo Antônio de Mafra teve sua primeira pedra posta por D. João V, em 17 de novembro de 1717. O arquiteto João Frederico Ludovici imprimiu estilo barroco italiano à igreja, em formato de cruz latina e cúpula octogonal. Os retábulos de mármore foram feitos sob a direção de Alessandro Giusti. Foram recrutados 45 mil trabalhadores e sete mil soldados para lhes obrigar a trabalhar. O ouro do Brasil muito ajudou na construção do Convento.

O Palácio-Convento, ao lado da igreja, tem, no primeiro andar, os cômodos da enfermaria conventual. Uma miríade de coisas antigas de arte sacra aparece nas salas, nas celas, na cozinha, sobre a mesa de mármore da enfermaria. Rebrilham báculos, ostensórios, custódias e estatuetas.

No segundo andar, onde estão o Palácio Real e a Biblioteca, tudo é de uma grandeza estonteante: imensas escadas de mármore e imagens com motivos míticos, em cores fulgurantes, pintadas nas paredes e no teto.

Multiplicam-se, na extensão do convento, salas e mais salas, comprovando a riqueza daqueles áureos tempos imperiais. A Sala do Trono, de esplêndida cúpula, a Sala das Descobertas, ilustrada com desenhos dos feitos de além-mar; a Sala dos Destinos (forjados pelos navegantes), os aposentos privados do rei, com móveis em tamanho proporcional aos do Salão Grande e as apoteoses do Cristo, impressionantes pelo esplendor. Caminho, longamente, para percorrer apenas uma parte do edifício e chegar à dourada Biblioteca, repleta de mármore e livros da sabedoria antiga.

No regresso a Lisboa, gato escaldado, fui direito à parada do autocarro, temendo outra confusão com a estação dos comboios. Em termos de eficiência, a diferença entre o trem e o ônibus pareceu-me um contraste entre técnicas da Idade Média e da Idade Contemporânea.

Pelo caminho asfaltado, o ônibus foi percorrendo as curvas, deixando ver, do alto, os dourados do crepúsculo e os bosques de pinho, cujos cantares Fernando Pessoa ouviu na voz de D.Dinis.

Pra minha surpresa, o motorista do ônibus, que disseram ir direto a Lisboa, desembarcou os passageiros na metade do caminho, para embarcarmos noutra ônibus, que, este sim, partia dali direto para Lisboa.

Desci em Campo Grande e fui, de metrô, até ao Cais do Sodré, portando à mão o livro de José Saramago.

IGREJA DA CONCEIÇÃO VELHA

Vislumbro os cruzeiros azuis e brancos do litoral, as cúpulas da Sé, do Panteão e os claros terraços de janelas de Alfama. Derivo pela Rua dos Bacalhoeiros, diante de vários restaurantes. Giro na Rua da Alfândega e vejo, diante do Campo das Cebolas, o fabuloso portal da Igreja da Conceição Velha, também designada por Igreja da Santa Casa da Misericórdia, instituição criada pela rainha Leonor, viúva de D. João II.

Tangenciada pelas ruas que desembocam no Rossio, a Igreja da Conceição Velha ostenta a sua apoteose barroca: a profusão de estátuas no reduzido espaço da fachada. Essa maravilhosa composição remonta à década de 1520. Foi desenhada pelo arquiteto João de Castilho, sobre a antiga sinagoga. Escapou, venturosamente, do terremoto de 1755.

O pórtico, em arco, coroado com grandes flores cruciformes, marca a dupla porta, entre duas pilastras, rematadas por esferas armilares. À altura do tímpano, as pilastras se transformam em semicolunas. Anjos esculpidos figuram ao redor do portal duplo. No centro do tímpano, entre duas grandes janelas, Nossa Senhora da Misericórdia exsurge em relevo, coroada, e com os ombros cobertos por um manto



que cobre também Dom Manuel I, a Rainha Leonor e várias imagens de eclesiásticos do século XVI, ajoelhados, de ambos os lados de sua imagem.

O interior da igreja tem aspecto menos antigo do que a sua fachada, mas não é menos belo do que o exterior. Sob a claridade que entra pelas janelas, reluzem pinturas sacras, de ambos os lados da nave única, e três altares de cada lado, com imagens da sagrada família. Um Cristo, esculpido na primeira capela à direita, vestido de roxo, porta a cruz como se dedilhasse uma harpa. No altar maior, destaca-se a estátua de Nossa Senhora da Conceição, cingida com uma coroa de prata, que reluz, em talha dourada do século XVIII, entre os candelabros, e rodeada de anjos. Por essa razão, a igreja foi chamada de Conceição Velha.

O LARGO DO CHIADO

Na esquina, onde a Rua da Misericórdia se transforma em Rua do Alecrim, elevam-se, frente a frente, as igrejas de Nossa Senhora do Loreto e da Encarnação.

A de Loreto (também chamada Igreja dos Italianos), foi fundada em 1518 e reconstruída em 1785. Tem a fachada precedida de uma escalinata, com balaustrada decorada com anjos e grinaldas, desenhados pelo grande Borromini. O aspecto barroco se acentua pelo brasão sobre a porta em arco e as estátuas, nos nichos laterais, e no nível mais alto.

Embora tenha semelhanças na fachada, sendo quase da mesma altura que a igreja situada em frente, a Igreja da Encarnação é menos barroca. Tem planos verticais, marcados por cinco pilastras e três portais. Sobre a porta central há várias janelas e, no frontão triangular, está representada a Encarnação de Cristo.



Deixo de lado os pormenores das igrejas, porque a poucos passos estou no Largo do Chiado, diante da estátua de Fernando Pessoa. Na peça esculpida, à porta da Brasileira, ele parece reduzido a relações públicas de um restaurante. A primeira vista que se tem é de que ele convida, com um gesto, os que transitam, a desfrutar do mercantilismo turístico, confirmando, na efígie, a sina do

escritor que foi funcionário das burocracias comerciais. Não obstante, reflexivo e professoral, Pessoa parece meditar sobre algum tema metafísico. Fernando Pessoa é a minha referência na Baixa, onde ele conviveu com os poetas visionários da sua geração.

As pernas cruzadas, a gravata borboleta e o chapéu denotam a elegância com que se vestia. E o vemos assim, bem à vontade, no bairro onde nasceu. A presença dele, outrora, nestas ruas, dá sentido à minha, ao passar por elas.



À boca do metrô, em frente à figura de Fernando Pessoa, o poeta António Ribeiro (1520-1591), apelidado Chiado, aparece dionisíaco, encurvado, sentado num tamborete, gesticulando, com a mão direita, e esboçando um riso sarcástico. A indumentária e o semblante lhe atribuem o aspecto de um clérigo indigente e debochado.

Para José Cardoso Pires, o exótico poeta Chiado, que retratou tipos e costumes portugueses com realismo, foi *um frade putanheiro que há para cima de três séculos fez versos jocosos e que agora chora diarreia de pombas pela cara abaixo, sentado num pedestal. Apesar de verzejador menor e muito provavelmente corrupto, este frade escorpião viu-se passado a monumento de praça e de eternidade sem que ninguém saiba porquê e o seu nome ficou no mapa como a maior referência cultural mundana do país.* (PIRES, 2018. p.55).

Com infinita satisfação, revisito, nessa quadra, três referências importantes para a história da cultura de Lisboa: A Brasileira, que foi ponto nevrálgico do grupo Orpheu e outros conluíus literários, o Hotel Borges, onde consta que Camilo Castelo Branco se hospedou em 1888, quando esteve em Lisboa para consultar os oftalmologistas, e, na esquina transversal, a Livraria Bertrand, frequentada por homens de

letras de várias gerações (prédio datado de 1732), reconstruído depois do terremoto de 1755. Hoje em dia, a qualquer hora, a Bertrand é um lugar apinhado de turistas e numerosa clientela.

Adentro A Brasileira e revejo a decoração antiga, de madeira bem talhada. O ambiente prima pelo bom gosto estético, pelas imagens estampadas nas paredes, o elegante relógio e, à maneira de logotipo, a imagem de um pícaro de sorriso maroto, xícara à mão, antegozando o prazer do café.

As mesas pequenas, próximas umas das outras, repletas de clientes internacionais, provam que agora o mundo descobriu Portugal, como Portugal descobriu o mundo no século XV. Havia, numa prateleira, exemplares de *Mensagem* para vender. Peguei um pra folhear. O gerente d'A Brasileira veio me dizer que Fernando Pessoa escreveu todo o livro nesse estabelecimento. Lembrei-me, de pronto, de um dia de 2018, em que tomei café com pastéis de nata, com os amigos Marcelo Novaes, colega diplomata que trabalhou no Consulado-Geral do Brasil e o professor Edilson Mota, estudioso da história de Portugal.

Na saída, passei pelas Livrarias Sá da Costa, que encontrei repleta de edições antigas, e Bertrand, onde comprei o romance *Mistérios de Lisboa*, obra prima de Camilo Castelo Branco.

José Cardoso Pires evoca os grandes escritores que se reuniam no Chiado: “*De charuto a fumar a porta da Havaneza, Ramalho Ortigão cumprimentava Teófilo Braga com subida consideração. Ao Fialho de Almeida via-o em bom dia e passe bem, uma vez que a parada das letras com janotas de província como o Fialho ficava uma penúria de se olhar por cima da luneta, achava ele*”. (PIRES, 2018, p.56).

Dentre os boêmios culturais da Rua Garrett, o nervo do Chiado, achava-se Aquilino Ribeiro, pesado de anos, à porta da Livraria

Bertrand. António Sérgio em conversa com um Antero quase menino. Gaspar Simões e alguns críticos literários de várias épocas a espreitarem os poetas e romancistas em trânsito. Nesse âmbito que foi, durante mais de um século, o meridiano das artes e das letras portuguesas, Fernando Pessoa e o frade das putas taverneiras, conhecido por Chiado continuam sentados à chuva, indiferentes um ao outro. Dois poetas de Lisboa, dois náufragos do fogo. (p.58).

Essa área pitoresca de Lisboa me traz saudade do tempo de minha residência no Chiado. O passado e o presente se confundem com a expectativa de que, no futuro, eu reveja o bairro onde morei, mais de cem anos depois de que nele nasceu Fernando Pessoa. Sinto vontade de agarrar a fita do tempo e fazê-la retroceder na tela da fantasia.

Rua Ivens. Rua Garret. Rua Serpa Pinto. Livraria Bertrand. Livraria Sá da Costa. A Brasileira, Hotel Borges. Fernando Pessoa. Chiado. Rua António Maria Cardoso. Camões. Eça de Queiroz.



EÇA DE QUEIROZ, NA ESTÁTUA E NA ARTE DA PALAVRA

O Teatro da Trindade está logo ali, na subida do Chiado, projetando a luz dos seus candelabros na calçada lisa e brilhante. Camões, na estátua, aparece qual comandante da caravela que aporta na ladeira do Chiado. Desço a Rua da Misericórdia, que se transforma em Rua do Alecrim, quando se acentua a descenso na direção do Cais do Sodré.



A poucos passos, à direita, vejo na pedra a imagem esculpida de Eça de Queiroz, que o mostra, impavidamente, com os grandes bigodes, metido por trás da musa despida. Lê-se, na base dessa alegoria moldada por Teixeira Lopes, em 1903: *“Sobre a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia”*. (É uma sentença de *A Relíquia*, livro publicado em 1887, no qual o protagonista, Teodorico Raposo, narra suas memórias, com destaque em sua viagem à Terra Santa, de onde traz a Lisboa uma falsa relíquia). Coincidência ou não, a estátua de Eça está nas imediações de um quartel de bombeiros, assim como a estátua de Camilo, lá no alto da colina.

José Maria Eça de Queiroz nasceu em 25 de novembro de 1845, em Póvoa de Varzim, no Norte de Portugal. Estudou em Coimbra e veio residir no Rossio, em 1866, no quarto andar do prédio número 26, sobre o atual Café Nicola. Em 1869, ele inicia a carreira diplomática em Alexandria. Regressa a Portugal em 1870 e publica *As Farpas* com Ramalho Ortigão. Parte para Havana e, seguidamente, para Newcastle, na Inglaterra.

Durante os 12 anos vividos em Paris, Eça de Queiroz assimilou a influência de vários escritores franceses, especialmente Flaubert. Lisboa, entretanto, o principal cenário de suas fabulações.

A trama de *O Crime do Padre Amaro*, livro publicado em folhetim na Revista Ocidental, em 1875, transcorre em Leiria. Lisboa está sutilmente referenciada no livro como a sede das conspirações do *clube republicano*, contra a monarquia e a Igreja. Há dois grupos de personagens representando o antagonismo entre o poder eclesiástico (Padre Amaro e os demais sacerdotes e beatas da paróquia) e a nova geração, ligada ao Racionalismo e ao Liberalismo, cujos valores inspiram João Eduardo, o noivo de Amélia, para combater, em seu artigo de pasquim, os desmandos dos representantes da Igreja. Depois da intriga com o cínico Padre Amaro, que lhe subtraiu a noiva, João Eduardo mudou-se de Leiria para Lisboa, onde, em passeios pelo Cais do Sodré, amargava a saudade e a paixão, não correspondida, por Amélia. Se Amélia era uma vítima da empresa radical da Igreja, João Eduardo se sentia vítima do despotismo conjugado dos padres e do governo, que não lhe permitiam sequer amar uma mulher.

Amaro, que cogitava em entregar a criança (o filho que nascera dele e de Amélia), a uma cuidadora com fama de homicida, deplorava a instituição que lhe forçava a esconder o seu filho. Ao cabo, o padre fica tão desesperado que entrega o recém-nascido à Carlota, e a criança como lhe advertira a alcoviteira Dionísia, não sobreviveu.

A pobre Amélia é a maior vítima da tragédia de erros. Sucumbe ao sofrimento e perece. Para esquecer a traumatizante experiência, Amaro resolve debandar de Leiria. Pede ao Vigário-Geral licença para viajar a Lisboa, sob pretexto de ter uma irmã às portas da morte. Pediria uma nova paróquia a seu protetor, o Conde de Ribamar.

No final de 1871, no Chiado, os lisboetas lamentavam a ruína de Paris. Amaro encontra ali o canônico Dias, cúmplice de suas danações. Aparece também o Conde de Ribamar. Eles criticam os republicanos e os socialistas que *querem a destruição de tudo quanto é venerável e caluniam o clero de maneira infame*. Diante do pedestal de Camões, eles se vangloriam da paz e da prosperidade de Portugal, que causam inveja à Europa.

No estudo desse extraordinário romance, merece destaque especial o personagem Padre Ferrão, que Eça apresenta com perfil de um santo. Compreensivo e tolerante, Ferrão é o antípoda de Amaro. Em momento algum desamparou a desafortunada Amélia.

Dois anos depois de *O Crime Padre Amaro*, veio a lume *O Primo Basílio*. Basílio frequentava a casa de Luísa, enquanto Jorge, o marido, viajava ao Alentejo, a trabalho. Aos poucos, o cenário de Lisboa vai-se descortinando no enredo. Luísa morava na Rua da Madalena, quando Jorge a conheceu, no Passeio Público, e se apaixonou pelos seus cabelos louros, pela sua maneira de andar, pelos seus olhos castanhos. Estavam casados há três anos.

Basílio, o rapaz janota, que residira em várias capitais europeias e, inclusive no Brasil, soprava o fumo do charuto e declarava que o Passeio no domingo era idiota. Que a vida era monótona em Lisboa.

A vizinhança bisbilhotava e censurava os encontros dos

primos, na ausência do marido de Luísa. Para Basílio, o adultério parecia um dever aristocrático. Acácio, que nascera na Rua de São José, apreciava a beleza de Lisboa, comparável à de Constantinopla.

Tanto Basílio insistiu, com galanteios, juras e beijos, que Luísa não resistiu ao assédio. O Paraíso dos encontros era um cortiço na Rua dos Arroios, adiante do Largo de Santa Bárbara, onde Luísa ia ter com o primo.

Juliana, a invejosa criada, aumentara o seu rancor, ao descobrir o segredo de Luísa, e preparava a vingança. O conciliábulo dos vizinhos cochichava. Toda a rua já murmurava das saídas de Luísa. Sebastião, o melhor amigo de Jorge, tentava encobrir a falação, difundindo que Luísa ia todas as tardes visitar a amiga D. Felicidade, que havia torcido o pé. Na trajetória até Arroios, o Conselheiro Acácio encontra Luísa e a acompanha até a Igreja dos Mártires.

Um dia, depois de uma desavença com a patroa, Juliana declara que tem na algibeira as cartas de Basílio. Luísa desmaia. Quando desperta, sente-se perdida e imagina fugir com o primo para Paris. Basílio, cafajeste, recusa-se a levá-la consigo e parte só para Paris. Juliana chantageia. Quer 600 mil réis. Luísa não tem como pagar o resgate e Juliana vai extorquindo móveis e roupas da patroa.

Quando Jorge regressa, Leopoldina arranja tudo para que o banqueiro Castro desse os 600 mil réis a Luísa. Esta, com judicioso escrúpulo, concorda, mas, na hora *h*, enche o Castro de chicotadas com o azorrague que ele mesmo trouxera. Depois de muito hesitar, Luísa confia tudo ao bom Sebastião, que, feito anjo da guarda, tudo arranja para que o casal vá ao Teatro São Carlos, enquanto ele vai com um policial recuperar as cartas. Juliana morre, literalmente, de raiva. Resolvido o problema, simultaneamente, Luísa adoece e Jorge descobre tudo, ao ler a carta mais recente de Basílio,

em resposta ao pedido de ajuda de Luísa, no momento crucial da angústia. Jorge censura o gesto de Luísa e se deprime, ao vê-la definhando.

O final é trágico: uma febre sinistra acaba os dias da protagonista. O cínico Basílio volta a Lisboa, acompanhado do Visconde Reinaldo, que vocifera contra Portugal: “*abjeto país*”. Num escandaloso impropério, esbraveja: “*Meu Deus, manda-lhe outra vez o terremoto*”. Basílio vai à rua da Patriarcal (Sé de Lisboa) e constata que Luísa falecera. O Visconde o consola: não se tratava de uma amante chic. Era uma mulher casada com um indivíduo de secretaria, vivia numa casinhola, não possuía relações decentes. Basílio retorquia: a prima lhe serviria ao menos para os meses em que estivesse em Lisboa. Reinaldo acrescenta, com desdém: – Sim, pra isso talvez. Como higiene!

Na página final, o tempo de escrita do romance é datado pelo autor: de setembro de 1876 a setembro de 1877.

Em 1886, aos 41 anos, Eça de Queiroz casa com Emília de Castro Pamplona. O casal vai morar em Londres, onde o romancista terminará de redigir *Os Maias*, cuja ação decorre, majoritariamente, na Lisboa de 1875.

Os Maias constituem um retrato da vida provinciana de uma família aristocrática, do exibicionismo dos ricos e da mentalidade financeiro-mercantilista dos políticos e dos homens de negócios. Carlos da Maia, neto do patriarca Afonso da Maia, vive distraído em ocupações frívolas e amores fúteis, na realidade social da Lisboa de então.

A residência dos Maias, chamada Casa do Ramalhete, ficava no bairro das Janelas Verdes. A rica família possuía também uma casa em Benfica. Nessas casas, o médico Carlos da Maia recebia, entre outros convivas, o seu melhor amigo, João da Ega, um dândi boêmio, habilidoso e mordaz, que é considerado como um alter ego de Eça de Queiroz. Ega vivia

mais na casa dos Maías do que onde morava, na solidão da Penha de França.

Depois do envolvimento com a condessa Gouvarinho, sua primeira namorada, que morava com o marido na Rua de São Marçal, Carlos da Maia apaixonou-se por Maria Eduarda e manteve para ela uma casa nos Olivais.

Ega foi ter com o Villaça, procurador dos Maías, na Rua da Prata, para levar-lhe a caixa que continha o segredo terrível que descobrira: Maria Eduarda era irmã de Carlos da Maia. Depois da crise gerada pela insólita situação do incesto sem prévio conhecimento, Carlos da Maia passa dez anos em Paris e, quando volta, se encontra imediatamente com o seu amigo Ega. Comenta, então, num passeio hedonista, que a parte mais genuína de Lisboa são os *velhos outeiros da Graça e da Penha, com o seu casario escorregando pelas costas ressequidas e tismadas do sol*. (p. 655).

Eça de Queiroz esteve ligado ao movimento que gerou o Realismo na literatura portuguesa. Uma polémica surgiu, quando António Feliciano de Castilho, defensor do ultrarromantismo, elogiou o livros *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas e *Dom Jaime ou a Dominação de Castela*, de Tomás Ribeiro, tendo considerado este comparável aos *Lusiadas*. Os ex-alunos de Castilho protestaram. Foi a chamada Questão Coimbrã.

Antero de Quental contestou, em novembro de 1865, que o artigo do seu mestre (Castilho) era fútil. A discussão envolveu outros escritores e foi considerada o início do Realismo lusitano.

Em 1871, a chamada Geração de 70 discutiu os conceitos considerados ultrapassados e as novas teorias do pensamento: Antero de Quental, Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins, Teófilo Braga e Ramalho Ortigão organizaram conferências numa sala do Cassino de Lisboa. Antero de

Quental discorreu sobre as causas da decadência portuguesa. Eça de Queiroz falou sobre a missão da literatura como meio transformador da sociedade. Quando o governo proibiu essas reuniões, Antero de Quental redigiu a nota de protesto à imprensa, em nome da liberdade de pensamento e do direito público de as pessoas se reunirem.

No Chiado, que era para Eça de Queiroz a fina flor da graça, reuniam-se, na Rua Ivens e na Casa Havaneza, os amigos de boemia literária, que compuseram, em 1888, o Grêmio Literário *Os Vencidos da Vida*. Faziam parte desse grupo os mesmos escritores que fizeram as conferências do Cassino lisboense. O jantar inicial dos Vencidos decorreu no Café Tavares, na Rua da Misericórdia, 37.

No Largo Rafael Pinheiro, 4, esquina com a Rua Serpa Pinto, localiza-se ainda o Círculo Eça de Queiroz, criado por António Ferro, no edifício onde residiu o grande ficcionista.

O protagonismo, que o emérito romancista atribui à cidade, não escatima o sarcasmo declarado em diversas crônicas, publicadas em folhetim, na Gazeta de Portugal, e reunidas, em 1903, sob o título de *Prosas Bárbaras*. Na crônica, publicada em 13 de outubro de 1867, ele compara Lisboa com Roma, pelas sete colinas, com Atenas, pelo céu transparente, com Tiro, pela aventura do mar, com Jerusalém pelo fato de crucificar os que querem dar-lhe uma alma.

É peculiar a descrição da figura de Eça de Queiroz pelo seu brilhante parceiro Ramalho Ortigão, com quem escreveu *Mistérios da Estrada de Sintra* e *As Farpas*: “...*Consome tanta força escrevendo um capítulo, como se desse murros sucessivos sobre um dinamômetro pelo mesmo espaço do tempo. À uma ou duas horas da noite, quando despega da escrita e sai pela rua, a face descarnada, de uma palidez glacial, denotando uma nutrição comprometida, ele traz uma expressão fisionômica de sonâmbulo e uma fome de lobo hibernado*”. (ORTIGÃO, 2022, p. 179).

Recordo-me, ainda uma vez, com nostalgia, dos meus passeios pelo Chiado e do apartamento, com vista para o Tejo. A garagem do edifício, obra do famoso arquiteto Siza Vieira, dá para a Rua do Alecrim. Ao caminhar por ali, revi, ao lado do portão, no subsolo, os alicerces da muralha fernandina, do século XI. Eu via ali, quase todos os dias, esse pequeno museu de arqueologia.

Que alegria voltar e ver de novo a estátua de Eça de Queiroz, no inclinado Largo do Barão de Quintela, cercado de velhos e charmosos edifícios!

O MIRADOURO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

O Miradouro de São Pedro de Alcântara é referência permanente em toda visita a Lisboa. No fantástico panorama, os telhados coloridos elevam-se do chão ao céu. Não me canso de contemplar o cimo das colinas, as lindas cúpulas e as torres, como um painel de encantos, em que Lisboa se desvela perante os nossos olhos transidos de sentimento. Aberta, contemplada do mirante, Lisboa entrega-nos a essência visual de sua explícita geometria. Fito as linhas dos seus primorosos pináculos: as ameias rústicas do Castelo de São Jorge, veladas pela cortina de cedros e pinheiros verde-veludo; o Largo da Graça, ápice do crescimento vertical da ampla perspectiva; as torres da Igreja de São Vicente de Fora e da Igreja da Graça e o Miradouro de Nossa Senhora do Monte, entre frondosos ciprestes verdes.



Nesse mural multiforme, pátio aberto à plataforma colorida, o céu nublado irradia uma melancolia monástica. Lisboa é um colosso de que desfrutamos em ultrapasse aos corredores, sem paradeiros, nas alturas.

Na miragem da miríade, sondo o mistério do tempo: Lisboa não foi feita para o andarilho solitário, mas para o repouso alado da plenitude de dois corações.

São Pedro de Alcântara, franciscano, teólogo e escritor nascido em 1499, morreu em Ávila em 1526. Não é a sua estátua que marca o centro da Praça de São Pedro de Alcântara. É o busto de Eduardo Coelho (1855-1889), fundador do jornal *Diário de Notícias*, nomeado ali como o *Benemérito da Imprensa Popular*. A elegante fonte, que borriфа água, diante do quiosque, no outro extremo da praça, tem como inscrição estes versos de Ant3nio Nobre: “*Ai canto ao luar Minha Guitarra a Lisboa dos poetas Cavaleiros*”.

Depois de rever, na esplêndida varanda do Jardim de São Pedro de Alcântara, os telhados em degraus sobre o Tejo, direciono-me, pelas íngremes ruas pitorescas, dos píncaros do Chiado à superfície da Rua de Santa Justa.

O ELEVADOR DE SANTA JUSTA

Há sempre fila para se subir à alta plataforma do Elevador de Santa Justa, da qual as retinas divisam os alpendres amontoados, gradações ao pé dos miradouros. Situado entre a Rua Áurea e a Rua do Carmo, na fronteira entre o Chiado e o Rossio, o Elevador ostenta a sua primorosa estrutura férrea; com janelas de claustro gótico no desenho de ressonância manuelina. É obra de Raoul Mesmer, engenheiro francês. Esse pilar de metal, metido entre paredes, foi inaugurado em 1901, pelo Rei Carlos I.



Osturistas vulgarizaram essa agradável atração, aglomerando-se e falando estridentemente, ao redor da engrenagem movediça. A fila dos adeptos estende-se na escada de acesso ao Elevador. As legendárias muralhas do Castelo de São Jorge aparecem no alto. Os verdes ciprestes como taças de esmeralda no cimo da colina. É por exercício de paciência que enfrento a fila, debaixo do Sol de agosto de 2024.

Desde os primeiros dias de minha primeira estância em Lisboa, em 2005, eu não revia o panorama encantador do alto do elevador: no alto, o Castelo é a coroa de triunfo de Lisboa, que resplende nos telhados, nas ruas da Baixa, nas colinas espalhadas, nos cimos das duas torres baixas do Terreiro do

Paço e na delicadeza do azul do Tejo e do céu. O Tejo é como uma grande lagoa, cercada pelos jardins das colinas.

No ápice da perspectiva, Lisboa se deixa ver como na exposição de um museu vivo. As velhas torres da Sé tangenciam a planície aquática. Os pináculos dos degraus coloridos erguem-se miríficos. O Rossio reluz com a sua calçada em ondas de pedra.

Quando estive, por vez primeira, diante da vista que se abre no topo do Elevador, escrevi: Subo ao cimo da perspectiva e tenho a alma impregnada de luminosidade. Flutua-me na memória um labirinto de telhados, um rio azul que oscila em declínio. O tempo acende telhados esmerilados. Visionárias torres, sobre o veludo da Avenida. No extremo das águas, a névoa das colinas. Cores nas janelas, lavadas de vento. Os barcos evocam grandezas antigas. Périplo azul. Pináculos de fluido lenitivo. O casario avulta, na outra margem. Como outrora, nos etéreos confins, adivinham-se horizontes.

Percorri o corredor-túnel que liga no alto o Elevador à Igreja do Carmo. Aprecio as antigas paredes alquebradas do Carmo, vejo ao redor os vendedores ambulantes e mais centenas de criaturas nas mesas dos restaurantes do Largo do Carmo ou deambulando diante do velho templo que o terremoto não perdoou.

DE ALFAMA A GRAÇA: O PANTEÃO E NOSSA SENHORA DO MONTE

Nessa trajetória que tantas vezes fiz, pela linha azul do metrô, até a Estação de Santa Apôlonia, redescubro Lisboa. Revejo, no dia 29 de novembro de 2023, a fachada de Santa Apolônia, as janelas, o relógio no alto e o frontão alegórico do Museu Militar. Da Estação de Santa Apolónia, quantas vezes viajei a Madri, no comboio noturno, no período de 2005 a 2007, quando ia passar fim de semana na Espanha, porque Madri sempre me despertou extremo entusiasmo.

Era, contudo, inexcusável o privilégio de morar em Lisboa. Desfrutar das benesses da Capital do Tejo e ter os sentidos postos na outra Capital peninsular. O desconfortável trem noturno balançava tanto, que eu conseguia dormir poucos minutos das longas 12 horas de viagem, na cama-beliche da microcabine, onde viajavam mais três passageiros além de mim. Mal cabiam naquele cubículo as malas que os viajantes levávamos.

Do cais da ribeira tágide, um portentoso navio-cruzenro estacionado, partirá alhures. Deixo para trás a perspectiva aquática e subo os degraus pequenos da Calçada do Forte, ladeira, íngreme, sinuosa, que faz duas curvas e vai beirando as portas dos edifícios antigos.

Depois de subir as escadinhas da rua estreita que me levou da Estação de Santa Apolónia à Rua dos Remédios, sento-me num dos três bancos disponíveis, em frente à casa onde me reunia com amigos espiritualistas, naqueles idos de 2005 a 2007. Eu era funcionário da Embaixada do Brasil, a serviço do Secretariado Executivo da CPLP. Tomo a direção da Calçada do Cascão e avisto o vultoso Panteão. Sem a fama dos de Paris e Roma, o Panteão de Lisboa tem também o seu encanto. Está plantado no topo de Alfama, imponente, todo branco, decorado com colunas elegantes. Tem três estátuas na fachada. A cúpula é cingida por um pináculo, em forma de coroa.

Alfama tem ar de coisa ancestral: Candeeiros feéricos, janelas coloridas, de grades assimétricas, em paredes desbotadas. Roupas penduradas nas varandas.

Bairro peculiar, cheio de escadas e becos com nomes poéticos, que levam a lugares altos e remotos. Fala-se alto nas esquinas. Nesse labirinto, as casas, superpostas a outras, multiplicam-se entre pedaços de muralhas, repletos de varandas, postigos, nichos, pátios e arcos. David-Mourão Ferreira evoca a paisagem do bairro, no poema *Madrugada de Alfama: Mora num beco de alfama/ e chamam-lhe a Madrugada. /São mastros de luz dourada/ os ferros de sua cama. / E a sua colcha amarela/a brilhar sobre Lisboa/é como 'státua de proa/que anuncia a caravela.*

Na esquina da Rua dos Remédios, com a Calçada do Cascão, há o vetusto prédio que foi berço da Congregação das irmãs dominicanas de Santa Catarina de Siena, fundada em 1868.

A Calçada do Cascão conduz à plataforma do Campo de Santa Clara, onde se alça o fabuloso Panteão Nacional. Diviso o vultoso edifício branco, no alto, com as três estátuas que se sobressaem no harmonioso desenho das colunas e janelas do seu frontispício. Alçado num terraço



elevado de Alfama, o Panteão tem a encantadora cúpula emoldurada por um céu de safira.

Esse portentoso mausoléu dos portugueses ilustres teve sua origem na Igreja de Santa Engracia, mandada erguer, no século XVI, pela princesa Maria, irmã de Dom Manuel. A estrutura da Igreja foi adaptada a Panteão e classificada como monumento nacional em 1916.

Sob os formidáveis mármore policromos das cinco cúpulas da nave, aparecem, inicialmente, dentro de seus grandes nichos, os cenotáfios de Luis de Camões, Pedro Álvares Cabral, o Infante D. Henrique, Nuno Álvares, Afonso de Albuquerque e Vasco da Gama. Além desses heróis antigos, que fundaram Portugal, há, também, nos compartimentos internos: Humberto Delgado, Aquilino Ribeiro, Sophia de Mello Breyner, Eusébio da Silva Ferreira e Aristides de Sousa Mendes, eminências mais recentes, do século XX. Enquanto vou circulando esse grandioso templo, escuto um fado, na longínqua voz de Amália Rodrigues, música ambiental que imprime um tom melancólico no recinto.

O dourado órgão, cheio de cornetas, brilha no centro do altar. A nave expõe restos de capitéis e fragmentos da pia batismal.

Noutra sala, Almeida Garret, João de Deus, Guerra Junqueiro e Amália Rodrigues têm seus mármore menos decorados, em relação aos demais. Louve-se o fato de os escritores constituírem a maior parte dos mausoléus. Portugal é, eminentemente, um país de literatura.

Noutras salas, os estadistas Manuel de Arriaga (Presidente da República, de 1911 a 1915), Teófilo Braga (Presidente da República, de outubro de 1910 a setembro de 1911, e de maio a outubro de 1915), Sidónio Pais (Presidente da República, de dezembro de 1917 a dezembro de 1918) e Oscar Carmona (Presidente da República, de novembro de 1926 a abril de

1951). Também, acha-se ali sepultado o líder político, general Humberto Delgado, que foi candidato à Presidência da República em 1958, e foi assassinado em 1965, na fronteira entre Portugal e Espanha. Não vi ali o mausoléu de Eça de Queiroz. Li, na imprensa, que os restos mortais do escritor seriam trasladados em breve ao monumento que homenageia os eminentes cidadãos do país.

Recordo-me, por oportuno, de que Santa Engrácia que dá nome à igreja, foi uma beata torturada em Saragoça no século IV. Felipe II, ou I de Portugal, mandou edificar o convento, ao lado da igreja.

Saio do Panteão, e subo a ladeira íngreme, beirando a alta muralha de São Vicente de Fora, pelo Campo de Santa Clara, rumo aos páramos de Lisboa. Cruzo o Arco Grande de Cima.

Sobre o arco estão duas janelas do Mosteiro de São Vicente. Eis que surge a frente altaneira e branca Igreja de São Vicente de Fora, que o Sol realça de cristalino esplendor. Lisboa sobe, como se puxada para cima por suas ruas estreitas e curvas. Sigo o trajeto dos trilhos, na descida e, sem me dar conta, estou subindo outra vez. Contemplo o Tejo azul e, ao longe, a silhueta cintilante de Almada.

O Elétrico 28 passa ringindo pela Calçada de São Vicente. Subo a Rua da Voz do Operário e chego ao formidável Convento da Graça, que tem ao lado o Largo com a fonte e a pequena estátua de Vênus alada, presa por uma corrente de flores ao menino Cupido, igualmente alado. O Sol se reflete nos canteiros e na alta parede da Igreja da Graça.

Sento-me diante do redondo tanque, cercado de bancos de madeira. O chafariz alegra a praça. Um músico jovem toca no teclado uma melodia que neutraliza o ruído das sirenes de uma ambulância.

A dez passos dali abre-se o Miradouro do Largo da Graça, que também se chama Miradouro Sophia de Mello Breyner Andresen. Avisto, desse lugar luminoso, a esplanada dos telhados, torres e varandas multicoloridos de Lisboa. Contemplo, do Largo da Graça a mirabolante geografia aérea. Envolta em luz, Lisboa se alteia, derramada na expansão de suas gradações policromas. O Tejo celestial, os ferros da Ponte 25 de Abril, a cúpula da Estrela e as frondes verdes do Monsanto parecem dispostos numa exposição organizada.

Visito o Convento de Nossa Senhora da Graça, que, com sua imponência arquitetônica, acolhe a Real Irmandade dos Passos da Graça, fundada em 1587. A procissão dos Passos teve início em Lisboa em 1587, com imagem sagrada saindo da Graça para São Roque, na segunda quinta-feira da Quaresma, e regressando no dia seguinte à sua igreja, junto ao Convento da Graça.

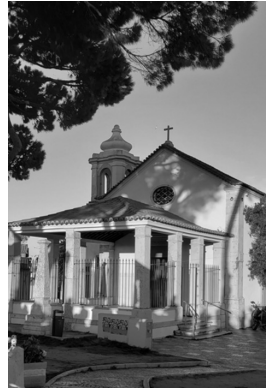
Nessa plataforma deslumbrante, caminho em direção ao Miradouro de Nossa Senhora do Monte. Derivo à esquerda, na Rua Damasceno Monteiro. Encontro o pequeno miradouro coberto apenas por um cipestre, na Calçada do Monte. Lisboa insiste em se mostrar fascinante.

Subo mais o inclinado trajeto da Calçada do Monte, para contemplar o panorama do cimo onde está alçada a encantadora igreja de N. Senhora do Monte. Revejo os pinhos vetustos, que sinalizam o Miradouro de Nossa Senhora do Monte. No ápice da colina, a pequena Igreja de Nossa Senhora do Monte, preciosa joia do tesouro cultural de Lisboa, guarda, no seu interior, a relumbrante imagem da Virgem, alçada num dourado altar.

Na minha fantasia, os sinos ressoam como as flautas dos pastores da Arcádia. Qualquer tempo é venturoso quando estamos em harmonia. Os passarinhos celebram os prodígios do dia luminoso.

Vista dessas alturas, Lisboa se afigura uma imensa escadaria de degraus multicores. As muralhas do Castelo de São Jorge aparecem do lado esquerdo da perspectiva, circundadas por espesso bosque. Embaixo, espraia-se os edifícios brancos, de telhados vermelhos e o corpo líquido do Tejo, como um mapa intangível.

No semicírculo expansivo, tudo é simetria estruturada e proporção descontínua. As antenas da Basílica da Estrela se realçam, erguidas qual mastro de uma fragata, num estático mar de concreto.



Nossa Senhora
do Monte

O Montsanto semelha uma muralha verde, imersa na celestial esfera azul-esbranquiçada. O espelho do estuário do Tejo reluz incandescente. O vento canta grave na folhagem aguda das veneráveis copas verdes: Vida, Luz e Ar.

Esgueiro-me pela Travessa das Terras do Monte, descendo os degraus de uma escada que é um labirinto. Percorro estreitas ruas, entrecortadas de escadinhas, becos e vielas. Sou, de inopino, despejado na Rua da Graça. Percebo que caminhei em círculo e, sem querer, regressei ao mesmo lugar de onde vim, no Largo da Graça.

Regresso a Alfama, descendo a serpentinada Calçada da Graça e a Rua de São Tomé. Passeio pelo Miradouro do Largo das Portas do Sol, onde se ergue a estátua de São Vicente. O santo aragonês tem a palma da santidade na mão direita e, na esquerda, a jangada com os dois corvos que trouxeram seu corpo do Algarve a Lisboa. O padroeiro franciscano, que escreveu uma teologia da humildade, exprime uma cara beatífica de jovem devoto, com olhos de parcimônia. O frouxo balandrau se lhe escorre de cima a baixo.



Chego ao tranquilo Miradouro da Igreja de Malta, no Largo de Santa Luzia. A Igreja da Ordem de Malta impõe o seu portal estreito, ao lado desse jardim-miradouro. Ao pé da parede, um mural de azulejos retrata o Terreiro do Paço, nos começos do século XVIII, antes do desmantelo sísmico.

O Largo de Santa Luzia (dos azulejos e buganvílias) está ao lado, com vista para o portento aquático. Um grande cruzeiro branco obstrui uma parte da perspectiva.

O Miradouro de Santa Luzia é um jardim aconchegante. Tem como marco a estátua de Júlio de Castilho, historiador, de largos bigodes horizontais.

Dos parapeitos do Miradouro de Santa Luzia, vejo a amplidão, que se alastra sobre a torre do Convento da Madre de Deus, até a Ponte Vasco da Gama e, mais além, onde Lisboa é água e céu.

Varandas e telhados, na fronteira terrestre; a serra urbana, na Outra Banda. No ângulo mais próximo, sobre as casas policromadas, a cabeça calcária do Panteão, arauto de Alfama. O casario colorido se espalha até o estuário do Tejo, com a Ponte ornamental cortando o horizonte.

Recordo-me de uma noite de dezembro de 2020, quando fiz esse mesmo passeio. Era o tempo em que a pandemia forjava dias de angústia geral. Sendo então um dos poucos transeuntes daquela noite fantasmagórica, eu me achava um transgressor privilegiado. Sentia-me confortável, num tempo de desconforto generalizado, quando se divertir era um terrível pecado. A ordem era alarmar e assustar. O cidadão em trânsito se sentia um forasteiro perigoso. Para mim, quase que exclusivamente, o plenilúnio refletia o seu clarão na cúpula do Panteão, visível na distância, entre a plataforma da Graça e o

vale aquático do Tejo. As torres da Igreja da Graça, iluminadas por uma claridade branca e misteriosa, suscitavam uma atmosfera de sonho.

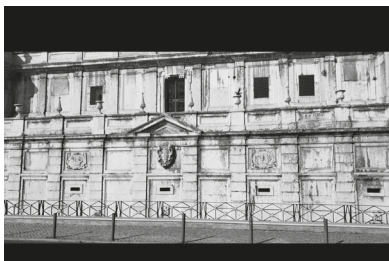
Ao regressar, o Elétrico 28 vinha quase vazio. Eu via, com supremo encantamento, em cada curva, os ângulos das ruas na noite deslumbrante de reflexos oníricos. O veículo arcaico parou em frente à estátua de São Vicente e foi descendo sem se preencher de passageiros, até as paragens do Chiado.

Na planície urbana, o Largo do Chiado estava deserto e iluminado pelas luzes de Natal. As velhas igrejas encantadoras realçavam no ambiente uma sensação de recatada tranquilidade. Fernando Pessoa, que revi em postura elegante, em frente ao Café A Brasileira, conduzia-me de fora de mim à própria consciência.



SARAMAGO E A CASA DOS BICOS

Na parte baixa de Alfama, encontrei a Praça do Chafariz de Dentro, com seus tanques desenhados com relevos e as graciosas torneiras. Rua do Terreiro do Trigo. Vinhetas. Alfama é um labirinto de escadarias.



Alguns metros depois, apareceu o Chafariz del Rei, de nove bicas ornamentais, na Rua do Cais de Santarém. É uma parede alegórica, com colunas e arcarias de mármore; um painel, cujas estampas têm, no centro, o Escudo Real e, dos lados, relevos de caravelas. A obra remonta ao período romano. As nove bicas do Chafariz do Rei abasteceram de água a população lisboeta, durante vários séculos.

Anoiteceu e a Lua desencalhou o barco de gelo. Lisboa é pura navegação. Ando, como quem flutua na noite sedutora.

Logo, logo, deparo, feito um prêmio, com a parede lúdica da Casa dos Bicos: a graciosa geometria da fachada que projeta pequenas pirâmides brancas. É o Memorial de José Saramago,



na Rua dos Bacalhoeiros. A foto de Saramago, na parede da quinhentista Casa dos Bicos diamantinos, contribui para o exotismo do imóvel de feição medieval. Esse edifício foi, no século XVI, a casa de Brás de Albuquerque, filho do Vice-Rei das Índias, Afonso de Albuquerque.

Apreiei ali a exposição intitulada *A Semente e os Frutos*, sobre a vida e a obra do romancista. Estão à venda edições dos seus 40 livros e se expõem imagens fotográficas e audiovisuais de conferências e colóquios de Saramago. O mais ilustre filho da aldeia de Azinhaga foi brilhante jornalista (editorialista do Diário de Lisboa em 1975 e diretor adjunto do Diário de Notícias). Recebeu o Prêmio Camões em 1995 e o Prêmio Nobel em 1998.

Comprei, na livraria, *A Jangada de Pedra* e fui lendo imediatamente essa fábula peculiar, que relata a união ibérica provocada por uma intempérie da Natureza. Abriu-se uma fenda sutil para o lado da Espanha, na província de Navarra. De meio palmo de largura e uns quatro metros de comprimento, inicialmente, a racha foi crescendo nos Pirineus, na fronteira com a França. A Península Ibérica foi, gradualmente, se afastando entre as escarpas.

A massa de pedra fragmentada foi-se movendo mais e mais, afastando-se à velocidade de 750 metros por hora da Europa. A ruptura geológica fez a Península Ibérica navegar pelos mares, à deriva, em direção aos Açores.

Uma corrente marítima levou a Península e a situou entre a África e a América Central, com implicações geopolíticas importantes.

A mirabolante fábula da *Jangada de Pedra*, de Saramago, faz-me lembrar o iberismo de Miguel de Unamuno e de Miguel Torga. Unamuno defendia uma aproximação cada vez maior entre ambos os países, à luz de sua origem comum e da mesma cultura que une as duas pátrias.

Nos *Poemas Ibéricos*, Miguel Torga ressalta a afinidade cultural de Portugal com a Espanha. Os *Poemas Ibéricos* descendem dos *Lusíadas* e de *Mensagem*. Vêm da mesma tradição lírica e épica de louvar os feitos marítimos. Estão ali, contemplados, desde Sêneca a Unamuno, desde Bartolomeu Dias a Herculano. *Do grande sonho que mandava ser/ cada homem tão firme nos seus pés/ que a nau tremesse sem ninguém tremer.* (A *Largada*, p. 22).

Camões, D. Sebastião, Cervantes e Don Quijote são quatro loucos que se compatibilizam na história das duas línguas e das duas culturas, que têm a mesma origem e nem Aljubarrota nem o Tratado de Tordesilhas separaram, porque são povos e pátrias unidos pela mesma cultura.

Há, ainda, os que defendem a ideia que de uma união ibérica poderia gerar uma renovação espiritual. O próprio Saramago disse, certa vez, que apesar de o iberismo estar morto, não poderemos viver sem um iberismo. Garrett foi além. Declarou

que, em face da história da Península, não há como separar os que são portugueses dos que são espanhóis. Em 1854, antes de ser Presidente do Governo espanhol, Cánovas del Castillo pediu uma união dinástica.

Deixo a Casa dos Bicos e as meditações ibéricas e contemplo a perspectiva das varandas dos charmosos edifícios amarelos e vermelhos. Mais alto, a torre cinza da Sé.



PRAÇA DO COMÉRCIO (TERREIRO DO PAÇO)

Em dois minutos, fui da Rua da Alfândega até ao corredor de arcos que cobrem o Restaurante Martinho da Arcada, fundado em 1782, quando a cidade foi reconstruída, depois do terremoto de 1755. Visitei a mesa onde Fernando Pessoa tomava infusões de absinto (em *flagrante delicto*). A mesa permanece reservada, no local preferido do Poeta, para que os discípulos o reverenciemos. Na primeira vez em que estive no Martinho da Arcada, nos tempos de residência em Lisboa, vi os garçons fazendo questão de mostrar o lugar aos clientes, que se fotografavam com o chapéu de Fernando Pessoa. Desta feita, encontrei o restaurante cheio de comensais e os garçons alvoroçados, sem se importarem com quem veio ver a mesa de Fernando Pessoa.

Redescobri a estética do Arco do Triunfo, da Praça do Comércio, que também se chama Terreiro do Paço e tem, no centro da simetria das janelas dos palácios, a estátua de D. José I. Há ornamentos escultóricos sobre os tetos de cada esquina. O Arco do Triunfo abre o caminho da agitada Rua Augusta, cheia de lojas, restaurantes e transeuntes de toda sorte. A estátua da Glória, de braços abertos, coroa com as mãos as figuras alegóricas do Gênio e do Valor, postados de cada lado. O arco e seu grupo alegórico foram desenhados por Eugênio

dos Santos e Veríssimo José da Costa, em 1775, mas só foram finalizados em 1873. Na parte central, aparecem o escudo de Portugal, flanqueado pelas figuras de Nuno Álvares, Viriato, Pombal e Vasco da Gama e dos rios Tejo e Douro.



Que esplêndido, esse amplo espaço, cercado de magníficas edificações, de elegantes torreões! Esse emblemático logradouro de Lisboa, que hoje acolhe tantos transeuntes, foi pasto de autos de fé e de touradas, antes do terremoto. A Praça do Comércio foi construída depois do horripilante abalo sísmico de 1755, sobre um alicerce de postes de madeira. Talhada em bronze, por Joaquim Machado de Castro em 1775, a estátua equestre de D. José, de 14 metros de altura, mostra-o sobre o cavalo, de costas para o Arco do Triunfo; portanto, com a frente voltada para o Tejo. D. José, sobre o cavalo, veste um espesso manto, ostenta um penacho na cabeça e empunha o cetro, cercado das alegorias da Fortuna, da Vitória e da Fama.

Pombal, que mandou mais do que o próprio rei, se sobressai em efígie, num medalhão, na base do monumento, sob o escudo real e a coroa. Um cavalo pisoteia o inimigo vencido, representado pelas víboras da oposição. O monumento está circundado por um alto gradeado, colunas e uma escalinata de mármore.



A visão do Arco do Triunfo, desde a Praça do Comércio, é um fenômeno alegórico à parte. No cimo, sobre o arco, a Glória coroa uma mulher e um homem. Um pouco mais abaixo, há o escudo, enfeitado com florões; dos lados, Pombal, Vasco da Gama, Viriato e Nuno Álvares Pereira, mais os deuses mitológicos nas extremidades. Na base de tudo, as colunas altas, três de cada lado, completam a beleza desse portal que dá acesso à Rua Augusta, a via mais circulada pelos visitantes

da cidade.

Recordo aqui o poema *Intermitência*, que escrevi, numa das visitas a Lisboa, já depois do período de residência na cidade: *Nunca esquecerei aquele portal/ que nos revelou o espelho do Tejo./ Sob os arcos do Terreiro do Paço eu fui feliz,/ mas logo entristeci pela Rua Augusta./ Pouco depois, a névoa cobriu os candeeiros./ A tarde quebrou o meu quebranto./ Entre paredes cheias de clamores vazios,/ lamentei a fugacidade do êxtase, os abissais minutos sem gesto/ e o milagre da surpresa extinta./ Suspenso num relâmpago recôndito,/ carregado comigo uma lembrança,/ qual tesouro imaginário. Na intermitência que a vida abruptamente me impõe. / O tempo deflui como remota espuma, / pó do limbo, improvável nada.*

O poema foi musicado pelos queridos amigos Milton Batera e Marcelo Miranda, este, de saudosa memória, cuja voz encantadora atribui valor excepcional aos versos e à melodia. Marcelo Miranda foi o melhor cantor que conheci. Sua partida nos deixou órfãos de futuras interpretações suas, da sua voz maviosa; sobretudo, de sua agradável companhia.

CAIS DO SODRÉ (RIBEIRA DAS NAUS)

O olhar que se espraia, seguindo as velas, as gaivotas e as fragatas, vê em Lisboa um Éden, ao pé do Tejo azul. O marulhar do Tejo diz que a jangada de Ulisses aportou no seu estuário. Camões reitera que Lisboa é o posto da ínclita Ulisseia. Fernando Pessoa também o faz. Dom Sebastião é ainda esperado no nevoeiro transparente. Recordo-me de um dia, de brisa fresca e poucos transeuntes, em que me deitei no parapeito do Cais do Sodré, para o ritual de adoração da Natureza. As gaivotas se aproximaram, como que me expressando o seu beneplácito.

Do Cais do Sodré, umbral do dia, fonte de oxigênio, largam e aportam ainda a jangada de Ulisses e a caravela de Camões. O Tejo diamantino, desde sempre, abre os portais da distância, para as naves da aventura, que singram os mistérios do mar. Sua leveza irisada fala dos portos intangíveis. Desenha, salpicado de gaivotas, o semblante de Lisboa. Na serena ondulação, o destino marítimo de Portugal.



O Tejo canta a melodia das lendas na brisa da tarde. Marulha na névoa: textura visionária na Ribeira das Naus.

Escrevo estas linhas em 21 de dezembro de 2023, enquanto me recordo de que, em

2018, quando passeava na Ribeira do Tejo, escrevi um poema, intitulado *Já (uma cruzada psicoemocional)*:

Depois de um estresse/ de hiperatividade intelectual,/ overdose de café e de viagens,/ emergi do fundo da cacimba./ Tenho a cabeça ao nível do horizonte,/ as mãos e os braços agarrados ao parapeito/ e uma perna alçada/ para a emersão total./ Já consigo rir da ansiedade/ e respirar na taquicardia./ Quando caio no abismo,/ é só no pesadelo/ de que desperto,/ nadando na beira da correnteza./ E, quando choro,/ é só ao escutar a Reverie, de Schumann./ Um galo misterioso me acordou/ no caos da neurastenia./ Com um arsenal de fármacos,/ prossigo a viagem./ Passei o dia na Ribeira das Naus,/ observando o crescimento das ondas./ Já Dom Sebastião voltará,/ em alegre e luminoso dia.

O Tejo é o mar de Lisboa. Contemplo-o, vasto e azul, e me emociono, ao lembrar do poema de Alexandre O'Neill, cantado na voz sublime de Amália Rodrigues:

Se uma gaivota viesse/ trazer-me no céu de Lisboa/ no desenho fizesse, / nesse céu onde o olhar/ é uma asa que não voa, / esmorece e cai no mar./ Que perfeito coração, / no meu peito bateria, / meu amor na tua mão, / nessa mão onde cabia/ perfeito o meu coração.

Porto da Ocidental Praia Lusitana, o Cais do Sodré é o paradeiro dos poetas peregrinos, que vêm beber aqui os eflúvios do dia:

***Manhã de encantos
em todas as colinas.
Que luz boa em Lisboa!***

PALÁCIO GALVEIAS, BIBLIOTECA PÚBLICA EM CAMPO PEQUENO

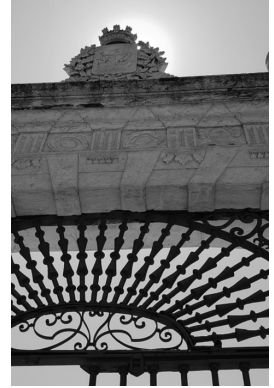
Fui rever, em Campo Pequeno, na Avenida João XXI, a Biblioteca Municipal Central, localizada no Palácio Galveias, nas proximidades da Arena de Touros. É um lugar que passei a frequentar, desde as primeiras viagens a Lisboa, após haver residido na cidade.

O Palácio Galveias foi uma das propriedades que o Marquês de Pombal subtraiu aos Távoras, família opositora, que o tirano mandou massacrar. Visto do jardim, decorado de estátuas, o edifício está dividido em vários compartimentos. Contemplo as janelas nas paredes brancas do palácio, enquanto tomo um cafezinho na lanchonete do quiosque.

No pátio da frente, revi a fachada, com o seu portal de duas colunas, que ostentam, na parte central superior, o escudo de nobreza dos Távoras, ao lado de dois canhões.

Em todas as ocasiões em que visitei o local encontrei sempre estudantes concentrados diante dos computadores portáteis. Permaneço, escrevendo, na sala principal, que é dedicada a José Saramago. Consta que Saramago frequentou esta biblioteca, enquanto residiu em Lisboa.

Subi ao segundo piso e deparei com uma sala repleta de decoração azulejar, com imagens da história de Portugal. Encontrei, também, o espaçoso salão, de teto decorado com motivos florais e o escudo de Portugal, que foi a sala de jantar dos marqueses de Távora. No ambiente, que recebeu o nome de Sala Augustina Bessa-Luis, leio nas paredes estas palavras da escritora: *De facto, o verdadeiro estado de liberdade é o de ultrapassar a imaginação*, publicadas no livro *Dicionário Imperfeito*, de 2008. Imagino como seria o palácio, na ocasião do terremoto de 1755, quando a Marquesa de Távora converteu parte desse edifício em hospital, do qual ela foi a mais caridosa enfermeira.



Ao sair do recinto, vi os bustos de gesso de D. Pedro IV e de D. Luis I nas laterais da porta.

Nesse quarteirão familiar de Lisboa, contemplo as portas e janelas Praça de Touros, de ladrilho marrom claro, e o teto de estilo mourisco, com globos azuis e agulhas nas cúpulas. A praça é aconchegante. Tem a sombra de árvores que chamam o vento e bancos para o conforto do transeunte sem pressa.

PALÁCIO DE QUELUZ

Fui rever o belíssimo Palácio de Queluz, como uma oportunidade de estudar melhor a história de Portugal, no período em que o Brasil foi alçado a Reino Unido e o Rio de Janeiro foi a Capital do Império.

Peguei um táxi e disse ao motorista, um gorducho, velhote, de boné e óculos, que me conduzisse ao Palácio de Queluz. E ele me levou ao Palácio da Ajuda.

Perguntei:

- É esse o Palácio de Queluz?
- Ah, confundi-me. Oh, a minha *c'beça*!

Voltamos, pela direção oposta.

Pelo caminho, estando com a mais premente urgência de comparecer à *casa de banho*, expliquei a situação ao motorista, e ele parou num posto de gasolina, onde resolvi o problema.

Ato contínuo, o chofer pede desculpa e pára o taxímetro, já na trajetória final, antes de chegarmos ao Palácio de Queluz.

Avistei logo a estátua de Dona Maria I, comandando tudo, em frente ao palácio, com o dedo da mão em riste, apontado para baixo. Filha e sucessora de D. José, Dona Maria I casou com o seu tio, D. Pedro de Bragança e subiu ao trono em 1777. Mandou construir a Basílica da Estrela e a Ópera de São Carlos. Fez do Palácio de Queluz um recanto de veraneio da

Família Real. Desde 1791, D. João VI, filho de D. Maria e D. Pedro III, passou a residir no Queluz. D. Pedro IV também fez do palácio sua residência, de março a maio de 1822.

Durante o reinado de Dona Maria I, o ditador Pombal, matador dos Távoras, foi perseguido até cair.

O juízo da rainha, contudo, abalou-se, sobretudo após a morte D. Pedro, em 1786. Ao que tudo indica, já o terramoto de 1755 fora o primeiro trauma determinante de sua instabilidade mental. Com os nervos fragilizados, a rainha já não desfrutava das benesses musicais do Palácio de Queluz. Os deploráveis acontecimentos, perpetrados pelo soberbo Bonaparte, fizeram a Família Real fugir, com uma parte da nobreza e cerca de dez mil funcionários para o Brasil, escoltados pela esquadra britânica. A dependência dos ingleses continuava a ser o preço que os portugueses pagavam por ser independentes da Espanha.



Dona
Maria I

Em 1784, com 16 anos, D. João, futuro João VI, substituiu a mãe, Dona Maria I. Pressionado pelos liberais e pelos conservadores, oscilava entre os ingleses de um lado, e os franceses, associados aos espanhóis, do outro.

Com 19 anos, casou com a espanhola Carlota Joaquina de Bourbon. A Espanha, sob o comando de Manuel Godoy, invadiu Portugal. D. João pagou à França 25 milhões de francos e cedeu aos franceses terras do Norte do Brasil para que eles o protegessem contra os ingleses.

Quando Napoleão decretou o Bloqueio Continental, o general Andoche Junot invadiu Portugal em nome de Napoleão em dezembro de 1807. O País ficou dividido. Para os setores intelectualizados, a França não era uma ameaça. O Poeta Bocage foi um dos representantes do partido francês. Junot

mandou fuzilar os que protestaram contra o arriamento da bandeira portuguesa no Castelo de São Jorge.

D. João decidiu de ser coroado no Rio de Janeiro, em 1808. As pressões foram intensas para o seu retorno a Portugal. Em agosto de 1808, os ingleses acudiram com Wellesley à frente. O reino de Portugal ficou a mercê do inglês Beresford, depois de Wellington afugentar os marechais de Napoleão. Enquanto a França e a Inglaterra alternavam na dominação de Portugal, Dona Maria I morreu no Brasil, aos 81 anos.

Uma Revolução Liberal triunfou no Porto em 1820. D. João VI regressou a Lisboa em julho de 1821 e passou a humilhação de jurar a Carta Constitucional. Os liberais acusavam a rainha Carlota de conspirar contra D. João VI.

De fato, D. Carlota Joaquina se rebelou contra Constituição liberal e liderou o movimento, sustentado pela Santa Aliança, na tentativa de provocar um golpe de Estado e instaurar uma monarquia absolutista, elevando ao trono o Príncipe Miguel. Este, por sua vez, pôs-se à frente do Exército absolutista, cumprindo ordens da Rainha. Em represália, D. João VI destituiu o filho.

À morte de D. João VI, em 1826, difundiram-se rumores de que o rei teria sido envenenado por Carlota Joaquina.

Ao regressar a Portugal, ajudado por milhares de soldados britânicos, D. Pedro I enfrentou e venceu o seu irmão D. Miguel, e recebeu o título de D. Pedro IV.

Os liberais não deram trégua à filha de D. Pedro IV, Dona Maria II, que se manteve no trono por pouco tempo. Em vão, chamou a França, a Espanha e a Inglaterra para socorrer o seu reinado. Teve de restaurar a Carta Constitucional. Maria II morreu de parto em 1853.

Depois de contemplar a fachada azul em cuja porta entram os turistas, adentro o Palácio de Queluz, sentindo toda a atmosfera em que viveram os monarcas do século XIX. Nos seus dois andares, com paredes azuis e janelas brancas, vi as salas de espelhos manchados pelo tempo, e o grande aparato dos reinados de D. Maria I e do Príncipe Regente, D. João, futuro D. João VI, que fez do Brasil metrópole imperial durante 13 anos.

Na Sala do Trono, cheia de espelhos, com o grande lustre central, que clareia os frisos dourados das paredes, foram batizados os filhos de D. João VI e de Carlota Joaquina. Foram velados, em câmara ardente, o príncipe herdeiro D. Antonio Pio, a rainha Carlota e D. Pedro IV, que foi o primeiro Imperador do Brasil.

Os grandes lustres dos maravilhosos salões dourados e as portas, voltadas para os jardins, plenos de estátuas, fazem o Queluz parecer uma miniatura de Versalhes.

Na Sala de Música, de teto ao gosto rococó e motivos alusivos à arte musical, um velho cravo, em sua caixa de madeira, evoca as serenatas que D. Maria promovia, moduladas por sua orquestra de câmara. Carlota Joaquina recebia ali os súditos, na cerimônia do beija-mão.

Vi, também, a curiosa Sala do Fumo (o ato de fumar, após a refeição, fazia parte do cotidiano da corte).

Dos aposentos principescos são ressaltadas algumas preciosidades: um deslumbrante altar, a bela estátua de Nossa Senhora, espelhos, castiçais, um relógio na mesa de alabastro e bronze, móveis de mogno e opulentos candelabros. Pintados com destreza por Nicolas-Louis Delerive (1797-1826), os retratos de D. João VI e D. Pedro IV compõem a beleza do ambiente.



D. Pedro IV

D. Pedro de Alcântara e Bragança e Bourbon, filho de João VI e Carlota Joaquina, viveu no Queluz até os nove anos. A truculência de Napoleão, conforme já me reportei, forçou a realeza a embarcar para o Brasil. Depois de se sagrar Imperador, em maio de 1822, D. Pedro voltou para reinar em Portugal, em 1826. Em seguida, abdicou das duas coroas. Teve numerosa descendência, dentro e fora do casamento.

A inscrição do painel, no quarto onde D. Pedro nasceu e morreu, atesta que ele teve *temperamento impulsivo, mas soube romper com o passado e compreender o espírito do século*.

Contemplei, de seguida, a sala de jantar, cheia de porcelanas e iluminada pelas claras janelas de vidro, pelos grandes espelhos laterais, de molduras douradas e pelos azulejos de magníficas alegorias.

Ao visitar a biblioteca, no segundo andar, vislumbrei, da varanda, o gracioso claustro, com o poço no centro do tanque retangular.

Deambulei pelos verdes jardins de natureza viva. O murmúrio da pequena cascata do rio de Jamor, afluente do Tejo, ao passar pelo Canal dos Azulejos, é um encanto que me inspira um bucolismo romântico. Os gorjeios dos pássaros e o murmúrio da água corrente, entre os azulejos, suscitam um bem-estar inusitado.

Diversos escultores contribuíram com o trabalho dos arquitetos Vicente de Oliveira e Jean-Baptiste Robillon para nos proporcionar essas alegrias benfazejas, em que se combinam a natureza criadora e a criatividade dos artistas.

Fui meditando na partida da Família Real para o Brasil e

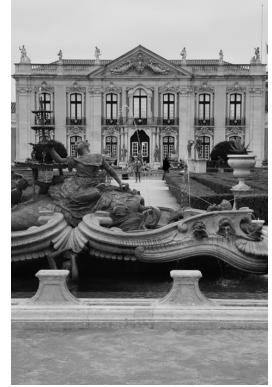
nos salões que se desluziram, quando a Revolução Liberal estragou as festas galantes dos monarcas.

Perdi-me no labirinto do jardim. Avistei duas mulheres que também procuravam a saída e lhes perguntei onde ficava a porta pela qual chegaríamos à rua. Eram duas brasileiras, simpáticas, de aparência sexagenária, que estavam também perdidas.

Encontrei uma família de portugueses que, tampouco, conheciam o rumo da saída do jardim. Quando achei a saída, lá estavam de novo as duas brasileiras.

Perguntei onde pegar um táxi. Elas não sabiam. Então, despedi-me delas e fui na direção do centro de Queluz, à procura de transporte. Quando eu ia caminhando, as brasileiras me ofereceram carona até Linda Velha, onde residiam. Constatei, então, que a motorista, de nome Lindalva, loura e conversadeira, não sabia chegar à própria casa, nem usando o GPS.

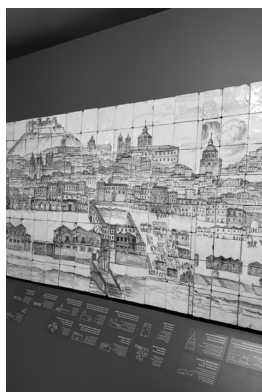
A motorista errava as entradas nas pistas e voltava para o lugar anterior. Por fim, com a graça de Deus, chegamos a Linda Velha. Agradei àquelas lindas velhas (nem tão lindas nem tão velhas) e voltei de táxi a Lisboa. A visita ao Palácio de Queluz me estimulou a ler mais sobre as histórias de Portugal e do Brasil, ambas unidas, qual carne e unha, naqueles tempos de Império e Colônia.



MUSEU DO AZULEJO

Na Praça do Comércio, pego um ônibus, que vai na direção da Estação do Oriente, passa em frente à profusão estatutária da Igreja da Conceição Velha, mostra-me os grandes navios brancos e azuis no litoral, as cúpulas da Sé e do Panteão, e os altos meandros arquitetônicos de Alfama. O ônibus percorre bairros da cidade que eu não conhecia, e pára em frente ao Convento Madre de Deus, que abriga o Museu do Azulejo.

O Convento franciscano Madre de Deus foi mandado construir em 1509, pela Rainha Dona Leonor de Lancaster, viúva de D. João II. Foi ampliado depois, por D. João III e reformado no século XVIII. O conjunto igreja-convento guarda obras de arte da Itália, de Flandres e da Alemanha (compradas por Dona Leonor), além de peças de arte barroca do reinado de D. João V e a iconografia espetacular do Museu do Azulejo.



O azulejo, argila vitrificada, floresceu em Lisboa desde o século XVIII, com a vivacidade das cores esmaltadas. Foi trazido de Andaluzia pelo rei Manuel I, que era genro dos Reis Católicos (Isabel e Fernando) da Espanha. D. Manuel I fez em Sevilha uma grande encomenda de azulejos para o Palácio de Sintra.

O Grande Panorama de Lisboa, painel de azulejo, pintado por volta de 1700, dá testemunho da configuração da cidade antes do terremoto de 1755.

A exposição começa pela azulejaria arcaica hispano-mourisca. Há, estampados nas paredes, pavimentos cerâmicos do século XVI, importados de Valência. Vieram, também, de Sevilha e Toledo, azulejos de origem hispano-mourisca. Constatamos que há cinco séculos o azulejo enfeita Portugal.

A cerâmica colorida preenche o vazio das paredes com flores e revela os simbolismos da heráldica. Vi no museu vários brasões de armas das ordens religiosas e outros emblemas de sentido espiritual. Interessei-me, especialmente, pela imagem de uma caravela, representada sob uma coroa, que a mão divina segura. Dentro da coroa, há dois ramos de palma. Três estrelas iluminam essa coroa que cinge um barco de vela aberta, tripulado por cinco navegantes que, conscientes de sua missão espiritual, olham para o alto.



Na Igreja, em formato de retábulos dourados, os esplendorosos altares da Sala do Capítulo exibem as magníficas pinturas de Bento Coelho da Silveira (1648-1708).

A antiga nave da igreja, depois de reformada, teve as paredes revestidas de azulejos do século XVIII. A igreja atual é menor do que o templo original. Acolhe a grande iconografia religiosa pintada por Manuel dos Santos, Marcos da Cruz, Bento Coelho da Silveira e André Gonçalves, todos do século XVIII, representando a vida de São Francisco.

A base da parede em que figura esse precioso acervo de arte sacra está decorada com grandes painéis de azulejos.



No altar principal, a Virgem tem no braço esquerdo o Menino e na mão direita o cetro. As lâmpadas decorativas, que iluminam a nave, imprimem um aurifulgente brilho nos quadros e nas esculturas.

Respiro um fresco alento no luminoso claustro que inspira quietude. Pássaros sobrevoam o jardim florido, ao redor do poço, decorado por um grande cálice, sustentado por quatro colunas.

No segundo piso, vi, estampadas nos azulejos, as fantásticas obras de Rafael Bordalo Pinheiro (1846-1905). Também, a efígie de D. Fernando II, uma concha cercada por nereidas e faianças da Real Fábrica de Louça, outrora situada no Largo do Rato.

Destaca-se, no estilo rococó, do século XVIII, o formidável painel que retrata a partida de Lisboa de São Francisco Xavier e a sua pregação em Melinde, produzido no século XVI.



De estilo contemporâneo, a obra em azulejo mais interessante é o retrato de Fernando Pessoa, desenhado por Júlio Pomar.

PALÁCIO DA AJUDA

Dia 26 de novembro de 2023. Fui, num táxi, das Amoreiras ao Palácio da Ajuda. Ao chegar, avistei, de pronto, a neoclássica fachada, majestosamente branca, cheia de janelas e a estátua de rei Carlos I (1863-1908), trajando todas as condecorações da realeza. A lista de suas virtudes, na base do monumento, o enaltece: *“desejou a grandeza da Nação, sacrificando-se por ela”*. A frase é um eufemismo que alude ao fato de Dom Carlos haver sido assassinado por dois revolucionários da Carbonária (instituição a serviço da Maçonaria), que não lhe dava trégua.



D. Carlos I

Em 1908, o rei chegava a Lisboa, procedente de Vila Viçosa, acompanhado de sua família, quando dois pistoleiros o mataram em plena Praça do Comércio. Também seu filho, o príncipe herdeiro, D. Luís Felipe, foi assassinado na mesma ocasião. A polícia abateu os regicidas. A República foi proclamada em 1910. Dom Manuel II fugiu de Portugal para não mais regressar.

Diviso, do lado direito do Palácio da Ajuda, o cimo da velha torre da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda. Rematada pelas figuras de um galo e uma cruz sobre o globo, a torre e o sino são o que restou da igreja.

Adentro o pátio do palácio, de cinco abóbadas, com quadrângulos repletos de estátuas alegóricas.

As salas primam pela suntuosidade. Iluminadas por candelabros e repletas de luxuoso mobiliário, espelhos, tapetes, esculturas e pinturas em que figuram cenas mitológicas.

Vou contemplando preciosidades artísticas: o busto de Pedro V, confeccionado por Anatole Calmels (na Sala do Despacho); um Retrato de Dom João VI, a cavalo (na Sala de Música); um Retrato de D. João V, atribuído, a Pompeo Bartoni 1862 (no quarto de D. Luis I).



D. João V

O primoroso retrato de D. João V mostra-o envergando armadura, segurando o bastão de comando e ostentando à cabeça uma peruca que escorrega pelos ombros.

Na fabulosa Sala do Trono, entre tronos, candelabros, lustres e tapetes luxuosos, outros retratos se destacam, como referências imprescindíveis à história de Portugal: D. João VI, D. Pedro II do Brasil, D. Fernando e D. Maria II.



Pedro II do
Brasil

O Palácio da Ajuda marca o momento da transição da monarquia à república, que acontece no início do século XVIII em toda a Europa. É o último grande palácio construído pelo regime monárquico em Portugal. Os maiores escritores portugueses tomaram a frente do movimento revolucionário. Garrett, Antero, Eça, Guerra Junqueiro e Herculano vestiram a camisa do setor liberal, no período em que a classe burguesa iniciou sua luta demolidora contra a monarquia conservadora. Eram tempos de romantismo e combate. Herculano publicou *Eurico, o Presbítero* em 1844. Garrett lançou *Frei Luis de Sousa* em 1843, tragédia filosófica em que expressa seus sentimentos liberais.

Garret sofreu quatro meses de reclusão no cárcere do Limoeiro, em 1827, porque escreveu um elogio ao revolucionário Manuel Fernandes Tomás, e considerou a monarquia *uma profunda corrupção, imunda e hipócrita*.

Com Dona Maria II no trono, Mouzinho da Silveira introduziu reformas estruturais: separou os poderes, aboliu os privilégios feudais e separou a Igreja do Estado. Apesar dessas reformas, os liberais não deram trégua à rainha. Saldanha organizou a defesa de D. Maria. A Espanha e a Inglaterra a defenderam contra o levantamento que repelia o absolutismo. Saldanha protagonizou um golpe em 1851 e impôs um governo ilustrado, sob a influência de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Fontes Pereira de Melo. D. Maria morreu em 1853 com 34 anos.

No reinado de D. Luís (1867-1869), ocorreram a abolição da pena de morte e o fim da escravatura. Fontes Pereira de Melo, ao presidir o governo, instituiu o sufrágio universal, ampliou o sistema de transportes e comunicações, fundou escolas e bibliotecas.

Nos anos de 1860 a 1880, vieram a lume, de Camilo Castelo Branco, *Amor de Perdição*, em 1862; de Antero de Quental, *Odes Modernas*, em 1865; de Guerra Junqueiro, *A Morte de D. João* e *A Velhice do Padre Eterno*, em 1874; de Gomes Leal, *Claridades do Sul*, em 1875; de Eça de Queiroz, *O Crime do Padre Amaro*, também em 1875, e *O Primo Basílio*, em 1878.

Essas obras refletem uma vontade de fundar uma sociedade nova, em substituição ao Antigo Regime, com exacerbado ânimo. Em 1871, Antero de Quental, Eça de Queirós e Oliveira Martins incrementaram propagandas liberais e republicanas, nas conferências do Cassino lisbonense. Antero já havia inflamado os estudantes em Coimbra contra o famigerado *Ultimatum* inglês. Guerra Junqueiro não cessou de vociferar contra a o conúbio do Trono e da Igreja.

Assinala Ramalho Ortigão, que, em 1882, a dívida pública de Portugal somava 54 mil contos mais do que deviam reunidos os demais pequenos países da Europa – a Bélgica, a Suíça, a Dinamarca, a Grécia e a Noruega.

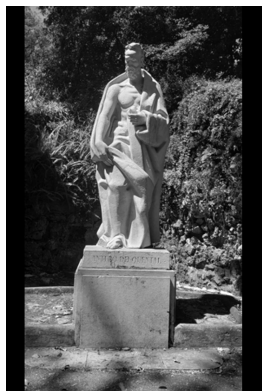
Os erros e os abusos da monarquia engendraram o desprestígio do regime e a perda do respeito pelos seus símbolos e insígnias. A república veio, tragicamente, pelo homicídio, depois que mataram o rei Dom Carlos e seu filho Luis e destituíram D. Manuel II.

JARDIM DA ESTRELA (MAIS DO QUE JARDIM GUERRA JUNQUEIRO)

Do Rato à Estrela, exercito-me na subida, à sombra das árvores da Avenida Álvares Cabral. O intrépido navegador, em portentosa estátua, desfralda a bandeira enorme e parece ser o guardião da Estrela.

Fui ao Jardim da Estrela, que também se chama Jardim Guerra Junqueiro e encontrei logo a estátua de João de Deus (1830- 1896). Contemplativo, lírico e bucólico, João de Deus, autor de *Flores do Campo* (1868), *Ramo de Flores* (1869) e *Campo de Flores* (1893), cultivou três elementos poéticos como temática: a Amada, a Natureza e Deus. Linhares Filho assinala que, na poesia de João de Deus, *a Natureza serve de instrumento para simbolizar Deus e a Amada*. (LINHARES FILHO, 2024, p.86). Convém ressaltar que João de Deus foi, igualmente, um poeta pedagogo. A sua famosa *Cartilha Maternal* (1876) inovou o método de ensino da leitura às crianças. Escreveu também comédias e foi parlamentar depois das eleições de 1868. Recebeu, do rei D. Carlos, a condecoração da Grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada. Na estátua, João de Deus está representado com um casaco comprido, caneta e livro nas mãos. Tem barba, bigode e uma cabeça grande para o tamanho do corpo.

O sino da Basílica da Estrela, do outro lado da rua, dá sinal de vida. Naqueles primeiros dias de verão, vi muita gente jovem reclinada no gramado, em trajes mínimos. Era sábado e havia uma feira de artesanato. Recordo-me de que, na primeira ocasião em que busquei refúgio no Jardim da Estrela, escrevi um poema curtinho, que virou uma canção, gravada na Bulgária, quando lá morei. Tinha chovido e as plantas destilavam no ar benfazejos fluidos de vitalidade.



Fui perguntando às pessoas e ninguém me dava notícia da estátua de Guerra Junqueiro, que dá nome ao parque. Num quiosque, onde havia uma espécie de pequena biblioteca ambulante, perguntei à rapariga, que fazia as vezes de atendente, onde estaria o monumento ao poeta que dá nome ao jardim. Ela me mostrou, bem próxima, a estátua branca de Antero de Quental e me garantiu que, apesar de o jardim se chamar Guerra Junqueiro, não havia ali escultura que o representasse. Era Antero quem se afigurava, vestido como um pagão de oráculo: o peito nu e o manto caindo lateralmente sobre o corpo atlético. Certo que o escultor, Salvador Barata Feyo, quis significar ali, não o homem que, no fim da vida, se deprimiu e se desesperou, mas o baluarte, o sólido prócer, que escreveu os *Trabalhos da Geração Nova* e militou, heroicamente, a favor da causa republicana socialista.

Antero morou, de 1881 a 1890, em Vila do Conde, no Norte de Portugal, para fugir da *sociedade de Lisboa, com tantas misérias, sem lado algum bom que as resgate*. Publicou as *Odes Modernas* em 1865. Escreveu o Manifesto eleitoral do Partido Socialista em 1880 e presidiu a Liga Patriótica do Norte de 1891, da qual se demitiu, porque acreditava no socialismo de Prudhon, fundado na capacidade moral e na organização do trabalho. Teve o Poeta a dignidade de ser tutor das órfãs do seu amigo Germano Meireles, pese à modéstia dos recursos com que contava.

Poeta metafísico e pensador político, Antero de Quental exacerbou na consciência o conflito do Ideal e do Real. Em 1871, propôs, no Cassino de Lisboa, a exclusão da Monarquia e da Igreja como condição para a reforma das bases sociais e políticas de um novo Portugal.

Antero é, sobretudo, o autor de sonetos que, como profissões de fé na ideia pura, refletem o ideal não realizado da unidade do pensamento e da ação. Sua filosofia básica foi: *“A Liberdade cumpre-se no homem pelo progresso das energias espirituais”*

Com o sistema nervoso abalado, em 1874, o Poeta hospedou-se em casa de Oliveira Martins, na expectativa de que o seu estado melhorasse. A poesia transcendente sublimou, apenas parcialmente, a sua angústia. Foi ativo líder político, até a doença lhe destruir a vontade. Acometido de humores mórbidos e surtos de pessimismo, ele constata, no soneto *Espiritualismo*, que, no mundo das coisas fungíveis, *um veneno sutil, vago disperso, empeçonha os raios de luz do sonho puro e a criação divina*.

A esperança da fé sucumbiu ao desânimo que o arrebatou, na Ilha de São Miguel. A 11 de setembro de 1891, Antero deu um tiro na boca e sofreu cerca de uma hora dores terríveis até o espírito deixar o corpo.

Prossigo na caminhada, escutando as cigarras que assoviavam gravemente na folhagem. Saí do jardim convicto de que ele é muito mais da Estrela e de Antero ou de João de Deus do que de Guerra Junqueiro.

Atravessei a rua e adentrei o portal, de quatro pilares portentosos, da Basílica da Estrela, que também tem o nome de Basílica do Sagrado Coração de Jesus. Alta, porém com dimensões reduzidas e magnificamente decorada, a basílica é o resultado de uma promessa de Dona Maria I: se nascesse um príncipe, ela mandaria construir uma igreja. A criança morreu, mas o projeto continuou.

Os túmulos de D.Maria, e do seu confessor, Frei Inácio de São Caetano, estão um de cada lado do altar. Vi o delicado presépio moldado em conchas, por Machado de Castro.

Depois do passeio no Jardim e na Basílica, procurei o número 100, da Calçada da Estrela, onde viveu Fernando Pessoa. O número 100 da rua é uma loja e o edifício tem paredes reformadas. A porta da loja é de vidro e, na parede, não há referência à passagem do Poeta pelo prédio. Caminhei, olhando os carros que subiam e desciam pela rua de trilhos. Tomei, naquela altura, o Elétrico 25 e fui na direção de Restauradores. No embalo desse transporte primitivo, desfrutei da vista do estuário azul, ao pé da encosta verde.

A ausência de um monumento a Guerra Junqueiro em seu Jardim, fez-me, como uma espécie de desagravo, reler os livros e a biografia do Poeta que exercitou com maestria a veia satírica. Abílio Guerra Junqueiro exerceu o cargo de Secretário-Geral do Governo Civil de Angra do Heroísmo, durante três anos, não sem algumas escapadas a Lisboa. Foi eleito deputado, em outubro de 1879, pelo Partido Progressista e pela província de Trás-os-Montes. Acreditava que D. Luis convidaria Oliveira Martins para *a obra fecunda do ressurgimento*. D. Luis não perdoou o que Oliveira Martins escreveu sobre os Braganças na *História de Portugal*.

Foram proverbiais as invectivas que Guerra Junqueiro escreveu em *Horas de Luta* (de 1879 a 1910), contra D. Carlos, nomeando-o *um vilão glutão que zomba cinicamente da penúria de um povo*. Guerra Junqueiro apoda os ministros de ladrões e pusilânimes e evoca Nun'Alvares como um herói que *electrizou de Eternidade um povo que ia sucumbir*. (JUNQUEIRO, 1924, p.91). Faltava um governo *de superior inteligência, de altivo caráter, de ânimo heróico e resoluto*. (P.189). Para ele, o clero corrupto e o exército desleal sustentavam *a tirania do Sr. D. Carlos, que procede de feras mais obesas*. E aduz: *“sim, nós somos escravos dum povo tirano de engorda de vista baixa.”* (P.112).

Foi condenado em 1907, pelas insídias contra o soberano. Disse ele, perante o Tribunal: “*as responsabilidades de D. Carlos na ruína econômica e moral do povo são esmagadoras e tremendas*” (p. 175). Arrependeu-se, entretanto, quando o rei foi assassinado em 1908.

Guerra Junqueiro foi embaixador da República portuguesa na Suíça, de 1911 a 1914. Publicou crônicas no Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro, e até escreveu um poema sobre o Estado onde nasci: *A Fome no Ceará*, datado de 1877 e publicado no livro *A Musa em Férias*. Em vigorosa linguagem naturalista, o poema descreve as desastrosas consequências de um clima atroz para a vida humana. A seca de 1877, no Ceará, estendeu-se até 1880 e matou cerca de 500 mil pessoas.

De sua obra fulgurante, interessei-me, especialmente, por *Pátria*, poema-dramático, em que o Poeta debocha da monarquia, num cenário em que os espectros dos reis aparecem para dialogar com Magnus (príncipe d'Oiro Alegre), Ciganus (marquês de Saltamonte), Astrologus (cronista-mor), e um doido, que esbracha todo o protocolo cortesão.

No ambiente caótico e fantasmagórico de uma noite de tormenta, os personagens denunciam a crise das instituições monárquicas e querem varrer a *estrumeira política da Igreja*. Para os opositores do regime, o reino era *uma cloaca onde a miséria habita*. O rei reconhece que deve a *c'roa à rainha Vitória* e lembra-se de que, em Évora, há coisa de dois anos, fora atacado por um bando de ciganos: “*Atiro-me, arremeto às doidas como um cego, /e esbandulhei quarenta e quatro! ... Um bom chinfrim...*” (JUNQUEIRO, 2011, p.94).

O povo vivia em catalepsia ambulante. O clero desmoralizado e materialista e a burguesia corrupta uniam-se ao legislativo *esfregão de cozinha do executivo*.

Nessa contra-história, o rei D. João IV, por exemplo, é qualificado de manhoso, beato e pusilânime: *“o teu povo de um lado/e o bretão do outro lado/. Ora, entre um borrego e um leopardo esfaimado/ não há brio a atender, há vida a defender”*. Afonso VI, por sua vez, surge em espectro como um alucinado. O doido fala pelo rei: *“Quem abraça a rainha no meu leito? /Alva, loira e mimosa no meu leito? / - Teu irmão!”*



FERNANDO PESSOA

NO ALTAR DA PALAVRA

A primeira fase da sua prodigiosa vida.

Para chegar ao Largo de São Carlos, caminho pela minha ex-rua, António Maria Cardoso, que vai em declive do Chiado à Baixa. Em frente ao moderno edifício de ladrilhos claros onde residi, uma placa informa que ali, no dia 25 de abril de 1974, cinco cidadãos foram assassinados pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), durante a ditadura do Estado Novo.

Revejo, nos alicerces do prédio, restos da muralha fernandina, que vinha desde o Castelo, cruzava a Mouraria e subia entre as atuais Rua António Maria Cardoso e Rua do Alecrim, passando na parede lateral do edifício onde morei.

Desço, à esquerda, a Travessa dos Teatros, que é uma escada e tem esse nome porque está ladeada por três teatros, a saber: o São Luiz, o Mário Viegas e o São Carlos.

Desço mais uma escadinha, depois de atravessar a Rua Paiva de Andrade, e deparo com o Largo de São Carlos e com o Teatro Nacional de São Carlos, em frente ao qual localizo o edifício onde nasceu Fernando Pessoa, em 13 de junho de 1888.



É sempre grato regressar ao Largo de São Carlos e descansar num dos bancos disponíveis, entre o Teatro e o edifício onde Fernando Pessoa nasceu e viveu os cinco primeiros anos da infância. Em frente ao prédio do Poeta, uma estátua modernista o representa com um corpo humano e um livro no lugar da cabeça, para simbolizar a sua intensa capacidade intelectual.

O Teatro Nacional de São Carlos tem, na fachada, um pórtico de três arcos, que se adiantam. Debaixo dos arcos estão as três portas de ingresso no recinto. Há mais duas portas laterais, que são janelas. Sobre o pórtico central, há uma varanda, com balaustrada, onde se divisam sete janelas. Sobre a parede das janelas, destacam-se um elegante relógio e o brasão real. O Teatro de São Carlos anunciava, na programação de maio de 2024, uma apresentação do *Requiem*, de Fernando Lopes-Graça, compositor e escritor (1906-1994), autor de concertos, sonatas, sinfonias e canções para poemas de Fernando Pessoa, Camões, José Régio, António Botto e Adolfo Casais Monteiro.

Fernando António Nogueira Pessoa deve o seu nome a uma homenagem a Santo António, que se chamava Fernando, antes de ser Antônio. Consta que a família da mãe de Fernando Pessoa, Dona Madalena Maria Pinheiro Nogueira Pessoa, era descendente de Santo Antônio.

O pai do Poeta, Joaquim de Seabra Pessoa, jornalista, funcionário do Ministério da Justiça e resenhista dos concertos musicais do Teatro de São Carlos, morreu de tuberculose, aos 43 anos, em 1893, quando Fernando era criança.

A sombra de Fernando Pessoa passeia comigo. Com ele, escuto os sinos da sua aldeia: “*Ó sino da minha aldeia,/ dolente na tarde calma,/ cada tua badalada,/ soa dentro da minha alma*”. O

sino é o da Igreja dos Mártires, onde Pessoa foi batizado, na Rua Garrett, no dia 21 de junho de 1888.

Quando visitei essa igreja, situada a poucos passos do prédio onde Pessoa nasceu, não vi qualquer indicação do local do seu batismo. Entendi a razão da falta de informação a esse respeito. O Poeta demonstrou, mais de uma vez, sua antipatia pelo catolicismo. Escrevera, certa feita, ao Prior dos Mártires, pelo ano de 1908, para manifestar o seu desprezo pela Igreja Católica, qualificando-a de *poderosa e estúpida, irracional e decrépita*. Medito nos modos do inquieto e controvertido inventor de fábulas poéticas e vou desfrutando do prazer de recordar e reviver os meus passeios pelas estreitas ruas pitorescas do Chiado.

A biografia de Fernando Pessoa constitui um ponto fulcral da vida cultural de Lisboa no século XX. Senão, vejamos. Registram-se, entre os antecedentes históricos do nascimento de Fernando Pessoa, a morte prematura de Dona Maria II em 1853; a recessão econômica de 1870, que debilitou os países colonialistas da Europa; o falecimento de Alexandre Herculano em 1877, em Santarém, e a publicação do romance *Os Maias*, de Eça de Queiroz, no ano em que Fernando Pessoa nasceu.

No ano seguinte (1889), quando Pessoa tinha um ano de idade, a Grã-Bretanha deu um Ultimato a Portugal, ordenando que se retirassem, da área do rio Zambeze, entre Angola e Moçambique, as forças militares portuguesas, sob pena de serem dizimadas. A contragosto, D.Carlos admitiu a retirada. A repercussão em Lisboa foi das mais ruidosas, com abominações dirigidas aos ingleses. Os professores das escolas se recusaram a ensinar o idioma britânico. Guerra Junqueiro, na ocasião, imprecou: *Ó cínica Inglaterra, ó bêbada impudente,/ que tens levado, tu, ao negro e à escravidão?*

Camilo Castelo Branco se suicidara em 1890, em São Miguel de Sede, desesperado pela cegueira. Antero de Quental também se matou, no ano seguinte, na ilha de São Miguel (no arquipélago dos Açores). Outros grandes ficcionistas desse período viviam seus derradeiros dias. Oliveira Martins morreu em 1894, Eça de Queiroz, em 1900, e Fialho de Almeida, em 1911.

O menino Fernando foi, com a mãe, Dona Maria Madalena Pinheiro Nogueira Pessoa, mulher culta, poetisa e pianista, para o seu segundo endereço, na Rua de São Marçal, 104, 3º andar.

Caminhei da Rua da Escola Politécnica, onde estão situados o Museu de História Natural e da Ciência e o Jardim Botânico, à Rua de São Marçal, pela qual descí, avistando o Tejo sereno e azul no horizonte. Já na parte baixa da Rua de São Marçal, vi a placa, afixada ao lado do número 104, indicando ser ali o lugar onde Fernando Pessoa viveu anos da sua infância.

Diante desse edifício, de cinco andares, paredes róseas, que fica a poucos metros da Praça das Flores, imaginei Dona Maria Madalena, com os dois filhos e a sogra Dionísia na janela do apartamento do terceiro andar, em 1894. Morreu ali o pequeno irmão Jorge, de doença pulmonar, depois de seis meses do falecimento do pai. A avó paterna, D. Dionísia, acometida de crises de esquizofrenia, dava gritos que perturbavam a vizinhança.



A inscrição transcreve uma quadrinha que o menino Poeta escreveu para a sua mãe, aos sete anos de idade, quando ela e o padrasto chegaram a cogitar em deixá-lo com as tias em Lisboa, em vez de levá-lo para a África do Sul: *Ó Terras de Portugal/ Ó Terras onde eu nasci/ por muito que goste delas/ inda gosto mais de ti.*

A viúva Dona Maria Madalena casou com o oficial de Marinha João Miguel Rosa e levou o menino Fernando para a África do Sul, quando o padrasto foi desempenhar missão diplomática em Durban. No período de 1896 a 1900, nasceram suas irmãs Henriqueta Madalena, Madalena Henriqueta (que morreu de meningite) e seu irmão Luis Miguel Rosa.

O estudante da escola inglesa de Durban veio em 1901 a Lisboa, onde permaneceu durante um ano. A família se hospedou em Pedrouços e, em seguida, numa casa alugada na Avenida D.Carlos, onde nasceria, em janeiro de 1902, outro irmão de Pessoa, de nome João Maria. No mesmo ano, foram todos passar uma curta temporada na Ilha Terceira, nos Açores. Na metade do ano, a família voltou a Durban, mas Fernando permaneceu mais dois meses na casa das tias-avós maternas. Ao retornar à África do Sul, o jovem estudante frequenta a *High School*, e ganha, em 1904, o Prêmio Rainha Vitória, concedido à sua redação em inglês, escrita no exame de admissão à Universidade do Cabo. O seu biógrafo Richard Zenith chama a atenção para *seu feito de fato surpreendente que foi superar seus colegas falantes de inglês e mais velhos, entre 899 candidatos*. (ZENITH, São Paulo, 2022). O prêmio consistia em sete libras esterlinas para a compra de livros. Fernando Pessoa adquiriu livros de Samuel Johnson, John Keats, Edgar Allan Poe, Alfred Tennyson e Ben Jonson.

Aos 17 anos de idade, o jovem poeta retornou definitivamente a Lisboa, em 1905, três anos depois da sua derradeira estada em sua cidade natal. Morou na Rua de São Bento, 98, 2º esquerdo, com os primos Mário e Maria, durante cerca de um ano.

Sua terceira residência, em 1906, foi na Rua de Pedrouços, 45, térreo, perto da Quinta do Duque de Cadaval. Era a casa do seu tio-avô Taco (Manuel Gualdino Cunha), oficial da Armada e sua tia Maria Xavier Pinheiro da Cunha, irmã de sua avó materna. Fernando tinha ali um quarto para ele, cheio de livros.

A mãe, o padrasto e os irmãos vieram de novo passar férias em Lisboa, em 1906 e a família se reuniu na Calçada da Estrela, nº 100, 1º, esquina com a Rua São Bernardo, perto da Basílica. Em dezembro, outra irmã de Pessoa, Maria Clara, de dois anos, morreria de septicemia. Seis meses depois, a família regressou à África do Sul, mas Pessoa permaneceu morando em Lisboa.

O Poeta residiu, até o final de 1910, na casa das tias-avós maternas, na Rua Bela Vista à Lapa, 18, 1º andar, onde também vivia a avó Dionísia, que veio a óbito em 1907. A instabilidade gerada pelas mudanças e pela separação da família o afetaram, provocando uma crise psíquica. Ele frequentou a clínica do Dr. Luís Furtado Coelho, na Rua Garrett, nº 61.

Em plena Câmara dos Deputados, em dezembro de 1906, o deputado Afonso Costa pediu a prisão do rei e gerou um tumulto em que interveio a guarda militar e retirou o político à força do plenário. João Franco, o ministro chefe do Partido Regenerador, dissolveu a Câmara e mandou fechar diversos estabelecimentos de ensino, inclusive a Universidade de Coimbra, que lhe fazia oposição. A Escola Superior de Letras suspendeu as aulas e Pessoa abandonou o curso.

Tinha ele 18 anos e frequentava os escritores boêmios dos cafés do Chiado e da Baixa de Lisboa. A sua profícua produção literária se expandirá em múltipla criatividade, na concepção de centenas de personalidades com vários estilos.

Muita gente atribuía à ditadura de João Franco, chefe do governo de D.Carlos, o desprestígio da monarquia. O Poeta qualificava o ditador como *um homem sem relevo espiritual, sem relevo de caráter; um tirano de merda*. Por essa época, Fernando Pessoa frequentou a casa do irmão do padrasto, general Henrique Rosa, na Rua do Príncipe Real, 33, 1º andar. Henrique Rosa, que também era poeta, apresentou o seu sobrinho afim aos eminentes Camilo Pessanha e Teixeira Pascoais. O encontro com Camilo foi no Café Suíço. Camilo trabalhava

em Macau. Viera passar uma temporada em Lisboa. Talvez para se desviar do derivativo do ópio, que lhe impregnava a alma. Com Teixeira de Pascoais, Pessoa manteve intercâmbio e publicou, de 1912 a 1913, artigos na revista *Águia*, veículo da filosofia do poder regenerador da saudade portuguesa.

A questão colonial agravou a crise de confiança na coroa. Desde que o rei D. Carlos se intimidara, diante do Ultimatum britânico, que exigia a retirada das tropas portuguesas da zona em disputa com a pérfida Albion, a insatisfação era geral. A repressão, por seu turno, punia com prisão ou degredo qualquer opositor.

1908 foi o ano fatídico em que assassinaram D. Carlos e o Príncipe D. Luis, em pleno do Terreiro do Paço. Ato seguido, o Infante foi coroado, com o nome de Dom Manuel II e ainda conseguiu reinar por mais de dois anos.

Procurei, nas imediações da Praça da Alegria, a Rua da Conceição da Glória, onde Pessoa montou a tipografia Ibis. O empreendimento só funcionou em 1909.

Fui praticando a minha arqueologia da literatura. Revi a Praça da Alegria, na plataforma circular, que tem no centro uma bela fonte no centro e a opulência de grandes figueiras que dão sombra. Subi o labirinto das ruas em aclave, desde a Praça da Alegria, para encontrar a Rua da Conceição da Glória. Nas alturas do Miradouro de São Pedro de Alcântara, vi a cidade plantada verticalmente na colina. Voltei, beirando o paredão do Miradouro, descendo a Rua Taipas. Cheguei à Rua Santo António da Glória, que faz uma curva e esbarra no Largo da Oliveirinha. Deparei com a Calçada da Glória, que é a Rua do Elevador da Glória, o elétrico que sobe de Restauradores à entrada do Miradouro de São Pedro de Alcântara, e dali desce ao mesmo local, de onde torna a subir. Já na Rua Conceição da Glória, constatei que não havia a sinalização do endereço da tipografia de Fernando Pessoa.

Em 1910, oficiais subalternos, ligados à sociedade secreta dos carbonari, de origem italiana, fecharam as ruas, ao redor da Rotunda e obrigaram D. Manuel II a fugir para a Inglaterra com sua mãe, Dona Amélia. Os revolucionários proclamaram a república. O governo republicano expulsou os jesuítas e fechou mosteiros e conventos.

O filósofo positivista e historiador da literatura, Teófilo Braga (1843 e 1924), assumiu a presidência do governo provisório, que durou cerca de um ano. Afonso Costa, no cargo de Ministro da Justiça e Culto, reprivatizou os bens da Igreja e instituiu o casamento civil e o divórcio. A Grã-Bretanha seguiu sendo a protetora das colônias portuguesas na África.

Em 1912, Fernando Pessoa começou a promover sessões de espiritismo na casa da sua tia Anica (Ana Luíza Pinheiro Nogueira). No Martinho da Arcada, revisava, com os integrantes de Orpheu, as provas da primeira edição da revista. Almada Negreiros recitou ali o *Manifesto Anti-Dantas*, atacando Júlio Dantas, que pichara de paranóicos os jovens de Orpheu. O grupo era formado por Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, Almada Negreiros, aermendo Cortes-Rodrigues, Alfredo Pedro Guisado, Ângelo de Lima, Raul Leal, Luís de Montalvor e José de Santa Rita Pintor, e pelos brasileiros Ronald de Carvalho e Eduardo Guimaraens.

Pessoa morou em Arroios, em três endereços: primeiro, na Rua Passos Manuel, 204 (com a tia Anica e os primos Mário e Maria), de onde se mudou para a Rua Pascoal de Melo, 119 - 3º direita, em novembro de 1914, porque a tia Anica partira para a Suíça com a filha e o genro. A terceira residência foi na Rua Dona Estefânia, 127.

Não achei o endereço da Rua Passos Manuel, porque a numeração da rua acaba antes de 204. Em compensação, achei, bem próximo, a Rua Pascoal de Melo, 119, onde Pessoa

morou em 1914, no 3º direito. Fotografei o edifício, que conserva azulejos antigos, de lindas formas geométricas coloridas e tem a porta de madeira maciça, coberta por uma tela em formato de arabesco. A placa indica que o poeta morou ali alguns meses apenas.

Avista-se dali o Largo de Dona Estefânia, que tem, no centro da rotunda, uma fonte redonda, com um Netuno, segurando o tridente, à guisa de cetro. Foi aquele um período de intensa criação dos principais heterônimos.

À esquerda, a alguns metros da esquina de onde se vê a fonte de Netuno, encontrei a terceira morada de Pessoa em Arroios, na Rua de Dona Estefânia, 127. No quarto que alugou, no térreo, a uma engomadeira, o Poeta morou de 1914 a 1916. Lembro, por oportuno, que Dona Estefânia foi rainha consorte, esposa de rei D. Pedro V, de 1858 a 1859.



Rua Pascoal
de Melo

A uma quadra, encontrei a Livraria Espiral, situada num pátio onde há a um centro de cultura chinesa. Ali procurei, em vão, os livros de Vítor Manuel Adrião, recomendados pelo amigo antropólogo e historiador Roberto Pinho.

Na calçada oposta, achei o pequeno jardim, onde vi o busto de Cesário Verde, em que o Poeta que Fernando Pessoa teve na condição de mestre é figurado como um jovem de rosto comprido, bigodes aparados e cabelo bem cortado.

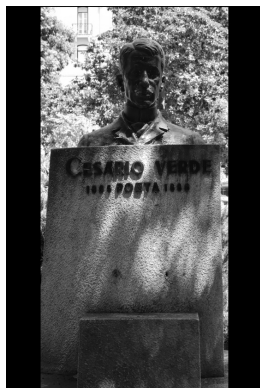
Oriundo de uma família de comerciantes, Cesário Verde nasceu na Rua dos Fanqueiros em 1855 e viveu na infância na Rua do Salitre, no extinto Passeio Público (atual Avenida da Liberdade). Desde adolescente, fazia a contabilidade da firma de seu pai, que tinha uma loja de ferragens, na Baixa.

Cesário Verde marcou, com o seu pessimismo e sua linguagem nova, a literatura portuguesa de transição do século XIX ao século XX. O famoso *Sentimento de um Ocidental*, com imagens indeléveis de uma perspectiva noturna de Lisboa, deu-lhe a fama de cantor do urbanismo lisboense. Escrevia deambulando pelos bairros de Lisboa. Não publicou em vida nenhum livro, apenas alguns poemas em jornais e revistas de Lisboa e do Porto. Morreu aos 31 anos, em 1886, dois anos antes de nascer Fernando Pessoa. Somente em 1901, saiu a primeira edição (póstuma) do *Livro de Cesário Verde*.

Helder Macedo registra as conexões espirituais entre Cesário Verde e os famosos heterónimos. Álvaro de Campos não o nega: “Ó Cesário Verde, ó mestre, ó do *Sentimento dum Ocidental*”. Alberto Caeiro lê o livro de Cesário Verde *até lhe arderem os olhos, e constata que são versos de alguém que era um camponês que andava preso em liberdade pela cidade*. (MACEDO, 2020, p. 165).

Bernardo Soares confessa identificar-se com a situação existencial de Cesário Verde. No *Livro do Desassossego*, um saudosismo sofrido nas ruas da Baixa o aproxima de Cesário: *Vivo uma era anterior àquela em que vivo; gozo de um sentir-me coevo de Cesário Verde*. (SOARES, 2014, p.33). *Quando Cesário Verde fez dizer ao médico que era, não o Sr. Verde, empregado do comércio, mas o poeta Cesário Verde, usou um daqueles verbalismos do orgulho inútil que suam o cheiro da vaidade. O que ele foi sempre, coitado, foi o Sr. Verde, empregado do comércio, porque foi depois de ele morrer que nasceu a aparição do poeta*. (P.112).

Na arborizada Rua Dona Estefânia, fotografei o busto de Cesário Verde, da autoria de Maximiano Alves, colocado no jardim em 1955. Segui caminhando, à sombra da frondosa vegetação da rua.



Foi no período em que morou em Arroios que Fernando Pessoa conheceu Mário de Sá Carneiro nos Cafés do Chiado. Uma atração natural aproximou os dois grandes talentos que tinham tantas afinidades.



A VIDA TRÁGICA DE MÁRIO DE SÁ-CARNEIRO, UM DÂNDI ÀS AVESSAS

Mário de Sá-Carneiro, filho único, órfão de mãe aos dois anos, foi criado e mimado pelos avós paternos. Abandonou a Faculdade de Direito em Coimbra e voltou para Lisboa, onde conheceu Fernando Pessoa, em 1912, quando o Poeta dos Heterônimos trabalhava como tradutor de cartas comerciais, em escritórios na área da Baixa Chiado. Mário de Sá-Carneiro pediu-lhe ajuda na revisão das provas tipográficas de seus livros *A Confissão de Lúcio* e *Dispersão*.

Mário de Sá-Carneiro abandonou os estudos da Faculdade de Direito para dedicar-se inteiramente à literatura. Desde os seus primeiros poemas, escritos na década de 1910, tudo nele é paroxismo, desespero e desprezo de si.

Sá-Carneiro foi residir em Paris, mas regressava, diversas vezes, a Lisboa, onde frequentava o Café Nicola, no Rossio, A Brasileira do Chiado, e o Martinho da Arcada, no Terreiro do Paço.

Pessoa foi se despedir de Mário de Sá-Carneiro, na Estação do Rossio, quando da primeira partida do amigo rumo a Paris, para estudar na Faculdade de Direito. A correspondência entre ambos se manteve até a véspera do suicídio do grande

doido genial. Pessoa guardou 216 cartas de Sá-Carneiro. Restaram, contudo, somente três das que Pessoa escreveu a Sá-Carneiro. No intercâmbio epistolar, eles enviavam originais para a recíproca avaliação. Palavras de apreço provam a amizade entre ambos. Disse Sá-Carneiro a respeito de Fernando Pessoa: “*o mais belo dia da minha vida foi aquele em que travei conhecimento consigo*”. Disse dele Fernando Pessoa: “*Mário de Sá-Carneiro não teve biografia, foi só gênio*”.

Sá-Carneiro foi o principal interlocutor de Fernando Pessoa no período de concepção dos heterônimos. Poeta da introspecção delirante, o misantropo Sá-Carneiro transmitia, em densa linguagem simbolista, a sua inconformidade com o mundo. A premeditação do suicídio é anterior ao pânico de ser obrigado a abandonar Paris, em razão da falência financeira de seu pai, que investira em seus estudos para vê-lo advogado.

Sua poesia está manchada das escabrosas lamúrias de um *despeitado da vida*, como o classifica Cleonice Berardinelli, no prefácio da antologia de textos de Mário de Sá-Carneiro por ela organizada. O excesso de lucidez o desqualificava para a vida: “*morro à míngua de excesso*”. Nutrida de angústia sem tréguas, verbalizada em feéricas imagens, sua escrita reflete exóticas sensações que o estimulam a escrever, porém não lhe permitem aquele *pouco mais de sol*, nem *um pouco mais de azul*, para *ser brasa e ir além*. Ele reconhece a sua impotência e a sua estagnação psíquica: *a minha vida sentou-se/ e não há quem a levante./ Que desde o Poente ao Levante/ a minha vida fartou-se*.

O poema *A Queda*, confirma a sua precária condição emocional: *Olho do alto o gelo, ao gelo me arremeço./ Tomei e fico só esmagado sobre mim*. (Paris, 8 de maio de 1913).

No Quartier Latin, onde morava, frequentava os Cafés e passeava no Jardim de Luxemburgo. As cartas escritas a Fernando Pessoa tinham, quase todas, referências aos Cafés

parisienses. Mário pedia opiniões sobre seus escritos e se queixava da sua tragédia. Elogiava os textos que recebia de Fernando Pessoa e o incentivava a publicá-los em livro, para que ele não se projetasse apenas como crítico e ensaísta, *por mais lúcido e brilhante que o seja*. Fazia plano para quando forem se encontrar na ida de Mário a Lisboa.

Na carta de 20 de junho de 1914, Sá-Carneiro se refere à *Ode* de Álvaro de Campos, como *a obra-prima do futurismo, depois da qual nada mais de novo se pode escrever para cantar a nossa época*.

Mário mostra preocupação com o seu pouco dinheiro e começa a falar, remotamente, em suicídio. A obstinação e a autodepreciação exacerbadas perseguem-no constantemente. Ele implorava ao amigo que fosse intermediário da remessa de um dinheiro que receberia da Livraria Universal, na Calçada do Combro, número 30, em pagamento pelo livro *A Confissão de Lúcio*. Pedia perdão por incomodar o amigo com esse encargo e solicitava resposta urgente. Os delírios de Sá-Carneiro se alimentavam da aflição por dinheiro e da carência emocional.

A revista *Orpheu* teve os dois primeiros números financiados pelo pai de Mário de Sá-Carneiro. O número 1, publicado em março de 1915, com a previsão de periodicidade trimestral, tinha textos de Pessoa, Sá-Carneiro, Ronald de Carvalho, Almada Negreiros e outros. Pessoa publicou a peça *O Marinheiro*, drama em um ato, e Álvaro de Campos publicou *Opiário* e *Ode Triunfal*. *Orpheu* tinha sede na Rua do Ouro, 190.

O segundo número de *Orpheu*, lançado em 28 de junho, publicou *Ode marítima*, de Álvaro de Campos, *Chuva oblíqua* de Fernando Pessoa e *Manicure*, de Mário de Sá-Carneiro, poema experimental visual, com símbolos tipográficos e logotipos. A imprensa fez tanto reclame negativo que a edição logo se esgotou. Sá-Carneiro avisou por carta que seu pai já não financiaria o terceiro número, do qual restaram as provas, com 73 páginas.

Em *Sete Canções do Declínio*, Sá-Carneiro confirma o seu processo vertiginoso de decadência. Nomeia-se, depreciativamente: “o grande doido varrido; o perdulário do instante”. Confessa sua impotência diante da depressão: “*Caiu-me a alma e não a posso ir apanhar*”.

Escrito em 1914, *A Confissão de Lúcio* é o livro em prosa mais conhecido de Sá-Carneiro. Nota-se, nos aspectos autobiográficos da narrativa, a tradução da alma atormentada do perturbado autor. As idas e vindas do protagonista, entre Paris e Lisboa, confirmam que o escritor conta episódios de sua vida. A *Belle Époque* é um ambiente fértil para instigar os personagens à dissolução onanista e à baixeza dos instintos. Sá-Carneiro descreve, luxuriosamente, os cenários de Paris, onde Lúcio, Ricardo e Marta vivem um triângulo amoroso de inquietações hedonistas e vícios *prateados*. A surpesa final, depois do disparo do revólver de Ricardo e da sentença de dez anos sofrida por Lúcio, tem algo do modelo ficcional de Edgar Allan Poe.

Mário de Sá-Carneiro produziu, intensamente, enquanto desfrutou da vida boêmia de Paris. Continuou a escrever, sobretudo, as cartas a Fernando Pessoa. Em dois sobrescritos, de novembro de 1915, Sá-Carneiro reitera a sua inquietude e envia o poema *Caranguejola*. Consulta Pessoa sobre detalhes sintáticos do texto desse poema, que é um exercício de humor negro, em seu detrimento. Ele consegue ainda rir de si mesmo. Pede que a porta do seu quarto *fique sempre fechada*. Na sua condição intratável, queria *um hospital higiênico, todo branco, moderno e tranquilo*. / *Em Paris, é preferível, por causa da legenda*.

Em 1916, depois de rápida estada em Lisboa, Sá-Carneiro retornou a Paris. O seu pai já não tinha recursos para mantê-lo na França e lhe pede que regresse a Lisboa. A crise se agrava: “o meu estado psicológico continua a mesma caçarola rota” (Carta de 8 de janeiro de 1916). A Europa sucumbia às armas. Eclodia

a Primeira Guerra Mundial. Paris era só tristeza. Ele estava enlouquecendo: “O Sá-Carneiro está doido. Doidice que pode passear nas ruas, claro. Mas doidice...” Tem revérbero de pesadelo este desafio: “*Não sinto já a terra firme sob os meus pés. Dá-me a impressão que sulco nevoeiro negro de cidade fabril que me enfarrusca*”. (Carta de 13 de janeiro 1916). Reitera o seu apelo a Fernando Pessoa para que lhe escreva grandes cartas por amor de Deus. Tenha dó de mim. Escreva!.

Em cartas de fevereiro de 1916, escreve: “*Se ao menos estas colunas, em face de mim, de súbito se pusessem a andar*”. Transcreve a primeira versão do poema *Feminina*, cujo refrão é *Eu queria ser mulher*. Confessa, ainda: “*Acumulo agora disparates sobre disparates, meu desejo de perversidade*”.

A 4 de abril, declara: “*a minha doença moral é terrível - diversa e complicada a cada instante. A minha situação é insustentável*”. No dia 14 de abril, escreve, num postal: “*as coisas não correm senão cada vez pior*”. No dia 17 de abril: “*a minha doença moral é terrível... Porque a minha situação - encarada de qualquer forma - é insustentável. Um horror*”. No dia 18 de abril: “*Doido! Doido! Doido! Tenha muita pena de mim!*”.

Pessoa também se queixou, nas quatro cartas que restaram, de crises intelectuais e angústia: Na primeira carta, elogiou o estilo do amigo: “*você escreve europeicamente! Você escreve sem ver a pátria e sua obra, que eu creio genial, esbarra com o provincianismo constante da nossa atitude*”.

No dia 4 de março de 1916, Pessoa confessou estar no fundo de uma depressão. Nunca poderia tirar do espírito a pressão fria da incerteza a respeito da enfermidade de sua mãe. Falou na projeção astral que lhe transmitiu o sentimento de Mário.

No dia 5 de março, a carta de Sá-Carneiro transmite novos encargos a Fernando Pessoa: que procurasse a sua Ama na Praça dos Restauradores, 78, terceiro andar e lhe pagasse uma dívida. Que empenhasse um cordão pelo maior preço, pois

tinha necessidade de dinheiro (que já gastara). No dia 3 de abril de 1916: “*É hoje, segunda-feira, que morro atirando-me para baixo do metrô*”.

Na derradeira carta, enviou o poema *Aqueloutro*, cheio de epítetos autodepreciativos, um autêntico enxovalho a si próprio, em imprecações pejorativas: “*pajem bobo presunçoso*”, “*Esfinge gorda*”. Ameaçava cometer suicídio, se não recebesse 500 francos dentro de uma semana. O menosprezo de si foi-se agravando, até a desilusão total e o deboche, ante a perspectiva das próprias exéquias: “*Quando eu morrer batam em latas,/ rompam aos saltos e aos pinotes,/ façam estalar no ar chicotes,/ chamem palhaços e acrobatas*”. (Fim).

Segundo um certo José Araújo, amigo de Sá-Carneiro, o Poeta lhe dissera que uma mulher o viciara em éter e fizera com que gastasse 3.500 francos em dois meses.

No dia 26 de março de 1916, no Grande Hotel de Nice, em Paris, vestido com o seu smoking, Sá-Carneiro ingeriu cinco frascos de esticnina. Tinha 26 anos incompletos.

A EXPANSÃO CRIATIVA DOS HETERÔNIMOS

A heteronímia, manifestação de um auto ocultamento nas encarnações poéticas imaginárias, é um recurso de que Pessoa lançou mão para se libertar de si mesmo, encontrando um sentido para o espetáculo do mundo.

Eduardo Lourenço situa a poesia de Pessoa no nível ontológico, porque *interroga sobre o ser múltiplo das verdades ou das vivências em que o pensar nelas as converte*. (P. 28). Nesse interrogar as verdades e as vivências, o Poeta inventou poetas, e esclareceu que a emoção verdadeira é mentira na inteligência, pois se não dá nela... *Fingir é conhecer-se*, porque o fingimento nos heterônimos é a emoção que pensa e o pensamento que se emociona. No processo de multiplicação, pôs em cada canto da alma um altar a um deus diferente. Os heterônimos são instrumentos de que ele fez uso para desvendar a complexidade do real.

Os primeiros heterônimos, Alexandre Search, Charles Robert Anon e Chevalier de Pas, apareceram quando, ainda criança, Fernando Pessoa escrevia em inglês e francês. As Personas foram-se desenvolvendo. Em 1913, tinha ele 25 anos, quando, à beira-mágoa, sob a chuva oblíqua, desdobrou-se nas máscaras principais de uma centena de seres que foi plasmando, à sua imagem e semelhança. Eram suas variegadas

maneiras de sentir e, ao mesmo tempo, ocultavam sua vida sentimental. Falarei aqui de suas quatro mais consagradas personalidades fictícias, cujos destaques biográficos e estilísticos foram estudados por tantos especialistas. A reunião de uma pequena humanidade resultou da divisão de si, na dramaturgia de poetas que se fizeram personagens de um *drama em gente, em vez de em actos*. Ergue-se a voz de Álvaro de Campos para afirmar a inquietação inexorável que impulsava a sua expansão multifacetada: “*Nada me prende a nada. / Quero cinquenta coisas ao mesmo tempo*”.

Segundo declara o próprio Fernando Pessoa, Caeiro contém todo o seu poder de despersonalização dramática; Ricardo Reis encerra toda a sua disciplina mental, vestida da música que lhe é própria; Álvaro de Campos expressa *toda a emoção que não dou a mim nem à vida*.

Alberto Caeiro, cidadão de província, panteísta, andarilho dos bosques de Sintra, aparece no dia 8 de março de 1914, um ano antes de morrer. É o mestre dos outros heterônimos. Foi criado para fazer uma partida ao Sá Carneiro, e, também, como uma reação contra o misticismo de Teixeira de Pascoaes. Ao afirmar que *pensar é não compreender* e que *o único sentido oculto das coisas é elas não terem sentido oculto nenhum*, aproximou-se do imediatismo perceptivo da filosofia zen-budista.

Caeiro foi um pagão, à maneira de Virgílio. Criou uma epistemologia, ao questionar os fenômenos das percepções e do entendimento. O Guardador de Rebanhos sabia que *é preciso não ter filosofia nenhuma. Com a filosofia não há árvores: há ideias apenas. O mundo não se fez para pensarmos nele, mas para olharmos para ele e estarmos de acordo. Eu não tenho filosofia: tenho sentidos*. Caeiro quis abolir a intermediação do pensamento nas percepções. Quis retornar à Natureza antes do advento das ideias. Massaud Moisés atesta com clínica percepção: Caeiro quis entender a Natureza sem a interferência do conhecimento e da palavra.

Tem razão Eduardo Lourenço ao afirmar que Caeiro anula a distância que separa a consciência e mundo para solucionar a infelicidade original que lhe é inerente. *Gosto que tudo seja real e tudo esteja certo*. Esse gostar é a ironia triste de uma tranquilidade de sonho, que se opõe à espantosa realidade das coisas. O visível sofrimento espiritual se transfigura em falso contentamento pelas *coisas serem o que são e os nomes que têm*. Caeiro constrói um refúgio imaginário contra o seu sentimento de irreidade.

Álvaro de Campos, o engenheiro naval, declara o seu desprezo pelas vertentes literárias, os impulsos militares, as correntes políticas, os dogmas do cristianismo, os preconceitos e as ficções teológicas. *Concordemos em mandar à merda o mundo e a vida*. Esse existencialista neurótico, refugiado na metafísica do cotidiano, representava o Fernando Pessoa sensível aos conflitos e às angústias da civilização do século XX. Era um Walt Whitman com um poeta grego lá dentro. Campos vai na direção de Whitman, que ele aspirava ser: *“Sou dos teus, olha para mim, de aí desde Deus vê-me ao contrário”*. O próprio Álvaro de Campos reconhece que, como Whitman, cantou coisas que se consideravam pouco poéticas.

Recorda-nos Eduardo Lourenço, que pela mão potente e realíssima de Whitman e não pela de Cesário Verde que a tão rude tarefa se não prestava, Álvaro de Campos percebe o esplendor multiforme e inabarcável do tumulto do mundo. A dispersão hiperbólica de Álvaro de Campos é a verdade de Caeiro às avessas: *“ser tudo de todas as maneiras”*.

Sensacionista por excelência, Campos é um existencialista que extravasa seus conflitos em arroubos que derrotam o tédio e a náusea. Cantor das realidades concretas, ele incendeia a angústia no fogo das emoções.

Tabacaria, poema emblemático de Álvaro de Campos, mereceu um capítulo no livro *Fernando Pessoa, uma quase*

autobiografia, de José Paulo Cavalcanti Filho. Segundo esse escritor, os biógrafos divergem quanto ao verdadeiro local onde Pessoa o escreveu. Para alguns, é a Tabacaria Costa. Ainda hoje funcionando na Rua Áurea, 295; segundo outros, seria a Casa Havaneza do Chiado, na Rua Garrett. *Versão mais comum, entre os autores, é que seria A Morgadinha, situada na Rua Silva Carvalho, 13/15, esquina com a Coelho da Rocha – a rua em que morava Pessoa, quando foi escrito Tabacaria, por ser o único local em que se podia comprar tabacos, nas proximidades do seu edifício.* (CAVALCANTI FILHO, 2023, p. 286).

Ricardo Reis, o médico classicista, exilou-se no Brasil, aos 32 anos, por ser monárquico. Sá-Carneiro o denominou o Horácio moderno. Era um nostálgico da antiga civilização pagã. Viveu para o dia de hoje, aceitando o destino que os deuses lhe concederam. Para se consolar e esquecer o fardo e a perspectiva do Orco, passeava com suas musas:

***Colhamos flores, molhemos leves
as nossas mãos nos rios calmos,
para aprendermos calma também.***

Agia como se vivesse na Grécia Antiga. Estóico e hedonista, filosofou e meditou, com paganismo místico, sobre a mutação de tudo e a precariedade das percepções.

É ainda o filósofo Eduardo Lourenço quem nos mostra que Ricardo Reis propõe a aceitação da nossa infelicidade e da nossa condição, não só perecível, mas, sem cessar, em transe de perecer:

***Acima de nós-mesmos construamos
um fado voluntário
que quando nos oprima nós sejamos esse que nos oprime,
e quando entremos pela noite dentro
por nosso pé entremos.***

O seu enclausuramento íntimo suscita um ocultismo

melancólico que se transmite pelo sentimento da irreabilidade. Restava submeter-se ao domínio dos deuses e aceitar o jogo: por que o bem consiste em aceitar que *só na ilusão da liberdade a liberdade existe*. (p. 71). Combina aqui Ricardo Reis uma ressonância do pessimismo de Álvaro de Campos com a filosofia de Epicteto:

***Ah, não consegues contra o adverso mundo
criar mais que propósitos frustrados.
Abdica e sê rei de ti mesmo.***

Abdicar significa ter consciência de que ninguém é dono do próprio destino. Ser rei de si mesmo é reconhecer o limite da nossa autonomia. Em Ricardo Reis, o estoicismo e o epicurismo ajudam a elucidar a ideia de imergir no nada para se unir totalmente a tudo. O primeiro passo para essa formidável ataraxia é vencer as paixões, mediante a impassibilidade estoico-epicurista.

O seu niilismo decorre da consciência da transitoriedade da matéria, sempre em dissolução. Ricardo Reis afirmava: *“Nada, a paisagem, um copo de vinho, / um pouco de amor sem amor, / e a vaga tristeza de nada compreender / e de ter que perder o pouco que nos é dado.”*

Ante a perecibilidade do corpo, há que maximizar o breve instante dos prazeres. A ideia da satisfação pessoal ou culto a Hedoné, típica do pensamento de Epicuro, associa-se ao temor da dissolução da consciência e à desconfiança na atitude dos deuses, que tornam incerto o destino humano. Desta maneira, para maximizar os instantes de ventura, é preciso ter poucas necessidades. Sendo inteiros em dedicação, admirando o esplendor de Júpiter nos campos e nas fontes, encontraremos calma e sublimaremos o desespero.

Os clássicos gregos tirariam o chapéu para este curto epigrama de Ricardo Reis, que aqui tem mais de Epicteto que de Horácio: *“Para ser grande, sê inteiro / nada teu exagera ou*

exclui. / Sê todo em cada coisa. / Põe quanto és no mínimo que fazes. / Assim, em cada lago, a lua toda brilha, / porque alta vive”.

Para Álvaro de Campos, Ricardo Reis era essencialmente pessimista, porque apontava sempre para o fim inexorável de tudo. Segundo Álvaro de Campos, Caeiro preconizava a repugnância do infinito e era a infância filosófica da atitude de Reis. Para Reis, Caeiro negava a poesia das coisas.

Caeiro reinventou o gênero bucólico e Campos sedimentou a poesia moderna, recorda-nos Jerónimo Pizarro, em seu livro *Ler Pessoa*, em que ele estuda a dramaturgia da despersonalização pessoana.

O vertiginoso criador de múltiplos rostos poéticos plasmou, também, o semi-heterônimo Bernardo Soares, que foi um solitário ajudante de guarda-livros; um boêmio magro, curvado, de estatura média, vestido com desleixo. Andarilho do Terreiro do Paço, aparecia quando Pessoa passeava à beira do Tejo ou pelas ruas da Baixa.

A respeito da *galáxia de alter egos* e dos satélites luminosos do Sistema Solar heteronímico, declara Massaud Moisés, em seu cintilante *Fernando Pessoa: o espelho e a esfinge*: “A esfinge não desvenda os enigmas. Fortalece-os com a sua vigilância analítica”. (MOISÉS, 2008, p.35).

Pessoa reconhece, entretanto, que há, na origem dos heterônimos *um fundo traço de histeria*. Loucura sublimada pela literatura: “Sou um internado num manicômio sem manicômio”. Constatamos, porém, que ele superou e transcendeu na obra o drama patológico da sua genialidade. A mutabilidade da heteronímia foi, efetivamente, uma estratégia para vencer a loucura. *A minha neuropatia é bastante fraca, a minha histeria é apenas interior*, ele se diagnostica em seus *Diários e Escritos Autobiográficos*.

Segundo João Gaspar Simões, o Grande solitário vivia num isolamento, *indiferente à realização normal dos destinos da espécie*. Amparou casos de heterodoxia sexual manifestados entre os seus contemporâneos – Raul Leal e António Botto, por exemplo, mas a sua atitude foi meramente intelectual, porquanto Pessoa jamais tivera qualquer tipo de relação homossexual. *Sou um temperamento feminino com uma inteligência masculina*, escreveu, em 1929. O que se sabe de Pessoa é que o sacerdócio da literatura fez dele um celibatário fanático da sua obra. Aprendera com Dante e Milton. Apreciou e leu, amiúde, Cesário Verde, Guerra Junqueiro, Antero de Quental e Camilo Pessanha.

O LIVRO DO DESASSOSSEGO

O *Livro do Desassossego* é o diário íntimo de um filósofo vagabundo, que passeava pelo Rossio, ou ia, do Largo de Camões à Baixa, pela Rua dos Douradores, descrevendo os telhados, os bondes e os seres urbanos de Lisboa. Não tinha por pátria senão a língua portuguesa. É o fruto da criatividade do funcionário que conseguia convencer os chefes exigentes a permitirem-lhe flexibilidade de horários.

O autor do *Livro do Desassossego* tinha o aspecto de haver sofrido privações. Jantava pouco e fumava tabaco de onça. Gastava as noites no quarto alugado, escrevendo. Em seus passeios pelas ruas tristes e sossegadas, ia lendo Cesário Verde e devaneando. Subia a Rua do Alecrim, rumo ao Chiado. Descia a Rua da Prata, observando as cores das frutas vendidas nas ruas, divisando o Tejo ao fundo, azul e exclamando: “*Que humano era o toque metálico dos elétricos! Que paisagem alegre a simples chuva na rua ressuscitada do abismo! Oh, Lisboa, meu lar!*” (SOARES, 2022, p. 87).



De uma fresta da janela, espreitava as pessoas: escutava os gritos dos vendedores, via a oscilação dos padeiros, monstruosos de cesto, o riscar redondo das rodas das carroças. *Não há para mim flores como, sob o sol, o colorido variadíssimo de Lisboa.* (P.65).

Encontram-se versos de outros heterônimos, entre as frases do caudaloso *Livro do Desassossego*, que flui, majestosamente, no raciocínio de cada sintagma na linguagem analítica. De Reis a Campos, sobressaem equivalências nas proposições do estoicismo e do epicurismo, cuja dedução resulta no niilismo final da equação.

Esse portentoso texto engloba as excentricidades geniais de Fernando Pessoa, em todo o espectro da sua criação literária. É poesia escorreita, é um romance heterodoxo e é um tratado de filosofia e crítica. As inúmeras alusões a Lisboa fazem da obra um livro castiço lisboeta. O notívago, o boêmio e o contemplativo acham guarida na vibrante linguagem que evoca a cidade do Tejo: "*Sim, é o poente. Chego à foz da Rua da Alfândega, vagaroso e disperso, e, ao clarear-me o Terreiro do Paço, vejo nítido o sem sol do céu ocidental.*" (P.198).

Com efeito, era *no escritório estreito cujas janelas mal lavadas dão sobre uma rua sem alegria*, que ele compunha o seu jogo de opostos que se atraem nas maravilhosas conjugações. Ali, na Rua dos Douradores, o ajudante de guarda-livros trabalhava conforme o número de cartas e outros documentos que traduzia. Naquele isolamento, pensando com as emoções e sentindo com o pensamento, o dramaturgo atabalhoado Shakespeare, o mestre-escola Milton, o vadio Dante e o desventurado Cesário Verde se reuniam, na psicossfera de Pessoa e de Bernardo Soares, ambos Super-Camões, para mostrar que *cada um de nós é vários, é muitos, é uma prolixidade de si mesmos.* (P.319).

Tem sido praxe, hoje em dia, publicarem o *Livro do Desassossego* com o nome de Fernando Pessoa, autor, e não o injustiçado Bernardo Soares, talvez porque o próprio Pessoa o haja relegado à condição de semi-heterônimo.

Se, por um lado, entretanto, o descomunal Pessoa tem incontáveis discípulos, Bernardo Soares também tem os seus, malgrado a referida campanha editorial.

O exímio Vicente Freitas Liot, por exemplo, dá provas de que se comunicou, telepática ou mediunicamente, como queiram, com Fernando Pessoa e Bernardo Soares, para escrever *O Livro Póstumo de Bernardo Soares*. Já no prefácio, verossimilhantermente, reitera-se que *a verdadeira genialidade não se limita a um único autor, mas pode se manifestar em diferentes vozes*. A temática, a tonalidade e o conteúdo multifacetado da obra pessoana estão na sombra sonora do fiel seguidor de suas trilhas labirínticas. O sentido da solidão e do enigma, a meditação estética e as torrentes da reflexão e do sentimento do mestre transparecem na ficção e na intensidade do discípulo.

Eis, portanto, mais uma prova da influência de Fernando Pessoa no mundo das ideias e das grandezas espirituais propriamente ditas. Vicente Freitas, do sertão do Ceará para o mundo, nos presenteia com as suas invocações e evocações do Vate português, na persona de um dos seus mais eminentes heterônimos, que, aliás - se diga em trânsito -, foi um continuador da escrita do *Livro do Desassossego*, iniciado por um certo Vicente, não o Freitas, mas Vicente Guedes. Foi este o primeiro heterônimo, que redigiu as primeiras assertivas do fabuloso monólogo do solitário sonhador da Rua dos Douradores.

No segundo tempo, o desassossegado Vicente Guedes foi substituído por Bernardo Soares e, na prorrogação, por Vicente Freitas Liot, o qual veio *regressar, pela recordação, a única verdade que é a literatura*. Efetivamente, as especulações do Poeta sobre a própria existência e o sentido da vida brilham nas páginas do livro de Vicente Freitas-Bernardo Soares, nos rastros luminosos que vão da Ribeira do Acaraú à Ribeira do Tejo e vice-versa, alhures, infinitamente, onde quer que jorrem as fontes castálias de água lustral.

O SUPER-CAMÕES

Enquanto a instabilidade política de Portugal inventava novos governos, o Poeta se desvelava na produção dos poetas à sua semelhança. Cresceu tanto nesse afã, que se sentiu um Super-Camões, capaz de superar a poesia dos grandes mestres do passado e cantar as supinas aventuras marítimas de sua pátria, num livro mais interessante do que *Os Lusíadas*: “*Deve estar para muito breve o inevitável aparecimento do poeta ou poetas superiores, desta corrente e da nossa terra, porque fatalmente o Grande Poeta, que este movimento gerará, deslocará para segundo plano a figura, até agora primacial, de Camões*”. Ele próprio expressou que a tomada de consciência da grandeza produz muitas vezes uma megalomania latente.

Livro mais interessante do que os *Lusíadas*, só mesmo *Mensagem*, que constitui uma espécie de quintessência do épico de Camões, com o acréscimo de uma inaudita tonalidade profética e elegíaca.

António Sérgio criticou a ideia pessoana do Super-Camões, que anunciava a vinda do D. Sebastião da poesia portuguesa. António Sérgio era contra o simbolismo e o nacionalismo. O certo, porém, é que Fernando Pessoa teve plena consciência de suas faculdades, e não ufanismo. Eduardo Lourenço mostra que, desde os vinte e poucos anos, Pessoa já escrevera ao seu amigo Cortes-Rodrigues sua intenção de *reproduzir Shakespeare em melhor e sem perda de individualidade*. Registra ainda Lourenço que, de fato, os 35 *Sonnets* possuem verossimilhança

e, além disso, *não é o jovem Pessoa que se adapta a Shakespeare, é Shakespeare que se adapta a Pessoa. Sua precoce lucidez inspirou-lhe a vontade de ser extraordinário*. Mediante a consciência aguda de dons fora do comum, o desejo e a realidade se identificam. Ser Camões *em melhor* significava, portanto, *resgatar a plenitude poética e patriótica que Camões simbolizava*. (LOURENÇO, 2017, p. 162).

Em que fontes bebeu Fernando Pessoa para sagrar-se um Super-Camões? Bebeu em Homero, Virgílio, Dante, Milton, Wordsworth, Nerval, Victor Hugo, Blake, Browning, Shelley, Shakespeare, Mallarmé, Goethe, Poe, Oscar Wilde e outros, de que alimentou a sua emoção intelectual e a sua inteligência. Recordo-me, agora, de que vi livros desses autores nas estantes da biblioteca da Casa de Fernando Pessoa, na Rua Coelho da Rocha. Quanto aos de Portugal, o caudal de que Pessoa se impregnou para desaguar nas vertentes da heteronímia foi constituído, mais acentuadamente, do expressionismo de Cesário Verde, do niilismo de Camilo Pessanha, do saudosismo de Teixeira de Pascoaes, da emoção metafísica de Antero de Quental, da irreverência sublime de Guerra Junqueiro, do tédio desesperançado de António Nobre e da loucura emocional de Mário de Sá-Carneiro, com quem, já sabemos, manteve estreito intercâmbio. Pessoa os comentou, prodigiosamente, em seus ensaios *Sobre Arte Literária*, que citarei ocasionalmente. Das leituras desses mestres, emergiu, num processo alquímico, a estatura do Super-Camões.

É para mim, do máximo interesse constatar que Pessoa atribuiu destaque especial a Antero de Quental, Cesário Verde e Camilo Pessanha como *os três poetas a quem, no século XIX em Portugal, compete a designação de mestres*. Eis a razão: “Com Antero se fundou entre nós a poesia metafísica. Com Cesário Verde se fundou entre nós a poesia objetiva. Com Camilo Pessanha a poesia do vago e do impressivo tomou forma portuguesa.” (PESSOA, 2022, p. 116).

Pessoa elogiou o entusiasmo e a sensibilidade do autor d'Os *Lusíadas*, porém lhe criticou a precária profundidade metafísica. Confessou a João Gaspar Simões que admirava por Camões, o épico, não o lírico e aduziu não saber de elemento algum camoniano que tenha tido influência em mim, influenciável como sou.

Para ele, os *Lusíadas* ocupam a segunda ordem das epopeias, ao lado de *Jerusalém Libertada*, *Orlando Furioso*, *A Odisseia* e a *Eneida*. No primeiro lugar, ele classifica a *Ilíada*, a *Divina Comédia* e o *Paraíso Perdido*, superiores em vastidão impressiva de fábula. Fala da epopeia camoniana como uma reportagem transcendente, que o assunto obrigou a nascer épica. E acrescenta que os *sobre-homens da nossa glória constelada – o Infante e Albuquerque mais que todos – não cabem no que ele podia abarcar*. (P.112).

Por outro lado, elogiou o dístico de uma estância em que Camões foi lírico por intermédio dos obstáculos da expressão mitológica e da grandiloquência. É curioso ler o que um gigante fala do outro. Pessoa cita estes versos: *Porque de vossas águas Febo ordene/ que não tenham inveja às de Hipocrene*. Assim justifica a sua tese: *“É que a grandiloquência lírica é diferente da grandiloquência retórica.”* (P.169).

Pessoa louva o célebre soneto *Alma minha gentil*, como modelo de beleza una com o movimento lírico contínuo e íntimo do ritmo inquebrado e dolorido, na linguagem sem imagens, metáforas nem frases, direta e simples.

Em sua opinião, Guerra Junqueiro, entretanto, afastou Camões do primeiro lugar entre os poetas portugueses. *Oração à luz*, para ele, é a maior realização metafísico-poética desde a grande *Ode* de Wordsworth. A *Pátria*, igualmente, sobrepuja os *Lusíadas*, na construção do poder imaginativo e na elevação do sentimento patriótico e religioso.

O Super-Camões-Pessoa viveu para escrever. Sacrificou a vida em prol do ideal da literatura. Reconheçamos que é justa a autoglorificação. João Pedro George o qualifica como *um cérebro que parecia desenhado para preencher várias vidas humanas*. (GEORGE, 2022, p. 279). Consoante Eduardo Lourenço, a tentativa de superar a poesia portuguesa que reinava reflete o seu conflituoso procedimento de devorar o que ama e elogiar o que nega.

A visão transcendentalista com que Teixeira de Pascoaes encontra *em tudo um além se aprofunda em Pessoa para encontrar uma falta em tudo. Em sua efusão anímica, ele se inscreve nas coisas que não lhe bastam*. (P.169).

Fernando Pessoa foi enchendo a velha arca de manuscritos. Era um Fernando, entre pessoas. Cavaleiro monge a cismar no mar. Profeta da utopia mística, sob o luar da Graça ou de São Pedro de Alcântara. Exegeta de sua instabilidade. Timoneiro das tempestuosas noites de criação literária.

A BAIXA DO POETA

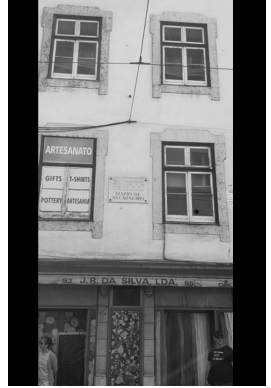
A Baixa era a Ágora de Fernando Pessoa, que foi um Sócrates, um Platão e um Aristóteles, na Atenas literária de Lisboa.

Parto da boca do metrô do Chiado em peregrinação, pela Rua da Vitória, de onde vejo a muralha e a vegetação ao redor do Castelo de São Jorge. Giro à direita, pela Rua Áurea, antiga rua do Ouro. Chego ao número 87, local onde existiu, no segundo andar, de 1917 a 1918, a Firma F. A. Pessoa Comissões e Consignações, na qual o Poeta foi sócio de Geraldo Coelho de Jesus e Augusto Ferreira Gomes. O prédio tem, nos andares superiores, uma bonita decoração de delicados azulejos. Este local está em frente ao Banco Totta & Açores, de formosa fachada, com balcões nas janelas em arco e grandes colunas. Vejo dali o Tejo como um oásis, brilhando entre as paredes dos edifícios.

Fernando Pessoa conheceu Augusto Ferreira Gomes em 1915. Esse meu ancestral que se destacou na vida jornalística, tinha então 23 anos. E o seu brilhante amigo contabilizava 27. A firma Félix, Valladas & Freitas Ltda, na Rua da Assunção, 42, 2º, onde Pessoa trabalhava como correspondente, foi criada por Geraldo Coelho de Jesus. Era um escritório de comissões e de representações, de início na Rua São Julião, 41 - 3º, depois na Rua do Ouro, 87, 2º. Os três aparecem também vinculados à empresa editora do jornal Acção.

Sigo pela Rua da Conceição, perpendicular à Rua Áurea. Depois do cruzamento da Rua da Conceição com a Rua Augusta, encontro, quase na esquina, o edifício onde nasceu Mário de Sá-Carneiro. O prédio antigo carece de reforma e pintura.

Caminho uma quadra mais e estou na Rua da Prata, pela qual sigo na direção oposta de onde vim, isto é, no rumo da Praça da Figueira. Vejo, no número 267 da Rua da Prata, o prédio no qual Fernando Pessoa trabalhou de 1913 a 1915, como correspondente estrangeiro, no escritório Lavado Pinto & Cia Ltda (1º direito). O escritório hoje é ocupado por uma óptica.



Casa de
Sá-Carneiro

Sigo pela Baixa, numa tentativa de trajetória em ordem cronológica, à luz dos dados biográficos de Fernando Pessoa.

Avisto, no final da Rua da Prata, a estátua de D. João I, erguida na Praça da Figueira, como se interrompesse o trânsito, que nela desemboca.

A próxima estância é a esquina da Rua dos Douradores com a Rua de Santa Justa, onde se localiza a Casa Pessoa, decorada com lindos azulejos verdes e azuis. Ali, tanto Fernando Pessoa, ele próprio, quanto Bernardo Soares (ficcionalmente) faziam refeições. O nome do estabelecimento em nada se relaciona com a família do poeta. Assim se chama até hoje por mera coincidência. O restaurante é hoje uma cafeteria sofisticada.

Prossigo na direção da ribeira, pela Rua dos Douradores, contemplando os grandes candeeiros apensos às pequenas varandas dos edifícios. De tão antigas, essas vivendas parecem ser dos tempos em que as viu Bernardo Soares, em seus passeios de sossego e desassossego.

Nas tabernas da estreita e plana Rua dos Douradores, Bernardo Soares se empapuçava de vinho ou aguardente.

Passo pela Igreja de São Nicolau, e releio, no solo da esquina, em letras gravadas na pedra: *“Serei sempre da Rua dos Douradores, como a humanidade inteira”*, declaração firmada pelo Heterônimo do Desassossego. Tenho uma misteriosa impressão de haver vivido naquele tempo e em mim ressoam versos com que Bernardo Soares caracterizou o ambiente de que ele viveu o entusiasmo da sua poesia: *“Quantos Césares fui, aqui mesmo, na Rua dos Douradores. E os Césares que fui vivem ainda na minha imaginação: mas os Césares que foram estão mortos, e a Rua dos Douradores, isto é, a Realidade, não os pode conhecer”*. (SOARES, 2014, p.110).

Súbito, estou na Rua da Assunção. Por ela, vou para encontrar o local onde funcionava a firma Felix Valladas e Freitas, no número 42. A placa informa que ali existiu o escritório onde Fernando Pessoa e Ofélia Queiroz se conheceram em 1919. Fernando aos 31 anos. Ofélia, 19. O namoro durou de 1º de março a 29 de novembro de 1920. Foi reatado em 11 de setembro de 1929 e terminou em 11 de janeiro de 1931. Já sabemos que ele não tinha tempo de dedicar atenções à moça, em razão do trabalho intelectual. A gigantesca obra literária foi sendo guardada no famoso baú. Milhares de textos só vieram a ser publicados depois da morte do Poeta.



Enquanto Ofélia insistia para estarem juntos de noite, chamando-lhe *querido Nininho dos meus pecados*, o Poeta frequentava os escritórios de noite. Os chefes lhe confiavam as chaves. Ofélia tirava proveito do assédio do seu ex-namorado, Eduardo Cunha, para obter do Poeta um compromisso de casamento. Pessoa lhe dirá *o meu destino pertence a outra Lei, de cuja existência a Ofelinha nem sabe, e está subordinado cada vez mais à obediência a mestres que não permitem nem perdoam*.

Encontrei, também, o edifício de paredes nuas, brancas e sem decoração, onde uma placa informa haver existido ali, na Rua da Assunção, 28 – 2º, a empresa editorial do Poeta. Nesse endereço, Pessoa estabeleceu a Olisipo Agentes Organizadores e Editores, desde 1921. Os sócios Geraldo Coelho de Jesus e Augusto Ferreira Gomes se encarregavam da intermediação na compra e venda de explorações mineiras, apresentação de projetos de montagem de novas empresas e de organização de outras. Pessoa cuidava da prestação de serviços de tradução, edição de livros e outras publicações.

Volto à Rua da Prata para prosseguir o meu relato, em demanda do número 71, onde, Pessoa trabalhou na Moutinho d’Almeida Ltda, empresa de importação e exportação. O patrão, Carlos Moitinho de Almeida, aceitava a flexibilidade de horário do Poeta.

Passam levas de turistas, que se estão lixando pra literatura. Estão de olhos nas vitrines de missangas, lantejoulas e guloseimas. Alguns vão arrastando malas. Outros consultam os aparelhos celulares; os mais jovens vão de bicicleta, abrindo alas.

Da Rua da Prata chego à Rua de São Julião, procurando o número 52, o segundo endereço da Olisipo. Encontrei a fachada pintada de amarelo e as janelas simples, sem varandas, de um prédio sem qualquer indicação relativa ao editor Fernando Pessoa, que publicou livros fundamentais da literatura portuguesa do século XX: os *English Poems I e II* de sua autoria, em 1919; *A Invenção do Dia*, de Almada Negreiros, em 1921, bem como *Canções*, de António Botto e *Sodoma Divinizada*, de Raul de Leal, ambos em 1922.

A duas quadras da Rua do Comércio, estão a Praça do Comércio, a Ribeira das Naus e o Martinho da Arcada, redutos cotidianos do Poeta dos Heterónimos. Ali, o grande investigador de si mergulhou no âmago de suas cogitações,

na tentativa de decifrar o próprio enigma: “*Desço uma rua irreal da Baixa e a realidade das vidas que não são ata-me, com carinho, a cabeça num trapo branco de reminiscências falsas. Sou navegador num desconhecimento de mim*”. (SOARES, 2014, p.115).

Pelo Chiado, de tantas tradições literárias, subi a Calçada do Sacramento. À sombra de um jacarandá florido, revi o Largo do Carmo e o portal da Igreja do Carmo, marcada, na parte superior, pelos estigmas de 1755.

À demanda do endereço onde Pessoa morou, no mágico e fascinante Largo do Carmo, vejo, na varanda do edifício nº 22, a imagem pintada de um Pessoa, espiando de cima, disfarçado de Zorro. Quem quer que o tenha pintado ali terá compreendido o dom de fingir do Poeta das Personas, colocando o seu retrato naquela esquina, com a máscara que foi sempre o artifício do seu enigma.

Mais de cem anos se passaram. O tempo desfigurou aquele mundo, que significou uma realidade tão marcante.



Fernando
Pessoa -Zorro

NOVAS ITINERÂNCIAS

Em janeiro de 1915, o general Pimenta de Castro expulsou do poder o Partido Democrático de Azevedo Coutinho. Em 14 de maio, investiu contra Pimenta de Castro, Afonso Costa, do PRP, bombardeando Lisboa com navios posicionados no Tejo, em frente ao Terreiro do Paço. Houve uma centena de mortos e quase 1000 feridos.

Pessoa publicou nos jornais, sempre que conseguia burlar a censura, diversos artigos, contra ou a favor dos tiranos da época. Defendeu Pimenta de Castro, o qual, *querendo implantar a liberdade, teve fatalmente que empregar certa violência para com o Partido Democrático e foi derrubado pela Junta dos Interesses Próprios.*

Em 3 julho ocorreu este fato na Avenida 24 de julho: o líder republicano Afonso Costa saltou do bonde em movimento ao escutar uma explosão que parecia um atentado. Na queda, fraturou o crânio. O jornal A Capital criticara Orpheu. Para declarar sua aversão ao que denominou *a oligarquia das bestas*, Álvaro de Campos reagiu com uma carta de protesto, em que dirigiu um sarcasmo perverso a Afonso Costa: “*seria de mau gosto repudiar ligações com o futurismo numa hora tão deliciosamente mecânica em que a própria providência divina se serve dos carros elétricos para os seus altos ensinamentos*”.

Em dezembro, Dona Madalena, a mãe, sofreu em Durban uma apoplexia que lhe paralisou o lado esquerdo do corpo.

Pronto, adveio a Primeira Guerra Mundial. O soldados portugueses combatiam nas trincheiras francesas.

No início de 1916, setenta navios mercantes alemães atracaram no Tejo, fugindo da esquadra inglesa. A pedido da Inglaterra, Portugal se apoderou dos navios e os colocou a serviço dela. A Alemanha declarou guerra a Portugal. Afonso Costa, que pugnava pela entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, viu satisfeita a sua vontade. Os soldados portugueses combateram nas trincheiras francesas. Portugal teve 7 mil mortos, numa só batalha, em Lys. Havia em Lisboa racionamento de gêneros alimentícios, greves e motins. Para Pessoa, a guerra era a legislação do homicídio.

Pessoa manifestou-se favorável a Sidónio Pais que, em dezembro de 1917, liderou um movimento com militares e civis, prendendo Afonso Costa e forçando o exílio de Bernardino Machado. O movimento militar de Sidónio era de oposição à política do Partido Democrático, que pugnava pela intervenção na Grande Guerra para melhor defender as colônias, expostas à ignomínia do tiroteio. Portugal reatou as relações com o Vaticano. Sidónio libertou sindicalistas presos. Foi, posteriormente, eleito presidente da República. Propôs a criação de um partido do centro onde contribuíssem os moderados monárquicos e os republicanos, com o qual se reduzisse o papel das extremas direita e esquerda. Em face de várias reivindicações operárias e greves, Sidónio dissolveu o parlamento, censurou a imprensa e impetrou Estado de Sítio.

Na tarde de 16 de outubro de 1918, um tiroteio matou sete pessoas na Rua Vítor Cordon, no Chiado, quando um cortejo de 253 guardas transportava 153 presos para diversos cárceres da cidade. Dois meses depois, os esbirros de Afonso Costa assassinaram Sidónio Pais (que só governou de abril a dezembro de 1918).

Fui ver o lugar onde um sargento energúmeno, de nome José Júlio, matou o Presidente Sidónio, no segundo piso da Estação do Rossio. Li a seguinte inscrição na parede: “*Aqui a 14 de dezembro de 1818, morreu por Portugal o Presidente da República Sidónio Pais.*” Sob referência à data do homicídio, estão gravados estes versos de Fernando Pessoa: “*A alma de nós que foi braço tornará, nova forma clara.*” Conjecturo, desde logo, que o Poeta alude à reencarnação, em palavras que têm uma conotação esotérica: o braço representa uma parte do corpo em formação. Pela evolução espiritual, o formato integral do corpo será configurado.

Ao contrário de alguns de seus amigos, Pessoa rejeitava tanto o fascismo quanto o comunismo e o catolicismo, por serem contrários à liberdade de pensamento. Para ele, a Monarquia era *um regime de ladrões e incompetentes*, e a Primeira República *uma loja de quinquilharia desta pré-República*. Afonso Costa era um salteador político. Pessoa acreditava, entretanto, que o conservador Sidónio *tinha força para concentrar o patriotismo na mobilização da nação, através da educação, do intelecto e da vontade, dirigindo-a para a industrialização sistemática do país.*

Em outubro de 1918, com dinheiro emprestado pela tia Lisbela, que morava no Algarve, alugou nova morada em Benfica, na Avenida Gomes Pereira. Nos anos de 1918 e 1919, Lisboa ostentava uma legião de mendigos às portas dos cafés, das tabacarias, nos portais das igrejas e nas ruas da Baixa.

Após a morte de Sidónio Pais, Pessoa colaborou no jornal Acção, órgão do Núcleo de Acção Nacional (NAN), movimento pró-sidonismo e patriótico, e publicou um poema enaltecendo o estadista, como o *cavaleiro leal* e o *soldado-rei*, sagrado pela morte, porém vivendo *ainda em nós, longínqua flama*.



Várias revoltas militares ocorreram, depois da morte de Sidónio Pais. Generais forjaram-se presidentes, marinheiros endiabrados mataram eminentes políticos. Cunha Leal ficou à frente do governo, sem impedir a desordem, os atentados e os assaltos. Prevalencia a instabilidade social, o desemprego e as reivindicações dos trabalhadores, quando, em janeiro de 1919, os militares republicanos se bateram com as hostes monárquicas.

Nem os conflitos do mundo, tampouco o intenso trabalho intelectual e as mudanças de residência o impediam de frequentar as tertúlias do Martinho da Arcada, no Terreiro do Paço, da Brasileira do Chiado e de outras tabernas, na companhia de Almada Negreiros, António Botto, Raul Leal, Augusto Ferreira Gomes e outros boêmios visionários.

Augusto Ferreira Gomes, meu ancestral, de um metro e meio de altura, ocultista, espirituoso, bebedor, ajudou Pessoa a encontrar a data fictícia e o local do nascimento de Álvaro de Campos: dia 15 de outubro de 1890 em Tavira, às 13h30.

Fernando Pessoa gastou quase todo o espólio da família e continuava trabalhando como redator de cartas comerciais. Escrevia à noite, no escritório, fumando, tomando conhaque, café e comendo sanduíches. O expediente nos escritórios das empresas subtraía-lhe as melhores horas de concentração mental.

A CASA DE FERNANDO PESSOA

Em outubro de 1919, faleceu em Pretória, João Miguel, o padraastro de Fernando Pessoa. Dona Maria Madalena voltou a Lisboa, acompanhada dos três filhos e da enfermeira. Movia-se numa cadeira de rodas. Tinha 58 anos, mas parecia mais idosa. Foram todos morar na Rua Coelho da Rocha, no Campo do Ourique. Será esta a morada definitiva de Fernando Pessoa. Luis Miguel e João Maria foram estudar na Inglaterra.

Peguei um táxi para ir ao local onde Fernando Pessoa viveu a fase final. Disse ao motorista que iria à Casa de Fernando Pessoa: Rua Coelho da Rocha, 18. O taxista não sabia o caminho. Brinquei: o Poeta esta à minha espera. Ele telefona para um colega e se informa do itinerário. Depois me pergunta se o Sr. Fernando Pessoa já fal'ceu, fal'ceu?

Sim, respondi, sem esnobar. Digo-lhe apenas que já faz tempo, e que o Senhor Poeta Fernando Pessoa é uma grande glória da Língua Portuguesa.

A autoestrada A-5 percorre um trecho, em que aparece, à esquerda, sobre o Viaduto Duarte Pacheco, o Aqueduto das Águas Livres. Parece um painel de janelas, feito para decorar a paisagem.

Derivamos, em direção ao Campo do Ourique. Já na chegada eu me senti encantado, ao regressar à Casa do Poeta, depois de tanto tempo. A visita começou, de cima para baixo, pelo terceiro andar, ao qual se chega de elevador. Ali se encontram informações sobre os heterônimos pessoanos. Painéis, com as qualificações dos heterônimos e os mapas astrais de cada um, revelam a genialidade do Poeta de imaginação plural, universal.



Álvaro de Campos, engenheiro naval, poeta sensacionalista. Ricardo Reis, médico, discípulo de Horácio. Alberto Caeiro: o bucólico, semibudista; Bernardo Soares: o desassossegado ajudante de guarda-livros, do Escritório Comercial da Rua dos Douradores, na Baixa.

No retrato, pintado por Almada Negreiros, Pessoa é mostrado com um bigode mínimo, o cigarro, a perna cruzada, o proverbial café e a Revista *Orpheu*, nr. 2.

Há vários esboços de rostos do Poeta, desenhados por Júlio Pomar. Conserva-se uma parte da biblioteca de Fernando Pessoa, repleta de muitas edições. Vi ali a máquina de escrever, que ele usava no escritório da Moitinho d'Almeida Ltda, à qual prestou serviços. Nessa máquina, Pessoa, isto é, Álvaro de Campos, escreveu a *Tabacaria*. Há uma cópia da carta, de 1935, em que Fernando Pessoa explica a Adolfo Casais Monteiro como nasceram Ricardo Reis e Alberto Caeiro (este para *fazer uma partida ao Sá-Carneiro*). Ao escrever 30 e tantos poemas a fio, em êxtase, sob o título de *O Guardador de Rebanhos*, Pessoa teve a sensação de haver concebido o seu mestre. Surgiram-lhe outros: o oposto de Caeiro, porém discípulo seu, Álvaro de Campos. As personas de sua fábula foram-se, multiplamente, expandindo. Com método e imaginação, Pessoa fixou tudo em moldes de realidade.

No primeiro andar está o acervo principal: o dormitório, os óculos, uns cadernos e várias fotografias (em diversas idades). Um retrato, pintado por Adolfo Rodrigues Castañé, em 1912 (o Poeta aos 24 anos).

Várias fotos suas, desde menino, até à última, de 1935, tirada pelo poeta e jornalista Augusto Ferreira Gomes. Outra, com Augusto, na Baixa.

Encostada à cama, vi uma réplica da famosa arca, onde Fernando Pessoa guardava a maior parte de sua obra, com 30 mil folhas, em cerca de 105 caixas, que hoje se encontram na Biblioteca Nacional.

A decoração recompõe o ambiente original: a cama de solteiro do Poeta, as edições da revista *Orpheu*, da qual fez parte o brasileiro Ronald de Carvalho e muitas folhas manuscritas, coladas ao teto. Uma sonoridade atribui verossimilhança a tudo: barulhos de riscos de lápis e de máquina de escrever.

No segundo andar está maior parte da Biblioteca. Leio na parede: “*Ler é sonhar pela mão de outrem*”. Há muitas edições em inglês, de todos os grandes bardos de língua inglesa; livros de Astrologia, Cabala, Teosofia, esoterismo em geral, História, Matemática, Filosofia, biografias etc.

Quando visitei a Casa, em 2023, tomei conhecimento, pelos funcionários, de que Dona Manuela Nogueira, aos 98 anos, estivera recentemente na Casa. E ainda contava histórias do seu tio.

Quando morei em Lisboa, tive o privilégio de assistir a uma palestra, na qual Dona Manuela revelou que o seu tio ilustre se inspirou na sobrinha, ao mencionar, no poema de Álvaro de Campos, a *pequena suja* que comia chocolates.

Na livraria da Casa de Fernando Pessoa, comprei um exemplar da edição da primeira biografia de Pessoa escrita por João Gaspar Simões.



POETA, EDITOR E CIENTISTA POLÍTICO

Data de maio de 1922 a publicação do conto *O banqueiro anarquista*, na Revista Contemporânea. Desde aquele ano, Pessoa atuou intensamente na tribuna intelectual de Lisboa. A editora Olisipo lançou o livro *Canções*, de António Botto, e o jornalista Álvaro Maia criticou a *Literatura de Sodoma*. Álvaro de Campos lhe respondeu que o melhor das *Canções* de Botto era a força da sua imoralidade.

Quando a Olisipo publicou *Sodoma Divinizada*, de Raul de Leal, setores católicos e conservadores, incluída a Liga de Acção dos Estudantes de Lisboa, promoveram campanha na imprensa contra a *literatura de Sodoma*. A Olisipo cessaria no mesmo ano.

Os heterônimos Ricardo Reis e Alberto Caeiro estrearam em 1924, na Revista Athena, que Pessoa dirigiu com o pintor Rui Vaz. No prefácio, fabricante de máscaras esclareceu o título do periódico: “os gregos que ainda nos governam de além dos próprios túmulos desfeitos, figuraram na deusa Athena a união da arte e da ciência. A *Capital* elogiou a nova revista e seu editor, dotado de “notável sensibilidade, erudição e sentido crítico”. O Diário de Lisboa o entrevistou.

O general Henrique Rosa, seu grande amigo, morreu em 1924. A mãe do Poeta sofreu outro derrame, do qual faleceu no

dia 17 de março de 1925. Uma profunda crise de desequilíbrio abateu Fernando Pessoa, que só se levantou pela perseverança na disciplina literária e no misticismo.

Havia escassez de alimentos em Lisboa em 1925, quando o general Sinel de Cordes tentou um golpe contra o governo de António Maria da Silva, do PRP. Subsequentemente, em 1926, os militares impediram que os intelectuais Teixeira Gomes e Bernardino Machado governassem. O primeiro, do Partido Democrático, era diplomata e escritor, autor de *Novelas Eróticas* e *Londres Maravilhosa*. O segundo, nascido no Rio de Janeiro, era membro do Partido Republicano e professor de filosofia da Universidade de Coimbra. O general Gomes da Costa entrou em Lisboa com 15 mil homens. Houve combates no Castelo e no Parque Eduardo VII. Outro golpe instalou os generais Oscar Carmona e Sinel de Cordes à frente do Governo. Gomes da Costa partiu para o exílio nos Açores.

Enquanto aos generais a alma faltava, Fernando Pessoa entornava a alma no empenho do sagrado ofício da escrita. Manteve correspondência com Adolfo Casais Monteiro e João Gaspar Simões, da revista *Presença*, desde 1927, quando saiu o primeiro número em Coimbra. Do comitê editorial participava, também, José Régio, o grande místico das indagações metafísicas e da indignação contra a impostura. Todos eles divulgaram, sistematicamente, a obra de Pessoa.

O professor universitário Oliveira Salazar tornou-se Ministro das Finanças do Presidente Oscar Carmona em 1928. Pessoa registrou a *simplicidade, dura e fria* do homem que *parecia qualquer coisa de brônzeo e de fundamental*. Depois, quando Salazar se revelou autoritário e de pouco diálogo, o Poeta dirá: “*assistimos à cezarização de um contabilista*”.

É de 1929 o belíssimo poema *Aniversário*, de tom melancólico, da autoria de Álvaro de Campos.

O namoro com Ofélia, reiniciado em setembro de 1929, depois de dez anos de interrupção, teve por pretexto uma fotografia que ela recebeu, por meio do sobrinho, poeta, Carlos Queirós. Na foto, Pessoa escrevera: *“Fernando Pessoa em flagrante delito”*. A paixão de Ofélia aumentou, depois do primeiro reencontro, no ponto do elétrico do Rossio com destino à Estrela: *“O Fernandinho tira-me o sono e o apetite de comer”*. Ela lhe pede que não beba aguardente, *“que faz tanto mal”*. Retira-lhe o cachimbo. E insiste na proposta de casamento: *“Não me quer para sua mulherzinha? Tenho certeza de que não fica mal servido”*. Ofélia tinha 28 anos e andava ansiosa: vivia a percepção de que Ferreira Gomes lhe subtraía o namorado: *“Esteve cá ontem o Ferreira Gomes e vem cá amanhã. Vou pedir ao Carlos (o sobrinho) para lhe perguntar por si”*.

Em sua derradeira carta à namorada, datada de março de 1931, ele reitera o seu compromisso com a literatura: *“Cheguei à idade em que se tem o pleno domínio das próprias qualidades e a inteligência atingiu a força e a destreza que pode ter. É pois a ocasião de realizar a minha obra literária”*. (...) *Tudo o mais na vida tem para mim um interesse secundário.*

Permaneceu entre ambos a comunicação formal nos dias dos respectivos aniversários. (Ofélia casou em 1938 com um funcionário público de nome Augusto Soares).

A depressão de 1930 afetou Portugal. Salazar controlava as finanças com austeridade: aumento de impostos e congelamento de salários. Pessoa morava na casa da Rua Coelho da Fonseca com a irmã Teca, o cunhado Francisco Caetano Dias e a filha deles, Manuela, que ele agradava com presentes e manifestações de ternura. Almoçava em casa. Teria sido um período de relativa estabilidade nervosa? Duvido. A intensidade ininterrupta da produção literária não lhe dava trégua e o tornava cada vez mais inveterado, histérico e obstinado.

Em agosto de 1931, militares sublevados se entrincheiraram pela cidade. Núcleos insurgentes de artilharia bombardeiam o Castelo de São Jorge e o Forte de Almada. Foram deportados 300 civis e 100 oficiais e sargentos para as ilhas e para Timor. A Ditadura inaugurou em Cabo Verde o Tarrafal, campo de concentração para deportados.

Fernando Pessoa tinha projetos de publicar as obras completas. Faltava-lhe o dinheiro. Misanthropo e neurótico, vivia sua solidão e sua deambulação. Em novembro de 1932, apresentou o currículo para o concurso de conservador do Museu Biblioteca Conde de Castro Guimarães, em Cascais. Foi-lhe recusado o emprego.

Alguns dos seus mais consagrados poemas foram publicados nesse período da plena maturidade do escritor. Em 1932, a Revista Presença publicou *Autobiografia* (que expressa a sua teoria do fingimento legítimo do poeta). Em 1933, veio a lume *Tabacaria*, (que reflete a sua incapacidade se adaptar à vida: “*crer em mim? Não, nem em nada*”).

Com saudade de Mário de Sá-Carneiro, ausente havia 28 anos, Pessoa escreveu em 1934: “*Como éramos só um, falando,/ nós éramos como um diálogo numa alma./ É como se esperasse eternamente/ atua vinda certa e combinada, aí embaixo, no Café Arcada*”. Álvaro de Campos também recordou o amigo, porém com o seu sarcasmo existencialista: “*Se te queres matar, porque não te matas? (...) Não cantes como eu a vida por bebedeira,/ não saúdes, como eu, a morte em literatura! Se queres matar-te, mata-te./ Não tenhas escrúpulos morais, receios de inteligência!/ Que escrúpulos ou receios tem a mecânica da vida?/ Que escrúpulos químicos tem o impulso que gera as seivas e a circulação do sangue e o amor?/ Que memória dos outros tem o ritmo alegre da vida?*”

Sua produção intelectual se intensificou com publicações em diversos jornais e revistas. No dia 4 de fevereiro de 1935, em artigo publicado no Diário de Lisboa, Pessoa atacou o

projeto de lei que proibia as associações secretas, cujo alvo principal era a Maçonaria. Qualificou o projeto, em conteúdo e natureza, como *integrado nas tradições dos inquisidores*. Associações secretas seriam, a seu ver, o próprio Conselho de Ministros e as direções dos partidos. O artigo de Pessoa fez esgotar a edição do jornal. O deputado José Cabral, autor do projeto, reagiu e o insultou, chamando-lhe *beócio, pobre escrevedor e um raté qualquer da literatura e da vida*. Pessoa replicou: *o senhor José Cabral não é nem público para que possa conferir ou negar-me a fama, nem a posteridade, para que possa fazer-me ou não imortal*.

A Maçonaria, para ele, era compatível com o conteúdo de *Mensagem* e coincidia com o simbolismo templário e rosacruz, concernente às ideias de paz e de fraternidade. Para um gnóstico, fiel à tradição secreta do Cristianismo, fazia sentido acreditar que o sistema monárquico se adequava a *uma nação organicamente imperial como é Portugal*. Era, no entanto, essencial abolir toda infiltração católico-romana, criando-se, se possível, outro sebastianismo, que proclamaria: *“tudo pela humanidade; nada contra a nação”*. Ele se considerava fundamentalmente um espírito religioso (já o confessara a Armando Cortes Rodrigues), pois a terrível importância da vida o obrigava a fazer arte com a consciência de um dever a cumprir para consigo e para com a humanidade.

As ideias políticas de Pessoa estão bem esclarecidas por João Pedro George: Pessoa era monárquico, mas pugnou por uma *República aristocrática*, no sentido do poder dos intelectuais mais capazes. Reconhecia a vocação de Portugal para criar um império sem colônias e sem totalitarismo. Pessoa foi sempre um liberal e sempre detestou qualquer manifestação de opressão. Podia ser conservador mas repudiava todas as formas de dogmatismo. Detestava a obediência bovina e os políticos que queriam acender fogueiras. *Era um provocador e foi sempre um polemista ferozmente independente, que empenhou contra*

aquilo a que chamava os três assassinos: a ignorância, o fanatismo e a tirania". (p. 867).

João Pedro George conclui, com acertada visão: *"Anda pois mal avisado quem reduza a multiplicidade do pensamento de Pessoa à unidade inquebrantável de uma resposta única, de um significado absoluto ou de um veredicto definitivo. Fazê-lo é um pouco esgrimir contra moinhos de vento."* (GEORGE, 2022, p.862).

MENSAGEM E O QUINTO IMPÉRIO

Do aprofundamento nos estudos esotéricos, teosóficos, astrológicos e rosacruzes afloram os primeiros textos sebastianistas de Fernando Pessoa. O esoterismo messiânico conduziu-o a anunciar a sua missão utópica de contribuir diretamente para a restauração das antigas glórias de Portugal. *Emissário de um rei desconhecido, / eu cumprio informes e instruções de além.* Abandonou-se à solidão visionária. Tinha a intenção de montar um escritório de astrologia. Desde 1915, Pessoa traduzia livros teosóficos: *O Compêndio de Teosofia*, de Charles Ledbeater e *Os ideais da Teosofia*, de Annie Besant. Ele, assim, se aprofundava no estudo das ciências ocultas.

Desde a década de 1920, Fernando Pessoa vinha falando do Quinto Império como futuro da raça portuguesa. Em entrevista à Revista Portuguesa, declarou acreditar no nacionalismo místico, escrito nas trovas do Bandarra e nas quadras de Nostradamus. Para tanto, *há que viver todos os protestantismos, todos os credos orientais, todos os paganismos mortos e vivos. Conquistamos já o Mar: resta conquistarmos o Céu. Criemos assim o Paganismo Superior, o Politeísmo Surpemo!. Na eterna mentira de todos os deuses, só os deuses todos são verdade.* Estava seguro de que as religiões são símbolos diferentes da mesma realidade.

Pessoa praticava o ritual da Ordem Rosacruz: via-se no espelho com distintos rostos. O amadurecimento dessa meditação gerou o poema intitulado *O Encoberto*: “*Que símbolo fecundo/ vem na aurora ansiosa? Na Cruz Morta do mundo/, a Vida, que é a Rosa./ Que símbolo divino/ traz o dia já visto?/ Na Cruz que é o Destino,/ a Rosa, que é o Cristo./ Que símbolo final/ mostra o sol já desperto?/ Na Cruz morta e fatal a Rosa do Encoberto*”. O Encoberto, coroado de espinhos, é a Rosa crucificada em Si.

António Ferro, que conviveu com os poetas de *Orpheu*, dirigia o Secretariado de Propaganda Nacional. Dentre as boas ações culturais de Ferro, registram-se o apoio dado à encomenda dos painéis da Gare Marítima de Alcântara, feita a Almada Negreiros, e a instituição do Prêmio Antero de Quental, outorgado a Fernando Pessoa pela escrita de *Mensagem*.

Em 1934, o livro *Mensagem* ganhou o Prêmio Antero de Quental, no valor de 5000 escudos (equivalente a cinco mil dólares estadunidenses), suficientes para que Pessoa pagasse os credores. O reforço financeiro veio, portanto, em momento por demais oportuno. Ele confessara, certa ocasião, que ficara sem jantar, porque com o último dinheiro que tinha comprara um livro.

O Diário de Lisboa, de 14 de dezembro de 1934, publicou uma página inteira sobre Fernando Pessoa, com três poemas de *Mensagem*, ilustrados por Almada Negreiros, e uma foto tirada por Augusto Ferreira Gomes (a mesma que vi na Casa-Museu de Fernando Pessoa). Outros jornais publicaram resenhas elogiosas.

Apesar de repulsar o regime de Salazar, que cerceava a liberdade de expressão, Fernando Pessoa não recusou o apoio que lhe deram António Ferro e Augusto Ferreira Gomes, no Diário de Lisboa, cujas portas se lhe abriram.

Mensagem é o coroamento da sua produção de índole espiritualista e esotérica. Pleno de pulsão ocultista, é mais do que a principal expressão do misticismo patriótico e profético de Fernando Pessoa. Narra, em poesia a história de Portugal. Enaltece os reis da dinastia de Avis e D. Sebastião. Evoca os navegadores e o Infante pioneiro dos Descobrimentos. A expressão lírica tem, além das tonalidades elegíaca e épica, uma ressonância eminentemente esotérica. *Mensagem* está dividido em três partes, que delineiam as três pontas de um triângulo: Brasão, com 19 poemas, Mar Português, com 12 poemas, e O Encoberto, com 13.

A respeito de espiritualismo, Pessoa, o místico, declarou, nas derradeiras páginas do seu diário, ser *cristão gnóstico, oposto a todas as igrejas organizadas e sobretudo à Igreja de Roma*. Aduziu que combatia os assassinos de Jacques de Molay: a Ignorância, o Fanatismo e a Tirania. *Sou de fato um nacionalista místico, um sebastianista racional. Mas sou, à parte isso, e até em contradição com isso, muitas outras coisas*, escreveu, em carta a Casais Monteiro, em janeiro de 1935.

Mensagem concilia doutrinas de fé no mistério. As naus, as viagens e o mar tornam-se símbolos da interrogação com que ele sonda os enigmas do seu destino.

A crença de Fernando Pessoa no mistério do Encoberto, que virá instaurar no mundo o Quinto Império, é o resultado de seus estudos teosóficos, astrológicos e rosacruzes, e das leituras de Nostradamus, Bandarra, São Isidoro de Sevilha, Joaquim de Fiore e António Vieira.

O Quinto Império seria governado por Deus e duraria para sempre. O Império do Espírito Santo remonta à instituição a um tempo anterior a D. Dinis e à Rainha Santa Isabel, que instituíram o Culto e das Festas do Espírito Santo. Vem do tempo em que Afonso Henrique, ajudado pelos Templários, expulsou os islamicos de Portugal. Em honra de D. Afonso

Henriques, canta Fernando Pessoa:

***Pai, foste o cavaleiro.
Hoje a vigília é nossa.
Dá-nos o exemplo inteiro e a tua inteira força!
Dá, contra a hora em que, errada,
novos infieis vençam,
a benção como espada
e a espada como benção.***

O grande Antonio Vieira é reverenciado em *Mensagem* como o Imperador da Língua Portuguesa: “O céu estrela o azul e tem grandeza. / Este, que teve a fama e a glória tem, / Imperador da língua portuguesa, / foi-nos um céu também”.

Bandarra é também evocado no *Mensagem*: “Não foi nem santo nem herói, /mas Deus sagrou com Seu sinal/ este, cujo coração foi/ não português, mas Portugal”.

Pessoa reitera a noção de que o Quinto Império prometido não virá pelas armas. Presságio de um reinado de paz, sob a égide de um rei português, o *Império Supremo* será o do Imperador cujo cuidado da supremacia não pesa como um fardo de jóias.

Num depoimento a Adolfo Casais Monteiro, ele revelou: “Creio em existências de diversos graus de espiritualidade, utilizando-se até chegar a um Ente Supremo, que presumivelmente, criou este mundo” (...) “Segundo a nossa afirmação espiritual, podemos ir comunicando com seres cada vez mais altos”.

Pessoa transita por vários símbolos esotéricos, para dizer que o Quinto Império será o da língua portuguesa. A figura mítica de D. Sebastião resume a utopia de uma civilização universal que presume um Paganismo Superior, um Politeísmo Supremo, que reunirá os deuses de todas as religiões da terra.

O Poeta vê, no sonho visionário, a *Última Nau* (a misteriosa nau de D. Sebastião) regressar, trazendo o pendão do Império. O vidente sonhava com o despertar das energias do povo: *Ah, quanto mais ao povo a alma falta, / mais a minha alma atlântica se exalta e entorna.*

Na ânsia de repousar nessa plenitude, ele pergunta quando o Encoberto virá cingir a coroa do Quinto Império: *“Quando quiserás, voltando, fazer minha esperança amor? / Da névoa e da saudade quando? / Quando, meu Sonho e meu Senhor? (...) “Quando quiserás voltar, quando, El-rei, quando é a hora?”.*

Pessoa identifica o seu sacrifício pela literatura ao ideal de lutar para cumprir uma missão espiritual, quando enaltece D. Sebastião na primeira pessoa do singular: *“É O que eu me sonhei que eterno dura”.*

Ressalta Cleonice Berardinelli, em *Fernando Pessoa: Outra vez te revejo*: *“D. Sebastião - herói da derrocada, paradoxal, portanto - é um símbolo prenhe de significado transcendente, eterno”.* (BERARDINELLI, 2015, p.130).

No poema que se intitula *O Quinto Império*, Fernando Pessoa vaticina que *a terra será teatro/ do dia claro que no atro/ da erna noite começou.* No fim, lança a pergunta: *“Quem vem viver a verdade que morreu D. Sebastião?”* A transgressão da transitividade do verbo morrer destaca a potência ressuscitadora do rei mítico: *“O mito é o nada que é tudo”.* Em verdade, D. Sebastião não morrera. *Fora atingido pelas aparências da morte.*

Mensagem mistura, portanto, a nostalgia da Idade de Ouro de Portugal com a expectativa do reino da perenidade espiritual no mundo. Ao expressar a melancólica expectativa do Quinto Império, exalta o povo a restaurar a grandeza de outrora. *Nevoeiro*, poema em que termina essa epopéia lírica, lamenta o estado decadente de Portugal e denota uma inflexão de dúvida sobre o seu futuro como modelo de progresso civilizatório: *tudo é incerto e derradeiro, / tudo e disperso, nada é*

inteiro. / Ó Portugal, hoje as nevoeiro. / É a hora!

Em *O Infante*, ele narra o circuito de uma navegação heróica e, nostalgicamente, reza, com a esperança da regeneração:

***Deus quer, o homem sonha a obra nasce.
Deus quis que a terra fosse toda uma
que o mar unisse já não separasse.
Sagrou-se e foste desvendando a espuma.
E a orla branca foi de ilha em continente,
clareou, correndo até ao fim do mundo
e viu-se a terra inteira, de repente,
surgir redonda no azul profundo.
Quem te sagrou, criou-te português,
do mar e nós em ti nos deu sinal.
Cumpru-se o mar e o império se desfez.
Senhor, falta cumprir-se Portugal!.***

Quando Fernando Pessoa escreveu *cumpriu-se o mar e o império se desfez*, referiu-se ao Império espiritual, utópico. A epopeia dos descobrimentos revelou a unidade do mundo. Aos povos de língua portuguesa cabe-nos mostrar, como lembrou Agostinho da Silva, que o português é a língua futura, não de saudades, mas sobretudo de esperanças. O primeiro passo para tanto será, segundo Pessoa, criarmos um estado de espírito de confiança – mais, de certeza na regeneração.

Augusto Ferreira Gomes dedicou a Fernando Pessoa o seu livro de poemas *Quinto Império*, publicado em 1934. A *Fernando Pessoa, nascido no ano certo*. Pessoa declara no prefácio que as profecias são de duas ordens: as que tem em si uma grande luz e as que têm em si uma grande treva. Ambas se complementam. Comenta, à luz das trovas do Bandarra, os três tempos do caminho imperial de Portugal: o primeiro, corresponde a D.Manuel, e é caracterizado pela força ou as armas. O segundo, particularizado pelo ócio ou sossego,

conforma a figura de D. João V (foi um período de esterilidade rica e de repouso do poder). O terceiro tempo virá pela ciência ou inteligência e será o do Quinto Império, que sucederá ao de Roma.

Na conclusão, Pessoa revela a sua percepção dos dois mundos. *Tão certo é o que se diz em certo passo secreto - que a melhor luz que temos neste mundo não é mais que treva visível.* O livro de Augusto Ferreira Gomes confirma a influência que Pessoa exerceu sobre os poetas da sua geração.

Fernando Pessoa, profeta, exprimiu, com acendrado espiritualismo, na décima e na trigésima estrofes do *Quinto Império* próprio:

***E, se o futuro é já presente
na visão de quem sabe ver,
convoca aqui eternamente
os que hão de ser!***

(...)

***Aquele inteiro Portugal,
que, universal perante a Cruz,
Reza, ante a Cruz universal,
do Deus Jesus.***

A DESPEDIDA

Em novembro de 1935, mês de sua morte, o ortônimo publicou na revista Sudoeste, dirigida por Almada Negreiros, o texto *Nós os de Orpheu* e Álvaro de Campos publicou *Nota ao Acaso*. Ricardo Reis escreveu e datou o poema *Vivem em nós inúmeros*, talvez o seu último escrito.

Aquela altura, sua condição emocional andava irremediavelmente abalada: *Tenho estado sob o influxo de estados nervosos de diversas formas e feitios(...) Tenho-me sentido uma espécie de filme psíquico de um manual de psiquiatria secção psiconevroses*, confessou, em carta, a Tomás Ribeiro Colasso, diretor do Fradique. *Grandes são os desertos!/Grande é a vida/ e não vale a pena haver vida*. (Álvaro de Campos). A bebedeira lhe provoca, alternadamente, estados de euforia e ataraxia.

João Gaspar Simões declara haver visto Pessoa sentado, solitário, à mesa do Martinho da Arcada, farto de tudo, sentindo um sono da síntese de todas as esperanças, sem nada escrever, abúlico, o olhar fixo num ponto. No seu derradeiro retrato, tirado por Augusto Ferreira Gomes, datado de 1934, percebe-se o Poeta com o aspecto envelhecido para a idade de 46 anos.

No final da vida, padeceu *delirium tremens*. Perdeu os sentidos em três ocasiões. Andava perdido nos pícaros do segredo, mas, desde sempre, selara o seu pacto com o Destino: *“não conto gozar a minha vida, nem em gozá-la penso. Só conto torná-la grande, ainda que tenha de ser o meu corpo e a minha alma*

a lenha desse fogo". Pórtico partido em delírios, vivia já à espera da diligência do abismo: "Sinto as mãos da noite por entre os meus farrapos".

Três dias antes do agravamento dos problemas hepáticos, causados pelo alcoolismo, Pessoa conversara com Almada Negreiros, no Martinho da Arcada. Quando a doença se agravou, de 27 para 28 de novembro de 1935, ele foi acometido de dores abdominais. Já Bernardo Soares defendera até à morte o ideal da literatura: *Se um homem escreve bem só quando está bêbado, dir-lhe-ei: embebede-se. Se ele me disser que o seu fígado sofre com isso, responderei: o que é o fígado? É uma coisa morta que vive enquanto você vive, e os poemas que escrever vivem sem enquanto* (P. 225). O sacrifício da vida estava implícito no rito sacramental: *"para criar, destruí-me."* (P. 253). *Morrer é não ser visto*, ele arremata, com ênfase transcendental

O médico Jaime Neves, seu primo, o internou no Hospital de São Luís dos Franceses, no Bairro Alto de São Roque, próximo ao lugar em que nasceu. Ali o Poeta faleceu, a 30 de novembro de 1935. A *causa mortis* é recorrentemente questionada. Cirrose hepática alcoólica ou pancreatite aguda alcoólica necrotizante. Segundo a sobrinha de Pessoa, a certidão de óbito do Dr. Jaime Neves registrou *por obstrução intestinal*. Cerca de 30 mil manuscritos por publicar foram encontrados na arca.

A minuciosa análise dos meandros do pensamento e da expressão dos principais heterônimos diz da genialidade criativa do multifacetado, polígrafo, polêmico, anarquista, existencialista, experimentalista, espiritualista, Poetíssimo Pessoa.

Pessoa confessa que viveu *consciente da terrível missão de cumprir, arduamente, monasticamente, sem desviar os olhos do fim criador-de-civilização de toda a obra artística*. Já em 1912, nos *Diários e Escritos Autobiográficos*, ele reafirmava o seu

compromisso radical, em tom maior: *viver não é necessário, o que é necessário é criar*. (P. 83). Foi ele o que disse Jorge de Sena: “*indisciplinador de almas*”.

Na introdução à obra poética de Pessoa, editada pela Nova Aguilar, Maria Aliete Galhoz alude à generosidade do Poeta, amigo fraterno e bom caráter, que lia os trabalhos dos outros, copiava à máquina originais alheios, revisava as provas de todos e não renegava nos momentos difíceis. Sá-Carneiro lhe chamava São Fernando Pessoa.

Alma Atlântica, exilada nos campos, tudo viu além.
Visionário do vazio e do tédio, adorador de sombras
imperecíveis, íntimo vigilante dos abismos, Persona: a
materialização do seu sonho. Eleito pelo mal da desventura.
Cérebro da raça, no mais alto degrau da escada.

RICARDO REIS, CONFORME SARAMAGO

Saramago recria Ricardo Reis heterónimo em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Depois de 16 anos no Rio de Janeiro, Ricardo Reis desembarcou em Lisboa, a 29/12/1935, um mês depois da morte de Fernando Pessoa. Hospedou-se no Hotel Bragança, na Rua do Alecrim. Foi visitar o túmulo de Fernando Pessoa, no Cemitério dos Prazeres. Desde então, o ortónimo visitará o heterónimo em várias ocasiões. No Hotel Bragança, a primeira vez; depois, na esquina da Rua dos Sapateiros com a Rua de Santa Justa, quando caminharam até o Terreiro do Paço. Logo, no Alto de Santa Catarina, quando Pessoa observou que o Dr. Ricardo Reis trocara a Lídia etérea (uma de suas três musas – as outras eram Chloé e Neera), por uma Lídia camareira do hotel, viva e bem palpável.

Havia dois meses que Ricardo Reis regressara a Lisboa, quando recebeu intimação para comparecer à delegacia da Polícia de Vigilância, na Rua Antônio Maria Cardoso. Lá, foi interrogado. Por que voltara a Portugal? Com quem mantinha contatos no Brasil? Com quem se relacionava em Lisboa?

Lídia visitava, constantemente, o Dr. Ricardo Reis, no apartamento por ele alugado, na Rua de Santa Catarina. Tornou-se sua namorada. A vizinhança já bisbilhotava aquela falta de respeito. Ela limpava e arrumava o apartamento do Dr.

Reis, que, por então, havia arranjado um emprego, provisório, numa clínica, no Largo de Camões.

Diante da estátua de Adamastor, Pessoa e Reis falaram sobre o sentido da solidão, e a respeito da vida e da morte: “*o muro que separa os vivos uns dos outros não é menos opaco que o que separa os mortos*”, sentenciou Fernando Pessoa.

Ao ler os jornais do dia, Ricardo Reis perguntou quem era o *ditador paternal* que os jornais estrangeiros elogiavam. *É o protetor, o poder manso*, respondeu Pessoa, esclarecendo que os artigos eram pagos pela propaganda.

Certa vez, ao sair de casa, Ricardo Reis deu de cara com o agente Victor, que o interrogara na Polícia de Vigilância. Trocaram palavras sem animosidade, evidentemente. O policial exalava da boca o mesmo violento fedor a cebola, que Reis sentira no dia do interrogatório.

Ricardo Reis foi a Fátima, não viu Marcenda, a moça que conhecera no Hotel Bragança, mas retornou pensando nos 800 anos de confiança nas potências celestiais que fazem dos portugueses um povo eleito.

Os sindicatos nacionais, com bandeirolas de *Viva o Estado Novo*, faziam eco com o general Oscar Carmona, que assegurava valer a pena ser português. O governo preparava as listas de inscrições de jovens na patriótica Mocidade Portuguesa.

Aconteceu um tremor de terra, quando Ricardo Reis e Lídia estavam deitados na cama. Minutos depois, ela lhe diz que está grávida e quer que o filho nasça. Ricardo Reis mostra certa frieza. Deixava sempre o seu destino à mercê dos deuses. Estava desempregado outra vez.

No encontro seguinte, Fernando Pessoa comentou que as Odes de Ricardo Reis lhe pareciam uma poetização da ordem: a agitação dos homens é vã. O destino é a ordem suprema dos deuses sábios e indiferentes.

Não obstante a propensão de Reis a sujeitar-se à sentença do fado, ele está sempre atento às notícias do rádio e do jornal. O fragor da Guerra Civil Espanhola repercute na Península. O general Millan Astray grita *Viva la Muerte*, em Salamanca. Badajoz foi bombardeada e houve fuzilamentos. Os falangistas espanhóis falam na Rádio Clube Portuguesa da solidariedade de Portugal na cruzada de liberação. Em breve, Madri será tomada. Rockefeller promete fundos para a revolução nacionalista espanhola. Mussolini está disposto a mobilizar oito milhões de homens, depois de haver massacrado a Etiópia. Está implícito que Ricardo Reis toma conhecimento de tudo, num ensimesmamento, em que se lhe escapa a harmonia interior. Tal qual os estóicos, tenta aceitar as leis do universo e não se perturbar com fatores externos. Ele tenta viver as horas fugazes de acordo com os decretos da Fortuna.

Ricardo Reis vai à Praça de Touros, de Campo Pequeno, assistir à manifestação dos sindicatos nacionais, que dão vivas ao Estado Novo. Lídia se preocupa por seu irmão marinheiro, que participa de missões humanitárias. Informa Ricardo Reis sobre um plano de revolta dos marinheiros. Reis vai ver os barcos do Terreiro do Paço e aparece Victor, o agente de bafo de cebola.

O irmão de Lídia morre no bombardeio do navio Afonso de Albuquerque, pelo Forte de Almada. Coloca-se fora do acontecimentos trágicos de 1936, Ricardo Reis busca uma concentração mental que lhe permita contentar-se com o espetáculo do mundo.

Saramago forja um Ricardo Reis existencialista, vítima das circunstâncias político-sociais do seu país e do mundo. A vida do personagem, malgrado as suas convicções, fundadas na filosofia clássica, está determinada por fatores externos, como se os problemas humanos fossem os verdadeiros deuses da civilização contemporânea.

ALCÂNTARA E ALMADA NEGREIROS

Quem melhor definiu o poeta Almada Negreiros foi Massaud Moisés: “*Em Almada Negreiros, a emoção irrompe num jato que imediatamente dá lugar ao pensamento, iluminado por um fulgor de polêmica, um visionarismo ciclópico, uma agressividade, um titanismo de fundas raízes portuguesas*”. (MOISÉS, 1998, p.16). O poema *A Cena do Ódio*, destinado a Orpheu III, exemplifica, com vaticínio sarcástico, a mola dialética e panfletária deste que foi um dos maiores revolucionários da expressão literária de língua portuguesa. Transcrevo aqui os primeiros versos do poema:

***Sou Narciso do Meu Ódio!,
- O Meu Ódio é Lanterna de Diógenes,
é cegueira de Diógenes
é cegueira de Lanterna!***

Fiz a trajetória de trem até a Gare Marítima de Alcântara, mas não pude ver, nem nesta, nem na vizinha Gare da Rocha do Conde D’Óbidos, os painéis de Almada Negreiros, porque ambas as áreas dos painéis estavam em reforma.

O porteiro do terminal marítimo deu-me, no entanto, um folheto em que se resume uma biografia de Almada, e se *reproduzem* fotos dos catorze painéis das duas estações marítimas, pintadas no período de 1943-1948. O versátil

poeta-pintor, natural de São Tomé e Príncipe, colaborador de Fernando Pessoa, nas revistas literárias *Orpheu* e *Portugal Futurista*, representa nos painéis o tema do *Romance da Nau Catarineta* e retrata a festividade e a vivência saudosista do cotidiano da Lisboa ribeirinha ou da emigração.

A vida cotidiana e a paisagem humana dos cidadãos portuários está configurada nos barcos e seus mastros da ribeira do Tejo; paquetes que partem e chegam ao cais.

A harmonia da composição, nas linhas e formas geométricas, denota a sua sintonia com as inovações cubistas. O colorido vivo das imagens faz de Almada o príncipe dos desenhistas portugueses.

Dois painéis, dos oito pintados na Gare de Alcântara, despertaram-me maior entusiasmo. O primeiro se intitula *Chegada da Nau com o Capitão rodeado de marujos a abraçar as três filhas*. Esse painel, que prima pela dinâmica das personagens e pela quantidade de figuras, representa a tradição da Nau Catarineta, alusiva a uma viagem remota, em que o capitão é salvo por um anjo, depois de terríveis agruras. Refere-se, também, à embarcação que transportou Jorge de Albuquerque, donatário da Capitania de Pernambuco, desde Olinda a Lisboa, em 1565. (Almeida Garret retomou essa lenda do século XVI em seu cancioneiro de romances). O segundo painel é *Varinas dividindo o peixe*, que mostra o frontispício da Sé, por trás das embarcações, com o Castelo na perspectiva mais distante, por trás e por cima das torres da Sé.

Há muito de mítico e de místico na simbologia pictórica de Almada. Quando desenhou o fino traço dos murais das duas Gares, tinha então vasta experiência. Havia fundado o futurismo e a nova literatura, com Fernando Pessoa e Mário de Sá Carneiro. É conhecida a sua invectiva de 1915, com o *Manifesto Anti-Dantas*, contra o escritor que atacara a Revista *Orpheu* (*Morra o Dantas, pum! ...*). Era a ocasião propícia para

exercitar a sua agressividade irônica, pelo gosto de chocar o academicismo. O romance *A invenção do dia claro*, como se sabe, teve a sua primeira edição publicada sob a égide de Fernando Pessoa, pela Editora Olisipo, em 1921.

Almada Negreiros nasceu na Ilha de São Tomé e estudou pintura em Paris. Escreveu as peças *Antes de Começar*, de 1919 e *Deseja-se Mulher*, de 1921, publicadas, respectivamente, em 1956 e 1959. O *Nome de Guerra*, escrito em 1925, só apareceu em 1932. Durante a residência em Madri (de 1927 a 1932), ampliou sua produção dramática, escrevendo as peças *El uno*, *Tragedia de la Unidad* e *Direcção Única*. A peça *Galileu, Leonardo e eu* foi representada em 1981, onze anos depois da morte de Almada, que faleceu no Hospital São Luís, no mesmo quarto em que, trinta e cinco anos antes, falecera Fernando Pessoa.

Em êxtase, ponho-me à beira-rio, no cais de Alcântara, quase sob a Ponte 25 de Abril, junto aos veleiros brancos com seus mastros esguios. Diante do cenário pintado por Almada Negreiros nos painéis, escrevo:

***A inspiração vem
nas filigranas do vento.
Frêmitos na água.
Veleiros repousam sob a ponte
em que ressoam rodas e motores.***

SALAZAR, OS PROBLEMAS COM OS ESCRITORES E A DESCOLONIZAÇÃO

Recordemos que, de maio a novembro de 1926, sucederam-se vários generais, à custa de golpes. Gomes da Costa despachou Afonso Costa e Bernardino Machado para o exílio na França. Sinel de Cordes destituiu do poder Gomes da Costa. Mendes Cabeçadas assumiu por 15 dias e foi substituído por Oscar Carmona, outro general. Oscar Carmona tornou-se Presidente da República em 10 de novembro de 1926, sem eleição, e foi, posteriormente, legitimado, nas eleições de março de 1928. Quanto mais os generais perdiam a alma na ganância ególatra de mandar, mais Fernando Pessoa vivia o seu sonho de perpetuar uma obra literária que honrasse a grandeza da literatura de língua portuguesa. Pena que esse gesto heróico só durasse até 1935.

Desde abril de 1928, o misantropo António de Olivera Salazar, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, emergiu na política, estreando nas finanças. Depois de décadas de golpes militares, Salazar chegou, elogiando as virtudes dos militares e assumiu a Presidência do Conselho, em 5 de julho

de 1932, aos 43 anos. Fez propaganda do nacionalismo e do heroísmo histórico português, com a intenção de instaurar uma ditadura *calma e generosa*. Pretendia um estado tão forte que não precisasse ser violento. Afirmou que a sua vocação era ter sido Primeiro-Ministro de um rei absoluto (à maneira do Marquês de Pombal). Achava que a política partidária fazia as pessoas perderem o sentimento nacional. Ele encarnou o Estado Novo, que se afigurava um paternalismo autoritário, conservador, dominado por professores universitários.

A Constituição do Estado Novo, adotada em 1933, preservou a inviolabilidade das colônias. O Estado Novo inaugurou obras públicas, reprimiu os cidadãos que defenderam a independência das províncias de Ultramar e enfrentou manifestações de protesto e tentativas de golpe militar.

Os intelectuais não tardaram a criar obstáculos ao governo autoritário. O compositor Fernando Lopes-Graça foi preso no Aljube, em 1931, pela Polícia Política. Em 1934, a Polícia não lhe deixou aproveitar uma bolsa de estudos em Paris. Em setembro de 1935, Lopes-Graça é de novo preso e enviado para o Forte de Caxias. Liberado em 1937, recusou-se a assinar uma declaração de repúdio às ideias subversivas e partiu para a França. Suas composições foram proibidas.

Miguel Torga foi arrebatado do seu consultório e preso, em dezembro de 1934, em Leiria. Foi depois recolhido à prisão de Aljube em Lisboa, sem outro motivo que o de haver publicado um capítulo do livro *Criação do Mundo*. Permaneceu encarcerado até fevereiro de 1940, acusado de filocomunismo. Segundo Torga, o seu dossier, catalogado pela PIDE, continha suas cartas privadas e denúncias de pessoas das quais ele jamais suspeitara.

A ditadura do Estado Novo perseguiu todos os escritores que se apresentaram como opositores políticos. Torturou e, por vezes, assassinou diversos cidadãos. As mais de seiscentas

cartas de denúncias se multiplicaram na última década de exercício do poder por Salazar.

Pesquisei na internet a respeito dos autores censurados, presos e exilados. Li alguns livros a esse respeito. Consultei também o escritor Adalberto Alves, amigo do Ronaldo Cagiano. Adalberto, autor de *Fernando Pessoa - O Mítico Oriente do Si Mesmo* e de um *Dicionário de Arabismos da Língua Portuguesa*, esteve proibido de aceder a todo e qualquer lugar da função pública, pelo fato de ter sido advogado de defesa de presos políticos. Ele foi, no entanto, posteriormente, condecorado com a Ordem da *Liberdade*.

O próprio Fernando Pessoa teimou com o ditador, depois do discurso de 21 de fevereiro de 1935, em que Salazar indicou as diretrizes que os escritores deveriam seguir para estarem conformes com a orientação do Estado Novo. Para Pessoa, a ditadura renegava, assim, a verdadeira política do espírito ao *intimidar quem pensa a que pense com a cabeça do Estado*. Esse episódio inspirou o poema *Liberdade*, datado de 16 de março: a alusão ao fato de que Jesus Cristo não sabia nada de finanças se reporta a Salazar, o sátrapa financista.

No dia 4 de julho de 1937, uma bomba, colocada por membros da Legião Vermelha, fez uma cratera de 3 por 4 metros na Avenida Barbosa du Bocage. A explosão não coincidiu com o momento em que passou o automóvel do Presidente do Conselho.

A Segunda Guerra Mundial veio atordoar o País. O povo português sofreu com as restrições ao comércio marítimo. Portugal beneficiou-se, economicamente, vendendo wolfrâmio para ambos os blocos beligerantes

Salazar fazia jogo ambíguo, ao negociar com Hitler, Mussolini, Franco, Churchill e Roosevelt, esses terríveis carcarás. Foi uma proeza fazer com que Portugal mantivesse a difícil neutralidade. De resto, também Franco manteve a

neutralidade da Espanha, o que preparou o terreno de Portugal para abster-se de intervir diretamente no conflito. Ambos os países ibéricos mantiveram próximas as relações como jamais ocorrera. Não obstante, Serrano Suñer, chanceler do General Franco, protestava contra a *atitude vil e servil* de Lisboa em relação a Londres. Churchill, por sua vez, exigia a suspensão das exportações portuguesas de wolfrâmio para a Alemanha e pedia facilidades militares nos Açores.

Quando já se definia a vitória dos aliados, a ditadura governante abriu aos britânicos as bases militares nas ilhas dos Açores.

Passado o sufoco da matança continental, o próximo desafio foi o processo gradual da descolonização portuguesa. Em 1961, o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, aboliu o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, que vigorava desde 1954. Em consequência, as pessoas destas províncias tiveram facilitado o acesso à cidadania portuguesa.

Alexandre O'Neill, fundador, em 1948, do Movimento Surrealista Lisboeta, foi preso em 1953, dois anos depois de publicar *Tempo de Fantasma*s. Permaneceu na prisão durante 40 dias. Ao que tudo indica, *Tempo de Fantasma*s, um opúsculo que os críticos consideram de reflexão metapoética, iconoclasta em relação à própria poesia, despertou suspeita porque contém versos que exprimem indignação ou mordacidade. Exemplos: “*E tu ó o dos gestos de martelo cósmico/ também tu falso estribo do orgulho*”. (*De Passagem*); e este enunciado, que parece proferido em tom de contestação: “*Quando dizes Poesia dizes medo (Uma vida de cão, cujo título denota insatisfação, num tempo em que só os fantasmas estavam satisfeitos)*”.

O romancista Alves Redol, autor de *Barranco de Cegos*, militante do Partido Comunista de Portugal, foi preso em 1944, porque se contrapôs à conjuntura política do regime autoritário.

António José Saraiva sofreu várias interpelações da PIDE, na década de 1950, por militância no Partido Comunista Português. Exilou-se na França e na Holanda.

Aquilino Ribeiro teve o livro *Quando os lobos uivam*, de 1958, sequestrado pela censura. Foi várias vezes preso e se refugiou, sucessivamente, no Brasil, na Inglaterra e na França. Sua vida foi de intenso ativismo político, desde 1907, quando participou de atividades em favor do republicanismo. *Quando os lobos uivam* é a história da luta do povo beirão (da Beira Alta, terra de Aquilino), pelo direito de plantar nos terrenos baldios para o seu sustento. O líder Manuel Louvadeus comanda a revolta dos agricultores contra a ditadura que destinou os terrenos à plantação de pinheiros. Na ocasião da proibição do livro, 300 intelectuais portugueses apresentaram um abaixo-assinado, pedindo o arquivamento do processo.

A primavera de 1958 se iniciou com o problema da candidatura do general Humberto Delgado à Presidência. Delgado, oficial do Estado-Maior, foi um dos organizadores da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa. Foi, seguidamente, diretor do Secretariado da Aeronáutica Civil e chefe da Missão Militar Portuguesa junto à Comissão dos representantes militares da OTAN. Em campanha, Delgado declarou, publicamente, que Salazar estava obsoleto e que, se eleito, o demitiria. Em 1957, Delgado perdeu as eleições comprovadamente fraudulentas. A PIDE não tardou a acusá-lo de liderar uma insurreição militar. Na iminência de ser preso, em janeiro de 1959, Delgado pediu asilo à Embaixada do Brasil. Depois, viajou, clandestinamente, ao Brasil, à Argélia e à Espanha. Em fevereiro de 1965, tentou regressar a Portugal e foi assassinado na fronteira entre Badajoz e Olivença.

Depois de vencer duas tentativas de golpe em 1961 e 1962, respectivamente, Salazar incrementou o rigor da sua implacável polícia de esbirros.

Salazar é personagem do romance *Caminho como uma Casa em Chamas*, de António Lobo Antunes. A narrativa caótica se desenvolve na Lisboa salazarista, onde circulavam patrulhas todas as noites. Lisboa era a cidade onde as raparigas da noite dormiam nas arrecadações dos bares. As esperanças estavam no Dr. Salazar, que *ajudou o povo a não pedir esmola na rua nem ser uma província de Espanha*. Surgem refrões no meio dos diálogos um tanto surrealistas: “*Quem vive?*” Resposta: *Portugal, Portugal, Portugal*. Havia gente em coro levitando de êxtase, a exclamar: “*Salazar, Salazar Salazar!*”. Eram os sequazes da Legião Portuguesa, que aclamavam seu ídolo, estrondosamente, em uníssono.

O povo tinha a convicção de que *o professor é um gigante*. No final da narrativa, projeta-se uma incógnita: “*o patriota que pôs este país na ordem e que sempre evitou as multidões, morreu, mas não há certeza disso. Talvez ele se esconde por aí, continuando a mandar*”. *Ele não se mostrava à gente, não se fazia a menor ideia onde morava, quem sabe se numa das marquises das traseiras, quem garante que não numa varanda de cravos em cheiro, em camisola interior*.

O Dr. Salazar mandava, porque *Salazar é infinito*. A ironia de Lobo Antunes se reitera com mordacidade: “*quem consegue ter alguma coisa contra Salazar?*” A União Nacional, partido único, usava como palavra de ordem: “*Tudo por Salazar, nada contra Salazar*.”

Em 1961, o Conselho de Segurança da ONU adotou resolução, intimando Portugal a cessar sua ação repressiva em Angola. Os governos estadunidense e francês pressionaram. Em nova resolução, de novembro de 1965, o Conselho de Segurança da ONU pediu que Lisboa renunciasse sua presença militar nas colônias de Ultramar. Goa foi devolvida à Índia em dezembro. Desde 1963, a guerra colonial trouxe mudanças sociais.

Em maio de 1965, o livro *Luuanda*, do escritor Luandino Vieira, recebeu o Grande Prémio de Novelistica, da Sociedade

Portuguesa de Escritores (SPE). Luandino achava-se preso, desde 1963, na Colônia Penal do Tarrafal, em Santiago de Cabo Verde, condenado a 14 anos de prisão, por prática de terrorismo contra o Estado.

Para o Governo do Estado Novo era inconcebível premiar um escritor condenado por defender interesses diametralmente opostos aos do Estado. A sede da SPE foi assaltada e saqueada por cerca de 50 indivíduos que pertenciam a organizações fascistas do regime. Foram detidos os escritores Manuel da Fonseca, Augusto Abelaire e Alexandre Pinheiro Torres, membros do júri que atribuiu o prêmio a Luandino.

Luandino Vieira, o causador indireto da brutal celeuma, nasceu em Portugal, mas, com um ano e pouco, foi viver em Angola, onde difundiu a literatura angolana, especialmente ao dirigir o jornal *Cultura* em Luanda.

Abro aqui um parêntese para recordar que, quando estive em Luanda, em 1987, visitei a União dos Escritores Angolanos, onde escutei elogiosas referências ao trabalho desenvolvido por Luandino. Em 2007, quando residi e trabalhei em Lisboa, no Secretariado Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), fui designado pelo meu chefe, Embaixador Luis Fonseca (um cabo-verdiano), a comparecer a uma palestra de Luandino Vieira na Universidade de Aveiro. Tive então a melhor das impressões do carisma e da simpatia deste escritor, com quem me correspondi durante alguns meses. Luandino não ocultava a sua admiração por Guimarães Rosa e a sua decisão de escrever sob a influência direta do autor de *Grande Sertão-Veredas*. Tive, ainda, no mesmo ano, o privilégio de ter sido apresentado, pelo poeta e editor Ozias Filho, a Urbano Tavares Rodrigues, na livraria Fnac, no Chiado. Urbano Tavares elogiou o livro *Luuanda*, no jornal República, em 1965, e protestou contra a extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores pelo regime ditatorial.

Insatisfeito com as perseguições aos escritores, Jorge de Sena exilou-se, de 1959 a 1965, no Brasil, onde escreveu a maior parte da sua obra e desenvolveu sua brilhante carreira no magistério. Naturalizou-se brasileiro em 1963, mas foi morar, desde 1965, nos Estados Unidos, fugindo da ditadura brasileira.

É de 1958 o famoso poema em que Jorge de Sena declara, no livro *Fidelidade*: “*não hei de morrer sem saber qual a corda da liberdade*”. Ele constatava que o povo tinha alienado sua capacidade de assumir responsabilidades a uma figura tutelar que aderiu a uma revolução militar. Importava *fazer um Portugal possível em que o povo realmente mande sem que o só manejem*.

No poema *Camões dirige-se aos seus contemporâneos*, do livro *Metamorfoses*, de 1963, Jorge de Sena vê em Camões a sua condição de exilado: *Nada tereis mas nada. Só os ossos, / que um vosso esqueleto há-de ser buscado/ para passar por meu, e para outros ladrões/ iguais a vós, de joelhos porem flores no túmulo*. Portugal era então “*um país em que todos estão contentes de se saberem sacanas (40 anos de servidão)*”.

Mário Cesariny, outro grande surrealista, foi, segundo a Wikipedia, perseguido por suspeita de homossexualidade. Passou temporadas na Grã-Bretanha e na França para fugir das hostilidades na década de 1960. Recolhi, no livro de Maria Silva Prado Lessa, informações precisas sobre o assunto: Cesariny se queixava da perseguição policial à qual foi submetido. Suspeito de vagabundagem, teve reguladas a sua atividade profissional e a sua vida afetiva e sexual. Temia ir ao telefone, tinha medo de ir ao correio. Diz que não lhe trataram mal nem lhe bateram, mas era humilhante ir às apresentações. Não foi um mártir nem um herói da luta antifascista, mas foi muito chateado, porque poderia receber, a qualquer hora, uma convocação da Polícia Judiciária de Lisboa. A vigilância de que foi alvo apenas fortaleceu a sua convicção no anti-trabalho do artista como reivindicação da liberdade.

O escritor Yves Léonard, em sua biografia *Salazar Le dictateur énigmatique*, cita o caso do poeta Tomás da Fonseca, considerado um *opositor radical e perigoso*, cujas exéquias, em fevereiro de 1968, foram seguidas à lupa pela PIDE, que lhe havia dedicado um relatório minucioso de seis páginas.

Em 1966, foi a vez de Natália Correia ser condenada a 3 meses de prisão, porque publicou a *Antologia de Poesia Erótica e Satírica*. Natália Correia, natural de São Miguel, nos Açores, 1923, escreveu poemas eróticos de um humor sarcástico e cheios de libertarismo anárquico. Mantinha o seu Botequim como palco de suas reuniões no bairro da Graça. Embora tenha tido a pena suspensa, causou-lhe constrangimento ser qualificada como *presumível delinquente*. Natália teve diversos livros censurados e proibidos.

Herberto Helder, o grande bardo para quem *a paixão é a moral da poesia*, teve os exemplares do seu livro *Apresentação do Rosto*, publicado em 1968, destruídos pela PIDE. Helder não reeditou o livro que os déspotas consideraram pornográfico e esquerdista, mas aproveitou trechos em livros posteriores. Serafim Ferreira, na Página da Educação, em 2008, acusou o jornal Diário da Manhã como responsável pela perseguição e censura da obra de Helder.

Li o texto original de *Apresentação do Rosto*, numa edição recente, e constatee que se trata de um livro repleto de alusões à opressão perpetrada pela ditadura; livro bizarro, em que a poesia e a prosa se confundem num labirinto de situações absurdas. Uma atmosfera onírica, de insatisfação, medo e silêncio forçado, ressoa no discurso, com um tom profético, dionísaco e apocalíptico. Em diversos paradigmas temos a percepção das crueldades de Lautréamont e das divagações irreverentes de Rimbaud. Transpira, em toda a narrativa, uma abordagem existencialista; uma espécie de inventário do crime, das chagas e dos infortúnios humanos. *Quem sabe se a noite terá fim*, medita o perseguido, ao fugir do perseguidor. É óbvio

que a censura castigaria um livro cujos laivos de surrealismo e existencialismo se mesclam com descrições de horripilantes alucinações, num gosto extravagante pelo macabro. O discurso contra a opressão está ali mais do que implícito.

Marcello Caetano, que substituiu Salazar em 1968, oscilava entre a liquidação violenta dos movimentos independentistas do Ultramar e a solução pacífica, mediante um federalismo de relativa autodeterminação para as colônias. As províncias ultramarinas não tardariam a se apartar do domínio português.

Cardoso Pires denunciou o regime no texto *Técnica do golpe de censura*, quando lecionava literatura no King's College em 1969. Em *Dinossauro excelentíssimo*, de 1972, criticou o *protetorado doutoral* de Salazar e do Estado Novo, que usava arquivos de mentira e retratos falsificados. O livro narra a história de um autocrata que fala em nome do saber e da autoridade e que *não pode suportar a liberdade soberana da linguagem*. Pela rigidez e pelo isolamento, o ditador se transforma num sáurio, originário da pré-história; *réptil feroz, tornado um sonâmbulo perdido no sono desértico*.

Ocorreu, também na década de 1970, o chamado caso das *Três Marias*, que foi a perseguição às escritoras Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreira, depois do lançamento, em 1972, do livro *As novas cartas portuguesas*. As autoras, que integravam o movimento libertação das mulheres, denunciaram situações vexatórias sofridas por mulheres em Portugal, associadas à repressão do regime e à guerra colonial. A obra foi censurada e as escritoras foram intimadas a depor em tribunal, em plena abertura do regime, já no governo de Marcelo Caetano.

O compositor José Afonso foi expulso do ensino oficial por motivos políticos em 1968. Foi, posteriormente, preso em Caxias em abril de 1973 e teve canções proibidas, canções estas que

serviram de hinos oficiais da denominada Revolução dos Cravos. Os esbirros do regime o tinham como um panfletário comunista.

José Gomes Ferreira colaborou com Lopes-Graça na composição de poemas de protesto contra o governo fascistóide. Poeta militante, escreveu versos combativos e irônicos contra o salazarismo, tais como: “*andei toda a noite por essas ruas/ a sofrer o problema da liberdade.*” (Pessoais). Também, no poema *Café*, ele expressa: “*dia de chuva na cidade/ triste como não haver liberdade*”. Em 1974, foi ele o primeiro presidente da Associação Portuguesa de Escritores.

Luiz Pacheco, segundo a Wikipédia, denunciou a censura imposta pelo regime salazarista. Consoante Miguel Sanchez Neto, em texto publicado no jornal *Gazeta do Povo*, em 2016, Pacheco foi preso várias vezes por atividades sociais e literárias tidas como anormais. Também criou atritos com a esquerda vitoriosa no 25 de Abril, por não se conformar às palavras de ordem.

Quando caiu o Estado Novo, José Cardoso Pires protagonizou o primeiro processo judicial de liberdade de imprensa, estando já na função de diretor-adjunto do *Diário de Lisboa* e no cargo de vereador.

Sophia de Mello Breyner Andresen não cessava de denunciar a repressão do governo ditatorial. O seu marido, Francisco Souza Tavares, foi preso, e ela integrou a Comissão Nacional de Apoio aos Presos Políticos. Depois de ter participado em Paris, em 1966, de um Congresso católico e assinado um manifesto contra o apoio da hierarquia da Igreja à política colonial portuguesa, recebeu comunicados da União Nacional, partido único do regime, com insultos em que a acusavam de estar ligada aos comunistas e aos terroristas. Após a sua participação num Congresso de Escritores da Comunidade Europeia, a PIDE lhe confiscou todas as cartas escritas a Jorge de Sena e outros escritores.

Quando o retrato oficial de Salazar foi retirado do muro da sede da PIDE, Sophia, escreveu: “*o dia inicial inteiro e puro/ em que saímos da noite e do silêncio*”. Teve ela uma atuação destacada como deputada à Assembleia Constituinte.

Na sociedade efervescente de Portugal da década de 1970, o Movimento dos Capitães iniciou suas ações para por fim à guerra colonial. Na noite de 24 de abril de 1974, a música popular serviu como senha para avisar o momento do golpe que derrubou o Estado Novo. Emissoras de rádio tocaram *E depois do adeus*, de Paulo de Carvalho e *Grândola, vila morena*, de Zeca Afonso para avisar quando as tropas deveriam tomar o Terreiro do Paço e fechar a Ponte sobre o Tejo e o aeroporto. Centenas de manifestantes marcharam pela Rua António Maria Cardoso, pedindo a prisão de Marcello Caetano. A Polícia Política respondeu a tiro, causando dezenas de vítimas.

Os revoltosos se espalharam pela Praça dos Restauradores e acessos ao Rossio para controlar a Baixa e o Terreiro do Paço. O general Spínola cercou o Quartel da GNR, no Largo do Carmo e recebeu a rendição de Marcelo Caetano. Foi um ato de ruptura impetrado pelos militares, que intimidaram o povo à base de baionetas durante 50 anos.

Guerrilhas e ataques a prisões e quartéis forçaram a descolonização. Os movimentos de libertação e o apoio recebido dos Estados Unidos e da União Soviética tornaram-na inevitável. A guerra colonial matou cerca de nove mil militares portugueses.

Em abril de 1975, as eleições para a Assembléia Constituinte foram vencidas pelos socialistas, em aliança com os social-democratas. Os comunistas não aceitaram o resultado. Falhou a tentativa de ditadura de esquerda. Houve desmandos provindos tanto do Partido Comunista, quanto de um setor das Forças Armadas, na intenção de comandar os acontecimentos. Num clima de guerra civil, Gomes da Costa,

Presidente da República, declarou, sucessivamente, estado de emergência e estado de sítio, e prendeu o oficial Otelo Saraiva de Carvalho, líder da esquerda radical militar, sob suspeita de atividades terroristas.

Em 1976, adotou-se a nova Constituição, dissolveu-se o império colonial e os imigrantes refluíram das colônias. Ramalho Eanes foi eleito Presidente e Mário Soares, dez anos depois de sua prisão em Caxias, tornou-se Primeiro-Ministro.

A Constituição Portuguesa reconheceu o direito à autodeterminação dos povos. Mais de 500 mil *descolonizados* voltaram. A instabilidade gerada pela entrada dos retornados provocou várias mudanças de governos na Terceira República. O desemprego gerava um ambiente adverso para os retornados, que o regime político obrigara a fugir, deixando os bens móveis e imóveis em África. Eles reivindicavam apoios, empregos, assistência médica, transportes públicos gratuitos e bolsas de estudo. Insatisfeitos com os prejuízos que tiveram, perpetraram atos de vandalismo para exigir do Governo o que haviam perdido. Invadiram a Secretaria de Estado dos Retornados e, de seguida, agrediram dois deputados comunistas e o ministro-adjunto Almeida Santos.

As direitas denunciavam a *traíçoeira descolonização exemplar*, expressão usada por Mário Soares, que manifestou, em 7 de junho de 1977, o temor de que os retornados ou desalojados pudessem vir a compor as forças de extrema-direita.

O Governo desenvolveu programas para a construção de habitação, criação de postos de trabalho e distribuição de créditos. As compensações concedidas aos retornados não eram suficientes para atender à demanda.

Aglomerados no Rossio e adjacências, os retornados empunhavam cartazes com reivindicações dos seus direitos.

Os seus desafetos lhes atribuíam a fama de ladrões e vigaristas e de terem introduzido em Portugal o consumo de drogas ilegais.

João Pedro George, autor de *O Cemitério do Elefante Branco*, *Retornados e Ficções do Império*, comenta o sucesso de vendas dos livros com a temática da descolonização, como *O Anjo Branco*, de José Rodrigues dos Santos, que teve 24 edições de 2010 a 2019, e *Equador*, de Miguel Sousa Tavares, sendo este o principal *bestseller*, com 38 edições de 2003 a 2015.

Na avaliação de João Pedro George, nenhum destes livros assume uma atitude de crítica frontal ao colonialismo, nem mesmo *Equador*, que inclui vários excertos sobre a escravatura nas plantações são-tomenses. O “*drama real das populações negras não é abordado nestas obras*”. (GEORGE, 2024. p. 319).

O livro mais recente de Mia Couto, *A Cegueira do Rio*, retrata com realismo as agruras sofridas pelo povo africano. Mia Couto narra acontecimentos insólitos na região onde se localiza o rio Rovuma, situado entre Moçambique e Tanzânia.

Naquele território africano, em 1914, quando os ingleses guerreavam com os alemães, o sargento português Bruno Estrela e onze africanos foram assassinados, num ataque alemão ao posto militar de Madziwa. Aos portugueses, neutros no conflito, era conveniente esconder esse episódio trágico, para que Portugal não entrasse na guerra.

Mia Couto vai narrando as crueldades componentes da guerra e o incremento da estupidez dos personagens, num ambiente de agressividade em que cada indivíduo é uma ameaça à vida dos outros. Um pai que espanca os filhos, um bígamo que mata uma das mulheres, os exóticos rituais nativos e os preconceitos da opinião pública europeia caracterizam uma ficção escrita do ponto de vista de personagens grotescos.

O desenvolvimento da trama resulta no envolvimento de Portugal naquele conflito localizado, em que as tropas alemãs e portuguesas se dilaceraram, marcando um prelúdio da Primeira Guerra Mundial.

A entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia, em 1986, trouxe mudanças na infraestrutura de transporte e na indústria do turismo.

No caldeirão da política, os recheios tanto podem ser de ideias e atos tacanhos quanto de intenções e condutas benevolentes; sobretudo, muita astúcia e dissimulação. O paradoxo é demasiado humano. Também, de resto, a bipolaridade partidária, exercida, alternativamente, pelo PS e pelo PSD.

Vieram, conseqüentemente, líderes de ambas as vertentes políticas: Francisco Sá Carneiro, Balsamão, Maria de Lurdes Pintasilgo, Cavaco Silva, António Guterres, Jorge Sampaio... Saramago recebe o Prêmio Nobel em 1998. Em 2002, o Euro promete o ouro que o escudo não teve.

É sintomático o fato de o maquiavélico Durão Barroso, Primeiro-Ministro, ter anfitrião nos Açores a reunião pró-intervenção no Iraque, em que participaram os pavorosos George Bush, Tony Blair e José Maria Aznar, todos de abjeta memória. O bombardeio do Iraque começou a 20 de março de 2003, logo depois dessa hospitaleira recepção. Os escombros e as mortes se amontoavam em Bagdá, quando Barroso foi nomeado presidente da Comissão Europeia, a 29 de junho de 2004. Seu mandato durou dez anos, após os quais ele se tornou um dos mais poderosos banqueiros do mundo.

A SEDE DA CPLP E A LAPA REVISITADA

Volto à Rua de São Caetano para recordar o tempo em que o Secretariado Executivo da CPLP tinha ali os seus escritórios. Desfruto do passeio na Lapa, bairro tranquilo, residencial, sem turistas. A Rua do Pau da Bandeira, na esquina com a Rua de São Caetano, oferece a perspectiva do Tejo, ao longe, que se mostra um remanso, além dos telhados. Dois edifícios se destacam pelas dimensões: o Lapa Palace, um hotel com aspecto senhorial, e o palácio, na esquina com a Rua do Sacramento à Lapa, onde está instalada a Embaixada da China.



Vou descendo a Travessa do Chafariz das Terras, onde deparo com o velho muro que vai subindo, à proporção que o terreno declina. Vejo então a estrutura remodelada de um chafariz, ao pé do qual se abre um pequeno arco. Atravesso esse arco e subo a Rua Ricardo Espírito Santo. Vou-me recordando daqueles luminosos anos de 2005 a 2008. A Lapa é uma colina de várias encostas. Um vento benfazejo me recebe no exato lugar onde a Travessa do Moinho de Vento faz ângulo de 90 graus. Uma das perpendiculares sobe e a outra desce.



Vou, na direção da perpendicular que sobe, que é a Travessa do Moinho de Vento, rua de elegantes edifícios do começo do século XX. Encontro a casa de António Sérgio, no número 4. É um chalé charmoso, com uma pequena varanda no segundo andar e um terceiro piso, em que se destacam duas janelas. Suponho que era ali o escritório do escritor, onde ele subia para se concentrar no trabalho intelectual e desfrutar de uma bela vista, naquela área alta de Lisboa. Há uma placa no jardim, por trás da casa, indicando que a Casa de António Sérgio foi reformada e reaberta em 1988, durante o governo de Mário Soares.

No tempo do meu trabalho no Secretariado Executivo da CPLP, eu descia os degraus da escada, pela qual chegava à Avenida Infante Santo e almoçava em restaurantes naquela área. Dali, avistava a Ponte 25 de abril. Certo dia, ao deambular pelas ruas da Lapa, escrevi: *“Um magnetismo estranho me atrai à esquina da poética Rua Sacramento à Lapa com a não-tão-poética rua do Pau da Bandeira. Seria a fachada dos velhos casarões o que me recorda qualquer coisa da infância? Seria o declive da perspectiva, em que se projetam telhados e o prodígio da dispersão azulada? O horizonte se alonga até ao extremo da serra, estende-se pela ribeira translúcida, além das torres. O vento brinca nos últimos quintais. Sonho com a ideia de que outros poetas contemplaram estas ruas, onde tudo são imagens de outrora: um palacete ornado de jardins e reminiscências como estigmas nas paredes”*.

Tomei conhecimento, posteriormente, que Cesário Verde costumava passear pela Lapa, onde escreveu, entre outros, o poema *Num Bairro Moderno*. Murilo Mendes, que era genro de Jaime Cortesão, residiu na Lapa e está sepultado no Cemitério dos Prazeres.

Andei, sem rumo, nos labirintos da Lapa, até pegar o Elétrico 25, na Rua de São João da Mata. O veículo desceu pela Calçada Ribeiro Santos e foi margeando depois a grande Avenida 24 de Julho. Desci no Cais do Sodré. De um lado, divisei a cúpula egrégia do Mercado da Ribeira, do outro a Estação Marítima e Ferroviária. Há bancos de encosto reclinado na plataforma aberta ao panorama do Tejo. Dali avistei os barcos que chegam da Outra Banda e a urbanização de Almada, na margem da colina vertebrada de árvores com a cruz de um Redentor no alto. Do ponto em que a vemos, a estátua parece pequena para o tamanho do Tejo. Desenham-se, no horizonte, os arcos de linhas metálicas da Ponte 25 de Abril, com as redes de correntes, entre a verticalidade dos pináculos.

Renovo o prazer de caminhar ao largo da ribeira na calçada concorrida pelos andarilhos, aos pés do Tejo, que manda os sinais sincrônicos nas ondas espumosas. Lembro-me de Fernando Pessoa:

***Na ribeira deste rio
ou na ribeira daquele,
passam meus dias a fio.
Nada me impede me impele,
me dá calor ou dá frio.***

Ameno é o mês de agosto quando o bálsamo da brisa tágide nos acaricia. Que o digam as gaivotas, habitantes milenares deste prodígio aquático.

AS ORÍGENS DA CPLP E O QUINTO IMPÉRIO DE AGOSTINHO DA SILVA

O filósofo Agostinho da Silva, que passou grande parte de sua vida no Brasil, foi o idealizador da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). A instituição comunitária é o resultado prático das ações do seu pensamento, que segue uma linha providencialista como teoria da história.

Essa linha de pensamento, que propõe a esperança na utopia, prevê, na união das forças dos povos de língua portuguesa, o surgimento de uma cultura espiritualista e pacifista, que poderá projetar no mundo os valores do Quinto Império da Paz e da Fraternidade.

Meu amigo Roberto Pinho, antropólogo, filósofo e historiador, mostrou-me um artigo do livro *A Presença de Agostinho da Silva no Brasil, Volume I*, em que o Embaixador José Aparecido de Oliveira atesta que Agostinho da Silva foi, durante o governo de Jânio Quadros, em 1961, o mentor de uma política de unidade para o desenvolvimento dos povos de Língua Portuguesa, da qual resultou a CPLP.

Embora a instituição só tenha sido fundada em 1996, quando Aparecido era Embaixador em Lisboa, e Mário Soares

Presidente da República, a CPLP nasceu da iniciativa de Agostinho da Silva, que sempre propagou a ideia da criação de um organismo propulsor da integração lusófona.

Relembro aqui um vídeo publicado no *Youtube*, no qual Roberto Pinho reitera que o Brasil herdou a história civilizacional de ordem espiritual portuguesa. O Brasil é, portanto, uma consequência desse sonho de encontro entre o Ocidente e o Oriente, que emergiu em 1415, quando os descobrimentos geraram uma fusão cultural internacional na Península Ibérica e no mundo. Em perfeita sintonia com o pensamento de Roberto Pinho, concordamos em que, para entender a história do Brasil, é preciso começar pelo estudo da história de Portugal. Porque o Brasil remonta, portanto, à saga templária, que norteou o projeto pioneiro das navegações.

A identidade portuguesa pressupõe a Espanha, inventada pelos romanos que dominaram os celtas, os iberos e os lusitanos. Vieram os suevos, os visigodos e os árabes. Deste caldeirão, nasceu o Estado português. Castela dominou todos, exceto Portugal. Com sua vocação atlântica, Portugal desenvolveu sua tecnologia naval com a participação de engenheiros e demais cientistas dos povos da Península e do resto da Europa.

Roberto Pinho refere-se à rainha Isabel de Aragón como a mentora da Festa do Divino, inspirada na utopia milenarista do monge calabrês Joaquim de Flora, que em sua teologia das Três Idades, profetizou o advento da Era do Espírito Santo, depois das Idades do Pai e do Filho. Com efeito, Joaquim de Flora é um teólogo da mesma escola dos criadores da Abadia de Cluny, e de São Bernardo, de cuja família procedem os fundadores de Portugal (o Conde D. Henrique e D. Afonso Henriques),

A Igreja corrompida excomungou D. Dinis, por ter dado guarida ao milenarismo do Império do Espírito Santo. A

Inquisição entrou em Portugal, através da Espanha, e as Festas do Espírito Santo foram perseguidas. A tradição desse culto veio para o Brasil, mediante o rito de coroamento de uma criança, como prenúncio de uma sociedade de paz e fartura. O padre Vieira foi o principal propositor da construção dessa sociedade futura e justa.

Roberto Pinho ressalta que é necessário resgatar essa memória para identificarmos o sonho humano de liberdade e paz.

Essa percepção coincide com a de António Quadros, segundo o qual o Brasil, com as suas raízes lusitanas e com a sua estrutura cultural renovada, é uma garantia de vitalidade criacionista: *“Bebemos por igual as nossas energias intelectuais e a direção essencial da nossa cultura na fonte comum da supra pátria da língua portuguesa. No Brasil e quem sabe se mais do que no Brasil?”* (QUADROS, 2020, p. 92).

Constatamos, assim, que a CPLP é inerente ao projeto do Quinto Império. Agostinho da Silva reitera que, no estatuto contemporâneo da missão dos países de Língua Portuguesa, o ideal da lusofonia substitui o império real pelo império cultural da Língua Portuguesa.

Um dos principais depoimentos de Agostinho da Silva consta no livro intitulado *Considerando o Quinto Império, ensaio sobre cultura portuguesa e brasileira*. Ele ali enumera as virtudes do imperador do Quinto Império, que se estabelecerá quando não houver mais imperador, e quando todos tivermos a inocência e a capacidade de imaginação das crianças. *Restaurar a criança em nós e em nós a coroarmos imperador, eis o primeiro passo para a formação do Império.*

Tudo lhe parece simples: *na escola do Espírito Santo, o professor aprende a ser criança e, destarte, já não haverá a antinomia de criança e de adulto.*

Em entrevista concedida a Victor Mendanha, publicada em Portugal em 2006, o filósofo português, que foi um brasileiro de coração, reitera que *a plena liberdade do ser é a criança, porque está isenta da mania do homem em mandar nos outros homens.*

Esse ser criança é a grande Revelação anunciada no Evangelho de São João. É a grande Consolação profetizada pelo Apóstolo. O Encoberto é, portanto, o grande Consolador, que virá *quando a santidade for assumida como a mais legítima vocação humana, sem que o desejo venha e destrua o encanto.*

A prática de tal conduta harmoniosa resultará na substancial transformação da humanidade: *O mundo entrará num tipo de economia de distribuição organizada e proverá os indivíduos das artes e das ciências de forma a permitir-lhes serem livres e criadores no tempo livre.*

O homem e a mulher funcionarão como duas partes de uma essência; sem patriarcados nem matriarcados, reitera Agostinho em *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*. E aduz, ainda: *“o Reino de irmandade, de compreensão e de cooperação que se devia estender pelo universo, poderia ter por centro uma baía ou uma praia do Maranhão ou um pouso no Tocantins”*. (SILVA, 1996, p. 23).

Assim define Agostinho os parâmetros sociais da utopia: “Será o tempo em que não haverá governo nem economia, como não os havia no Paraíso. Governar será uma tarefa de natureza moral e litúrgica, estando superadas as antinomias governante-governado e produtor-consumidor. Devemos, portanto, tomar da criança a confiança em Deus, no seu amor, na sua providência, na sua misericórdia: “os homens que, por uma nova metanóia, tiverem passado a ser crianças, terão de se organizar num tipo de religião que é o próprio estabelecer-se criança, uma ordem fundada em três liberdades tradicionais e essenciais: 1º) não possuir coisas; 2) não possuir pessoas e 3º) não possuir a si próprio. Se formos instrumentos para o

cumprimento dessa missão, tomaremos os três votos, que são os três grandes jogos do universo: 1º) o de criar beleza; 2) o de servir e 3º) o de rezar, o que significa que todo o melhor do pensamento se concentrará na meditação do espírito e na instauração do seu reino”.

Com luminoso raciocínio, o filósofo visionário reitera: *“assim, estaremos sempre gratos pelo milagre que somos e pelo maravilhoso milagre que é a vida”*.

Os 300 milhões de pessoas que falam português fazem da língua portuguesa a quarta mais falada no mundo. O idioma português não tardará a ter meio bilhão de falantes. Estou em plena sintonia com o filósofo luso-brasileiro, quando ele declara que caberá aos falantes da língua portuguesa sermos os apóstolos da Boa Nova desse novíssimo testamento, que professa o império da fraternidade e da paz. Assim como Portugal levou a Europa ao mundo, os que falamos a língua portuguesa traremos o mundo à Europa para humanizá-la, restituir-lhe a capacidade de imaginação por ela perdida. Nesse sentido, todo humanista deve trabalhar, conscientemente, na missão de unir as pessoas em favor da paz e da fraternidade.

Há cerca de 20 anos, Agostinho previu que a conquista prometida do Céu na terra começará daqui a 200 anos. Faltam ainda 180 e parece pouco tempo. Até lá, algumas gerações se sucederão até acontecer a transformação. Os milagres existem.

Num nebuloso fim de tarde, em novembro de 2024, visitei Roberto Pinho e Christiane, em Brasília, na companhia dos amigos Rômulo Andrade, artista plástico e Fernando Campos, que viveu mais de dez anos em Lisboa. O professor Pinho recordou a trajetória do seu amigo Agostinho da Silva, o filósofo visionário, que foi perseguido pela ditadura de Salazar, porque a Igreja denunciou a sua heterodoxia, incitando a PIDE a prendê-lo e torturá-lo. Agostinho veio

morar no Brasil, onde viveu 17 anos em várias cidades. Ao voltar a Portugal, sofreu constrangimentos, apesar de ter sido convidado por Adriano Moreira, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, já no governo de Marcelo Caetano. Agostinho foi também um dos fundadores da UnB, em 1962, junto com Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira.

Roberto Pinho recordou que Agostinho da Silva foi professor de teatro grego na Universidade Federal da Bahia e fundou o Centro de Estudos Afro-Orientais, o primeiro da América Latina. Glauber Rocha foi aluno dele. Roberto Pinho apresentou Caetano Veloso a Agostinho da Silva e eles ficaram amigos. Agostinho disse de Caetano: *“ele pensa certo, fala certo e age certo”*.

Agostinho vivia o que pensava. Adotou a simplicidade como norma de vida. Renunciou, por exemplo, ao alojamento dos professores para morar num barracão, no período em que se estava instalando a Universidade de Brasília. A ideia de Agostinho era não ostentar nada, não querer ser melhor do que ninguém. Ser igual a todos os seres humanos. Tem nele algo do seu homônimo santo da Igreja. Só não tem o instituto do celibato. O filósofo luso-brasileiro foi casado com uma filha de Jaime Cortesão, o grande historiador português que também fez do Brasil a sua segunda pátria. Segundo Roberto Pinho, o comportamento de Agostinho da Silva mostrava tanta coerência que incomodava. Ele optou pela pobreza: só tinha dois ternos e uma mala pequena. *Na hora que eu decidir ir embora, ponho tudo que tenho dentro desta mala*, dizia ele, franciscanamente. E aduzia que a economia do excesso pode trazer mais problemas do que a economia da escassez.

Quando, certa vez, um intelectual lhe disse que o Brasil estava num buraco, o filósofo retorquiu: *“Não tem buraco suficientemente grande nem abismo onde caiba o Brasil”*.

No terraço da casa de Roberto Pinho, uma plataforma desvenda a ampla perspectiva do horizonte. A paisagem do cerrado verde se alastra num vale que se espraia além do desfiladeiro. Ao longe, lá, onde um mundo termina e outro começa, percebi toda a simbologia da utopia de que falávamos. Quando a noite veio, acenderam-se as lâmpadas na distância. A lua nasceu escarlate, por trás das nuvens.

No final do encontro, Roberto deu-me dois livros: *O Brasil Renasce Onde Nasce (Museu Aberto do Descobrimento)*, publicado há 40 anos pela Quadrilátero do Descobrimento, e *Os Painéis de D. Afonso V e o Futuro do Brasil*, de José Luís Conceição Silva.

Em seu livro, o professor Conceição Silva interpreta, diversamente de António Quadros, o famoso Políptico de Nuno Gonçalves, que se acha no Museu de Arte Antiga. Considera, por exemplo, que o Santo, duplamente representado, é um Arcanjo, mensageiro do Espírito Divino. Qual Melquisedec, ele detém o poder de comando das ordens militares e revela os Segredos da Sabedoria Divina. O Infante D. Fernando só aparece no Painele nº 1, o dos frades, como um homem de barbas, que segura, encostado ao ombro, um objeto que deve ser uma tábua, talvez a tampa da arca do Painele nº 6.

O que coincide entre ambos os autores é o fato de que as figuras dos painéis sugerem uma evocação da coroação do Imperador do Espírito Santo, rito que deriva da doutrina do Abade cisterciense Joaquim de Flora, que preconiza as três eras da Santíssima Trindade. O terceiro período, o do Espírito Santo, sucederá o do Filho (doutrina esta considerada herética pela Igreja de Roma).

Em consonância com as ideias de Agostinho da Silva e de Roberto Pinho, o professor Conceição Silva profetiza a utopia do destino do Brasil. Por ser o grande exportador de alimentos e o maior produtor de biomassa do globo (água movimentada nos rios e nos mares, energia solar, fontes renováveis e

minérios), o Brasil é o Vaso Sagrado, contendo, em potencial, as energias capazes de movimentar as forças necessárias para a construção de uma nova Sociedade Humana. Para tanto, deverá aproveitar melhor o seu potencial de produção agropecuária, utilizando inovações técnicas.

Outro fator, que o faz acreditar na utopia, é o Brasil ser a primeira nação a conter em seu vasto território uma população modelo daquela que, no futuro, será comum aos povos, quando for finalmente formada a Sociedade Humana Universal. Para tanto, bastará que se corrijam os defeitos atuais: distribuição errada da riqueza econômica e financeira, corrupção, precárias condições de saúde e educação. Então, ocorrerá a transformação social, econômica e educacional: haverá escolas e professores suficientes em todos os graus de ensino, o desemprego desaparecerá e as penitenciárias se esvaziarão. A mendicidade e o crime sumirão das ruas das grandes cidades. O Brasil possui, portanto, todos os meios necessários para fazer resplandecer essa luz que iluminará toda a terra. Conceição Silva, Roberto Pinho, Agostinho da Silva e eu, acreditamos no milagre.

Quanto ao livro *O Brasil Renasce Onde Nasce*, o seu conteúdo reitera, na parte inicial, a origem borgonhesa das dinastias reinantes na Península, descendentes da família do diretor da Abadia de Cluny, D. Hugo, este, por sua vez, descendente do imperador Carlos Magno. Ressalta que Portugal é a nação eleita para cumprir a profecia do monge calabrês Joaquim de Flora, que inspirou o movimento da civilização espiritual dos povos de língua portuguesa. A doutrina de Joaquim de Flora foi condenada como herética pelo Concílio de Latrão, em 1215, porque na prevista Nova Era, as pessoas estariam ligadas diretamente ao Espírito Santo, dispensando a intermediação exploradora e sufocante da Igreja. As Festas do Espírito Santo são uma herança dessa profecia, que expressou o desejo de profundas mudanças no universo religioso e social da época.

O *Brasil Renasce Onde Nasce* transmite essa expectativa profética da sociedade do futuro e enfatiza o papel do Brasil como difusor da nova civilização da fraternidade humana. O Brasil há de extrair, dos seus paradoxos e sincretismos, a força motriz que fundará o novíssimo mundo da paz.

Cito, ainda, a título de conclusão, palavras do filósofo Miguel Real, que, no seu ensaio *A Morte de Portugal*, retoma a ideia de Agostinho da Silva. A máxima de Miguel Real soa num tom de profecia da ressurreição: “o *Quinto Império* cruzará os mares do espírito e da cultura”.

NOSSA SENHORA DA PENHA

De manhã, saí do hotel e subi, de táxi, ao miradouro, onde se alça a Igreja de Nossa Senhora da Penha de França (ou da Pena, palavra que vem de penedo). A igreja, que não foi danificada pelo terremoto, está situada no triângulo da Calçada do Poço dos Mouros com Rua da Penha de França e a Rua Cesário Verde. Não pude ver o renomeado altar-mor, do artista francês Laprede, nem as famosas talhas de estilo rococó, porque a igreja estava fechada. Apreciei, no entanto, no cimo da mais alta colina de Lisboa, o miradouro encantador. Por trás da igreja há uma velha caixa de água, sobre a qual há uma antena parabólica. No ápice da elevação, dois bancos de madeira, à sombra de dois pequenos ciprestes, são o palco de um imenso teatro onde Lisboa mostra integralmente seus edifícios de tons claros, espalhados na planície, tendo o Tejo e as serras por limite.

Subir e descer sinuosas ladeiras requer uma boa condição física. Pois vou pelo declive quase vertical da Rua Marques da Silva, nesse bairro em caracol. Na superfície do chão, encontro a Avenida Almirante Reis e uma intempestiva livraria, aberta naquele sábado de agosto de 2024, onde compro o livro *O Cemitério do Elefante Branco, Retornados e Ficções do Império Português*, do exímio João Pedro George.

Por toda a área de Arroios detecto vários comércios de imigrantes asiáticos, conforme observou Raquel Ochoa, a respeito da novíssima urbanização de Lisboa, quando conversamos no Café do Museu Gulbenkian. Almoço num restaurante de comida tradicional nepalesa, próximo ao Largo de Santa Bárbara.

O CENTRO COMERCIAL VASCO DA GAMA, JOÃO PEDRO GEORGE E O OCEANÁRIO

Tomei um táxi até o Centro Comercial Vasco da Gama, para conhecer pessoalmente o escritor João Pedro George, autor de magníficos livros, entre os quais *O Super Camões*, sobre a vida e a obra de Fernando Pessoa.

O Shopping Vasco da Gama está conectado à Estação Oriente por vãos de ferro em arcos desiguais e estruturas envidraçadas.

O contato por Internet possibilitou encontrar-me com João Pedro e Marta Lança, naquele domingo em que o casal de escritores estava no café, ao lado da vidraça que dá para a área externa, da qual se vê o panorama do Parque das Nações e da Ponte Vasco da Gama, sobre o Tejo. Encontrei-os em pleno exercício de escrita, com os computadores abertos sobre a mesa. Colhi o autógrafo no livro *O Cemitério do Elefante Branco, Retornados e Ficções do Império Português*, a obra mais recente do eminente autor.

Senti-me reconfortado ao conhecer pessoas simpáticas e receptivas. Ao vê-los ali, trabalhando num domingo, no Centro Comercial, na hora do almoço, disse-lhes, em tom humorado, que os escritores não têm fim de semana. São trabalhadores sete dias por semana. Eles riram e concordaram. Falamos sobre as literaturas portuguesa e brasileira, e de edições de livros, entre outros assuntos imprescindíveis.

João Pedro estava a escrever uma biografia de Herberto Helder, poeta que conseguiu uma expressão nova, posterior ao predomínio de Fernando Pessoa na poesia portuguesa. Pessoa, sendo mais simples e mais claro, não deixa de ser profundo. Herberto Helder, por sua vez, é um tanto hermético, porém atinge, com incomparável proficiência, tons e altas camadas de significados e significantes. Falamos a respeito das fabulosas traduções de Herberto Helder, publicadas em seus livros *As Magias* e *O Bebedor Noturno*, de vários poetas de línguas diversas, bem como de textos anônimos tradicionais de civilizações antigas. João Pedro George gostou de saber que os seus livros constarão na bibliografia da minha pesquisa sobre Portugal do século XX. Reiterei que gostaria de ser o primeiro a adquirir a biografia de Herberto Helder.

Posteriormente, Marta Lança publicou a resenha que fiz do mencionado livro no excelente blogue *Buala*, palavra que, no dialeto de Angola, significa aldeia, povoação.

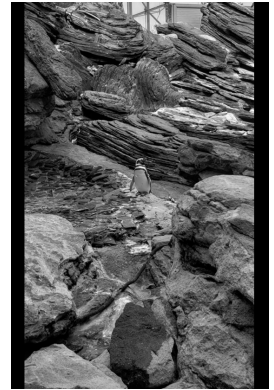
Despedi-me do ilustre casal e fui desfrutar, como de hábito, da comilança da área de alimentação. Na plataforma externa, no segundo piso do Centro Comercial Vasco da Gama, a vista é sublime: ao longe, no horizonte aberto, o caudaloso Tejo, quase oceânico, a Ponte Vasco da Gama, em traços longínquos, onde os carros parecem formigas em movimento e, mais perto, as caixinhas do teleférico, incessantes e, no chão, a praça do embandeirado Pavilhão das Nações. Os ornamentos, sobremodo sugestivos, são um tanque e uma escultura férrea, no formato de uma árvore sem folhas, tendo, nos ápices dos

ramos, hélices que podem ser rabos de peixes (a peculiaridade da arte moderna é sugerir mais que afirmar).

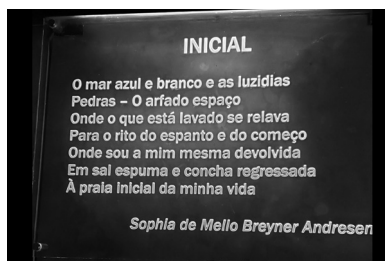
Avisto, por trás das árvores da praça, o teto ovalado da Arena, em forma de espaçonave, a Universidade de Lisboa e o Museu da Ciência. No fundo da perspectiva, o teleférico, a Ponte Vasco da Gama e o Tejo, como um mar aberto. Nesse ambiente auspicioso, o Oceanário de Lisboa, o Pavilhão do Conhecimento e o Shopping Vasco da Gama são obras de arquitetura vanguardista, levantadas em estruturas metálicas.

Desço à praça do Pavilhão das Nações e caminho. Vejo, ao lado do Jardim Garcia d'Orta, o Lago das Tágides, esculpido por João Cutileiro em 1998: as Ninfas do Tejo, modeladas no mármore, têm rostos egípcios e se banham num tanque, em cujo centro há um barco.

O passeio no teleférico é um encanto sensacional. Embarca-se ao lado da torre do Myriad Hotel e se vai flutuando sobre o rio. Vou contemplando o esplendor fluvial e a Ponte Vasco da Gama, numa cabine exclusiva, neste voo em que transitam do meu lado os pequenos vagões. Os que vêm na direção contrária, passam a cada dez segundos. As máquinas deslizam devagar. É serena a aterrissagem em frente ao Oceanário. Desembarco no outro extremo da extensão dos cabos de aço. Todo este espaço ribeirinho constitui área de lazer para adultos e crianças.



No Oceanário, nadam peixes e anfíbios de vários tamanhos, formas e cores, no habitat do aquário, diante do pasmo dos espectadores. Há lagos artificiais de pedras e pequenas cascatas, onde vivem aves aquáticas, algas, planctons, polvos, anêmonas, caranguejos, estrelas do mar, pinguins e lontras (estas muito serelepes, mergulhando como cachorros brincalhões que desfilassem, dando cambalhotas e fazendo acrobacias para as crianças).



Fiquei maravilhado com o espetáculo incrível da diversidade e da multiplicidade dos cardumes e outros seres da água. Grandes arraias, como anjos misteriosos, alados, tendo rabos como espadas e requebrando os mantos negros ao vento. Os insidiosos tubarões convivem com outros peixes, que não temem os seus incontáveis dentes cortantes. Dou-me conta de que estou quase em Galápagos. Levei comigo a memória viva das criaturas marinhas de todos os oceanos estão colecionadas e expostas ao público, nesse labirinto de seres flutuantes.

Dou-me por satisfeito e estou seguro de que vi uma metáfora de Portugal que já fez dos oceanos uma extensão dos seus domínios. Em algumas paredes do Oceanário li versos de Sophia de Melo Breyner Andresen, de seus poemas marítimos. A poesia, como sempre, ajuda a viver e a aprender.

O PARQUE DOS POETAS EM OEIRAS

Numa média de cada seis meses, tenho visitado, em Oeiras, o Dr. Gilberto Kaneko, dentista brasileiro, que o Embaixador Paes de Andrade me recomendou, no tempo em que trabalhei na CPLP. Aprecio sempre, no trajeto a Oeiras, o panorama da Estrada A5: os contornos da Serra de Sintra, azulados no firmamento.

Em Oeiras, depois da consulta odontológica, subo pelo Parque dos Poetas, vislumbrando as estátuas de vários aedos da Língua Portuguesa e seus textos, gravados nas pedras da calçada. Leio, aleatoriamente, alguns desses poemas. Guerra Junqueiro, por exemplo, tem um fragmento de *Canção de Batalha*, gravado no concreto do chão; Cesário Verde, um fragmento de *Ave-Maria*. Anoto este fragmento de Teixeira de Pascoaes:

*(...) Já de tanto sentir a Natureza,
de tanto a amar, com ela me confundindo!
E, agora, quem sou eu? Nesta incerteza,
chamo por mim. Quem me responde? O mundo.*

Compõem o Parque estátuas e monumentos simbólicos de 60 poetas, sendo 13 dos séculos XIII a XVIII, entre os quais Gil Vicente, Sá de Miranda e Camões; 17 do barroco e do romantismo (séculos XVIII e XIX), entre os quais Guerra

Junqueiro, António Nobre, Cesário Verde, Almeida Garrett e Bocage; 10 de países de expressão ou cultura portuguesa, entre os quais Drummond e Bandeira; e 20 do século XX, entre os quais Camilo Pessanha, Teixeira de Pascoaes, Mário de Sá-Carneiro, Florbela Espanca, Sophia de Mello Breyner Andresen, Natália Correia, Fernando Pessoa, Jorge de Sena, Almada Negreiros, Alexandre O'Neil, Miguel Torga, José Régio, António Ramos Rosa, António Gedeão, Ruy Belo e David Mourão Ferreira. Foi, aliás, David Mourão quem deu a ideia ao escultor Francisco Simões da criação de uma alameda dedicada aos poetas.

Enquanto subo os degraus da longa escada, um arroio escorre o seu murmúrio pelas pedras. Pássaros pousam de flor em flor. Palmeiras, jasmims, ciprestes e arbustos floridos embelezam o ambiente.



Durante quase meia hora de caminhada, desfruto desse espaço arejado e luminoso, literalmente poético. O Parque dos Poetas é um trajeto idílico, pelo qual vou subindo a ladeira bucólica, que vai do consultório do dentista ao Shopping de Oeiras.

Não raro, as escolas trazem crianças para um passeio instrutivo. Há sempre uma brisa amena nos períodos estivais.

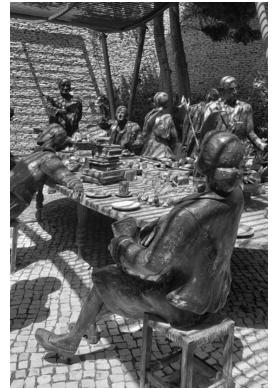


Estátua de
Florbela Espanca

À proporção que subo os degraus da colina, o horizonte se desvenda, mostrando os tons azuis do céu e do mar: um barco ao longe, na manhã de névoa, faz lembrar uma caravela antiga, uma espécie de nau fantasma que remonta a passadas eras. A imaginação supõe o navio de D. Sebastião espreitando o cais. O rastro das caravelas se desenha nas ondas cristalinas.

Na insofismável quietude do Parque dos Poetas, trilho a estrada que me conduz ao luxuoso Centro Comercial de Oeiras, onde almoço, depois das consultas ao Dr. Gilberto. As plantas louvam a luz. A brisa do mar predomina no alto da rampa, nas alturas matinais. No remanso do ar sereno, inebriado, descubro os nichos de cada poeta. O espírito deles parece flutuar perto e sobre a água, ao longe. O cenário se descortina, mostrando o mar. Atmosfera de acalanto. Festiva ternura flutuante.

A cada poeta corresponde uma pracinha com a respectiva estátua ou uma escultura simbólica. Em placas de acrílico, estão gravados os resumos biográficos de cada homenageado. Florbela, por exemplo, na estátua de autoria de Francisco Simões, está sentada, descalça, pernas cruzadas, como se desfrutasse, sensualmente, de um banho de sol, entre os verdes da vegetação. O vestido azul e o colar branco dão um tom *nonchalant* à sonhadora de exacerbada sensibilidade.



Já no final da rampa, é surpreendente ver, em polido bronze, as estátuas da *Reunião com Poetas*, um grupo de 14 vates que desfrutam de um banquete. Alguns sentados, outros em pé, ao redor de uma mesa, repleta de pães, frutas, xícaras de café e livros.

Depois do passeio, o almoço no Shopping de Oeiras é a máxima satisfação.

Regressei ao consultório do Dr. Gilberto, no dia 24 de novembro de 2023, para instalar os implantes. O dentista pôs-me os dois dentes, que há quase um ano me faltavam. Marchei, de boca nova, pelo Parque dos Poetas. Tive o privilégio de palmilhar, mais uma vez, a trajetória do Consultório ao Centro Comercial.

Reli, no chão, alguns poemas gravados na pedra. Na saída, revi a mesa dos poetas, com as estátuas de bronze.

A DIPLOMACIA CULTURAL DE LAURO MOREIRA

Eu já admirava o eminente Embaixador Lauro Moreira desde o tempo em que trabalhávamos na Secretaria de Estado do Ministério das Relações Exteriores. Pude aproximar-me dele, na primeira década de 2000, durante o tempo da sua chefia da Missão Diplomática do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em nome de uma política externa voltada para a promoção da cultura brasileira, Lauro Moreira realizou recitais de poesia, concertos de música e exposições de artes plásticas, em diversos centros culturais de Lisboa e na sede da Missão diplomática, na Avenida da Liberdade. Lauro, e sua esposa, Liana, foram diversas vezes anfitriões dos amigos da cultura em Lisboa.

Lauro Moreira e eu fizemos um recital em homenagem a Vinicius de Moraes, ocasião em que lancei o livro *Palavras Singulares*, na sede da Missão da CPLP em Lisboa, graças aos bons auspícios do ilustre diplomata mecenas. Recordo-me, especialmente, de uma palestra sua sobre Machado de Assis, em que Lauro Moreira defendeu brilhantemente a tese de que o grande narrador carioca é o maior escritor brasileiro. Na ocasião, assistimos ao filme *Memórias Póstumas de Brás Cubas*,

projetado no telão de uma sala improvisada como auditório na Representação Diplomática. Nesse pequeno auditório, em 2007, apresentei o livro *Plenitude Visionária* e, na mesma ocasião, o amigo poeta Edson Lódi também lançou um de seus livros. Recordo-me, igualmente, do lançamento de um romance, escrito pelo poeta e Embaixador Raul de Taunay.

Os recitais realizados no Centro Cultural Malaposta, em Odivelas, dirigido então pelo poeta Mário Máximo, eram efetivamente o que havia de melhor naquele tempo em que trabalhei no Secretariado Executivo da CPLP. Lembro-me, ainda, do dia em que o Embaixador Lauro me convidou para fazermos juntos a leitura de um texto a respeito do Padre Antônio Vieira e não pude atender ao convite porque, na véspera do evento, que seria realizado no Centro Cultural Malaposta, meu pai faleceu e tive de viajar imediatamente a Fortaleza.

Embora os colegas tenhamos a impressão de que Lauro Moreira exerceu a profissão estritamente na área cultural, o que lhe dá grande satisfação, o certo é que ele dedicou cerca de 80% da carreira, de 47 anos, no Itamaraty, à área econômica, sobretudo ao comércio exterior. No setor de política econômica e comercial, exerceu as chefias de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, de 1979/81, da área de Política Comercial da Embaixada do Brasil em Washington (em 1983), da Divisão de Informação Comercial do Ministério das Relações Exteriores (de 1989 a 1990) e da Agência Brasileira de Cooperação (de 2003 a 2006).

Até 1984, ele ainda não havia trabalhado na área cultural. Ainda quando estava lotado na Embaixada em Washington, veio a dedicar-se às atividades culturais da diplomacia, podendo fazer aquilo de que mais gosta. A sua atuação no trabalho da difusão da cultura brasileira no Exterior intensificou-se quando ele foi Diretor-Geral do Departamento Cultural do MRE (de 1997 a 2000), período em que presidiu a

Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

Não foram poucos os galardões recebidos ao largo de sua carreira. Menciono aqui três deles, no domínio da cooperação cultural entre os países de Língua Portuguesa. Em 2009, foi agraciado pelo Movimento Internacional Lusófono com o título de Personalidade Lusófona do Ano. Em 2010, recebeu homenagem da Câmara Municipal de Odivelas, onde se inaugurou uma placa permanente, em local público, distinguindo-o com o título de Príncipe da Lusofonia. Em 2016, foi agraciado com o Prêmio José Aparecido de Oliveira, pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

Seu vínculo com a cultura lusófona não se restringe à récita dos poetas nem só às palestras. Inclui, também, há vários anos, as atividades da Presidência do Observatório de Língua Portuguesa. Assisti à criação desse Observatório, na década de 2000, pelo professor Francisco Nuno Ramos, pessoa carismática, de quem também me tornei amigo, nos anos de minha lotação no Secretariado-Executivo da CPLP em Lisboa.

Lauro Moreira gravou vários CDs de Poesia, entre os quais: a) *Mãos Dadas*, em que ele interpreta poetas de países da Língua Portuguesa, entre os quais Drummond, João Cabral, Marly de Oliveira e outros; b) *120 poemas de Marly de Oliveira* e c) *Manuel Bandeira: o Poeta em Botafogo*, com 26 poemas interpretados pelo próprio poeta. Fato curioso, coisa de diplomata itinerante, a fita só pôde ser transformada em CD 36 anos depois, quando Lauro era Embaixador no Marrocos. Além da difusão da literatura, Lauro divulgou a música brasileira no Exterior: para tanto, criou o grupo *Solo Brasil*, que apresentou, em vários países, o melhor do repertório musical nacional.

Publicou *Quincasblog: Meus Encontros*, livro ilustrado com fotografias. Memórias, escritas em forma crônicas e reportagens, as páginas de *Quincasblog: Meus Encontros*,

de estilo agradável, bem-humorado, estão repletas das peripécias de um diplomata que usou o seu talento de humanista e o dom de fazer amigos para exemplificar o que significa diplomacia cultural. As principais personagens dos episódios narrados pelo autor são grandes mestres da literatura, expoentes da estirpe de Manuel Bandeira, Clarice Lispector, Cecília Meireles e Guimarães Rosa, dos quais ele desfrutou da amizade, juntamente com Marly de Oliveira, que foi a sua primeira esposa. A devoção pelo sublime Machado de Assis, homenageado nas páginas de seu livro, comprova o seu bom gosto literário. Vi nascerem e se realizarem diversas iniciativas registradas em *Quincasblog: Meus Encontros*. Recitais e palestras, que hoje fazem de Lauro Moreira um cidadão muito estimado no Brasil e em Portugal.

Lauro Moreira foi ator antes de ser diplomata, mas nunca deixou de ser dramaturgo e orador brilhantes. Atuou nos filmes *Vazio Coração* (2012) e *Volta à Casa Paterna*, ambos dirigidos por Alberto Araújo e *O Voo da Borboleta Amarela* (2021), dirigido por Jorge Oliveira, sobre a vida e a obra de Rubem Braga, tendo interpretado o grande cronista na maturidade. Aliás, sua afinidade com Rubem Braga remonta a 1950, quando levou ao teatro a crônica *Ai de ti, Copacabana*.

Louvores merece o desempenho seu, no papel de ator-narrador, no filme *Volta à Casa Paterna*. O peregrino regressa à terra dos seus ancestrais, cruzando o Atlântico num avião (pássaro-caravela). Ao chegar a Portugal, caminha, recita e mostra monumentos e paisagens, não só de Lisboa, mas também de outros lindos recantos: Cascais, Sintra, Évora, Coimbra, Porto, Guimarães, Alcobaça e outras cidades portuguesas, numa celebração da fraternidade luso-brasileira. Feito com o recurso de apenas um telefone, *Volta à Casa Paterna* se afigura esteticamente impecável, e dá prova de que, com habilidade e imaginação, pode-se fazer um filme tão bom quanto os que se fazem com orçamentos exorbitantes. A

história de Portugal, narrada com poesia nas telas do cinema, é uma proeza de quem pode usufruir da insígnia de Camões: *E se mais mundo houvera, lá chegara.*

Recordo-me, por oportuno, da qualidade excepcional do seu Podcast *Prosa e Verso*, que registra, na internet, objetivas e sucintas palestras sobre a vida e a obra de poetas da língua portuguesa, com a límpida e maviosa leitura de textos de cada autor. Difícil dizer qual dos audios do Podcast é de melhor qualidade. Gostei, especialmente, da homenagem a Sophia de Melo Breyner Andresen, a grande cantora da beleza e do mistério do mar. Os versos escritos em louvor de Manuel Bandeira, que ela apreciou desde a infância, e o poema sobre Brasília, estão na conta dos mais extraordinários do nosso idioma neolatino. Sophia conhecia a dimensão metafórica do mar, no significado transcendental da História da Cultura de Língua Portuguesa: “*Sei do mar/ do seu sal/ suas palavras naus/ e toda paisagem de Portugal*”, disse ela em *Memória das Águas*, retratando Portugal e sua vocação de fazer-se ao mar. Os espaços marinhos são os seus signos vitais. Lauro Moreira faz vibrar a linguagem espiritual de Sophia, em cuja poesia transborda a água lustral da Grécia mítica.

RAQUEL OCHOA

Encontrei-me com Raquel Ochoa, no Café do Museu Calouste Gulbenkian, onde ela me autografou o seu novo livro, o romance épico *Coração-Castelo*. Recordamo-nos de ocasiões marcantes do tempo em que nos conhecemos e dos encontros que tivemos durante tantos anos. Raquel é autora de romances históricos e relatos de viagens e peregrinações a vários países.

Coração-Castelo evoca o tempo em que Portugal teve uma enorme influência na História e quase dominou o Japão. No século XVII, quando o cristianismo imperial português converteu largos contingentes populacionais ao Sul do Império do Sol, o xogum teve medo da perspectiva de um Japão convertido e perseguiu os novos cristãos do Oriente até expulsá-los pelas armas.

Raquel contextualiza o enredo no período mais crítico da presença portuguesa no Japão, que durou cerca de cem anos. Os primeiros portugueses chegaram em 1543 à ilha de Kyushu, a parte mais ao sul do reino.

Os Kirishitans, como eram chamados os japoneses cristãos, ocuparam vastos territórios do País do Sol. Reinavam na Península Ibérica os Felipes de Espanha. De Nagasáqui a Shimabara, o xogunato foi afastando os cristãos, até ao derradeiro reduto, no Castelo de Hara, sobre um desfiladeiro rochoso.

Mais do que o heroísmo de lutar até o fim por sua fé, a mensagem do romance ressalta o amor em tempos de desespero. O Coração tem precedência sobre o Castelo.

Outro fantástico romance de Raquel Ochoa é *As noivas do sultão*, que narra o incidente diplomático, causado pela chegada intempestiva, à costa portuguesa, de um navio do Marrocos, empurrado pela tempestade. A embarcação conduzia a nobreza daquele país. De 13 de julho a 2 de agosto de 1793, Frei João, designado pela rainha Maria I para resolver o imbróglio, trabalha, com prudência, a fim de que as princesas concubinas (sob as ordens despóticas do arrais Ahmed Scariage) se tranquilizem, e a monarquia lusitana receba, com delicadeza, os hóspedes inesperados. O componente histórico da narrativa se contextualiza no problema da luta fratricida, no âmbito da família dos reis do Marrocos, no período posterior à perda, para Portugal, de Mazagão, em 1773.

O cerimonial, nos palácios de Queluz e das Necessidades, e as proezas do monge erudito, diante dos imprevistos, entre outros episódios inusitados, são narrados com elegante estilo pela escritora Raquel Ochoa.

O terceiro livro da Escritora, que intento aqui mencionar, é uma biografia romanceada, intitulada *Dona Maria Adelaide de Bragança, a Infanta Rebelde*. Como atesta o título da obra, constitui *um extraordinário testemunho de humanismo e coragem*, cuja personagem é a Infanta, filha de Dom Miguel II, filho de Dom Miguel I, aquele filho de D. João VI que disputou o trono com Dom Pedro IV. A maior parte do enredo decorre na Áustria, país que acolheu Dom Miguel no exílio, desde 1834.

Dona Maria Adelaide veio ao mundo em 1912. Formou-se como assistente social em Viena, em 1938 e, no mesmo ano, quando ia terminar o curso de enfermagem (faltava apenas uma disciplina), o diretor do hospital a dispensou para evitar

conflitos com os invasores alemães que dominaram a Áustria.

É muito impressionante a história dessa mulher singular, narrada pela brilhante Raquel Ochoa. Dona Maria Adelaide se tornou ativista antinazi. Foi presa, porque ouvia as emissões da BBC. Já estava condenada à morte, naquela Viena bombardeada, quando Salazar conseguiu negociar a sua liberdade e ela se refugiou na casa de sua tia Maria das Neves, onde foi descoberta pelos soldados nazis, que a submeteram à tortura de sede e fome.

Dona Maria Adelaide se salvou da pena de morte. Esteve, contudo, na iminência de ser deportada para a Sibéria, quando os russos dominaram a Áustria. A sua família havia deixado Viena cidade devastada. A sua casa de Seebestein foi destruída. Ela trabalhou como voluntária na Cruz Vermelha Internacional, onde conheceu o médico holandês Nicolaas van Uden, com quem se casou.

Antes de voltar a Portugal, o casal viveu itinerante na Suíça, na Áustria, novamente e na Holanda, lugares onde lhes nasceram os filhos. Em 1948, ela desembarcou, com o marido e os filhos, em Lisboa, para conhecer o seu País.

Criticou as injustiças de Salazar, mas não se esqueceu da ajuda do presidente do Conselho, que a socorreu na ocasião em que precisou do passaporte para deixar a Áustria e voltar a Portugal.

Em Lisboa, ela andava de elétrico, tratava bem os empregados e se dedicava à beneficência, dando apoio sanitário aos necessitados. Era, por isso, chamada de comunista.

Na transição da ditadura à democracia, a família sofreu constrangimentos da parte dos bandos da esquerda e da direita.

Raquel Ochoa conclui o seu magnífico testemunho histórico-biográfico, a respeito dessa pessoa exemplar, ao afirmar que, com uma vida de luta e trabalho, Dona Maria Adelaide deu o exemplo de que *resistir é um acto de amor*.

Dou testemunho de que os livros de Raquel Ochoa são leituras propícias para quem tem o bom gosto de desfrutar de literatura de alto nível.

EPÍLOGO

Damião de Góis, o primeiro cronista de Lisboa, elogiou a suavidade, a amenidade e a harmonia da atmosfera da cidade do Tejo, onde quase não há um dia em que se sinta ou calor ou frio excessivos.

Camões disse que a cidade banhada pelo Tejo é o ponto onde a Terra finda e começa o mar. Creio que Teixeira de Pascoaes diria que a nova *Arte de Ser Português* consiste em receber as legiões forasteiras nos restaurantes e lugares de lazer. Portugal recebe mais de 20 milhões de turistas por ano.

Da janela do apartamento, no lugar mais belo do Chiado, eu contemplava o Tejo e a Ponte 25 de Abril. A luz, espalhada em policromias nos telhados e nos panos das varandas, banhava as paredes, que pareciam afluentes de um rio de pedras. Com gaivotas nas nuvens embalsamadas, a pantomima da cidade brilhava em seus andares coloridos, despontando em vértices, poliedros e pináculos, em profusão geométrica.

Da varanda do apartamento onde morei, escrevi, no dia 31 de dezembro de 2005: *“O último dia do ano deveria ser um dia como outro qualquer./ Sem temores, sem sobressaltos./ Mas entristeci de pensar./ A canallha assovia, a sirene passa/ e eu me deito sobre os meus 48 anos./ Da varanda vejo o Tejo,/ a noite abriu-se como por encanto./ Há bulício nas casas e nas ruas./ Holofotes e estrelas anunciam a meia-noite/ e eu desentristeço de expectativa./ Os barcos são candeias na fragrância das águas./ Brilham os formidáveis fogos./ As auras fosforeas produzem súbita aurora./ É já manhã na face lisa do Tejo.”*

Lisboa das gaivotas que volteiam. Lisboa dos beirais floridos e das águas-furtadas, nos altos patamares. Cidade pontilhada de referências aos grandes escritores. Em muitos locais, encontram-se inscrições com poemas e fragmentos de textos literários nas paredes. Portugal é um País de vigorosa literatura. Todas as livrarias que frequentei, quando residi em Lisboa, continuam abertas e visitadas por numerosa clientela.

Celebrei a noite de Lisboa em 2007, quando escrevi: *Esta noite em que não durmo/ e tenho diante de mim as luzes do cais./ Enfeitado pela lua,/ como se escutasse ao longe um alaúde,/ uma obsessão de viajar me altera num delírio./ O Tejo, cingido de clarões evasivos,/ cintila dissonâncias como nostalgias./ Lisboa é um claustro soturno,/ um monastério de insônia./ Noite acesa do Cais do Sodré às luzes de Almada./ Noite com faróis na água e o rumor dos motores./ A lua cheia, algido castiçal,/ acende na ponte uma coroa de brilhantes./ Um colar diamantino espelha miríades./ Das casas dormidas do outeiro,/ as longínquas tochas luzem./ A ponte é um luzeiro ardente.*

Dos tempos da vivência em Lisboa, vêm-me à tona, das recordações, afetuosos momentos: a orientação sábia e o apoio generoso dos Embaixadores Lauro Moreira (na Missão do Brasil junto à CPLP) e Paes de Andrade (na Embaixada bilateral). As ocasiões em que vi Raquel Ochoa, amiga imprescindível, desde que nos encontramos, pela primeira vez, no Secretariado Executivo da CPLP e ela me presenteou com o livro *O Vento dos Outros*, crônicas de suas viagens à América do Sul. Lembro-me, com nostalgia, do dia em que fomos, Lauro Moreira e eu, ao lançamento do livro *Bana - uma voz a cantar Cabo Verde*. O Palácio Foz abria as portas para receber a jovem escritora e eu disse ao Embaixador Lauro: Ela parece com a Cecília Meireles. Ele concordou. Eu pensei, no íntimo, Raquel é mais bonita.

Recordo-me do dia em que o carismático Mário Soares esteve na Embaixada do Brasil, convidado pelo meu conterrâneo, Embaixador Paes de Andrade. Era notória a

simpatia do líder socialista, que foi o primeiro Primeiro-Ministro da nova era aberta pela Constituição de abril de 1976. Na ocasião, ao discursar sobre a CPLP, ele citou os versos da canção de Chico Buarque: *“esta terra ainda vai cumprir seu ideal,/ ainda vai tornar-se um imenso Portugal”*.

No período em que morei em Lisboa, de 2005 a 2008, Portugal esteve governado por Aníbal Cavaco Silva, Presidente, e por José Sócrates, Primeiro Ministro. O destino tem suas ironias. José Sócrates foi preso no período de 2014 a 2015. António Guterres, que foi Primeiro-Ministro em 1995, e teve um segundo mandato em 1999, veio a se tornar Secretário-Geral da ONU.

Em 2007, o canal estatal da Televisão Portuguesa (RTP) fez uma enquete para que o povo elegeisse a maior personalidade histórica do país. 160 mil pessoas votaram no concurso. António Salazar, ou *“o Doutor Salazar, o que mandava”*, venceu a votação. Em segundo lugar ficou Álvaro Cunhal, ex-Secretário-Geral do Partido Comunista Português, deputado durante quatro legislaturas, de 1976 a 1987. Ainda bem que não apareceu quem dissesse que Salazar foi D. Sebastião redivivo.

Na CPLP, conheci também o poeta, compositor e ator Afonso Dias, que musicou poemas e produziu vários discos de poesia cantada e recitada dos melhores poetas portugueses.

Não trabalhei na Embaixada e sim no Secretariado-Executivo da CPLP, como já frisei. Tive, no entanto, entre os colegas da Embaixada, a agradável companhia de Dijalma Mariano da Silva e Gilberto Siqueira, este falecido precocemente, um ano depois que deixei Lisboa e fui trabalhar em Acra (Gana). Menciono aqui, também, o colega Marcelo Novaes, frequentador do Café A Brasileira e da Livraria Bertrand. Marcelo foi, no Consulado-Geral, um baluarte na resolução dos problemas e na emissão de documentos para

brasileiros. Ele me apresentou o amigo, professor Edilson Mota, com quem conversávamos sobre temas literários e filosóficos.

Recordo-me, ainda, da disciplinada ginástica no Clube VII, sob a orientação do amigo Pedro Pinteus, pessoa de extremo valor humano.

Ainda me vêm à tela do espírito as lembranças do poeta, editor e fotógrafo Ozias Filho, por intermédio do qual conheci Urbano Tavares Rodrigues, no auditório da loja Fnac. Ozias publicou os meus livros *Verbo Imaginário* (antologia poética) e *Sortilégio Marítimo* (folheto, com fotos artísticas de Ozias Filho).

Naquele inesquecível período de residência em Lisboa, produzi, com o apoio de três grandes amigos, os discos *Itinerário Sentimental* e *O Dom de Orfeu*, de meus poemas musicados. Foram promessas de sucesso os lindos arranjos e composições de Milton Batera, para as canções, cantadas pelos excelentes intérpretes Marcelo Miranda (de saudosíssima memória) e Edimundo Santos, cujo nome artístico era então Pedro Moreno. A ganância das empresas do mundo virtual descartou comercialmente os CDs e as expectativas de muitos artistas se frustraram no campo musical.

Absolutamente essenciais foram os encontros e as sessões que realizamos na Rua dos Remédios, no apartamento que os amigos Liliana Moreira e José Carlos Henriques nos disponibilizavam para essa finalidade. Participavam, também, Gandhi Piorski, Andrea Bellinati, Paulo Hudson, Laila Dias, Delcy Camargo, Luis Sendino, Thereza Marta, Sérgio Guimarães e outros, naquela ocasião, sócios da incomparável fraternidade espiritualista UDV. Essas reuniões continuaram depois, em Vialonga, onde estive algumas vezes, quando já não morava em Lisboa, e ali encontrei também os

amigos Klinger e Renata, que conheci no Rio de Janeiro, e que, atualmente, residem em Évora.

Mais recentemente, a memória registra a visita que fiz a Tiago Araripe e Ana Ruth, em Bombarral. Ele, grande amigo cearense, eminente poeta, compositor e cantor, e ela, gentil anfitriã e muito querida amiga.

Mais uma lembrança me vem à memória neste inventário de boas recordações: certa ocasião, encontrei-me com os amigos Jiçara e Agamenon Honório, num restaurante da Calçada do Duque, na subida do Rossio ao Bairro Alto. Viajante incansável, Agamenon não se fartava de desfrutar das benesses e belezas de Lisboa. Procurava, no entanto, um podólogo, para esmerilar as unhas dos pés andarilhos, um tanto fatigados de muitas caminhadas.

Também me deixaram vivas recordações as visitas ao casal Bruno Gonçalves e Isis, em Caxias. Bruno é um escritor português que trabalha com massagens terapêuticas e que residiu no Brasil. Conversávamos, prazerosamente, sobre literatura do Brasil e de Portugal.

Recordo-me, mais recentemente, ainda, do Encontro de Poetas da Língua Portuguesa-EPLP. Alegro-me ao pensar na possibilidade de fazemos um novo encontro, sob a liderança da amiga Mariza Sorriso. Na anterior ocasião, tive o privilégio de conhecer Fátima Moniz, escritora angolana e o poeta português José Manuel Martins Pedro, que auxiliava Mariza na organização da programação cultural do grupo. Fizemos o recital no Palácio Foz, visitamos a Casa-Museu de Amália Rodrigues, na Rua São Bento, e estivemos na nova sede do Secretariado Executivo da CPLP, no Palácio Penafiel. Desde o falecimento de José Manuel Pedro, em plena pandemia, não se realizou ainda outro Encontro de Poetas da Língua Portuguesa-EPLP.

Mais uma lembrança indelével assoma à retentiva: o mais recente encontro que mantive com Ronaldo Cagiano e Eltânia, de que já falei quando escrevi sobre os meus passeios pela Avenida da Liberdade.

Recordo-me das aulas de Yoga da amiga Ana Soares, na Rua Rodrigo da Fonseca, onde eu chegava depois de subir a ladeira da Avenida Joaquim António Aguiar.

Finalizo estas memórias literárias com a transcrição do poema que escrevi, durante uma viagem de Lisboa a Brasília: *Ver a cidade assim do alto/, a ponte como um carrossel/, cruzando o grande rio./ As margens e a vegetação ribeirinha/, as pedrarias antigas de Lisboa/, projetadas na crosta terrestre./ Ver, sobre a superfície esbranquiçada/, a coroa verde do Monsanto./ Além, a dispersão nebulosa:/ castelos de névoa no horizonte./ Azul rajado de brancas nuvens,/ esplende o mar numa beleza insofismável./ Seis horas e meia de sacudidelas ao vento:/ Terra à vista! Depois da imensidade aquática, / despontam lençóis de areia. / É ver outra vez o mundo; emoção, depois de tanta expectativa! / O avião sobrevoa o litoral cearense. / Inesquecível Brasil! Como não me alegrar com tão saborosa visão! / Na chegada, reluz o Lago Paranoá, / feito uma grande aeronave. / O cerrado irradia luz verde na carne da terra. (Translúcida Viagem. Espaço aéreo Portugal-Brasil, 8 de outubro de 2007).*

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Diogo Freitas. *Da Lusitânia a Portugal. Dois mil anos de história*. Bertrand Editora, Ltd. Lisboa, 2022.

ANTUNES, António Lobo. *Caminho como uma Casa em Chamas*. Edições Dom Quixote. Alfragide, 2014.

BERARDINELLI, Cleonice. *Sá-Carneiro – Antologia organizada*. Edições de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

BERARDINELLI, Cleonice. *Fernando Pessoa: Outra vez te revejo!* Lacerda Editores. Rio de Janeiro, 2004.

BIRMINGHAM, David. *Portugal. Breve História de um Império*. Vogais Editora. Amadora, 2020.

BOURBON, Albert Alain. (et LÉONARD, Yves). *Histoire du Portugal*. Editions Chandeigne. Paris, 2019.

BRAGA, Teófilo. *História do Romantismo em Portugal. Geração de 70*. Círculo de Leitores, Lisboa, 1995.

BRUNO, Sampaio. *O Encoberto*. Lello & Irmão Editores. Porto, 1983.

BUENO, Eduardo. *A Viagem do Descobrimento. Um olhar sobre a expedição de Cabral*. Editora Estação Brasil. Rio de Janeiro, 2019.

BUENO, Eduardo. *Terra à Vista! L&PM Pocket*. Porto Alegre, 2003.

BUENO, Alexei. *Camões, além do desconcerto*. Rosmaninho Editora de Arte. Santarém, 2024.

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta do Descobrimento da Terra Nova*. Ateliê Editora. São Paulo, 2023.

CAMÕES. *Os Lusíadas*. Livraria Freitas Bastos S. A. Rio de Janeiro, 1960.

CARVALHO, Sérgio Luís. *Lisboa Maldita*. Edições Parsifal. Lisboa, 2003.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. *Fernando Pessoa – uma quase autobiografia*. Editora Record. Rio de Janeiro. 2023.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O Perfil do Marquês de Pombal*. Folhas e Letras Edições Ltd. Lisboa, 2003.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de Perdição*. Vozes. Rio de Janeiro, 2017.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Mistérios de Lisboa*. Relógio d'Água. Lisboa, 2010.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Memórias do Cárcere*. Porto Editora. Porto, 2004.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Correspondência Epistolar*. Parceria A. A. Pereira Lda. Lisboa, 1968.

CIDADE, Hernâni. *Antero de Quental*. Editorial Presença. Lisboa, 1988.

COUTO, Mia. *A Cegueira do Rio*. Companhia das Letras, São Paulo, 2024.

CRESPO, Ángel. *Lisboa Mítica e Literária*. Editora Livros Horizonte. Lisboa, 1987.

DIAS, Marina Tavares. *A Lisboa de Eça de Queiroz*. Quimera Editores. Coimbra, 2003.

D'OLIVEIRA, Lopes. *Guerra Junqueiro. A sua Vida e a sua Obra*. Edições Excelsior. Lisboa, 1954.

FERREIRA, David-Mourão. *Obra Poética I Volume*. Livraria Bertrand, S.A.R.L. Lisboa, 1980.

GARRETT, Almeida. *Viagens na Minha Terra*. Martin Claret. São Paulo, 2015.

GEORGE, João Pedro. *O Cemitério do Elefante Branco, Retornados e Ficções do Império Português*. Edições 70. Coimbra, 2024.

GEORGE, João Pedro. *O Super-Camões*. Publicações Dom Quixote. Alfragide, 2022.

GÓIS, Damião. *Descrição da Cidade de Lisboa*. Livros Horizonte, Lda. Lisboa, 2001.

GOMES, Augusto Ferreira. *Quinto Império*. Parceria A. M. Pereira. Lisboa, 2003.

HELDER, Herberto. *Apresentação do Rosto*. Porto Editora. Porto, 2020.

HERCULANO, Alexandre. *Eurico, o Presbítero*. Martin Claret. São Paulo, 2018.

HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas*. Volumes I e II. Leya S.A. Alfragide, 2015.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal. Tomo III*. Livraria Bertrand. Amadora, 1982.

JUNQUEIRO, Guerra. *Horas de Luta*. Lello & Irmão Editores. Porto, 1924.

JUNQUEIRO, Guerra. *Pátria. A Bela e o Monstro* Edições Lda. Lisboa, 2011.

LENCASTRE, Maria José. *Fernando Pessoa. Uma fotobiografia*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1999.

LÉONARD, Yves. *Salazar le dictateur énigmatique*. Perrin. Paris, 2024.

LESSA, Maria Silva Prado. *Mário Cesariny. A Obra ou a Vida*. Sistema Solar (Documenta). Lisboa, 2022.

LINHARES FILHO. *O Poético como humanização em Miguel Torga*. UFC. Casa de José de Alencar. Programa Editorial. Fortaleza, 1997.

LINHARES FILHO. *Frutos do Dia de Faina*. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza, 2024.

LIOT, Vicente Freitas. *O Livro Póstumo de Bernardo Soares*. Clube de Autores. Bela Cruz, 2023.

LOURENÇO, Eduardo. *Pessoa Revisitado*. Tinta da China. Rio de Janeiro, 2017.

LUIS, Agustina Bessa. *Santo António*. Relógio D'Água. Lisboa, 2020.

MACEDO, Helder. *Camões e Outros Contemporâneos*. Editorial Presença. Lisboa, 2017.

MARGARIDO, Manuel. *Luis Vaz de Camões*. Editora Planeta DeAgostini, S.A. Lisboa, 2004.

MARTINS, Oliveira. *Camões*. Guimarães Editores. Lisboa, 1986.

MARTINS, Pe. S.J. *Padre Antônio Vieira, S.J. Missionário do Norte do Brasil*. Edições Loyola. S.P., 1986.

MARTINS, Ismênia de Lima. *D. João VI, um Rei e muitas controvérsias*. Editora Proprietas. Niterói, 2022.

MENDANHA, Victor. *Conversas com Agostinho da Silva*. Pergaminho. Cascais, 2006.

MOISÉS, Massaud: *Fernando Pessoa: o espelho e a esfinge*. Editora Cultrix. São Paulo, 2008.

MÔNICA, Maria Filomena. *Cesário Verde, um gênio ignorado*. Aletheia Editores. Lisboa, 2007.

MOREIRA, Lauro. *Quincasblog: Meus Encontros*. Disponível na internet.

MOREIRA, Lauro. Podcast *Prosa e Verso*. Disponível na internet.

NAUD, Santiago. *47 Poemas Lusitanos*. Thesaurus Editora. Brasília, 2011.

OCHOA, Raquel. *D. Maria Adelaide de Bragança. A Infanta Rebelde*. Oficina do Livro. Alfragide, 2011.

OCHOA, Raquel. *Coração-Castelo*. Oficina do Livro. Amadora, 2024

OCHOA, Raquel. *As noivas do Sultão*. Parsifal. Lisboa, 2015.

O'NEILL, Alexandre. *Tempo de Fantasma*s. Editora Moinhos. Belo Horizonte, 2020.

ORICO, Osvaldo. *Camões e Cervantes*. Topbooks. Rio de Janeiro, 2000.

ORTIGÃO, Ramalho. *As Farpas. Volume 2. Os indivíduos. O Parlamento*. Manufatura. Lisboa, 2022.

PESSOA, Fernando. *Obra Poética*. Nova Aguilar. Rio de Janeiro, 1985.

PESSOA, Fernando. *Sobre a Arte Literária*. Assírio & Alvim. São Paulo, 2022.

PESSOA, Fernando. *Diários e Escritos Autobiográficos*. Assírio & Alvim, Porto, 2022.

PINHO, Roberto. *MUSEU ABERTO DO DESCOBRIMENTO. O Brasil Renasce Onde Nasce*. Fundação Quadrilátero do Descobrimento. São Paulo, 1994.

PIRES, José Cardoso. *Lisboa – Livro de Bordo (Vozes, olhares, memorações)*. Relógio d'Água. Lisboa, 2018.

PRIORE, Mary. *D. Maria I*. Editora Benvirá. São Paulo, 2019.

PIZARRO, Jerónimo. *Ler Pessoa. Tinta da China*. São Paulo, 2023.

QUADROS, António. *Portugal Razão e Mistério*. Alma dos Livros. Lisboa, 2020.

QUEIROZ, Eça. *O Primo Basílio*. Editora Ática. São Paulo, 1972.

QUEIROZ, Eça. *A Relíquia*. Klick Editora. São Paulo, 1997.

QUEIROZ, Eça. *O Crime do Padre Amaro*. Porto Editora. Porto, 2021.

QUEIROZ, Eça. *Os Maias*. Martin Claret. São Paulo, 2013.

QUENTAL, Antero. *Poesia e Prosa*. Apresentação de Adolfo Casais Monteiro. Livraria AGIR Editora. Rio de Janeiro, 1967.

REAL, Miguel. *A Morte de Portugal*. Campo das Letras Editores, S.A. Porto, 2007.

RIBAS, Tomás. *Lisboa (Prosa). Antologia da Terra Portuguesa*. Livraria Bertrand. Lisboa, 1971.

RIBEIRO, Aquilino. *Luís de Camões*. Ensaio. Livraria Bertrand. Amadora, 1974.

RIBEIRO, Aquilino. *Humildade Gloriosa*. Bertrand Editora. Lisboa, 2019.

ROSAS, Fernando. *Lisboa Revolucionária (1908-1975)*. Edições Tinta-da-China, Ltda. Lisboa, 2024.

SANTOS, Gilda, RUAS, Luci e CERDEIRA, Cristina. Organização. *Sena&Sophia: Centenários*. Bazar do Tempo. Rio de Janeiro, 2020.

SARAIVA, António José. *História da Literatura Portuguesa*. Publicações Europa-América Ltda. Lisboa, 1972.

SARAIVA, José Hermano. *Vida Ignorada de Camões*. Publicações Europa-América, Ltd. Mem Martins, 1997.

SARAMAGO, José. *A Jangada de Pedra*. Companhia das Letras. São Paulo, 2017.

SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. Porto Editora. Porto, 2014.

SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. Porto Editora. Porto, 2014.

SARAMAGO, José. *O Ano da Morte de Ricardo Reis*. Companhia das Letras. São Paulo, 2020.

SILVA, José Luís Conceição. *Os Painéis de D. Afonso V e o Futuro do Brasil*. Agraf. Brasília, 1997.

SILVA, Agostinho da. *Reflexão*. Guimarães Editores. Lisboa, 1996.

SILVA, Amândio e AGOSTINHO. *A Presença de Agostinho da Silva no Brasil, Volume I*. Edições Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, Bernardo. *Livro do Desassossego*. Assírio & Alvim. Porto, 2014.

TELES, Gilberto Mendonça. *O Mito Camoniano*. Edições Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2012.

TORGA, Miguel. *Poemas Ibéricos*. Gráfica de Coimbra, 1995.

VIEIRA, António. *Obras Escolhidas*. Volume IV. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa, 1996.

VIEIRA, António. *Sermões*. Livraria Agir Editora. Rio de Janeiro, 1972.

ZENITH, Richard. *Pessoa: uma biografia*. Companhia das Letras. 2022, São Paulo.



o sonho criando asas

Este livro foi impresso no Rio de Janeiro, em papel Avena 80 gramas, com fonte Garamond, tamanho 11, em abril de 2025